

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**A MARCHA DOS “PEQUENOS” PROPRIETÁRIOS
RURAIS NO MATO GROSSO - um estudo a partir das
trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para a
microrregião do Alto Teles Pires**

Cristiano Desconsi

2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A MARCHA DOS “PEQUENOS” PROPRIETÁRIOS RURAIS NO
MATO GROSSO - um estudo a partir das trajetórias de migrantes do
Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires**

CRISTIANO DESCONSI

Sob a orientação do professor
John Cunha Comeford

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em **Ciências Sociais** – Área de Concentração Estudos de Cultura e Mundo Rural.

Seropédica, RJ
Julho de 2009

305.5633817 Desconsi, Cristiano.
2 A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso:
D448m um estudo a partir das trajetórias dos migrantes do Sul para a
T microrregião do Alto Teles Pires / Cristiano Desconsi, 2008.
158 f.

Orientador: John Cunha Comerford.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 107-115.

1. Migração - Teses. 2. Camponeses – Teses. 3. Mato Grosso
– Teses. I. Comerford, John Cunha. II. Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

CRISTIANO DESCONSI

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Estudos de Cultura e Mundo Rural.

Aprovada: Rio de Janeiro, 10 de julho de 2009.

Dr. John Cunha Comeford – CPDA/UFRRJ (Orientador)

Dr^a. Beatriz Maria Alasia Heredia – IFCHS/UFRRJ

Dr^a. Maria José Carneiro – CPDA/UFRRJ

Dr^a. Ana Cláudia Marques – USP

DEDICATÓRIA

Ao pai Antenor e à mãe Adelira que, mesmo permanecendo em uma colônia no Noroeste do Rio Grande do Sul, marcham comigo em minha trajetória migratória.

À pessoa especial que é Daniela, que conheci nas andanças por este Brasil e que passa a percorrer junto comigo as futuras etapas migratórias.

Ao orientador e amigo John que em muito influenciou a condução desta pesquisa, bem como as atividades desenvolvidas no Mestrado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer ao meu pai Antenor e a minha mãe Adelira, aos irmãos Tiago e Silvano e à irmã Cláudia, que sempre foram apoiadores, torcedores, nesta etapa de minha formação no Rio de Janeiro. Eles apoiaram a migração que tive que empreender saindo do Rio Grande do Sul para o Rio com a finalidade de cursar o mestrado no CPDA.

Quero dividir a alegria com os meus professores da Unijuí, Rosane Rubert e Paulo Zarth, e o grupo de amigos sociólogos do Noroeste do Rio Grande do Sul, o Dalmiro, a Cleusa e o Flávio, nossas angústias comuns, nossas lutas nas Ciências Sociais que hoje produzem resultados concretos. O resultado desta dissertação vocês sabem que começou a ser construído ainda durante nossa jornada na graduação.

Aos colegas do CPDA com os quais convivi nestes dois anos no Rio, cuja relação de coleguismo se configurou uma relação de amizade. Mas dentre tantos e tantas pessoas que pude conhecer neste período, menciono em especial os integrantes da “Pátria Grande”, nossa casa nestes dois anos, o Pablo Romero e a Laetícia Jalil e o Luis Vieira. Chegamos de vários recantos da América Latina e formamos uma amizade, um companheirismo que foi importante para chegar até esta dissertação. Fica para sempre esta amizade independente de onde estivermos no futuro. Cito ainda nesta amizade cepeadeana o Júnior, o Wilde, o Márcio, o Leonardo, a Roberta, a Dora.

A meu orientador e amigo John C. Comerford, que me acolheu de forma especial no Rio de Janeiro e no CPDA, possibilitando minha participação enquanto pesquisador nesta pesquisa mencionada e também pelo diálogo, pelo apoio inclusive naqueles momentos de dificuldades financeiras vividas no ano de 2007.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao CNPq, pela Bolsa de Estudos que garantiram a realização desta pesquisa. À Fundação Ford, à Faperj e à Action aid pelo auxílio de pesquisa imprescindíveis à realização do trabalho de campo.

Ao grupo todo dos pesquisadores(as) do projeto “Sociedades e Economia do Agronegócio – um estudo exploratório”, em especial a Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Rosângela Cintrão, Sérgio Leite, Marcos Bezerra e Ana Cláudia Marques. Da mesma forma, a todos e todas os(as) pesquisadores (as) doutorandos (as) e mestrandos (as) que como um todo formaram um espaço riquíssimo de construção do conhecimento nos momentos que nos reunimos em atividades diversas, reuniões e seminários.

À grande equipe das colegas do trabalho de campo no Mato Grosso, coordenada pela professora Ana Cláudia, cito a Ariana e sua filha, a Cláudia, a Luciana. Desenvolvemos de fato um excelente trabalho que em parte aparece nesta dissertação, sem mencionar os momentos de descontração que vivemos no Mato Grosso.

Aos parentes e “conhecidos” participantes do trabalho de campo no Mato Grosso, dentre os quais devo destacar a família Ferrari de Boa Esperança, ao Ivan de Ipiranga do Norte, o Nilson Peruzollo, agricultor de Boa Esperança, o técnico da Empaer de Boa Esperança, o técnico Rafael da Secretaria da Agricultura de Sorriso, à Neiva Leite, pela possibilidade da participação no 4º Portelaço, todos esses mediadores fundamentais que apoiaram na pesquisa, inclusive disponibilizando transporte pelas chácaras e lotes dos assentamentos naquela região. Da mesma forma, a todas as famílias contatadas, com destaque às 25 famílias foco de análise desta dissertação que tornaram o trabalho de campo uma atividade menos formal.

EPÍGRAFE

Quando perguntam minha procedência
De um pago tão lindo respondo que vim
E esta terra que é minha querência
Guardo com carinho aqui dentro de mim

E quando a saudade chega de mansinho
E as minhas lembranças me fazem voltar
O meu pensamento percorre caminhos
Que um dia cruzei e não vou mais passar

E este atavismo que sempre carrego
E faz entender melhor quem eu sou
Porque se um dia eu deixei a terra
Mas a terra nunca me deixou

Nas lutas da vida corremos o mundo
Buscando razões que nos façam felizes
E junto levamos este amor profundo
Da terra que um dia foi berço e raiz

Tomara que eu sempre mantenha consciência
Zelar por valores que são culturais
Sem perder os rumos da querência
Alicerçado nos meus ideais

E este atavismo que sempre carrego
E faz entender melhor quem eu sou
Porque se um dia eu deixei a terra
Mas a terra nunca me deixou

(Música **A terra não me deixou**
Cantor e compositor Antônio Gringo)

RESUMO

DESCONSI, Cristiano. **A MARCHA DOS “PEQUENOS” PROPRIETÁRIOS RURAIS NO MATO GROSSO - um estudo a partir das trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires.** 2009. 158p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Estudos de Cultura e Mundo Rural). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2009. Este trabalho trata do processo migratório do Sul do Brasil para o Mato Grosso. Partimos do pressuposto de que este fluxo migratório apresenta uma heterogeneidade de experiências que produzem uma complexidade de relações que se modificam em cada período histórico. Neste sentido, trazemos a seguinte questão geral: Como podemos compreender a formação dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso no período pós-90, a partir de famílias que migraram do Sul do Brasil? Para estudar este fato, o trabalho opera tomando como caminho metodológico a análise de trajetórias de 25 famílias, que compõem este grupo social, identificadas no trabalho de campo exploratório realizado na microrregião do Alto Teles Pires. Desta forma os objetivos deste trabalho são: i) trazer o debate sobre migração como centralidade, delimitando caminhos teórico-metodológicos que auxiliem na investigação; ii) refletir sobre o contexto sócio-histórico pós-90, identificando os caminhos e as estratégias de “entrada” no Mato Grosso desencadeadas por este grupo social; iii) identificar os principais mecanismos de seletividade e distinção social presentes no processo migratório; iv) identificar os papéis das redes sociais (familiares, de parentesco e “conhecidos”), nos deslocamentos dos atores pesquisados e os vínculos que os interligam às regiões de origem. O estudo identificou que as famílias alternam historicamente períodos em suas trajetórias entre o trabalho “de peão”, caminhoneiros, além da condição de proprietários rurais em chácaras e assentamentos, sempre destacando que no centro dos percursos está na busca pela acumulação de patrimônio a fim de reproduzir o grupo familiar. Os migrantes do Sul “de pouco recurso” avaliam cotidianamente as possibilidades de acesso a terra nos assentamentos rurais, mapeando os locais dos projetos e a sua situação; mapeiam, da mesma forma, como horizonte possível para acesso ao trabalho agrícola, novas áreas em expansão na fronteira localizadas “mais a frente”. Há uma relação estabelecida entre as fases do ciclo de vida e a migração que sempre deve ser compreendidas de modo associado às condições sócio-históricas que se manifestaram no decorrer das trajetórias dos atores estudados e das gerações anteriores. Por fim, consideramos que, inerente ao processo migratório, estão as redes sociais que reúnem mais que os consanguíneos (da família e do parentesco), os afins, em relações flexíveis permeadas pelo pertencimento (“os conhecidos”) que acionam valores morais e a reputação a partir do lugar de origem. Através destas redes se constrói, circulam “os conhecimentos”, ou seja, as informações, valores, que se materializam em práticas, fundamentais nas avaliações cotidianas dos atores entre migrar ou permanecer.

Palavras-chave: Camponeses, Migração, Mato Grosso

ABSTRACT

DESCONSI, Cristiano. **THE MARCH OF "SMALL" RURAL LAND OWNERS IN MATO GROSSO STATE – a study on the pathways of migrants from the South of Brazil to Alto Teles Pires microrregion.** 2009. 158p. Thesis (Master's Degree on Social Sciences, Culture Studies and Rural World). Humam and Social Sciences Institute, Department of Development, Agriculture, and Society, Rio de Janeiro Federal Rural University , Seropédica-RJ, Brazil, 2009. This essay deals with the migration process from the South of Brazil to the state of Mato Grosso. We started on the grounds that this migratory flow boasts heterogenous experiences which produce complex relations that change in every historic period. With this in mind, we propose this general questio: How can we understand the formation of "small" rural land owners in Mato Grosso after the 90s, from families who migrated from the South of the country? In order to study this, the project takes up the analysis of the track of 25 families, who are part of this social group, identified on exploratory fieldwork performed on the microrregion of Alto Teles Pires. This way, the goals of the study are: i) proposing the debate of migration as a central issue, narrowing down theory and methodology pathways that aid in the investigation; ii) reflecting on the post-90s social and historical context, identifying the paths and strategies of "entering" Mato Grosso started by this social group; iii) identifying the main mechanisms of selection and social distinction present in the migratory process; iv) identifying the roles of social networks (family, relatives, and "acquaintances") on the movings of the researched individuals and the bonds that link them to their homeland. The study noticed the families historically alternate periods between manual labor and truck drivers, besides owning small plots and living in settlements, always highlighting that in the center of the pathways is a search for the accumulation of property in order to reproduce the family group. The migrating families "of low possessions" assess daily the possibilities of obtaining plots in rural settlements, mapping the location and situation of the projects; they map, likewise, as a possible horizon to agricultural labor, the new expanding areas in "further" frontiers. There is an established relation between the life cycle stages and migration that must be understood in conjunction with the social historic condicions which presented themselves during the trajectories of the individuals in the study and their previous generations. Finally, we consider that, inherent to the migratory process, are the social networks which gather, besides blood relations, the ones alike, in flexible relations permeated by the belonging ("the acquaintances") which drive moral values and reputation from the homeland. It is through these networks that "the knowledge" are built and spread, that is, the information and values, which become practices, key on the daily assessments by the individuals between migrating and staying.

Keywords: Peasants, Migration, Mato Grosso

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente
COAMBE – Cooperativa Agricultores de Boa Esperança
COPERCANA – Cooperativa Agrícola de Canarana
COTRIJUI – Cooperativa Triticola Ijuí Ltda.
CPDA – Curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPR – Cédula de Produtor Rural
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CTG – Centro de Tradições Gaúchas
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER – Empresa de Planejamento, Assistência Técnica e Extensão Rural
FAMATO – Fundação Mato Grosso
FHC – Fernando Henrique Cardoso
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
INTEMAT – Instituto de Terras do Estado do Mato Grosso
MARIPÁ – Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
P. A – Projeto de Assentamento
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras
SINOP – Colonizadora Sinop
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURA 01 - Mapa de localização da microrregião do Alto Teles Pires no Estado do Mato Grosso.	27
FIGURA 02 - Localização geográfica das chácaras de Sorriso MT objeto deste estudo.	32
FIGURA 3 - Mapa de localização das cidades investigadas e Projetos de Assentamento.	34
FIGURA 4 - Atividade de horticultura desenvolvida por C.V.....	49
FIGURA 5 - Modelo de trator CBT convencionalmente utilizado pelos assentados no trabalho de “abertura” do Cerrado.....	73
FIGURA 6 - Mapa das Mesorregiões do Estado do Paraná.....	89
<hr/>	
QUADRO 1 – Fluxograma de trajetórias de 1 a 4.	37
QUADRO 2 - Fluxograma de trajetórias de 5 a 9	37
QUADRO 3 - Fluxograma de trajetórias de 10 a 14	38
QUADRO 4 – Fluxograma de trajetórias de 15 a 20	38
QUADRO 5 - Fluxograma de trajetórias de 21 a 25	39
QUADRO 6 - Migração da geração anterior (pais), segundo período, locais de origem e destino.....	87
QUADRO 7 – Migração da geração anterior (pais), segundo período, locais de origem e destino.....	88
QUADRO 8 – Fluxograma Família P – Palotina/PR	121
QUADRO 9 – Fluxograma Família C. B São José do Cedro/SC	123
QUADRO 10 – Fluxograma Filhos Família K Esperança/MT	124
QUADRO 11 – Fluxograma Família S. S Chacareiro Sorriso/MT	125
QUADRO 12 – Fluxograma Família Pe Medianeira/PR	125
QUADRO 13 – Fluxograma Parentes e Conhecidos E. T.....	137
QUADRO 14 – Fluxograma Parentes e Conhecidos I. F.....	138

GRÁFICO 01- Variação da População Total da Microrregião do Alto Teles Pires.....	43
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Variação da população total – municípios da microrregião do Alto Teles Pires	43
TABELA 02 – Distribuição relativa da população segundo a situação de domicílio urbano ou rural – microrregião do Alto Teles Pires – 1980, 1991 e 2000	45
TABELA 03 - Assentamentos no Mato Grosso (1986-2003)	51
TABELA 04 - Número de Famílias Assentadas dos Municípios por Microrregião e Ano de Criação	52
TABELA 05 – Relação de assentamentos, área total e famílias assentadas em Ipiranga do Norte/MT	58
TABELA 06 - Relação entre período do casamento, 1ª migração e migração para o Mato Grosso	81
TABELA 07 - Principais Estados de Origem dos Fluxos Migratórios do Oeste do Paraná	92
TABELA 08 - Principais Estados de Destino dos Fluxos Migratórios do Oeste do Paraná	95
TABELA 09 – Estado de Naturalidade das Pessoas cuja Atividade Principal é a Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Extração Vegetal.	97
TABELA 10 - Relação entre ano de Migração, período no Mato Grosso e periodicidade das viagens de familiares.....	144

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: O CRUZAMENTO DOS CAMINHOS NO CAMPO E A PESQUISA SOBRE MIGRAÇÃO	20
1.1 AS PESQUISAS SOBRE MIGRAÇÃO	20
1.2 O TRABALHO DE CAMPO	26
1.2.1 4º Encontro dos Amigos do Portelaço – uma festividade dos migrantes do Sul...	27
1.2.2 No caminho dos chacareiros	29
1.2.3 Os caminhos dos assentados	32
1.2.4 As trajetórias do grupo	36
1.2.5 Um pesquisador “do Sul”	39
CAPÍTULO 2: A CHEGADA NO MATO GROSSO	41
2.1 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA MICRORREGIÃO DO ALTO TELES PIRES	41
2.2 PERÍODO PÓS-90 - O <i>BOOM</i> DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	44
2.2.1. As chácaras e a urbanização da cidade de Sorriso	47
2.2.2 Os assentamentos rurais	50
2.2.2.1 <i>O distrito de Boa Esperança e os assentamentos Santa Rosa I e II</i>	55
2.2.2.2. <i>O caso de Ipiranga do Norte</i>	57
2.3. “NO LUGAR CERTO, NO MOMENTO CERTO” – BUSCANDO OPORTUNIDADES DE TERRA E TRABALHO	58
2.3.1. Acesso e valorização das terras	59
2.3.2. O trabalho “de peão”	64
2.3.3. Conhecendo o Mato Grosso – a fase de caminhoneiro	70
2.4 “AQUI DAVA PRAS MINHAS CONDIÇÕES” – O CAPITAL ACUMULADO NA DEFINIÇÃO DO PONTO DE ENTRADA NO MATO GROSSO	72
2.5. O OLHAR VOLTADO PARA “FRENTE” - UMA NOVA CHANCE?	76
CAPÍTULO 3: A SELETIVIDADE NAS TRAJETÓRIAS DO SUL PARA O OESTE	79
3.1 MIGRAÇÃO E CICLO DE VIDA	79
3.2. SOBRE OS CONTEXTOS DE ORIGEM DOS MIGRANTES	83
3.2.1. “Colonos” e “Caboclos” nos Projetos de Colonização do Sul do Brasil	84
3.2.2 – Os Colonos na ocupação do oeste do Paraná e leste do Paraguai	88
3.3. A SELEÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES PARA O CERRADO MATO-GROSSENSE	95
3.3.1. Aspectos da seleção social na colonização de Sorriso e Boa Esperança	96
3.3.2 – Ipiranga do Norte e a sua formação a partir de um caso de recrutamento em 1989	99
3.4. MANIFESTAÇÕES ATUAIS DE SELEÇÃO SOCIAL DE MIGRANTES	102
3.5. ENTRE “OS QUE TRABALHAM” E “OS QUE NÃO TRABALHAM”	105
3.6. DE POSSÍVEIS VENCEDORES A ESTIGMATIZADOS	110
CAPÍTULO 4: MIGRAÇÃO E REDES SOCIAIS	115
4.1 A ARTICULAÇÃO PARA FAZER A MUDANÇA	116
4.2 ARTICULANDO OS “CONHECIDOS” PARA A MIGRAÇÃO	117
4.2.1. Família e parentesco na migração	120
4.3. ADQUIRINDO E AMPLIANDO O CONHECIMENTO	127

4.3.1. As viagens para conhecer	128
4.3.2. (Re) construindo a rede no novo espaço.....	129
4.3.3. O conhecimento dos mais experientes.....	132
4.3.4. Migrantes recentes e os de mais tempo	134
4.4. AS REDES EM MOVIMENTO	135
4.4.1. Os que vieram depois	135
4.5. AS RELAÇÕES COM O SUL.....	138
4.5.1. Migrar para apagar o passado	141
4.5.2 Circularidade nos espaços da rede – as visitas entre o Sul e Mato Grosso	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXO A – FOLDER DE PROPAGANDA DA COLONIZADORA SORRISO	158
ANEXO B – FOTOS AÉREAS DO PROJETO DA AGROVILA DE BOA ESPERANÇA, EM 1986 E 1988.....	159

INTRODUÇÃO

Compreender o processo migratório dos “sulistas” rumo a regiões do Mato Grosso, especialmente nas décadas recentes, foi a perspectiva que se configurou como principal objetivo deste trabalho.

A minha história pessoal sempre esteve ligada ao mundo rural. Não somente por ter origem na “roça”, mas por ter, posteriormente, formação no ramo agropecuário (técnico agrícola), ter participado de movimentos sociais do campo e trabalhar em Extensão Rural há quase oito anos. Nesta trajetória, percebi que se tornava necessário estudar e pesquisar sobre o rural e seus fatos sociais, a fim de que isto contribuísse para a própria atuação neste meio. Esta reflexão foi um dos principais motivadores que me levou à opção pelas Ciências Sociais.

Para quem estuda e atua no meio rural, o tema das migrações sempre aparece como de grande relevância. O primeiro ponto que ganha destaque é o que convencionalmente se chama de êxodo rural, seguido em geral da busca por tentar entender e agir diante desta “saída”, seja de famílias, seja dos jovens; da mesma forma, na vivência no noroeste do Rio Grande do Sul, desde a infância pude presenciar no cotidiano das pessoas a avaliação entre o ficar e o sair, seja, rumo às cidades, seja rumo aos estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás que conforme cada ano se apresentaram como possibilidades.

Durante o curso de Bacharel em Sociologia na Unijuí/RS e atuação como Extensionista Rural no município de Esperança do Sul/RS, verifiquei empiricamente uma movimento de “retorno” ao meio rural de famílias que residiram por vários anos nas cidades. O fato chamou a atenção especialmente para quem ouvia falar somente em êxodo rural como produto de uma questão meramente econômica. O que estava ocorrendo? Por que o rural se tornou atrativo? Em que situações ocorre este fato? Quais são as características dos segmentos que voltam? Esta indagação se tornou enfim objeto de pesquisa na graduação e, posteriormente, em uma especialização em Ciências Sociais cursada na mesma universidade.

Estes estudos apontaram que as idas e vindas, os deslocamentos de indivíduos e, ou famílias também incluíam os deslocamentos para o Mato Grosso, Goiás, Tocantins, enfim, para os estados brasileiros da “fronteira”. Porém, este tema, apesar de sempre ser um fato concreto no meio social em que vivi, não havia até então sido objeto de reflexão mais aprofundada. No ano de 2007, na busca pela ampliação da formação pessoal e ainda instigado com a temática dos deslocamentos, visualizei no CPDA um espaço propício onde inicialmente foi apresentada uma proposta que visava ampliar o debate das migrações campo e cidade e retorno no Sul do Brasil. No entanto, nos primeiros meses fui convidado pelo meu orientador para participar da pesquisa “Sociedades e Economia do Agronegócio – um estudo exploratório”.¹ Este ingresso lançou o desafio de pensar os aspectos principais dos deslocamentos de famílias ou indivíduos nas regiões emblemáticas do chamado agronegócio, áreas que, aliás, naquele início de 2007

¹ A pesquisa sob a coordenação de Beatriz Heredia (IFCHS-UFRJ), Leonilde Medeiros (CPDA-UFRRJ), Beatriz Heredia (IFCHS-UFRJ), Moacir Palmeira (MN-UFRJ), Sérgio P. Leite (CPDA-UFRRJ) e Rosângela Cintrão (CPDA-UFRRJ), objetivou desenvolver estudos exploratórios agregando diversos olhares sobre regiões do país cuja dinâmica envolvesse o chamado Agronegócio e caracterizassem grandes processos de transformação recente.

ainda estavam por ser definidas. No mesmo período, o aprimoramento dos estudos entrei em contato com outras áreas de conhecimento, especialmente da economia e a da demografia, culminando na participação no V Encontro sobre Migrações. Na comunicação por mim proferida sobre o trabalho do retorno para o campo, ficou claro o rumo teórico metodológico que deveria seguir; observar a migração enquanto processo social, como objeto central da pesquisa e tomando, do ponto de vista metodológico, a trajetória dos grupos familiares para posterior análise.

O estudo aqui enunciado neste período passou também a compor outra pesquisa associada ao mesmo tema, denominada “Família, parentesco e agronegócio”, coordenada pelo prof. Dr. John C. Comerford, o qual vem desenvolvendo estudo socioantropológico sobre família, redes de parentesco nestas regiões citadas, criando condições de refletir a partir de atores, como empresários rurais de um lado e, de outro, trabalhadores-camponeses, as formas de manifestação destas relações e configurações sócio-morais entrelaçadas nas relações econômicas.

O passo a seguir na construção do objeto de pesquisa já apontou para o Mato Grosso e o fluxo migratório oriundo do Sul do Brasil como eixo por onde estaria sendo construída a pesquisa. Logo no final de 2007, depois da realização de um *survey* pelo Brasil, foram definidas, pelos coordenadores da pesquisa, três áreas de estudo: a região da BR-163 no Mato Grosso, o Triângulo Mineiro e o Oeste Baiano. Em cada uma destas áreas formou-se uma equipe. No meu caso, fiquei no grupo do Mato Grosso, pois avaliou-se que era onde eu teria melhores condições de somar conhecimento, trazendo para o debate o conhecimento e a experiência acumulada de trabalho e pesquisa dos anos anteriores no Sul do Brasil. Até a início do trabalho de campo, porém, não conhecia, nunca havia viajado para o Mato Grosso, fato um tanto curioso, pois, mesmo sem tê-lo feito, eu dispunha de um arcabouço de informações sobre pessoas, formas de vida, dificuldades, notícias, de forma muito presente. Afinal, de modo geral é muito difícil nos municípios do noroeste gaúcho encontrar famílias que não tenham ligação através de pessoas (familiares, parentes, amigos ou conhecidos) no Mato Grosso. Esta rede criava um fluxo de informações do qual eu mesmo, enquanto pesquisador e autor, passei a fazer parte.

No período dos meses de janeiro e fevereiro de 2008, quando construí o projeto de pesquisa, estive mais de 30 dias nos municípios do Sul do Brasil. Este período pode ser considerado uma das etapas do trabalho de campo. Neste caso, nas regiões de origem, visto que o olhar estava voltado para o processo migratório, e assim busquei a interação e contato com inúmeras pessoas que visitavam aquela região de origem. Este período, associado com a análise dos dados demográficos, é que deu luz para a abordagem da migração no período pós-90. A observação empírica dava indicativos de um número relevante de pessoas que migraram neste período, muitas para as cidades do Mato Grosso, que se encontravam em pleno crescimento, outras para o trabalho de peão em fazendas de conhecidos e outras, ainda, buscando lotes de terra em assentamentos. Conhecendo este universo empírico do Sul, eu carregava comigo uma inquietação diante de uma representação coletiva que aparecia nos locais de origem e muitas vezes é reproduzida pelas pesquisas acadêmicas, que tomam a migração dos sulistas sempre associando ao processo de enriquecimento e ascensão social. Tinha indicativos que isto não era uma associação que poderia ser feita de forma genérica. Assim, observar a heterogeneidade presente dentro do fluxo migratório do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires foi uma das definições tomadas já nas primeiras semanas do trabalho de campo com a equipe de pesquisa.

Este caminho trilhado produziu o objeto desta dissertação: Compreender o processo migratório do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires através das trajetórias de migrantes que se constituíram “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso no período pós-90. Os objetivos específicos desta pesquisa foram: i) Trazer para o centro do estudo o tema da migração, delimitando caminhos teórico-metodológicos auxiliares na investigação ii) Refletir sobre o contexto sócio-histórico pós 90, identificando os caminhos e as estratégias de “entrada” no Mato Grosso desencadeadas por este grupo social; iii) Identificar os principais mecanismos de seletividade e distinção social em perspectiva histórica presentes no processo migratório a partir deste fluxo de migrantes; iv) Refletir sobre o papel das redes sociais (familiares, de parentesco e conterrâneos, construídas pelos atores aqui pesquisados e os vínculos que as interligam às regiões de origem e outros espaços.

Os estudos sobre migração no Brasil, principalmente no campo da demografia, têm o grande mérito de indicar com base em métodos quantitativos, a direção, a intensidade e à relevância dos fluxos, bem como possíveis fatores estruturais e conjunturais que levam à sua ocorrência nestas regiões. Há de se convir de que nos debates sobre as heterogeneidades que compõem os processos migratórios, mesmo a migração ocorrendo rumo ao mesmo destino, ela não é um fenômeno unilinear que ocorre de forma homogênea ainda que possa “padronizar” os grupos de migrantes oriundos do Sul do Brasil e as posições sociais que vêm assumir no novo espaço. Neste ponto se situa uma das contribuições deste estudo, ou seja, a migração estudada a partir de um grupo do Sul considerado em posições sociais não privilegiadas e, desta forma, dialogar com os contextos sócio-históricos e com os dados demográficos na dinâmica do Agronegócio. O segundo ponto relevante deste trabalho é que ele permitirá analisar a dinâmica dos acontecimentos no Mato Grosso, a partir do processo migratório.

Realizar o estudo sobre migração enquanto processo social implica primeiramente em tomar os atores (migrantes) como agentes coletivos, focando além das manifestações que podem ser verificadas no agir cotidiano dos residentes em determinado local. Nestes termos, é importante realizar esta análise verificando a dimensão “temporal”, ou seja, as construções históricas do deslocamento, estabelecendo conexões com os “espaços” de origem. As trajetórias devem ser compreendidas no meio social onde as encontramos e interagindo com os contextos sócio-históricos, com outras forças estruturais e vetores que interferem no processo migratório compreendendo que existem forças estruturais que constroem e desconstroem dinâmicas no espaço social (BOURDIEU, 1989).

Mesmo que estejamos tratando aqui neste trabalho de grupos familiares que se deslocam, estes o fazem em meio a uma trama de relações sociais que envolvem outros migrantes, os não migrantes, ou também chamados de comunidades de espectadores que permanecem nos locais de origem, mas conectados através das redes sociais. Para analisar este deslocamento, tomamos a família (casal mais os filhos que migram conjuntamente) como categoria analítica. A análise do deslocamento geográfico, geralmente concebida em termos nativos como deslocamento da família, lançou mão da noção de trajetória, de Bourdieu (2006), que, por sua vez, não se confunde com um sentido puramente geográfico de trajetória.

O trabalho de campo teve a duração de março a julho de 2008, considerando um tempo de 80 dias na microrregião do Alto Teles Pires/MT, mais 15 dias no mês de outubro do mesmo ano em municípios do Norte do Rio Grande do Sul. Para chegar às possíveis respostas do objeto elencado na pesquisa, a principal metodologia utilizada buscou captar as narrativas das famílias migrantes. O instrumento de entrevistas

dialogadas (gravadas em MP3 ou anotadas) em um ou mais contatos com as famílias dos “pequenos” proprietários rurais, foram centrais. No entanto, é importante frisar que as narrativas são compreendidas como práticas dos atores e, isto leva a perspectiva de sempre observar o contexto, o local, quem e em qual condição este ator produz esta narrativa. Quando cito o contexto, é fundamental apontar que os instrumentos da etnografia foram correntes na pesquisa construindo diariamente o caderno de campo, que acima de tudo contém observações, percepções, informações adicionais do local estudado, além de situar cada ator, cada contato que obtivemos. Contamos neste trabalho de campo com a possibilidade de diálogo com a equipe antropológica composta por cinco pesquisadoras coordenadas pela prof^a. Dra. Ana Cláudia Marques. Este coletivo no trabalho de campo permitiu que as informações e observações fossem somadas.

Agregam-se ao conjunto dos dados informações secundárias de bibliografias, dados locais censitários e outros muitos levantados pela própria equipe de pesquisa. Em suma, apontamos que as trajetórias aqui elencadas, bem como o grupo social dos “pequenos”, foi o foco para onde esta dissertação se direcionou. A presente dissertação está dividida em quatro capítulos, estruturados a partir do olhar sobre as trajetórias dos migrantes.

O capítulo 1, sob o título “O cruzamento do trabalho de campo e a pesquisa sobre migração”, traz uma reflexão sobre a temática da migração, estabelecendo a partir dela a perspectiva da migração enquanto processo, o que vai ser referência fundamental para traçar os caminhos da investigação, que toma as trajetórias de um grupo social (dos “pequenos”) como centralidade. Assim sendo, na sequência do capítulo são apontados aspectos sobre o trabalho de campo, especialmente quem são, onde foram encontrados, que estratégia foi adotada na pesquisa para chegar até estes atores sociais. Em suma, trata-se das premissas teórico-metodológicas, seguidas dos caminhos percorridos no trabalho de campo para delinear as trajetórias elencadas. Foram definidas 25 trajetórias de famílias, que são o foco de análise neste trabalho.

O capítulo 2, sob o título “A chegada no Mato Grosso”, versa especialmente sobre dois aspectos centrais. O primeiro apresenta uma contextualização construída a partir das trajetórias dos atores foco desta pesquisa e outros, e paralelamente dialoga em cada ponto com bibliografias que auxiliam e permitem situar as trajetórias das famílias. A urbanização e as chácaras, os projetos de assentamento, os fluxos migratórios são questões elencadas. O segundo aspecto deste capítulo observa como os atores sociais designados de “pequenos” se movimentam no ponto de destino (Mato Grosso), buscando espaços de inserção produtiva e locais de residência. A luta por acesso à terra e ao trabalho são centrais neste aspecto, bem como uma avaliação constante do “melhor lugar” para permanecer ou estabelecer nova etapa migratória. Em suma, o capítulo situa o caminho pós-90 trilhado por estes atores no Mato Grosso, apontando as peculiaridades diante de uma possível relação a ser estabelecida com os “grandes” que também migraram do Sul do Brasil.

O capítulo 3, sob o título “A seletividade do Sul do Brasil para o Oeste”, discute como se construíram estes atores sociais encontrados no Mato Grosso a partir de três vertentes: i) a relação entre migração e ciclo de vida buscando associações com momentos de migração, período pré e pós-matrimônio a partir dos atores; ii) busca desde o processo de ocupação do noroeste e norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e oeste do Paraná estabelecer a seletividade foi promovida de início pelos agentes da colonização e paralelamente “incorporada” pelos migrantes; e iii) a construção da distinção social que foi sendo produzida no decorrer das trajetórias na

qual aponta para o trabalho enquanto valor moral como um dos principais balizadores entre “os sulistas” e “os outros” como também serve para estigmatizar os que não alcançaram acumulação de capital no decorrer de suas trajetórias.

O capítulo 4, no eixo “Migração e redes sociais”, define o “lugar” das redes sociais dentro da abordagem da migração enquanto processo social. Duas questões são centrais neste capítulo. A primeira busca discutir as redes sociais se articulando na migração “fazer mudança”. A categoria nativa de “conhecidos”, associada à ideia de pertencimento é discutida nesta abordagem sobre redes sociais, bem como a família e o parentesco participando do leque de relações que envolvem locais de origem e destino. O segundo ponto central do capítulo parte da categoria nativa de “conhecimento”, que vai delinear a importância da informação que circula nestas redes, bem como observa a relação de quem a produz. A busca “pelo conhecimento” é fundamental e aparece nas viagens para conhecer, na busca por (re) construir relações no local de destino e na relação com o Sul.

CAPÍTULO 1: O CRUZAMENTO DOS CAMINHOS NO CAMPO E A PESQUISA SOBRE MIGRAÇÃO

Este capítulo delimita as principais correntes e vertentes utilizadas nas pesquisas sobre o tema da migração, apresentando como pressuposto teórico-metodológico a concepção da migração enquanto processo social. Como segundo ponto, o capítulo detalha o caminho investigativo adotado neste trabalho, ou seja, a realização do trabalho de campo refletindo sobre a estratégia adotada para se chegar aos atores sociais. Delimita, por fim, as 25 trajetórias dos atores que serão foco central de análise no decorrer de toda a dissertação.

1.1 AS PESQUISAS SOBRE MIGRAÇÃO

O tema da migração é estudado pelas várias áreas do conhecimento, fato que, se ao mesmo tempo o torna “uma terra de ninguém”, cria a necessidade da interdisciplinaridade em sua abordagem, visando tornar a análise mais complexa e mais aproximada da realidade. O tema historicamente vem sendo moldado por juristas, historiadores, demógrafos, geógrafos que observam os deslocamentos em suas dimensões econômica, simbólica, política e cultural, antes deste tema ser retomado como objeto da sociologia (SAYAD, 1998). Assim, da sociologia trata-se de “transformar um problema social em problema sociológico” (BOURDIEU, 1989). Vai ao sentido não de “escolher” uma corrente ou vertente de pensamento sobre migração ou, ainda, um área disciplinar do conhecimento, mas justamente no sentido de construir um arranjo teórico-metodológico a fim de melhor dar conta do universo de pesquisa pretendido.

Mesmo assim, diante das diversas abordagens sobre migração é necessário identificar alguns dos principais debates considerando as suas possibilidades e deficiências diante do desafio de tomar os processos migratórios como fenômenos sociais. Numa busca genealógica da noção de migração e suas subclassificações (emigrante, imigrante, sazonal, permanente), Fazito (2005) identifica a abordagem sobre migração que emerge como questão social a partir do conceito de população associado aos estudos demográficos na emergência da sociedade moderna. A ampla abrangência e divergência em torno do conceito de migração e as suas diversas tipologias são debatidas nos trabalhos de Vainer (2001), Palmeira e Almeida (1977), Salim (1992), mas estes trabalhos, de outra parte, apontam para a importância de perceber os contextos históricos onde se geram estas tipologias. Com base nos trabalhos destes autores, há uma superação das abordagens que tratam a migração como constituinte da natureza humana ou decorrente de fatores naturais. Mesmo se assim for considerada, está disposta a dimensão social, pois se trata de relações sociais construídas historicamente. “A migração, trata-se de fenômeno eminentemente social associado às determinantes múltiplos, além de apresentar interações peculiares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta” (SALIM, 1992, p. 119).

As vertentes neoclássicas se ocupam em pensar a existência de desequilíbrios espaciais na economia. Desta forma, as migrações entram como fator corretivo, considerando que estas diferenciações regionais denotam diferenças de salários e de

oportunidades de trabalho. A geração de fluxos é, nesta perspectiva, constituída do somatório de decisões individuais. Colocadas as possibilidades sob este aspecto, os indivíduos tomam suas decisões, que incluem os deslocamentos, considerando suas habilidades e competências no mercado de trabalho. As críticas a este modelo estão justamente centradas sobre este determinismo, baseado em leis estáticas e sob a perspectiva da liberdade individual quanto à mobilidade e no direito de ir e vir (SALIM, 1992; VAINER, 2001).

Estes estudos, que vão se basear em certas leis naturalizadas², mais tarde se associam às abordagens estruturais e funcionalistas que consideram os movimentos migratórios como causas e consequências de fatores e determinantes estruturais macroeconômicos. No centro destas abordagens clássicas está a unidade analítica do indivíduo, que toma pra si os processos decisórios na relação com as características da região de origem e de destino. Os modelos *push-full* (atração-repulsão) estão envoltos nesta perspectiva. Lee (1966) retoma as “leis” construídas por Ravenstein no século XIX. Estas leis da migração como define estão baseadas na análise da origem e destino, onde seriam considerados fatores de ordem econômica e infra estrutura, e assim entram os fatores pessoais na tomada de decisão nestes contextos. Na conexão entre o local de origem e destino, estariam os obstáculos intervenientes, ou seja, custos, dimensões de família, variáveis individuais e a seletividade. Isto remete à pergunta clássica, atribuída aos indivíduos: Quais as motivações para a migração, ou ainda, de ordem mais geral - quais os fatores de atração e expulsão? Nesta abordagem teórico-metodológica que é mais recorrente na sociologia, por mais que estejam sendo considerados os contextos socioeconômicos, no limite é a ação do indivíduo, sua racionalidade, que vai determinar a decisão de migrar ou não (PEIXOTO, 2004).

As teorias designadas como macrossociológicas privilegiam, essencialmente, as ações de caráter coletivo e as forças estruturantes que condicionam os agentes sociais e suas decisões quanto ao ato de migrar. A vertente histórica estrutural, que se baseia no materialismo histórico, percebe a migração não como um ato individual ou soma deles, mas como uma relação ou processo (BRITO, 2000). “Mesmo que alguns estudos combinem unidades de análise a níveis individuais e agregados, a migração, cujo motor é a desigualdade regional, processa-se geralmente redimensionando-a muitas vezes no sentido de uma desigualdade ainda maior em nível de regional, grupos sociais, etc” (SINGER, 1976, p. 125). Os trabalhos associados a esta vertente tendem a interpretar os deslocamentos como projetos coletivos, atrelados à organização e movimentação do capital no mercado global de trabalho. Esta ideia é crítica às abordagens da liberdade individual e coloca a migração como processo ao pensar os atores coletivos sempre sujeitos às pressões econômicas do sistema social contemporâneo. A abordagem, porém, não fecha o fenômeno migratório a um único determinante, mas o abre para a sua heterogeneidade que se constituiu historicamente, bem como às trajetórias dos atores que se movimentam no espaço. No caso do agronegócio da “fronteira” do Mato Grosso, a dinâmica gerada recentemente pela expansão de *commodities* tem peso relevante para gerar fluxos ou influenciar novos arranjos no espaço social, considerando que “a migração redistribui a força de trabalho segundo as necessidades específicas do processo de acumulação em contextos históricos concretos” (SALIM, 1992, p. 126).

Desta forma, o principal foco deste “olhar” está na relação migração e mercado de trabalho. Os “tipos” de trabalho ou formas de inserção produtiva implicam o afastamento de determinados grupos de um local, bem como podem atrair migrantes

² Um dos clássicos desta perspectiva é Ravenstein (1980).

empobrecidos de diversas regiões, alimentando o ideário de que ali poderão melhorar seu padrão de vida, ou ascender socialmente. O mecanismo de atração-repulsão está ligado, neste caso, não nos atores em si, mas nas forças inscritas sobre eles (PEIXOTO, 2004, p. 23-24). Neste sentido, se a questão é o mercado de trabalho ou as suas expectativas, o foco da compreensão da migração centra-se nas regiões desenvolvidas (entendidas como polos de atração). Nesta abordagem, que observa o avanço da sociedade industrial no Brasil, as migrações internas serão compreendidas como transferências de populações de regiões atrasadas para as mais modernas (rural para o urbano, ou regiões rurais empobrecidas para as mais dinâmicas). Nos espaços de “saída” dos migrantes rurais estariam sendo observados os fatores de mudança, ou seja, a introdução da modernização agrícola, provocando expropriações e rearranjos nas formas de trabalho. Da mesma forma, a presença de estagnação destas regiões é gerada pela pressão de populações sobre as áreas agrícolas, produzindo o problema de insuficiência de terras e, também, pela monopolização de grande parte das áreas por grandes proprietários (SINGER, 1976).

Outra vertente caracterizada por este trabalho de Salim (1992) é a que considera a mobilidade da força de trabalho. Além da relação capital e trabalho, ganham destaque a produção e reprodução das relações sociais:

A migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado para atuar como agente de transformação e a dimensão espacial, traduzida no conjunto de relações sociais, é retida para possibilitar a análise de formas concretas de mobilidade de força de trabalho (SALIM, 2000, p. 127).

A mobilidade da força de trabalho realizada pelos agentes vai transformar os espaços não somente nos sentidos econômico, social, cultural e simbólico, ou como aponta Oliveira (2006), o “espaço pensado como construção social”, diretamente relacionada ao processo migratório. Estas dimensões cada vez mais têm sido objeto de investigação nos estudos sobre deslocamentos populacionais associados à noção de mobilidade espacial.

Se não há uma forma homogênea de mobilidade, mesmo se considerando os atores coletivos, é possível relativizar o mecanismo de tomada de decisão destes atores, como discute Vainer (2001), e assim compreender que em muitos casos o que aparece é a “mobilidade forçada”. Os casos analisados por este autor em projetos de construção de barragens, ou em outros casos de expropriação de terras indígenas, ou ainda outros projetos de desenvolvimento, reforçam a reflexão sobre o mecanismo decisório dos atores no processo migratório ou, visto de outra forma, o direito de permanecer no local.

Esta linha de pensamento permite também perceber como os mecanismos de produção e reprodução social das famílias se constituem frente às dinâmicas do capital. Salim (1992) afirma que podem ser desenvolvidas estratégias diversas na busca de melhor qualidade de vida, da possibilidade de mobilidade social ou, ainda, de resistências ao que ele chama de contra-mobilidade. Os fluxos entendidos como movimentos de massas populacionais em um sentido comum, há de se convir que compõem as estratégias diferenciadas e muito variadas dentro do mesmo campo ou grupo social ou na relação dos diversos campos. Garcia Jr. (1989) trabalha em sua pesquisa buscando compreender as múltiplas estratégias que camponeses nordestinos vão desenvolvendo no contexto histórico de mudanças nas relações de produção e reprodução, que envolvem a terra, o trabalho temporário, o alugado, a migração de membros das famílias para a cidade, seja de forma permanente, ou seja, de forma

temporária objetivando o retorno ao rural a fim de se constituir como proprietário. Aprimorar e refletir a partir desta perspectiva parece fundamental nos períodos recentes onde os deslocamentos das pessoas e ou grupos sociais têm aumentado em proporção, intensidade e, em geral, com tempo de permanência menor no local de destino. Este caminho trilhado permite “não cair na armadilha reducionista e funcionalista do fenômeno de deslocamento humano” (BRITO, 2000, p. 131).

Como pensar a migração como processo social? A complexidade de situações dos deslocamentos exige do pesquisador a adoção de um arcabouço teórico-metodológico, capaz de compreender a migração como um processo social e os migrantes como agentes desse processo. A análise da migração deve ser percebida como um acontecimento histórico, que atinge uma “comunidade” de agentes, tanto os que partem quanto os que ficam, constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, mediados por organizações sociais (de classe, gênero e raça/etnia). Os atores são agentes neste processo, portanto a análise parte da ótica destes atores envolvidos no processo migratório (SILVA; MENEZES, 2006).

As autoras consideram, ainda, elementos sobre os migrantes a partir de duas óticas: inicialmente, trata-se da análise das condições históricas que produzem processos de expropriação e violência sobre os sujeitos migrantes; como segundo ponto, o migrante está inserido numa realidade, num cotidiano permeado por redes sociais (de parentesco, família, conterrâneos, ideológicas, etc) que constroem o espaço social. Observar o migrante sobre estes dois aspectos permite a reflexão sobre o processo migratório, atribuindo-lhe fatores econômicos, mas não como únicos:

Além das determinações estruturais, as relações de representações sociais dos agentes da migração explicam suas trajetórias e seus destinos entendidos numa dialética de aceitação-recusa, determinação-indeterminação, realidade-ilusão. A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também às necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). A compreensão dessa dialética afasta os dualismos e as excludências, no sentido de que o real, o palpável, é verdadeiro; e o irreal, o invisível, é falso. As representações sociais (símbolos, imaginário) são elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apóia sobre uma base social (SILVA; MENEZES, 2006, p. 05).

Na abordagem da migração enquanto processo social, focando além das manifestações no agir cotidiano dos grupos sociais residentes no contexto estudado, se torna pertinente estabelecer conexões com os “espaços” de origem³, da mesma forma, realizar esta análise verificando a dimensão “temporal”, ou seja, as construções históricas do deslocamento. São relevantes as abordagens macrosociológicas descritas anteriormente, pois possibilitam identificar os contextos sócio-históricos e a compreensão de outros vetores e forças estruturais no processo migratório. De forma analítica, podem observar estas forças estruturais que constroem e desconstroem dinâmicas no espaço social. Podem ser pensadas como estruturas estruturantes (BOURDIEU, 1989). O acesso ou não à terra e ao trabalho, bem como outras dinâmicas

3 No texto utilizo o termo de origem, que está associado aos locais de onde os atores sociais estudados migraram. Já o termo de *origem* (sempre em itálico) trata-se de categoria “nativa”, associada ao elemento étnico-cultural.

do desenvolvimento em que se envolvem em cada momento histórico os atores migrantes, não são dados ou construídos somente por eles, mas estão inscritos em vetores que por vezes estruturam lugares considerados de origem e destino, mesmo que de modo peculiar.

No caso, podemos perceber que a perspectiva (neo) marxista considera a migração (fluxos) enquanto agente coletivo, constituindo uma força no espaço social, diferente da neoclássica, que indica o indivíduo enquanto agente do deslocamento.

A noção de trajetória social permite clarear este caminho, na medida em que é considerada “como uma série de posições sucessivamente que são ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo por um grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2006). Sob esta abordagem, o estudo migratório, assentado sob a perspectiva meramente econômica, tem dificuldade de operar, especialmente quando constrói modelos estáticos para pensar a dimensão mais empírica. De outra parte, a perspectiva do ciclo de vida ou ainda da trajetória social permite entrar em dimensões da racionalidade instrumental fundidas com as dimensões dos valores e ou comportamentos dos atores; neste sentido, tratam-se de realidades coletivas (grupo, da família, de grupo que possuem mesmo *habitus*) que se interligam com a perspectiva individual dos migrantes em si. Isto forma o ator coletivo, que passa a ser a unidade de análise (BOURDIEU, 2003; SAYAD, 1998).

A análise das migrações pela trajetória social dos agentes pode ser associada ao ciclo de vida (no caso da família trata-se do ciclo de vida familiar - casamento, juventude, filhos, idade). Os estudos do campesinato dos colonos do Sul compreendem que a formação de novas unidades familiares e de produção o momento do matrimônio (ou pré-matrimônio), o momento de nascimento dos filhos e, ainda, a fase dos filhos em idade adulta são relevantes para desencadear novos deslocamentos de membros familiares (WOORTMANN, 1984, 1990). No caso de famílias estudadas, nesta pesquisa a tentativa de estabelecer uma relação na análise sob o início da trajetória social do grupo familiar ao ciclo de vida pode partir da categoria expressa “começar”, ou “nós começamos”. Começar aponta o início de uma trajetória social cujo objetivo é acumulação de patrimônio com vistas a reproduzir o grupo familiar ou a geração seguinte (filhos). No sentido da acumulação de patrimônio, é uma busca por mobilidade social dos atores. Esta trajetória poderá ou não estar associada aos deslocamentos espaciais. Neste sentido, tratar de trajetória migratória remete a pensar a partir do deslocamento em si.

A trajetória adquire corpo e visibilidade não apenas para o seu agente, mas para toda uma comunidade de espectadores, através da inscrição e do reconhecimento legitimado de sua ação em um contexto histórico específico (SAYAD, 1998). Em outras palavras, mesmo que as motivações individuais sejam pertinentes no processo migratório, como de fato o são na maioria das vezes, não se pode perder de vista o campo das relações e das forças em que tal vetor se inscreve e no qual adquire sua forma e sentido objetivo (BOURDIEU, 2003; SAYAD, 1998).

O que se defende, primeiramente, é que os migrantes não atuam isoladamente, nem no ato de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de inserção no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos (conhecidos), familiares, parentes ou, ainda, agentes promotores da migração (como administradores municipais, empresas colonizadoras, que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios ao deslocamento e à fixação definitiva. A perspectiva

desta teoria é considerar a centralidade do debate sobre processos migratórios aos agentes coletivos na construção dos fluxos:

Redes construídas pelo movimento e contacto de pessoas através do espaço estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo. Mais do que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar propensões diferenciais à migração e o carácter duradouro dos fluxos migratórios (PEIXOTO, 2004, p. 23).

Neste sentido, é possível identificar a conexão da rede social de conterrâneos, parentes e familiares inseridos na dimensão institucional. Comerford (2003) estabelece o mapeamento dos “territórios de parentesco”, identificando como as relações e as redes passarão para os espaços institucionais do Sindicato de Trabalhadores Rurais, setores da igreja ou ainda administrações municipais. Assim estes atores nestas instituições, continuam a atuar com base num conjunto de valores morais que constroem a política de reputação na sociabilidade local.

Em suma, as trajetórias coletivas (famílias) estão inscritas num conjunto de laços e relações de uma rede social, que, por sua vez, estão inscritas em contextos sociais, históricos, culturais e econômicos. Para compreender e interpretar de forma adequada os fatos empíricos dos deslocamentos devemos considerar, detalhadamente, os laços e relações (tanto formais quanto informais) que permitem a distintos atores sociais coexistirem em um espaço social concreto comum onde laços e relações que, dinamicamente, constroem e facilitam a ação dos indivíduos e das coletividades, além da própria “trajetória”, a migração (FAZITO, 2005). Como operar isto metodologicamente na pesquisa?

A busca da reconstrução das trajetórias neste trabalho tem como instrumentos principais as narrativas dos atores estudados. As narrativas são instrumentos importantes “capturados” no trabalho de campo. Na obra “Como uma família”, Comerford (2003) considera as narrativas como práticas, ou seja, identificadas como estratégias de publicização e de construção das relações e nas políticas de reputações. Além disso, essas informações estão associadas a informações de observação participante, em que há verificação dos atos e vivências em relação às narrativas. Estes procedimentos parecem ter uma preocupação, apontada por Portelli (1997), no sentido de não tomá-las como “verdades” ou fragmentos “capturados” em gravações, e posteriormente, transcritos. Em suma, a narrativa deve estar associada a uma operação observada que permita o mapeamento do objeto. Mapeamento, nesta perspectiva do autor, é a observação que se faz da narrativa associada às ações dos atores, o que leva à construção dos “caminhos” onde estes atores estão se relacionando e a partir de então buscar as respostas para as questões colocadas na problematização. Nestes termos, para proceder ao caminho investigativo a partir destas premissas iniciais, o principal instrumento é o trabalho de campo. Neste o investigador lança mão de diversas estratégias para levantar dados e informações sobre o tema, sobretudo busca compreender e interpretar a vida social destes atores. Na seção a seguir discorreremos sobre o trabalho de campo apresentando os principais caminhos utilizados especialmente para traçar um conjunto dos atores em foco nesta dissertação.

1.2 O TRABALHO DE CAMPO

A partir da definição do grupo de pesquisa “Sociedades e Economia do Agronegócio”, da área de estudo no eixo da BR-163, a equipe coordenada pela prof^a. Dra. Ana Cláudia Marques e as pesquisadoras Ariana, Luciana e Cláudia, além de mim, realizamos de 1º a 08 de março de 2008, a primeira viagem para essa região, com vistas a traçar algumas questões iniciais e obter indicativos de “locais de entrada”, bem como definir um local onde a equipe ficaria instalada no período do trabalho de campo. Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso foram as cidades visitadas, onde estabelecemos contatos e entrevistas exploratórias. Neste sentido, definiu-se como ponto de partida toda a equipe ter Sorriso como foco de investigação central e de fato foi onde estabelecemos residência no período do trabalho de campo.

Dos meses de abril a final de julho, a equipe realizou o trabalho de campo, cada qual permanecendo um tempo entre 60 a 80 dias. Viajei para a região no início de maio (dia 1º) e permaneci realizando o trabalho até o dia 08 de julho. Logo nos primeiros dias, em meio a várias discussões definimos os “campos” de exploração, que em termos gerais ficaram assim distribuídos: Ana Cláudia observaria com maior afinco as estratégias de produção e reprodução dos “grandes” e médios produtores; Luciana observaria este mesmo grupo para verificar as formas de sociabilidade, tomando como referência as festas até estabelecer contatos com as famílias em posição social superior na cidade; Cláudia tomou o grupo social dos trabalhadores estabelecidos em bairros populares da cidade, investigando a sociabilidade, relações de vizinhança e estratégias de reprodução. Ariana, neste mesmo grupo social, tomou os trabalhadores itinerantes que vêm para esta região especialmente do eixo Nordeste do país. A mim coube o grupo social dos “pequenos” proprietários rurais, tendo como ponto de referência os chacareiros, depois os assentados e trabalhadores agrícolas (os peões), sempre observando o fluxo migratório oriundo do Sul do Brasil.

Mesmo diante deste foco a cargo de cada pesquisador, a equipe buscou “explorar” informações diversas, assim como diversos atores sociais. Isto possibilitou estabelecer conexões para compreender o conjunto da vida social desta região, assim como conseguir informações relevantes para compreender o contexto social do grupo específico que cada um estava investigando e seu respectivo leque de relações.

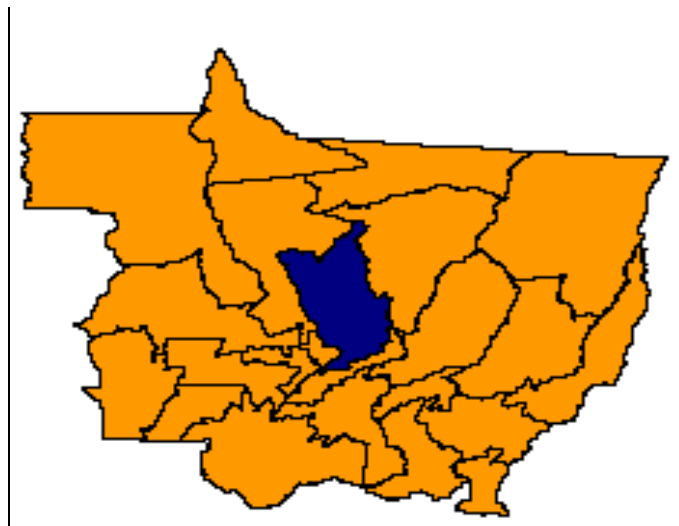


FIGURA 01 - Mapa de localização da microrregião do Alto Teles Pires, Estado do Mato Grosso.

Fonte: CUNHA, J.M.P da; ALMEIDA, G.M.R; RAQUEL, F.; CARVALHO, P. (2004) - **Diagnósticos Regionais do Estado do Mato Grosso**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/NEPO, Texto 49, 2004, p. 47.

1.2.1 4º Encontro dos Amigos do Portelaço – uma festividade dos migrantes do Sul

Logo nos primeiros dias do trabalho de campo, no mês de maio de 2008, estava tomado de certa angústia no sentido de identificar os espaços “de entrada” e assim traçar o caminho exploratório objeto desta pesquisa. Sabia de antemão pelas colegas que estaria ocorrendo naqueles dias a festa de aniversário do município e também a feira denominada Exposorriso. Este espaço estava nas agendas de nosso grupo de pesquisa. Logo, na busca de compreender melhor os canais e caminhos que conectam e conectaram os estados de origem de boa parte desta população desta região, identificamos que, paralelamente à realização desta festa estaria acontecendo o 4º Encontro dos Amigos do Portelaço. Ao ouvir falar sobre este evento, inicialmente pela colega de pesquisa Luciana, que já estava inserida em espaços de sociabilidade do Centro de Tradições Gaúchas (CTG), me recordei que este mesmo evento com o nome de “Portelaço” havia acontecido em 2003 no município de Tenente Portela/RS. Como trabalhava naquela região, soube da repercussão deste evento que envolvia festejos e encontro de caravanas de ex-portelenses de Sinop/MT e Canarana/MT, ou dito de outra forma, dos migrantes que saíram deste município rumo a regiões do Mato Grosso.

Nos dias seguintes saí em busca dos organizadores do evento e, ao passar no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) da cidade de Sorriso, conheci N. L. natural do município de Tenente Portela-RS, residente há 22 anos em Porto Alegre, período em que o irmão (J. L.) migrou para o Mato Grosso trabalhando como advogado para um grupo empresarial. Através deste contato, pude proceder a minha inserção no evento realizado em Sorriso e viabilizar a viagem com a caravana dos “portelenses”, fazendo o percurso com eles até a cidade de Tenente Portela RS. Foram 2500 km estabelecendo inúmeros contatos e entrevistas.

Segundo a narrativa de N. L., a ideia do encontro surgiu a partir de vários amigos todos nascidos em Tenente Portela e atualmente residentes no estado do Mato Grosso, especialmente destacando os grupos de Sinop, Sorriso e Canarana. Este último município citado surge a partir de um projeto de colonização privada que “selecionou”

colonos migrantes a partir deste município de Tenente Portela.⁴ Este grupo de amigos contatou outros amigos residentes em Sorriso, Sinop, Terra Nova do Norte e Querência do Norte, todos no Estado do Mato Grosso, e desencadeou um primeiro encontro que se realizou em Sinop. Este primeiro encontro ficou conhecido, e comentado entre os exportelenses espalhados pelo Brasil que passam a visualizar no evento um momento de encontro, de oportunidade de visitar e de atenuar as saudades. O segundo foi em Tenente Portela, por ocasião da comemoração dos 50 anos de emancipação daquela cidade. Canarana assumiu realizar o 3º encontro e receber as caravanas de outros municípios do Mato Grosso, e mais os conterrâneos de Tenente Portela.

Neste ano de 2009, o evento foi associado à festa do município. A programação incluiu recepção com festa pela cidade, um espaço permanente junto à feira-exposição, visitas a fazendas (acompanhado de refeições, café e almoço) do prefeito R. e da família S., encontro no clube privado Sol Nascente onde estiveram somente as caravanas participando. No domingo, homenagens, shows e mais festa além da despedida e da missa crioula. Vale mencionar que esta é a programação oficial, porém em conversas com vários participantes, as pessoas das caravanas por vezes em parte destes dias iam visitar parentes, amigos e familiares, além de pessoas que aproveitam o evento “para conhecer”. O prefeito de Tenente Portela, por exemplo, mais dois amigos no sábado à tarde foram visitar Sinop. T. A. (pequeno empresário de Tenente Portela) foi conhecer uma fazenda de um amigo. M. I., professora aposentada, participou da viagem especialmente para ficar os três dias em Nova Ubiratã/MT onde mora o filho. Casos como estes foram recorrentes também para as demais caravanas. Este encontro também acaba sendo um momento de troca de informações e por vezes até de negócios, momento de “buscar o conhecimento”. Um fato comentado foi de que houve oferta de uma fazenda de 6000 hectares no município de Paranatinga/MT por um senhor que não foi mencionado, mas é ex-portelense, pelo valor de dois milhões para o senhor I. C.. O negócio não foi fechado, mas pode haver uma negociação neste sentido.

Este senhor I. C foi prefeito de Tenente Portela de 77-1981, ou seja, nomeado pelos governos militares, pois a região era considerada área de segurança nacional por estar localizada próxima à fronteira com a Argentina. Esse mesmo período é um momento de forte articulação de “saída” de pessoas de Tenente Portela, não exatamente para a área inicial do Projeto Canarana, mas para os projetos privados existentes em toda aquela grande região.

Observando com maior atenção, percebi que o evento é representativo de um processo migratório. A começar pelas cinco caravanas; as quatro caravanas presentes do Mato Grosso representavam exatamente os projetos de colonização levados a cabo pelo estado com a parceria da Cooperativa de Colonização criada na década de 70, que “recrutava” pessoas no Sul do Brasil, em especial na região do Alto Uruguai/RS. Desta forma, haviam sido convidados alguns agentes que foram importantes neste processo. Cito, em primeira ordem, um agente ex-funcionário do Incra que atualmente reside em Brasília. Em conversa informal, ele menciona que foi responsável “por levar mais de mil famílias de agricultores do Sul para outros estados”, citando a participação nos projetos de Canarana, de Terra Nova, alguns assentamentos do município de Tapurah/MT, além de projetos em Jataí/GO, e outros ainda no Maranhão e Piauí. Conversamos com o agrônomo N. V., que reside e trabalha em Terra Nova, e foi agente

⁴Tavares dos Santos (1993), no livro *Matuchos*, detalha os processos que envolveram este projeto de colonização de Canarana e o projeto de colonização de Terra Nova/MT ambos cuja migração inicial tem origem na região noroeste do RS e mais especificadamente no município de Tenente Portela/RS.

destacado no acompanhamento do projeto nos anos de 72-78. Este agente era agrônomo da Cooperativa Triticola Ijuí Ltda (Cotrijui), cooperativa que esteve presente na região de origem no Sul. Depois em conversa com outros agricultores presentes eles apontam que estes dois agentes que fiz referência tiveram papel importante na articulação “para levar gente pra cima” conforme mencionam. Citei também as administrações municipais, um representante da rádio municipal de Tenente Portela, e ainda, outras pessoas de destaque como agricultores que fundaram a cooperativa de produção (Coopercana) em Canarana. Logo descobri que estes projetos de colonização vão constituir uma espécie de “ponto de parada” para os projetos que serão levados a cabo nos anos seguintes e conduzidos pelo estado ou por empresas colonizadoras privadas, até chegarmos aos Projetos de Assentamento da década de 90.

Assim, a participação no 4º Encontro dos Amigos do Portelaço permitiu, no decorrer do trabalho de campo, construir conexões com as trajetórias individuais, da mesma forma que dispor de um conjunto de elementos para compreender a circularidade dos migrantes no Mato Grosso do ponto de vista espacial e temporal.

1.2.2 No caminho dos chacareiros

A segunda “entrada” definido em conjunto com a equipe de pesquisa se situou via Feira de Produtor no município de Sorriso. Esta feira, realizada nas terças-feiras, quintas-feiras e sábados reúne famílias de feirantes do entorno da cidade de Sorriso, definidos como chacareiros⁵, e alguns assentados do assentamento Jonas Pinheiro, localizado à 30 quilômetros de Sorriso às margens da BR-163, trecho que liga este município a Sinop. Na feira estabelecemos nas primeiras semanas contato com dois dos feirantes. A primeira família tratava-se de N. M. e S. B. que comercializavam embutidos derivados de carne suína, queijos e mel e que possuía uma chácara de três hectares há três anos nas proximidades da cidade de Sorriso. Na primeira entrevista ainda na feira, N. M. sinalizou uma passagem como trabalho “de peão fixo” no distrito de Boa Esperança (Sorriso) onde enfatizou que esteve prestes a adquirir lotes no assentamento Santa Rosa, o que trouxe indicativos e interesse em conhecer este assentamento considerado um dos mais importantes do município de Sorriso.

Na mesma feira do produtor, em outra ocasião estabeleci contato com C. V., que comercializava produtos hortigranjeiros, juntamente com o irmão. Nesta conversa inicial, que rendeu uma entrevista nos dias seguintes na sua chácara localizada no Bairro Carolina, ele se apresentou como sua naturalidade em Constantina/RS destacou uma passagem antes da migração para o Mato Grosso pelo trabalho em churrascarias na cidade do Rio de Janeiro, diante da nossa apresentação como pesquisadores oriundos desta cidade. Na ocasião da visita à chácara fomos de mototáxi e me chamou atenção que havia na entrada da chácara vizinha à de C. V., uma placa com os termos “Vende-se esta chácara”. A entrevista realizada com C. V. ocorreu em meio à realização de suas atividades, íamos conversando em meio à coleta de hortaliças e caminhadas pela área da chácara. Este fato indicou a relevância do trabalho enquanto valor moral expresso na

⁵A designação de chacareiros deriva do termo chácara. No plano básico de formação das cidades no Mato Grosso conduzido por empresas colonizadoras havia áreas/lotes, que variavam de 2,5 a 10 hectares, previstas para a instalação de unidades familiares de produção, com fins de abastecimento destes núcleos urbanos com gêneros alimentícios. Os proprietários destas unidades produtoras situadas no entorno de um núcleo urbano foram designados de chacareiros. Desta forma, o chacareiro trata-se de um proprietário de uma unidade de produção de até dez hectares situada no entorno das cidades. Em geral, estes realizam atividades agrícolas como uma das suas principais fontes de renda e possuem residência nesta unidade de produção (chácara), mas nem sempre esta residência é a única da família.

fala do chacareiro: “aqui não dá pra perder tempo”. Logo depois, os questionamos sobre a chácara vizinha, assim ele deixou vir à tona que se tratava do seu cunhado, que havia migrado e constituído o negócio da produção de hortaliças em parceria, porém no período após a migração houve “briga” entre ambos, fato que estava motivando este cunhado a vender a chácara objetivando retornar para o Rio Grande do Sul. Depois de alguns dias, fomos até a chácara de R. P. (o cunhado) para estabelecer contato, o que resultou em mais duas visitas e a entrevista. Este contato requereu grande habilidade do pesquisador devido à relação tensa entre ambos. Na ocasião da visita a R. P. este já sabia que havíamos visitado o chacareiro vizinho (C. V.), assim ele tencionou saber o que o mesmo havia relatado, ou como ele havia contado a história da migração para o Mato Grosso. Obviamente, não contei as informações, mas não pude gravar a conversa para evitar maiores constrangimentos. O caso trouxe um conjunto de representações sobre o Mato Grosso diante do planejamento estabelecido para retornar ao Rio Grande do Sul.

Outros chacareiros foram contatados via um dos técnicos da Secretaria de Agricultura (natural do noroeste do Rio Grande do Sul) que o acompanhei numa visita de orientação no trabalho de ensilagem⁶ na chácara de A. S e S. S. e, estabelecido o contato com a família, retornamos à chácara mais duas vezes pra realizar a entrevista. Na primeira visita feita com o auxílio de um mototáxi, erramos o caminho de entrada. Como na vizinhança da área pretendida havia outras chácaras, isso resultou em mais dois contatos com outros dois chacareiros; I. P. e A. T. L., que seriam visitados nos dias seguintes.

No caso de I. P., diante da chegada na chácara e disponibilidade para o diálogo manifestada pela família (nesta ocasião estava o casal), visitamos a chácara e realizamos a entrevista. Migrantes oriundos de União da Vitória/PR, o casal buscava, conforme relataram, melhorar as condições de vida no Mato Grosso, mesmo não tendo nenhum “conhecido” ou parente naquela região. Trabalhar “de peão”, como caminhoneiro e outras formas de trabalho compõem a trajetória do casal até a entrada na chácara, a qual é ainda hoje de propriedade “da família da esposa” de I. P. O casal trabalha e reside na chácara, vende embutidos na cidade em supermercados ou direto ao consumidor, destacando na sua narrativa, elementos que tentam indicar uma melhoria de vida sempre em relação à situação vivida antes da migração, em particular para a quantidade de patrimônio acumulada nesta relação.

Na mesma tarde chegamos ao vizinho de I. P., o chacareiro A. T. Chegando a esta chácara do vizinho, nos deparamos com algumas pessoas em frente a residência e um caminhão “de mudança”. Ao nos apresentar explicitando as razões de nossa estada ali e buscando informações de localização do chacareiro que pretendíamos visitar, A. T. destacou que também “era do Sul”, natural de Tenente Portela. Neste momento emerge um pequeno diálogo e agendamento de uma nova visita que aconteceu naquela mesma semana e mais outro encontro cerca de um mês mais tarde onde construímos a trajetória desta família. O caminhão “de mudança” na verdade era do cunhado do chacareiro que acabava de chegar ao Mato Grosso vindo do Rio Grande do Sul, e passou por ali para pousar até o dia seguinte quando seguiu rumo a uma fazenda onde este cunhado trabalharia de “peão safrista”. Vale destacar que o mediador para efetivar esta oportunidade de trabalho foi o chacareiro.

⁶ Atividade agrícola que consiste em triturar o milho na fase pós-floração e, posteriormente, colocá-lo em silo feito de lona plástica, realiza-se uma compactação e depois este silo é fechado permanecendo em processo de fermentação por no mínimo 20 dias. Após este período, o material fermentado (silagem) vai sendo retirado para ser fornecido às vacas de leite.

Finalmente após estabelecer estes contatos com chacareiros vizinhos, chegamos até a chácara de A. S. Eles aguardavam na varanda de sua casa, e em meio a uma rodada de chimarrão a primeira entrevista foi acontecendo. Minha sensação nesta chácara foi um relativo espanto, pois mais do que poderia imaginar tive a sensação de estar em uma propriedade de agricultores familiares do Sul do Brasil. Faço esta referência não somente pelo *habitus* desta família, mas esta verossimilhança estava presente na distribuição das culturas e das instalações, nas principais atividades de geração de renda (bovinocultura de leite e criação de aves em sistema de integração com empresas do setor). O casal, que migrou em 1997 passando a ser chacareiro, afirma que esta “mudança” implicou trabalho árduo, mas conseguiram “crescer” comparativamente à condição anterior. Outras duas visitas foram realizadas nesta chácara do casal nas semanas seguintes. No âmbito da vizinhança havia outras duas famílias de chacareiros, uma de um irmão de S. S. e outra de sua mãe.

Os contatos com mais dois chacareiros se estabeleceram a partir da participação numa festa de comunidade católica de Nossa Senhora de Fátima no assentamento Jonas Pinheiro à 30 km da cidade de Sorriso. Ali conhecemos L. P., que foi participar junto com sua filha K. P. da celebração religiosa desta festa. Após o almoço com esta família retornamos de carona com eles até a cidade de Sorriso. A partir daquele dia seguiram-se mais duas visitas e conversas com a família na chácara. Esta família em meio a narrativas sobre sua trajetória, indicou a importância de entrar em contato com uma família que era originária da mesma localidade no município de São José do Cedro/SC, Tratava-se de antigos vizinhos, mas que, no entanto, não havia uma relação “familiarizada”. Assim contatei a família de chacareiros de L. C. durante uma longa visita que se prolongou por um dia de estadia nesta chácara. Aliás, neste caso a chácara de seis hectares tem cinco residências, sendo a do casal mais velho e as demais das famílias nucleares de filhos (as), genros e noras. Coincidentemente, um destes genros eu já havia contatado por ocasião de um evento técnico que aconteceu na cidade duas semanas antes.

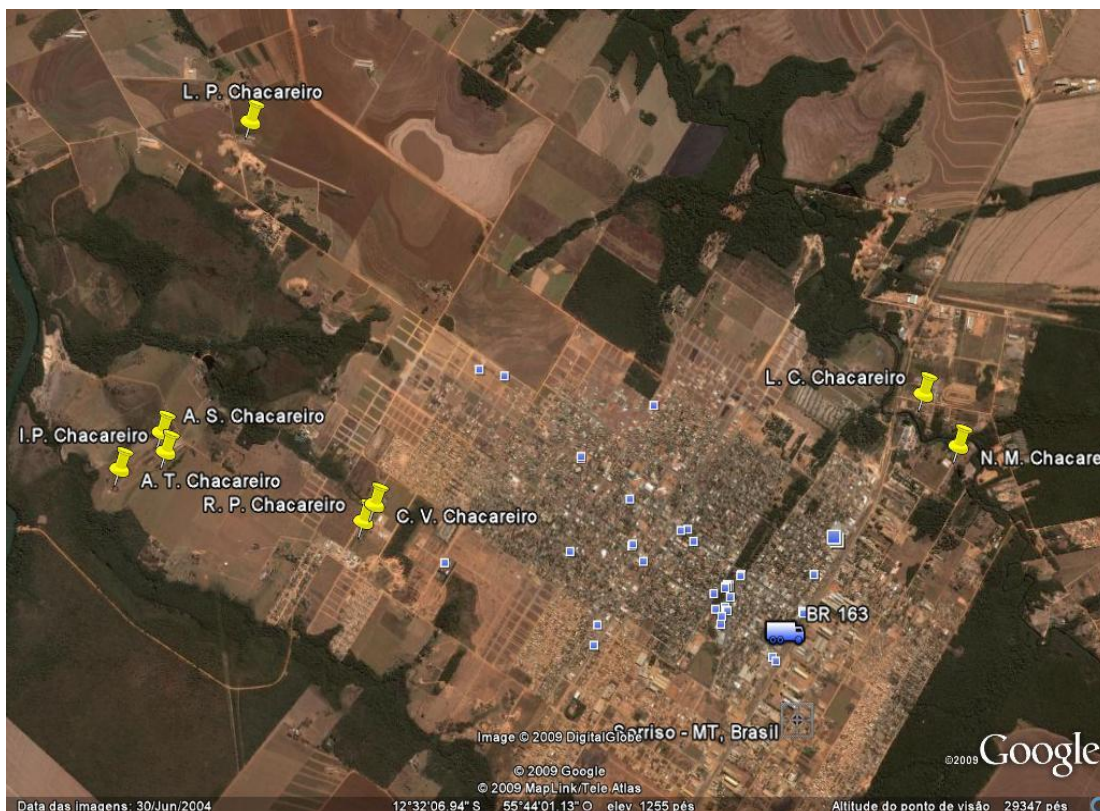


FIGURA 02 - Localização geográfica das chácaras de Sorriso/MT.

Fonte: Mapa elaborado pelo autor através do programa Google Earth, janeiro de 2009.

O grupo de chacareiros entrevistados, possuem alguns elementos em comum: têm na chacara a residência principal da família; relevância das atividades agrícolas desenvolvidas na chacara para a geração de renda, mesmo que esta não seja a atividade principal da família. No trabalho de campo, foi verificada a existência de várias chácaras, cujos proprietários são fazendeiros, ou empresários, mas cujo objetivo final é o lazer em atividades de familiares, grupos de amigos, ou encontros de trabalho, mas que mesmo dispondo de alguma produção não constituem o foco na geração de renda e local de residência principal. No caso do assentamento Jonas Pinheiro, localizado à 30 quilômetros da cidade de Sorriso, os lotes dos assentados variam de 10 a 20 hectares e também são chamados de chácaras, por vezes de sítios, pela população local. Mas estes não foram objetos deste estudo.

Os caminhos trilhados para chegar até este grupo de chacareiros, como pôde ser perceptível, tiveram o princípio da aleatoriedade, mesmo obedecendo aos critérios centrais descritos no parágrafo anterior. Chegamos as famílias e suas respectivas chácaras tomando indicações de famílias por parte de outros chacareiros, tendo o auxílio do técnico da Secretaria da Agricultura, e ainda na busca de chacareiros vizinhos a partir do primeiro contato com a família de A. S.

1.2.3 Os caminhos dos assentados

Mesmo estando definido o grupo dos “pequenos” proprietários oriundos do Sul, entendíamos no trabalho de campo que não poderíamos somente analisar ou ficar focado neste grupo dos chacareiros. No meio rural do Mato Grosso, quando se fala no “agricultor” em geral o olhar se volta para aqueles indivíduos ou famílias que possuem

grandes extensões de terra. Este fato levou-nos a refletir e tentar identificar na percepção dos atores, o que de fato poderia ser definido por “pequenos”. Fomos percebendo, no decorrer do trabalho de campo, que nesta categoria, de forma genérica, estavam incluídos os chacareiros e assentados, e que por inúmeras razões podem ter sido trabalhadores agrícolas (“peões”) em suas trajetórias. Além disso, verificamos que há nesta categoria uma dimensão do tamanho de área do estabelecimento ou propriedade rural. Este fato explica em parte o “enquadramento” dos chacareiros e assentados como pequenos, pois, no caso dos primeiros, as áreas variam de 2,5 hectares a 10 hectares; no segundo grupo, possuem entre 50 e 200 hectares de terra. Como critério de acesso às políticas públicas para o meio rural (Projetos de Assentamento e crédito rural) se utiliza a dimensão de até 400 hectares (correspondente a quatro módulos fiscais pelo Incra).

Na busca pelos chacareiros, citamos o assentamento Jonas Pinheiro, que fica às margens da BR-163, entre Sorriso e Sinop, com 210 famílias. Neste assentamento tivemos algumas inserções, bem como participamos de alguns eventos, dos quais cito a inauguração de uma Farinheira. Contatamos algumas famílias de assentados oriundos do Sul. Outros assentamentos do município de Sorriso eram os Projetos de Assentamento Santa Rosa I e II, que ficavam no distrito de Boa Esperança à 140 km da sede do município. Os próprios chacareiros N. M., A. S. e A. T., além de outros contatos, mencionaram em suas narrativas e trajetórias o contato com este assentamento. Outro fator que nos conduziu a realizar uma inserção neste distrito e assentamentos próximos, foi a existência de alguns primos que ali moravam. No dia 16 de maio fui até o distrito e localizei os mesmos, e assim chegar à N. P. que foi um dos primeiros presidentes da associação do assentamento Santa Rosa, que por sinal era casado com uma prima. Logo, ele se tornou o principal mediador do trabalho de campo, inclusive viabilizando deslocamento com sua Toyota 72, permitindo assim chegar até os lotes, realizar as entrevistas no assentamento, bem como conhecer os assentamentos Santa Rosa I e II e Piratininga.

Ter “um conhecido” ou parente neste caso se configurou como um dos principais meios que permitiram a “familiarização” junto aos assentados. Permanecemos 19 dias no distrito e respectivos assentamentos, realizando 12 contatos e entrevistas com assentados, especialmente do assentamento Santa Rosa II (ver figura nº 03) Outro mediador, indicação de Nilsom Peruzzolo, foi o técnico da Empaer do distrito. A. N. era um paranaense natural de Guaíra, filho de família de migrantes do Rio Grande do Sul que, após ter se formado como técnico agrícola, viajou pelo Brasil em vários estados quando trabalhava na empresa Syngenta. Em 2001 ele e o irmão migraram em busca de terras no Mato Grosso e, por não dispor de muitos recursos, chegaram através de outros contatos até o assentamento Santa Rosa. Ele e o irmão são, portanto, assentados. Como a maioria dos assentados reside na “vila”, ou seja, a sede do distrito, e trabalham no lote. Ele tornou técnico da Empaer há três anos e é responsável pelos projetos de crédito e assistência técnica no assentamento.

O contato com ele permitiu também a chegada em quatro dos assentados que compõem o Quadro nº 05 Sempre neste período de trabalho apresentado como o “pesquisador da Universidade do Rio de Janeiro, gaúcho e parente da família F., do assentamento Piratininga”, criamos uma relação próxima com os assentados convivendo nestes dias em espaços como festas juninas, dias de campo, além de espaços de sociabilidade como a cancha de bochas do Clube dos Veteranos na sede do distrito.

Desta forma, o técnico da Empaer foi mediador para os casos de I. P. R. T., I. F. e E. T. todos entrevistados em seus lotes no assentamento Santa Rosa. No caso de

Nilson, chegamos até E. R. e A. H., contatados em seus lotes no mesmo assentamento. Através destes contatos tive indicação também reforçada pelos dois mediadores para chegar até C. P., E. M. e J. J. totalizando oito casos neste assentamento.

Os três casos do assentamento Piratininga foram contatados através dos primos que residem neste assentamento. No entanto, a família destes primos, apesar de ser um caso de que eu tinha muita informação, não considerei no conjunto das trajetórias foco desta dissertação, no sentido de manter um mínimo de distanciamento dos casos estudados. De forma aleatória, cheguei a mais três casos neste assentamento O. B., E. F, e E. K. Ressalto que estes casos foram contatados pela primeira vez por ocasião da participação na celebração religiosa na igreja católica existente neste assentamento. O segundo contato com os três ocorreu nos espaços dos dias de campo e no Clube dos Veteranos da sede do distrito.

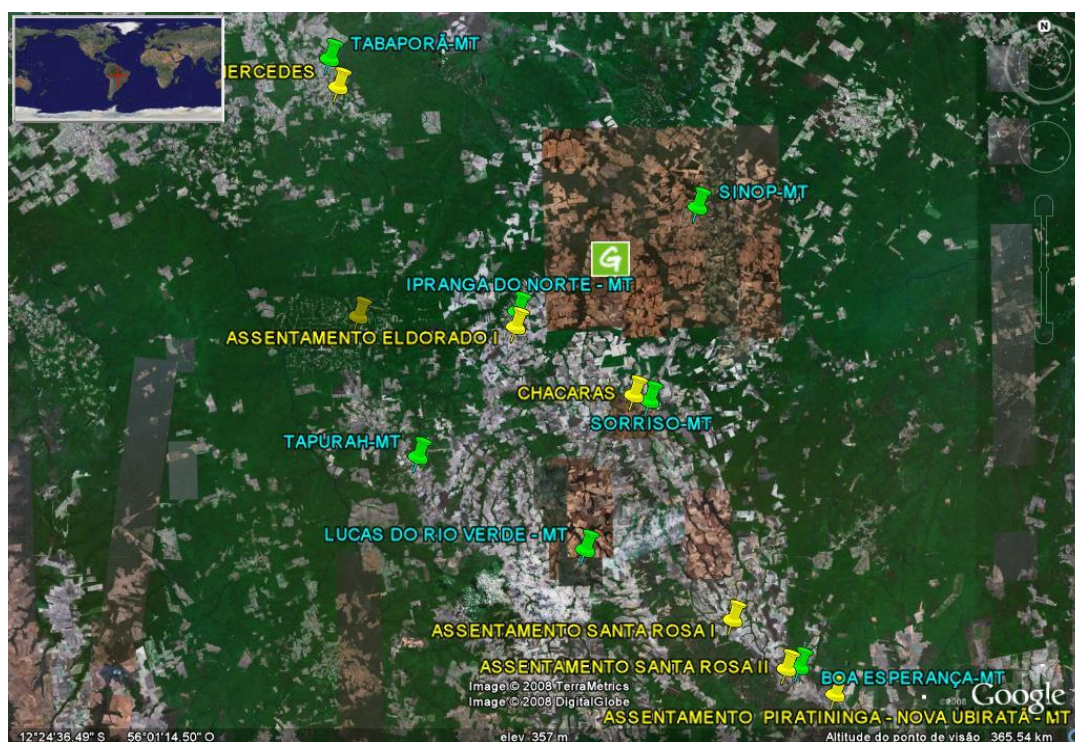


FIGURA 3 - Mapa de localização das cidades investigadas e Projetos de Assentamento.

Fonte: Mapa elaborado pelo autor a partir das imagens do Programa Google Earth, janeiro de 2009. Os pontos em amarelo são os Projetos de Assentamento e em azul as sedes dos municípios e vilas.

Durante o trabalho de campo, fiz uma inserção em Ipiranga do Norte/MT, município formado há quatro anos, desmembrado de Tapurah/MT, e que teve um repovoamento motivado por um conjunto de projetos de assentamentos de Reforma Agrária, especialmente desencadeados na década de 90 durante os governos Collor e FHC. O interesse em incluir este município no rol de investigação decorreu da caracterização de ser constituído a partir de vários projetos de assentamento, informação esta que havia levantado antes mesmo da viagem do trabalho de campo. Outro aspecto é que este município ficava no eixo oeste da BR-163, e assim seu processo de reocupação havia se processado praticamente uma década mais tarde que Sorriso. Em minhas hipóteses, imaginava poder encontrar nesta região “mais à frente” famílias que haviam passado por etapas migratórias em Lucas do Rio Verde e Sorriso antes de chegar aos assentamentos. Outro fator que me levou até este local é que eu sabia que tinha um primo que trabalhava na unidade da empresa Amaggi. Era um primo do Sul. O primo ao ser contatado, prontamente se tornou um importante mediador nos contatos

estabelecidos neste município. I. F. trabalha há quatro anos neste município e conhece e se relaciona com a maioria dos agricultores, em grande parte assentados deste município. É uma pessoa muito “bem vista” na localidade. Ressalto que, mesmo sendo primos, nós não tínhamos relação de amizade no Sul.

Neste município durante minha passagem de quatro dias entrevistei três assentados cuja origem eram os estados do Sul do Brasil. Os três casos contatados aleatoriamente devido às circunstâncias e disponibilidades tinham ligação direta com os projetos de colonização desencadeados nos anos 70 e 80. Os casos de I. C., que foi parte do primeiro assentamento (Eldorado I) que formou a agrovila base da sede “urbana” de Ipiranga do Norte, representa um caso significativo de análise. I. C. e a família são naturais de Ronda Alta/RS e foi para o Mato Grosso com um grupo de 114 famílias todas daquela mesma região. Ele narra que em 1989 “o pessoal do Incra”, articulado com o Governo do Estado da época, foram a Ronda Alta e realizaram uma reunião com “filhos de agricultores” e acampados do Movimento dos Sem-terra (MST). A proposta da reunião era constituir um grupo de famílias e dar conta da demanda por terra requerida por estas famílias junto a outros estados do Brasil. Na articulação desta ação, I. C. descreve o agente do Incra que havia encontrado no 4º Encontro do Portelaço e que em conversa breve afirmou que fora responsável por projetos de colonização e assentamentos sempre priorizando claramente os agricultores do Sul. O projeto do assentamento Eldorado I em Ipiranga do Norte, foi um dos projetos onde o ex-agente do Incra que contatei foi importante. O segundo contato naquele município de L. M., parceleiro⁷ de Lucas do Rio Verde, antes deste projeto já havia em 1979, viajado para conhecer o projeto de Canarana/MT, além de ser cunhado de um agricultor e empresário de Lucas do Rio Verde/MT considerado uma das cinco famílias de parceiros que ainda residem naquele município.

Por ocasião do Portelaço havia entrevistado I. O., agricultor natural de Tenente Portela, um produtor rural da localidade de Novo Barreiro em Sorriso que possui uma área de terra de 650 hectares em sociedade com um irmão residente no Sul. O Mato Grosso entra na vida da família quando a área foi adquirida pelo pai em 1983, ocasião em que ele, o irmão sócio e o pai foram para o Mato Grosso em busca de terras. Passaram por Primavera do Leste na época e pararam em Sorriso. A área até 1989 ficou desocupada sob os cuidados de “outros conhecidos” moradores da mesma linha, quando então com periódicas idas e vindas começam a abrir o Cerrado da área. 150 hectares em 1991 que, posteriormente, foram arrendados para plantio de arroz, mais 150 em 1997 e 150 em 2001. Faz nove anos que I. O. e a família migraram para esta nova área. No Sul a área tocada pelo irmão é de 40 hectares com o pai falecido há três anos. Assim os recursos desta abertura gradativa de área foram acumulados com esforços da outra área do Sul no município de Tenente Portela.

Mas retornando à passagem por Ipiranga do Norte ao entrevistar o assentado também dono de lanchonete na “vila”, seu C. B., em sua trajetória aparece a menção à um primo que era de Tenente Portela, o qual tratava-se justamente de I. O.. Com vistas a migrar para o Mato Grosso em busca “de espaço”, de “crescer” conforme descreve, ele constrói três viagens e locais possíveis antes de realizar de fato sua migração pra Ipiranga do Norte. A primeira articulação fora para o município de Querência do Norte (parte do projeto de colonização da região de Canarana) onde tinha um contato de “um parente”. Importante ressaltar que lá o local de entrada seria um assentamento

⁷ Parceleiro é a designação utilizada para os agricultores que receberam uma “parcela” ou lote no projeto de assentamento na Gleba Rio Verde, que dá origem ao município.

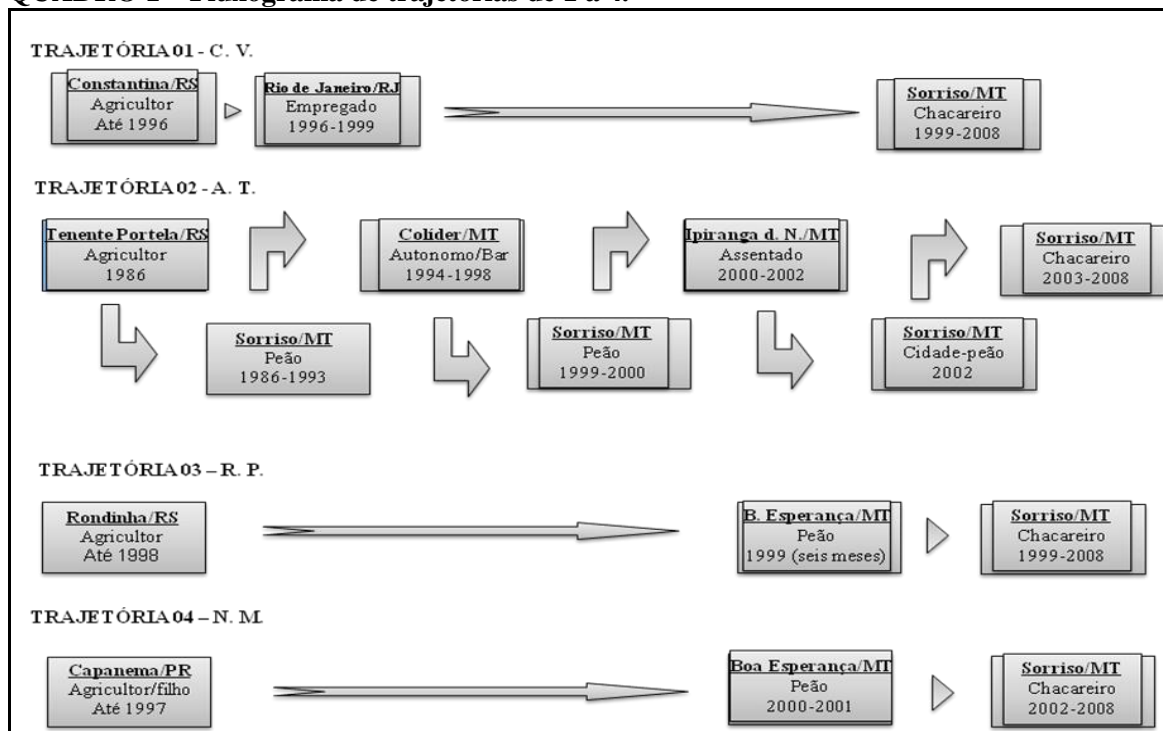
adquirindo três lotes de outros assentados. O negócio, porém, não se efetivou no ano de 1998 (ano desta viagem), pois naquele ano não conseguiu vender a propriedade em São José do Cedro/SC. A segunda tentativa e viagem “pra conhecer” foi realizada para o Pará nos municípios que margeiam a BR-163, como Novo Progresso/PA. Ali ele tinha alguns amigos madeireiros. Apesar da insistente tentativa destes amigos de C. B., em viabilizar sua migração para aquela região, ele vai narrar que ali não era pra ele. “Eu tinha pouco dinheiro e ali tem que ser forte e grande pra mexer com madeira”. E o terceiro contato vai se estabelecer no município de Sorriso com o primo. Vale destacar que eram primos, porém “não se conheciam”. Após “conhecer” o primo residente em Sorriso, o mesmo vai indicar que em Sorriso as terras estavam caras, principalmente observando as condições objetivas que C. B. tinha, ou seja, seu patrimônio acumulado no Sul. Assim o primo conduziu C. B. até Ipiranga do Norte, pois sabia que era uma região de assentamentos e onde era possível adquirir terras baratas numa “região que ainda tinha muito pra crescer”. Nesta mesma viagem a Ipiranga do Norte “pra conhecer”, é realizada a compra de três lotes totalizando 210 hectares de terra.

Outro caso que compõe este trabalho é o de L. S. que, além ser assentado da Gleba Mercedes no município de Tabaporã, atua como técnico agrícola em fazenda da região. Por atuar nesta profissão, L. S. esteve participando de um evento técnico realizado em Sorriso no dia 30 de maio, denominado Tour do Algodão. Neste evento de que eu e a colega de pesquisa Luciana participamos, em meio a uma lavoura de algodão, após uma conversa inicial quanto a técnicas sobre a cultura do algodão e outras, a conversa se direcionou para a trajetória, possibilitando uma entrevista anotada deste “paranaense” que migrou para Sinop em função de uma rede estabelecida que criou as condições de acesso à terra no assentamento referido.

1.2.4 As trajetórias do grupo

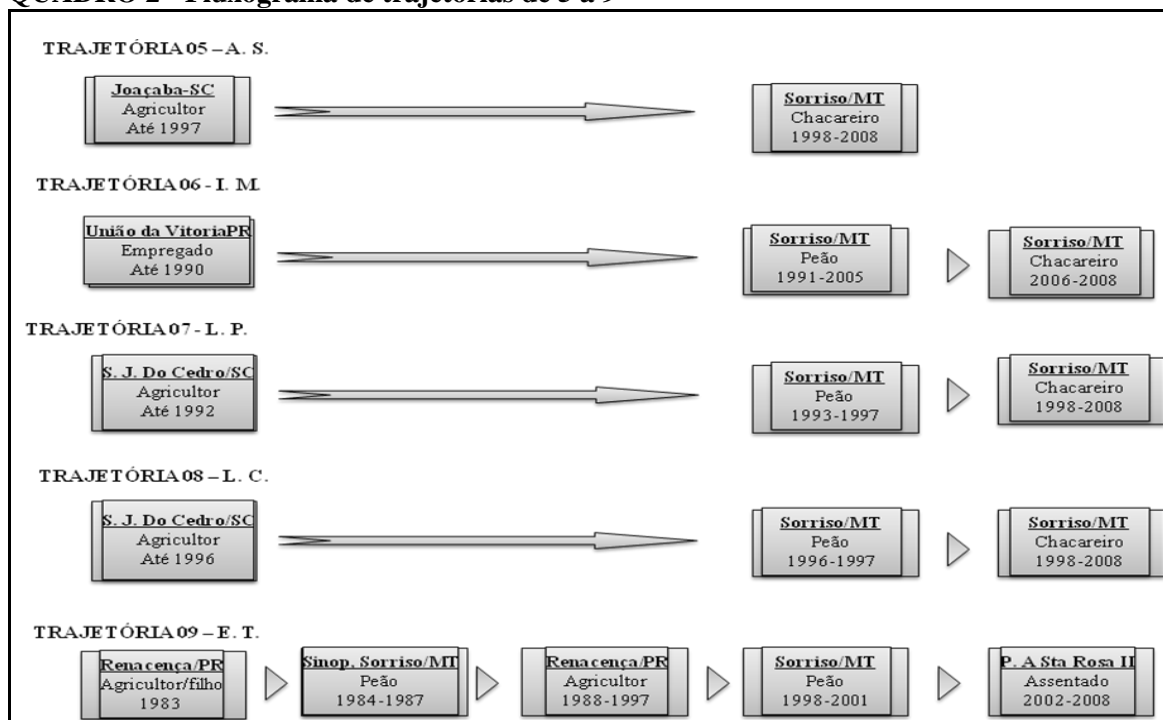
Do conjunto dos contatos e observações do trabalho de campo, apresentamos abaixo os fluxogramas das 25 famílias que serão foco central na análise desenvolvida nesta dissertação. Trata-se de oito casos de chacareiros da cidade de Sorriso (ver Figura nº 02) e outros assentados considerando oito do assentamento Santa Rosa II de Sorriso, três do assentamento Piratininga em Nova Ubiratã/MT, três do assentamento Eldorado I e Mogiana de Ipiranga do Norte/MT, um do assentamento Mercedes IV. Os fluxogramas operam com três informações: período de cada etapa migratória, localidade (município e estado) e atividade principal (agricultor, peão, empregado, chacareiro e assentado). Trata-se, sobretudo, de migrações de grupos familiares:

QUADRO 1 – Fluxograma de trajetórias de 1 a 4.



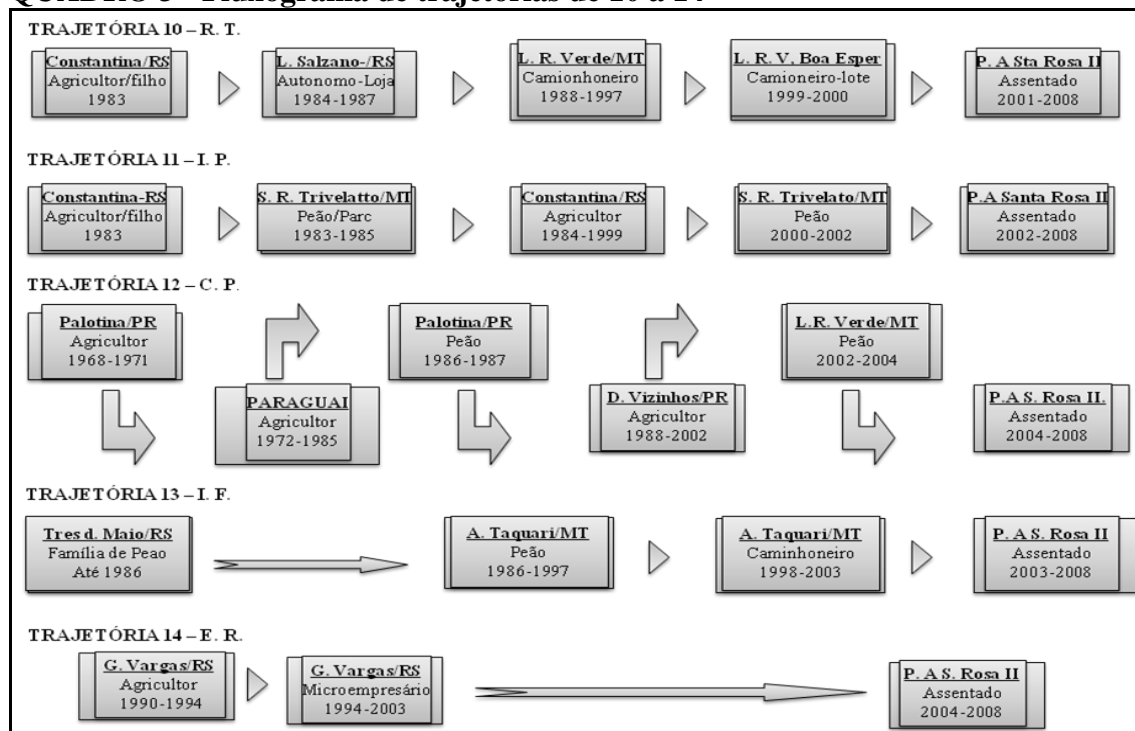
Fonte: Elaborado pelo autor.

QUADRO 2 - Fluxograma de trajetórias de 5 a 9



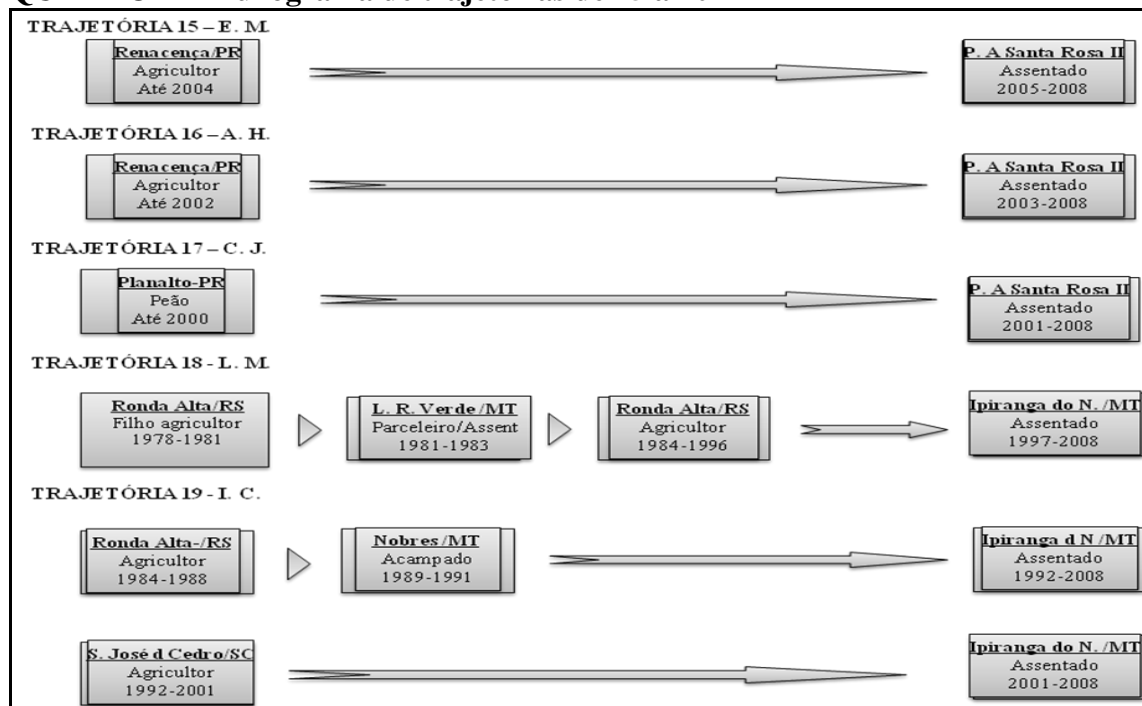
Fonte: Elaborado pelo autor.

QUADRO 3 - Fluxograma de trajetórias de 10 a 14



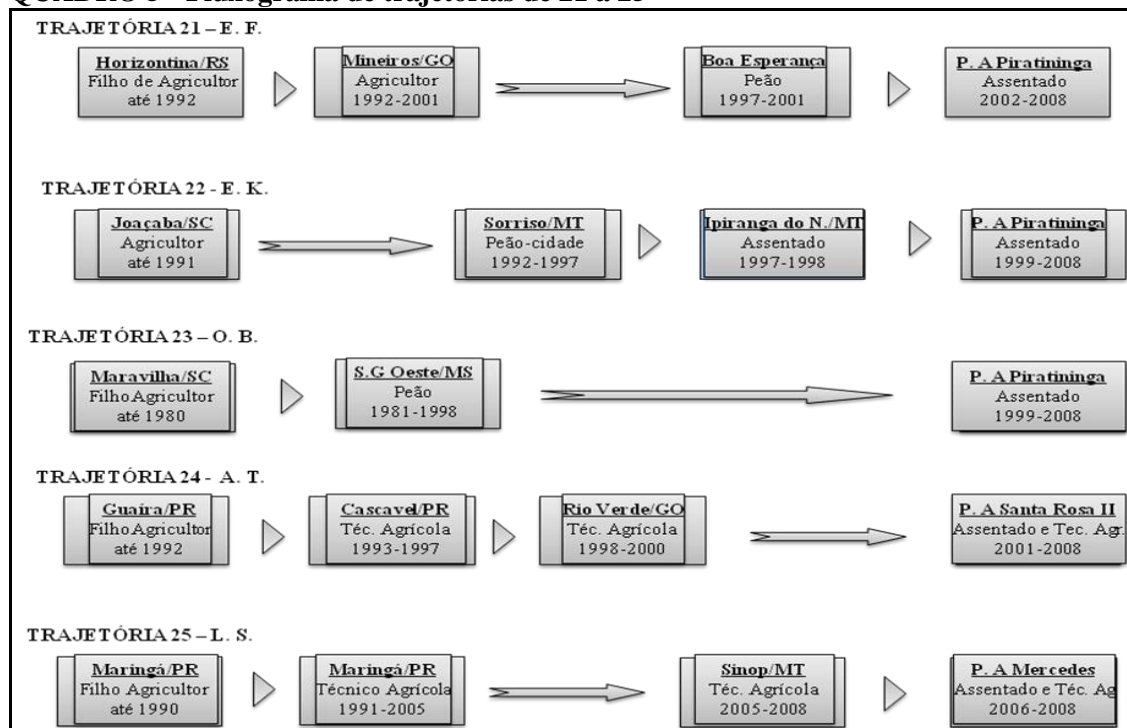
Fonte: Elaborado pelo autor.

QUADRO 4 – Fluxograma de trajetórias de 15 a 20



Fonte: Elaborado pelo autor.

QUADRO 5 - Fluxograma de trajetórias de 21 a 25



Fonte: Elaborado pelo autor.

O leitor deve ter observado que no trabalho de campo, devido ao seu caráter um tanto exploratório, foram contatados atores diversos, não se restringindo somente aos casos apresentados nos quadros acima. Foi necessário “recortar” um conjunto de casos cuja condição os caracteriza neste universo social como “pequenos” proprietários rurais. Deste grupo foram contatados outros casos além dos 25 aqui apresentados, que são considerados como casos complementares, visto que um critério utilizado pelo pesquisador para compor este conjunto de trajetórias foi a quantidade de informações obtidas em cada caso.

1.2.5 Um pesquisador “do Sul”

Conforme considerei na introdução neste trabalho, minha relação com a temática da pesquisa aqui enunciada é antiga, mas mais que isso, é uma relação “de origem”, seja no sentido do local onde residi até pouco antes do mestrado, seja pela relação e conhecimento de grande parte dos municípios do Sul mencionados pelos entrevistados. Diante desta questão de “familiaridade”, considero que isto não configura um problema em si desde que o pesquisador possa refletir sobre sua posição no trabalho de campo e sua relação com os atores foco da pesquisa.

Nestes termos, encerro esta seção sobre o trabalho de campo apontando quais foram as possíveis implicações desta minha posição de pesquisador “do Sul”, que por vezes acionava para estabelecer o diálogo com o conhecimento em agronomia, fruto da profissão de técnico agrícola, por vezes apontando no diálogo conhecer municípios e regiões, bem como expressões culturais e modos de vida existentes nestas regiões dos estados do Sul do Brasil, ou ainda compor redes sociais de alguns dos atores estudados. De antemão estava ciente destas implicações e, portanto, fiquei atento a possíveis questões que pudessem aparecer. Desta forma aponto alguns elementos que são pertinentes nesta relação entre o pesquisador e os atores estudados:

A suposta identificação inicial com a origem (seja de cidades próximas, ou das questões socio-culturais e o conhecimento agrônômico em geral produziu diante dos atores uma relação que não se limitou somente à condição de pesquisador *stritu sensu*. Isso facilitava o diálogo na maioria dos casos e estabelecia uma relação de confiança de forma mais rápida acionando uma ideia de pertencimento que será discutida no Capítulo 4.

A identificação somente de “gaúcho” associado a naturalidade no estado do Rio Grande do Sul é mais tênue do que o interlocutor pertencer, por exemplo, a uma cidade ou microrregião deste estado, próxima ao local de origem da qual a pessoa com quem se está estabelecendo a relação é oriunda. Isto produz um elo de “familiaridade”. “O Cristiano é lá da região de Tenente Portela”, por exemplo.

Neste sentido, o que começou a chamar a atenção na relação com os migrantes foram as narrativas construídas pelos atores sobre sua trajetória migratória, ou “sua história”, uma constante busca por ressaltar que após o ato de migrar houve um “crescimento” ou “progresso”, em especial do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida em geral, mas em grande parte apregoando o aumento do patrimônio acumulado na comparação com a situação anterior. Minha impressão era de que, ao ter este elemento em comum “por ser do Sul”, este fato tomou maior proporção nas narrativas. Já havia identificado, no período de janeiro de 2007 quando estive no local de origem, que as pessoas, ao visitar o Sul, também construíam estas narrativas diante de seus conterrâneos sob este prisma. Na verdade entra em cena a necessidade de provação para a comunidade de origem que migrar foi decisão acertada ou que apesar de abrir mão de algumas coisas como as boas relações e a vida tranquila das cidades do Sul, este ato foi sendo compensado de outras formas como o aumento do patrimônio. A provação se estabelece desta forma especialmente diante do conjunto de relações nas quais esta família se insere: entre a situação vivida pelo indivíduo e sua família antes de migrar em comparação com o momento atual. Na medida em que fui identificado pelos atores sociais como pertencente à comunidade dos espectadores “do Sul” eu passo a compor a trama desenvolvida por eles chamada neste trabalho de mecanismo de provação (assunto do Capítulo 4).

Houve, no decorrer do trabalho de campo um “acolhimento” por parte dos atores estudados, ao identificar pontos em comum entre suas trajetórias e a minha própria. Ao relatar minha trajetória que compõe uma migração do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, apresentando dilemas e situações semelhantes às vividas pelos migrantes do Mato Grosso, obtinha relevância em termos da política de reputações (COMERFORD, 2003). Neste sentido, foi comum também por parte dos atores “o chamamento” para migrar para aquela região sempre enaltecendo pontos positivos do local e apontando “o espaço”, especialmente quanto à inserção no mercado de trabalho. Este chamamento se apresentou não somente em narrativas, mas numa disposição por parte dos mesmos no sentido do apoio no período de “chegada”, caso eu migrasse. “Você que tem estudo, poderia vir pra cá; tem futuro aqui e a gente ajuda”, ou “O que você vai fazer depois que se formar no mestrado, aqui seria o local pra ti” O apoio também se apresentou através da disponibilidade dos mesmos para contatar empresários, fazendeiros ou mesmo coordenadores de curso de ensino superior, no sentido de efetivar espaços de trabalho.

CAPÍTULO 2: A CHEGADA NO MATO GROSSO

“Aqui o cara que não tem opinião e objetivo não aguenta” (R. T., assentado)

O capítulo tem como eixo central o processo de inserção social dos atores no período pós-90 no Mato Grosso. A partir da análise das trajetórias das famílias do Sul, na primeira parte é construída uma contextualização que também dialoga com estudos que analisam o processo de desenvolvimento na região. A análise sobre a “chegada” dos atores neste contexto apresenta, como relevantes, a luta por acesso à terra e trabalho. O trabalho “de peão”, a fase de caminhoneiro, os projetos de assentamentos rurais e as chácaras se configuram como caminhos trilhados pelas famílias. Os atores sociais designados de “pequenos” se movimentam no Mato Grosso buscando espaços de inserção produtiva e locais de residência. A luta por acesso à terra e ao trabalho são centrais neste aspecto, configurando para os atores numa avaliação constante do “melhor lugar” para permanecer ou estabelecer nova etapa migratória.

2.1 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA MICRORREGIÃO DO ALTO TELES PIRES

No conjunto das trajetórias, observamos alguns pontos em comum, que tomamos como indicadores para as seções seguintes. Se todos os casos compõem os fluxos migratórios dos estados do Sul do Brasil para o Mato Grosso, considerando um grupo relevante que migra após a década de 90, temos que considerar que cada família possui especificidades em suas etapas migratórias. No momento atual, todos os casos se configuram como “pequenos” proprietários na região do Alto Teles Pires. Desta forma, os primeiros elementos que serão trabalhados nas seções seguintes visam construir um conjunto de questões que “localizem” estas trajetórias no tempo e no espaço, bem como perceber, num segundo momento, como as famílias migrantes vão delimitar seu ponto e forma de “entrada” nesta região.

Nas décadas de 70 e 80, a ênfase dos estudos indica migrações rural-urbano, em função da modernização da agricultura ou industrialização brasileira e o fluxo rumo à fronteira agrícola nos estados do Centro-Oeste e Norte do país (MARTINE; GARCIA, 1987). Os movimentos migratórios rumo a reocupação⁸ da fronteira agrícola passam por diversas fases. Até as décadas de 60 e 70 as dinâmicas de ocupação do Mato Grosso estiveram associadas às atividades de extrativismo mineral e vegetal, além de explorar atividades específicas em áreas de maior fertilidade natural (FERNÁNDEZ, 2007). Os governos militares dão novo impulso à colonização, apoiada na “modernização conservadora” especialmente embasada na produção de grãos para exportação.

⁸A utilização do termo reocupação busca trazer a ideia de que esta região do Cerrado não se tratava de áreas com vazios populacionais, visto que eram espaços onde ocorreram processo de expropriação de grupos indígenas especialmente, isto já no projeto de Marcha para o Oeste que se inicia em 1934 (SANTOS, 1993; FERNÁNDEZ, 2007).

A abertura de estradas se associa a esta dinâmica de ocupação conduzida pelas colonizadoras privadas, que obtêm concessões das terras públicas e vão desenvolver os projetos. É o caso do eixo Cuiabá-Santarém, que dá origem às cidades e formas de ocupação atuais da microrregião do Alto Teles Pires. A migração sempre acompanha a história deste contexto a ser pesquisado, seja de grupos do Sul e do Sudeste ou, ainda, do Nordeste, os quais carregam nas suas bagagens as expectativas de construir nova vida nestes espaços e em geral compõem uma trajetória de expropriações características do campesinato brasileiro (MARTINS, 1981). Constituem-se neste período por empresas privadas, segundo Santos (1993), 88 projetos de colonização com mais de três milhões de hectares envolvendo os chapadões do Cerrado do Mato Grosso. Se as análises sobre estes processos de modernização agrícola nos estudos sobre a fronteira e a migração têm sido recorrentes, vale observar que, no período pós década de 90, há uma nova fase, talvez mais intensa, de reocupação destas regiões do Mato Grosso, dentre a microrregião que está no eixo da BR-163, com migrantes do Sul do Brasil associados a novas dinâmicas do chamado agronegócio. Estes elementos, do ponto de vista socioeconômico, atribuíam a urbanização associada à industrialização como o principal vetor que leva aos deslocamentos.

No Brasil, em termos gerais, os estudos apontaram na década de 90, a ocorrência de migrações internas no plano urbano-urbano e certa tendência de retorno aos locais de origem (BAENINGER, 2000). Dentre os fluxos migratórios presentes no Brasil, observando-se as décadas de 90 e a atual, permanece o fluxo da Região Sul do Brasil em direção aos estados do Centro-Oeste e Norte:

No caso da região Sul, as trocas migratórias que estabelece com outras regiões ainda a caracteriza como área de perda migratória para a região Centro-Oeste e para o Norte, com possíveis vínculos com as migrações de fronteira agrícola (BAENINGER, 2008, p. 12).

Dentre as regiões brasileiras, apenas a Centro-Oeste apresenta ganhos migratórios em suas trocas com as demais regiões, registrando um saldo migratório positivo de mais de 157 mil migrantes inter-regionais e assumindo, de fato, uma posição de centralidade na retenção de população migrante no contexto nacional, no período 2001-2006 (BAENINGER, 2008, p. 12).

No entanto, falar deste fluxo da Região Sul para o Centro-Oeste torna necessário destacar o Estado do Mato Grosso, que, segundo a mesma autora, se apresenta como área de “retenção de população”. Segundo o estudo de Cunha *et. al.* (2002), o dinamismo demográfico no Estado do Mato Grosso indica o avanço da fronteira agrícola e da urbanização. No caso da microrregião do Alto Teles Pires, apresenta destaque na década de 90 pela “tomada” da soja e, associada a ela, uma crescente urbanização, especialmente das cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde que margeiam a BR-163 e vêm se consolidando como polos regionais nas atividades dos setores agroindustriais e de serviços. A tabela a seguir traz números sobre a variação histórica de população na microrregião do Alto Teles Pires:

TABELA 01 - Variação da população total – municípios da microrregião do Alto Teles Pires

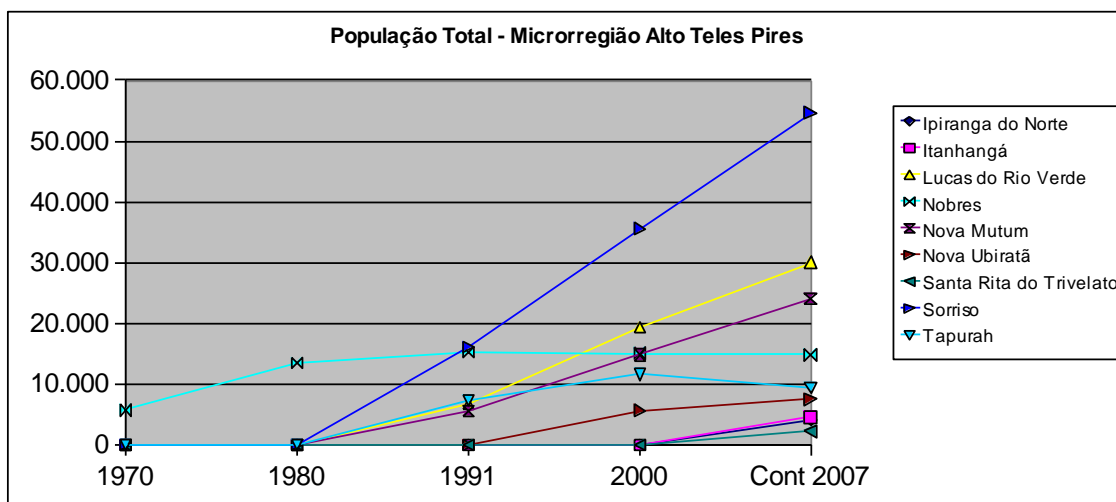
Municípios da microrregião Alto Teles Pires	1970	1980	1991	2000	2007
Ipiranga do Norte					4114
Itanhangá					4690
Lucas do Rio Verde			6693	19316	29955
Nobres	5692	13441	15174	14983	14809
Nova Mutum			5542	14818	24041
Nova Ubiratã				5654	7518
Santa Rita do Trivelatto					2232
Sorriso			16117	35605	54636
Tapurah			7323	11561	9366

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e Contagem Populacional 2007.

O conjunto dos municípios apresenta um aumento de população. O município de Sorriso, entre 1991 a 2000 tem um incremento populacional de 121%; já de 2001 a 2007 o aumento é de 53,45%, o que corresponde a 19.031 habitantes. O município de Tapurah apresenta decréscimo populacional, fato que se explica em grande parte pela emancipação de Ipiranga do Norte e de Itanhangá, no ano de 2005. Comparativamente aos municípios desta microrregião, o Estado do Mato Grosso teve um crescimento populacional de 2.4% a. a. enquanto que nesta microrregião o índice chegou a 8%, mesmo considerando que o município de Nobres constitui uma exceção apresentando população decrescente desde 1991 (CUNHA *et. al.*, 2004).

GRÁFICO 1 – População total da microrregião Alto Teles Pires

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e Contagem Populacional 2007.



Ao mesmo tempo, nas décadas recentes, os volumes mais intensos nos deslocamentos populacionais e com dinâmicas cada vez mais particulares indicam a necessidade de compreendê-los para além das análises restritas aos espaços de origem e

destino, ou somente pelos saldos migratórios e fluxos predominantes, ou por uma só variante (causa) por mais relevante que seja, como já apontamos no caso da microrregião, a crescente urbanização (BAENINGER, 2008; BRITO, 2000):

Na complexa dinâmica da economia e da sociedade brasileira, encontram-se os mais diferentes tipos ou modalidades de fluxos migratórios e é justamente dentro dessa dinâmica que eles assumem um significado particular. Compreender essas particularidades, em todas as suas dimensões, é um grande desafio (BRITO, 2000, p.04).

Observando os dados da sequência histórica dos dados da microrregião do Alto Teles Pires, logo chama a atenção o vertiginoso crescimento populacional e, assim, é válido questionar sobre que dinâmicas estariam potencializando esta migração nestas décadas recentes. Como estaria o fluxo do Sul já constituído nas décadas anteriores? E ainda, quem seriam estes migrantes, segundo os dados censitários e onde eles estariam inseridos? Para construir a resposta a estas questões é importante observar o que vem se processando a partir da década de 90 nesta microrregião quando o crescimento populacional entra uma abrupta ascendência. O conjunto de trajetórias elencadas no trabalho de campo e que são foco de análise tem um ponto em comum. Os 25 casos, apesar de trajetórias distintas, vão se constituir como “pequenos” proprietários rurais, especialmente no período de 96-2003. Um grupo de sete famílias migrou neste período diretamente do Sul do Brasil, e as outras 16 famílias construíram outras etapas migratórias.

2.2 PERÍODO PÓS-90 - O *BOOM* DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Partindo das trajetórias vividas nesta região, pretendemos nesta seção tecer questões sobre a dinâmica socioeconômica operada nesta região, no sentido de compor razões que auxiliem na explicação do crescimento populacional verificado e “localizando”, da mesma forma, as trajetórias em estudo. Todas as trajetórias apresentam uma relação direta com as atividades agropecuárias como eixo condutor do deslocamento destas famílias, mesmo considerando em muitos casos a passagem por atividades não relacionadas diretamente à agropecuária ou mesmo residência nas cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde. Neste sentido, podemos considerar um fluxo rural-rural, que parece em algum momento divergir da tendência predominante apregoada para esta década, quando ganha destaque o processo de urbanização nesta microrregião, o que indica um o maior percentual de migrantes buscando inserção (trabalho e residência) diretamente nos espaços urbanos destas cidades que margeiam a BR-163. Vejamos a seguir em perspectiva histórica, os percentuais referentes à população urbana e rural na microrregião do Alto Teles Pires:

TABELA 02 – Distribuição relativa da população segundo a situação de domicílio urbano ou rural – microrregião do Alto Teles Pires – 1980, 1991 e 2000

EM %	1980		1991		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Nome dos Municípios						
Lucas do Rio Verde	64,9	35,1	64,9	35,1	83,6	16,04
Nobres	58,0	42,0	71,2	28,08	79,9	20,01
Nova Mutum	-	-	38,4	61,8	70,0	30,0
Nova Ubiratã	-	-	-	-	29,0	71,0
Sorriso	58,0	42,0	70,5	29,5	88,6	11,04
Tapurah	-	-	17,0	83,0	36,5	63,5
Alto Teles Pires	-	-	58,8	41,2	74,5	25,5

Fonte: FIBGE; Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 (CUNHA et alli, 2004, p. 51), adaptadas pelo autor.

Os dados da distribuição da população relativa entre urbana e rural apontam uma tendência à urbanização não diferente do que vem ocorrendo no mesmo período em todo o Estado do Mato Grosso. No geral, o grau de urbanização, que chega à ordem de 30%, dos municípios de Sorriso e Lucas do Rio Verde, chama a atenção quando atingem no ano 2000 os percentuais de 88,6% e 83,6%, respectivamente. Este fato indica a relevância da década de 90 neste processo.

Cunha *et alli* (2004) analisa esta distribuição da população com os dados da migração interestadual observando a área de destino. Nesta análise observa que a microrregião do Alto Teles Pires tem, na década de 80 a taxa de migrantes que buscam as áreas urbanas de 58,3%, considerado elevado se comparado com o estado que apresenta taxa de 69,9% de migrantes que rumam para as áreas urbanas. Logo, na década de 90 esta taxa na microrregião se eleva para 74,5%. O predomínio dos fluxos migratórios, nesta década tem destino preferencialmente para as áreas urbanas desta microrregião, com destaque para as cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde.

No entanto, este processo de urbanização vem acontecendo associado a mudanças no espaço rural destes municípios. Sobre Lucas do Rio Verde, o assentado C. P. em Boa Esperança é um destes casos e relata as mudanças que viu ocorrer (2000-04) quando foi “peão” naquele município, ou que tinha informações anteriormente via os irmãos que lá residem há mais de 25 anos:

Lucas do Rio Verde não foi diferente. Um patrimônio de 500 mil reais [sede comunitária] que eu ajudei a construir acabou, acabou por quê? O povo foi comprando as terras, o povo foi indo pra cidade, outros foram indo pra outros lados, o local foi doado pra matriz, vai hoje lá tem soja plantado e tudo. A segunda comunidade dentro de Lucas, a mais organizada dentro de Lucas era a minha – comunidade União. A primeira era a Lopatini, um deles até tem lote aqui na Boa Esperança. Essa que está sendo preservada, a única. Não existe mais comunidade. (C. P., assentado, 19/06/08).

Cristiano - Nós passamos pro Lucas, o senhor conhece melhor. Pra quem vem de fora você nem imagina que tinha comunidade.

Meu Deus! Hoje não tem mais. Tinha comunidade tipo dez a quinze anos. Aí existia a cada 20 a 25 km (C. P., assentado, 19/06/08).

Cristiano - E aí o que aconteceu?

Aí o pessoal começou ir pra cidade, um pra um lado, outro pro outro, os grandes começaram a comprar as terras e por aí a fora. Os empregados, com a tecnologia das máquinas, foi diminuindo (C. P., assentado, 19/06/08).

Dos 25 casos, foram verificados nove casos de famílias que em sua trajetória passaram pelo trabalho na área rural de Sorriso e Lucas do Rio Verde, tanto como “peões” ou como agricultores, e hoje estão nos assentamentos. Além disso, os próprios casos estudados vão fazer referência a outras famílias que abandonaram as atividades rurais destes dois municípios e migraram para novas áreas, “mais à frente”, como é o caso de Ipiranga do Norte (emancipado em 2005 e que pertencia ao município de Tapurah).

Assim, é importante observar a espacialidade (o local geográfico) onde estes migrantes vão estabelecer suas unidades domésticas e de produção. Dois são os espaços que serão analisados: o primeiro é o grupo dos chacareiros, da cidade de Sorriso, que tem uma dinâmica e constituição associada diretamente ao processo de urbanização desta cidade visto que está à “margem”, e assim, suas atividades produtivas se vinculam ao fornecimento de gêneros alimentícios para este centro urbano. Neste sentido, suas trajetórias e narrativas ajudam a perceber a urbanização desta década. E o segundo grupo de pequenos proprietários são os assentamentos rurais, que se ampliam, na microrregião, mas que em geral (conforme Figura 03) estarão localizados na “franja”, áreas entre 70 e 140 km para leste e oeste da BR-163. Importante perceber que estes setores sejam da cidade ou do campo possuem uma relação direta. Um dos entrevistados, hoje chacareiro do município de Sorriso e que possui uma trajetória em 20 anos compondo o trabalho como peão em fazendas, em assentamentos rurais e outras atividades na região, aponta em sua narrativa esta relação:

Quando nós viemos tinha só um pouco de soja, o resto era mato há 20 anos [1988]. Sorriso tinha umas casas pra lá do matinho. Esse meu cunhado arrendou umas terras e plantava soja até perto da prefeitura. Mas o povo colhia muito mal, porque desde lá do sul botava 100 kg por hectare. Mas aqui a terra é muito fraca. Calcariava toda a terra, mas colocavam pouco adubo. Colhia 20 a 30 sacos por hectare. Mas aí a cidade foi expandindo, o povo foi colocando mais adubo e veio vindo o resultado. E chegou no que está hoje. Hoje pra colher bem precisa 600 kg de adubo por hectare. O povo foi acumulando em sabedoria mais e mais e virou o que está hoje. (A. T., chacareiro, 04/06/08).

A narrativa traduz uma percepção sobre o desenvolvimento da região que implica a expansão da produção via técnicas modernas e ampliação da área cultivada “com lavoura”. A urbanização, neste sentido, possui uma correlação direta com esta dinâmica na medida em que se tornam pólos do setor de agro industrialização e prestação de serviços, assim como locais de residência de trabalhadores. “O conhecimento do Cerrado do desbravamento começou de 90 pra cá. Antes era derrubar mato para plantar arroz. O forte mesmo depois de 92 – 93 aí começou o povo mesmo a trabalhar na terra a usar a terra velha” (N. H., comerciante, 25/05/08). Esta afirmação é confirmada pelo ex-agrônomo da Empaer de Sorriso (1987-1991), que indica o início da

década de 90 como uma espécie de marco na expansão das lavouras devido às mudanças na tecnologia utilizada no Cerrado (uso de sementes, manejo de solo e uso de plantio direto). Segundo ele, o surgimento da Fundação Mato Grosso (Famato) neste período alavancou a pesquisa sobre as técnicas de cultivo no Cerrado, e assim vai contribuir como um elemento determinante na intensificação das áreas plantadas e abertura de novas áreas na região.

Nesta dinâmica do desenvolvimento, a agricultura tem um papel importante não somente como produtora de alimentos e matérias-primas, mas também como mercado dos outros setores do complexo agroindustrial, com destaque ao setor de máquinas, insumos e sementes. Ganham destaque também culturas agrícolas destinadas especialmente para a exportação ou a agroindústria, como é o caso da soja, baseadas nas dinâmicas dos preços internacionais (MARTINE; GARCIA, 1987). Estão presentes, nesta dinâmica de expansão, fatores como a criação de infra estrutura (estradas, armazéns e serviços).

Com “o conhecimento do desbravamento do Cerrado”, como relatou o comerciante entrevistado, a agricultura, especialmente após a década de 90, já nasce moderna⁹. O processo de incorporar novas áreas ao sistema produtivo tem condições de ganhar escala e rapidez. “Você pega daqui pra Paranatinga, [leste] 300 km é tudo aberto e armazém, plantando soja. Pro outro lado [oeste] 300 km também aqui tem uma expansão muito grande pra você trabalhar, pra você andar, pra você crescer” (A. T. chacareiro, 04/06/08). A expansão neste sentido tem como ponto de referência a cidade de Sorriso e a BR-163. Desta forma, os dados coletados em Boa Esperança, no lado Leste indicarão o que vem acontecendo paralelamente à urbanização de Sorriso. Do mesmo modo é possível ter indicações sobre a expansão na direção a Oeste onde estarão dispostos os núcleos dos assentamentos de Ipiranga do Norte (ver Figura nº 03). A narrativa do chacareiro é pertinente, pois ao final aciona os elementos da oportunidade nas “áreas novas” e “o crescer”, como sinônimo de acumular capital através do trabalho. Com estas indicações extraídas das trajetórias destas famílias, buscamos verificar as confluências que vão ser consideradas na definição do local onde os migrantes se estabeleceram.

2.2.1. As chácaras e a urbanização da cidade de Sorriso

A compreensão do desenvolvimento das chácaras no entorno da cidade está diretamente relacionada à dinâmica urbana e seus desdobramentos. Se é verdade que as chácaras estavam planejadas desde o “desenho” da cidade pela empresa colonizadora, também é válido ressaltar que, apesar de algumas delas terem moradores há mais de 25 anos atrás, estas não se constituíram como espaços de vida e produção até o início de 90. As mudanças que vão ocorrer na cidade nos últimos 25 anos, especialmente entre 92 até 2000, são descritas pelo microempresário do setor de confeitarias e pães da cidade de Sorriso:

Depois de 90 havia uma movimentação incrível dentro da cidade. Eu vendo pra ti, tu vende pro outro. Por exemplo, o mercado Sorriso foi vendido duas vezes, o mercado Rovaris um cunhado comprou do

⁹ A afirmação de que a agricultura no Cerrado já nasce moderna é apresentada por Zart (1998) considerando que a transformação de áreas de vegetação nativa em áreas agrícolas ocorre diretamente dentro da dinâmica da modernização da agricultura, ou seja, a derrubada da vegetação é seguida de incorporação de insumos e sementes melhoradas, mecanização agrícola e em geral serão utilizadas em cultivos de soja e milho em larga escala.

outro três vezes. Até que se firmou, depois de 96 pra cá. Depois eles expandiram. Até 95, 96 a coisa aqui na cidade era tudo frouxo, não havia uma fixação, as pessoas não estavam estabilizadas. Na cidade, um comprava do outro, e vinha gente de fora, e de repente o dono do posto não era mais o mesmo, o dono do mercado não era mais esse era outro. De 96 se estabeleceu (...). Só tinha da cidade dois postos de gasolina. As fazendas até 96-97 não tinham nem moradia. O povo morava nas cidades e ia pras fazendas, não tinha barracão e não tinha nada. (...) (N. H., comerciante, 25/05/08).

Neste mesmo período acontece uma migração massiva para o núcleo urbano; pois, também é o auge de “aberturas” de área de Cerrado transformado em lavouras; neste período um grande grupo de empresas ligadas à agropecuária vem se instalar no município. L. P. indica a disputa acirrada por locais de moradia neste período “quando todo mundo estava chegando”, e o crescente avanço das edificações e casas no núcleo urbano de Sorriso. Esse contingente de migrantes opera como uma força que impulsiona o crescimento: “O lugar era promissor, tu passava ali tinha uma casinha sendo erguida, no lado tinha outra com quatro paus cravados, era gente chegando, querendo morar, querendo comprar, viver a vida e ganhar dinheiro, por isso está desse jeito em 21 anos” (L. P. chacareiro, 24/06/08).

Assim as chácaras, enquanto núcleos de produção de alimentos, vão surgir da própria demanda da cidade. Por ser longa a distância para chegar produtos como carnes, hortaliças, feijão, lácteos e derivados, alguns agricultores começam a fazer isso, primeiro vendendo de forma direta nas residências e pequenos estabelecimentos, na feira do produtor e, depois, entrando também nas redes de supermercados e, ainda como acontece nos últimos quatro anos, com o caso do frango, o início de processo de integração vertical com empresas do setor:

Quem vinha pra Sorriso na época [1997-2000], tudo o que fazia dava. Se você fizesse pastel e fosse vender na rua e fazia tua vida. Tudo o que tu começava na época você conseguia. O caldo de cana aqui em Sorriso é coisa das que mais vendia. (S.S., chacareira, 21/05/08).

Daí aqui perto da cidade produzir leite, nós fazia as contas dava mais que ficar plantando lá em pouca terra no Sul (A. S. chacareiro, 21/05/08).

Este aspecto de “precisão” das chácaras como unidades fornecedoras de alimentos é evidenciado no caso de fornecimento de hortaliças e legumes para o meio urbano. Atualmente somente quatro produtores fornecem esse tipo de produto. Dois deles tivemos a oportunidade de entrevistar. O que motivou agricultores vindos do Sul colocar hortas? C. V. relata que migrou pensando em colocar um negócio próprio, na cidade de Sorriso (um bar e restaurante); já R. P. objetiva trabalhar de peão em fazendas da região, isto no ano de 1999. A chacara e também o ramo da horticultura veio de um conselho de um dono de supermercado (“conhecido”) da cidade de Tapurah/MT:

Eu e ele, depois de Tapurah este cara do mercado, além do mercado, ele tinha uma horta pra este mercado que nem a minha assim. Eu fui lá ver, e um primo meu que também tinha mercado e hoje tem imobiliária e o negócio dele era vender terra e ele disse: porque tu não compra um pedaço de terra e monta uma horta? (R. P., chacareiro, 05/06/08).

Este conselho vindo de “alguém da sociedade” instigou os dois, que foram conhecer pequenas hortas instaladas no município e, ao adquirir a chacara na “margem” da cidade de Sorriso com 3,8 hectares vão iniciar o desenvolvimento desta atividade.

“Ganhamos muito dinheiro, que pagamos todo o investimento da chácara e os equipamentos em seis meses” (C. V., chacareiro, 08/05/08). O caso da atividade das hortaliças é representativo, pois se trata de produto perecível, cujo transporte de outras regiões era de pouca viabilidade.



FIGURA 4 - Atividade de horticultura desenvolvida por C.V.

Fonte: Fotografia: Cristiano Desconsi. Sorriso/MT, maio, 2008.

A “construção da sociedade” com base numa visão de desenvolvimento e de urbanização em sua dimensão coletiva é identificada na população local, que parece estabelecer em cada fase deste processo um relativo mapeamento das necessidades da cidade. As pessoas parecem saber exatamente “o que está faltando” e se há uma demanda: por exemplo, de mão de obra na construção civil, se faltam fornecedores de produtos alimentícios, que tipo de serviços a cidade ainda necessita e, associado a isto, o migrante realmente “útil” à cidade. Este fato produz um “chamamento” a determinados “tipos” específicos de migrantes. O caso dos chacareiros que trabalham com hortaliças é um caso onde a sociedade buscou suprir sua demanda, por isso mesmo viabilizou seu estabelecimento¹⁰.

Outro fator importante em se tratando de chácaras que as faz estar numa relação direta com a cidade é a questão do espaço geográfico. Conforme a cidade cresce, haja vista um novo loteamento urbano, ocorre um aumento da pressão imobiliária sobre as áreas das chácaras. Observando o caso das chácaras do R. P. e do C. V., cuja soma da área é de 3.8 hectares, atualmente as suas chácaras que foram divididas se localizam

¹⁰Este fato do “chamamento” segundo a identificação das capacidades dos possíveis migrantes foi verificado também na minha própria relação com os entrevistados. Os migrantes contatados definem que no momento atual pelo qual passa a urbanização, há uma necessidade de pessoas capacitadas com maior grau de escolaridade, sejam profissionais liberais, administradores, agrônomos, engenheiros e professores universitários. Desta forma, a partir da identificação de alguns elementos “comuns” na minha pessoa, também fiz parte do chamamento. “Venha pra cá, aqui está precisando de pessoas com estudo nessas faculdades que estão sendo criadas”.

dentro do Bairro São José, ou seja, área considerada urbana incluindo o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Eles se tornam chacareiros em 1999 e naquele momento este bairro, que é um dos mais distantes do centro da cidade, nem existia. O caso da chácara do L. P. que está localizada a seis quilômetros do centro da cidade, na saída da rodovia MT-242 que vai em direção a Boa Esperança, há um novo loteamento urbano sendo vendido que fica à 1500 metros da chácara. Os entrevistados comentam que havia muitas chácaras que já se transformaram em terrenos urbanos nos últimos anos. E mesmo as que não se transformaram resistem a uma alta valorização imobiliária que impressiona. A. T. relata que adquiriu em 2002 a chácara de 12 hectares por 25 mil reais. Hoje já ofereceram até 800 mil reais. A chácara do R. P. e a do C. V. em 1999 adquiridas juntas custaram 21 mil reais. Atualmente somente a de R. P. de 1,8 hectare pode ser vendida por 150 mil reais.

Alguns outros aspectos vêm alterando e preocupando alguns chacareiros que mantivemos contato. No caso, a venda para os supermercados facilmente realizada até os anos recentes, de que os produtos como hortaliças, carnes, embutidos, mandioca, começa a ficar difícil em função de os produtos “de fora” operados por grandes empresas do setor atacadista circulam a região e “fecham” com as redes de supermercados, que atuam de forma regionalizada. Isso foi apontado, no caso das hortaliças, pelo C. V. e, no caso das carnes e embutidos, por I. T. e L. C.

Outro fator que vem sendo considerado pelos chacareiros é a dificuldade que eles “pequenos” estão tendo para adquirir insumos para as atividades. Cito como exemplo produtos utilizados na produção caseira de ração para as criações de suínos, aves e bovinos, como milho e soja em grão, ou os resíduos e subprodutos destes grãos nos armazéns. L. C. relata que as empresas processadoras de grãos da cidade, e mesmo as cooperativas não se interessam em vender quantidades menores do que 100 sacas de milho. Sobre os subprodutos do processamento e limpeza da soja e do milho que também poderiam ser utilizados para ração, segundo o chacareiro, os fazendeiros compram praticamente tudo, visando alimentar as criações de animais em suas fazendas. No caso dos insumos estão considerados, especialmente os adubos orgânicos provenientes das criações de aves em sistema de integração (como as presentes nas chácaras do A. S. e do L. P.).

2.2.2 Os assentamentos rurais

A década de 90 demarca um grau de urbanização crescente nas cidades que margeiam a BR-163, o aumento de produtividade, que em parte contribui para explicar o grande crescimento demográfico desta microrregião. No entanto, há outro fator que deve ser analisado que são os projetos de assentamentos de Reforma Agrária, especialmente quando a abordagem se volta para a migração rural-rural. A possibilidade de acesso à terra atrai famílias de migrantes do Sul do Brasil, bem como produz um rearranjo na questão fundiária e nas migrações entre as microrregiões do próprio Estado do Mato Grosso.

O Estatuto da Terra estabelece a base legal da política de colonização (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966), considera a colonização “toda a atividade, oficial e particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas” (IANNI, 1979, p. 57). Dentre os destaques de áreas consideradas prioritárias para estas políticas de ocupação estariam “regiões ainda em fase de ocupação, carentes de desbravamento, povoamento e colonização de áreas

pioneiras. Nas décadas de 70 e 80 predominaram os projetos de colonização conduzidos pelas empresas privadas” (SANTOS, 1993; IANNI, 1989) que vão estruturar os fluxos inicialmente do Sul para o Centro-Oeste e Norte do país. De alguma forma, estes projetos construíram um novo ordenamento fundiário no caso do Mato Grosso, realocando populações existentes e estabelecendo, nas mesmas áreas, outras. Esta política de ocupação com base das propriedades familiares parcelares era acompanhada por políticas que incentivavam o latifúndio e grandes empresas agropecuárias, que em grande medida acabaram “absorvendo” estas primeiras, devido à precariedade de condições vividas pelas famílias na maioria dos Assentamentos. Sem entrar nos detalhes sobre este movimento operado nestas décadas (70-80), é importante considerar que praticamente, todas as terras da microrregião do Alto Teles Pires já haviam sido ocupadas, ou por agricultores, ou por grupos empresariais e, ou proprietários particulares não residentes como parte do conjunto de projetos de colonização dirigida.

As desapropriações para fins de Reforma Agrária (“distributiva”) empreendidas pelo Estado brasileiro vão ter nova ênfase nas décadas de 80 e vão ganhar destaque expressivo, pelo menos do ponto de vista numérico (número de famílias assentadas), na segunda metade da década de 90. A tabela abaixo traz uma radiografia dos projetos e respectivo número de famílias assentadas no período de 1986 a 2003 no Estado do Mato Grosso:

TABELA 03 - Assentamentos no Mato Grosso (1986-2003)

Período	Nº de Projetos	Nº de Famílias
1986- 1991	25	4.247
1991-1996	77	15.040
1996-2001	189	35.493
2001-2003	34	4.450
TOTAL	325	59.230

FONTE; Superintendência do Incra do Mato Grosso, tabulações Nepo Unicamp – 2003. Adaptadas pelo autor. (Incluindo os dados da Intemar, Incra e Projeto Casulo).

O que explicaria o crescimento de 136% no número de famílias assentadas na segunda metade da década de 90 nestas regiões? Para responder de forma mais adequada esta questão, mesmo que ela não seja a central deste trabalho, é necessário observar a conjuntura nacional sobre o tema da Reforma Agrária nesta década. O aumento do número de famílias assentadas, que corresponde a 35.493 famílias, verificado de 1996-2000 está relacionado diretamente à política governamental de Reforma Agrária levada a cabo especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Com base nos dados atualizados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no período de 1995-2002, o governo de FHC desencadeou 5100 projetos beneficiando 423.813 famílias¹¹ (LEITE; MEDEIROS, 2004, p 45). Desta quantidade, 35% se localizaram na região Centro-Oeste. Isto em suma situa os dados elencados acima sobre os assentamentos na região de estudo (REYDON; PLATA, 2006). A pressão dos movimentos sociais do campo na década de 90, em meio a um conjunto de conflitos e massacres (com destaque a Curumbiara em Rondônia em 1995 e Eldorado dos Carajás no Pará em 1996), a Marcha dos Sem Terra em 1997 e mais um conjunto de ocupações

¹¹É importante observar que os dados sob número de famílias assentadas incluem neste período as famílias vinculadas ao Programa Banco da Terra, cuja característica principal é a concessão de crédito aos beneficiários (individuais ou associações) para a aquisição de terras no mercado.

são fatos que demarcam a luta pela terra e desencadeiam ações nas desapropriações como uma resposta a esta mobilização social (CARVALHO F., 1999). As regiões onde ocorreu maior tensão social, devido às ações de ocupação e conflitos entre fazendeiros, posseiros e outros agentes, são os espaços onde vão estar localizadas as “manchas” de assentamentos, fato também identificado no Mato Grosso (LEITE; MEDEIROS, 2004).

A tabela a seguir traz os dados dos assentamentos na microrregião do Alto Teles Pires e alguns municípios de outras microrregiões do Norte do Mato Grosso relevantes para situar as trajetórias das famílias assentadas e suas relações sociais:

TABELA 04 - Número de Famílias Assentadas dos Municípios por Microrregião e Ano de Criação

Município	Microrregião	Nº de Famílias assentadas	Ano de Referência da Desapropriação
Sorriso (A) – Boa Esperança	Alto Teles Pires	177	1999
Sorriso (B)	Alto Teles Pires	271	2001
Sorriso (C)	Alto Teles Pires	25	1999
Nobres **	Alto Teles Pires	25	1999
Nova Ubiratã	Alto Teles Pires	699	1997-1999
Nova Mutum	Alto Teles Pires	622	1999-2001
Feliz Natal	Sinop	450	1997
Tapurah	Alto Teles Pires	2.485	1992-1999
Tabaporã	Arinos	1.080	1997-1999

FONTE: Superintendência do Incra/MT, tabulações especiais Nepo-Unicamp, ano 2003. Adaptada pelo autor.

Os dados da tabela incluem informações, especialmente da microrregião do Alto Teles Pires, situando o município de Sorriso com três assentamentos. As famílias computadas na tabela como Sorriso - Boa Esperança são referentes ao assentamento Santa Rosa II, cujo ano de referência de desapropriação é 1999 com o dado inicial de 177 famílias divididas na respectiva quantidade de lotes. Os dados a seguir, referentes a Sorriso (B), trazem 25 famílias do Projeto Casulo¹² implantado neste município no ano de 1999, nas proximidades da BR-163 pouco antes da Ponte sobre o Rio Verde; os dados sobre Sorriso (C) abrangem o Assentamento Jonas Pinheiro, com 110 famílias situado nas margens da BR-163 à 30 Km da cidade de Sorriso indo na direção norte do Estado do Mato Grosso. Este dado abriga ainda outras famílias assentadas no município de Vera, totalizando 271 famílias com o ano de referência em 2001, visto que os dados por vezes computam estas famílias na microrregião de Sinop. Os dados referentes ao município de Tapurah abrigam um conjunto de assentamentos implantados no período de 1993-1999, totalizando 2.485 famílias, dentre os quais estão projetos de assentamentos situados nos municípios de Itanhangá com 1050 e Ipiranga do Norte com 674, emancipados em 2000. Cito ainda outros municípios da região como Nova Ubiratã,

¹² O Projeto Casulo é uma modalidade descentralizada de assentamento do Incra, realizada em parceria com os municípios para a exploração agropecuária, e visa o aumento da oferta de alimentos no mercado regional. A iniciativa de aderir ao Projeto Casulo parte do próprio município, que identifica a demanda e indica os beneficiários em potencial e a área a ser utilizada, além de buscar parcerias para viabilizar assistência técnica e capacitação das famílias assentadas. Disponível em <http://www.maurolemes.com.br/balancoreformaagraria.htm>, acesso em 08 de dez de 2008.

que abriga o assentamento Piratiniga situado à 160 km da cidade de Sorriso e a 20 km da sede do distrito de Boa Esperança, implantado em 1999 com 170 famílias. O município de Tabaporã compõe esta tabela, pois abriga os assentamentos Mercedes I e II com um número expressivo totalizando 1.080 famílias no período de 1997-1999. Este assentamento foi mencionado por seis casos nas narrativas dos entrevistados enquanto parte do universo social ou mesmo como “uma nova possibilidade”, como veremos adiante neste trabalho.

Além da expressiva concentração de projetos e respectivas desapropriações centradas num curto período de tempo nestes municípios, outros elemento-chave devem ser considerados na política de Reforma Agrária vigente, a fim de construir a relação com o processo migratório que é foco deste estudo. Cito três pontos que são estruturantes na definição dos agentes que estarão compondo atualmente os projetos de assentamentos. O primeiro é de cunho mais operacional nas políticas de acesso à terra, que foi chamada “descentralização do processo de reforma agrária”; o segundo está relacionado com a espacialidade dos próprios projetos de assentamentos rurais que chamo aqui de assentamentos na fronteira e o terceiro é a constituição dos assentamentos como mecanismo de alívio de tensões sociais:

a) A descentralização do processo de Reforma Agrária. Os estados e principalmente os municípios, através de conselhos municipais, terão “a meta de decidir sobre os assentamentos e sobre as terras a serem compradas. Também serão os responsáveis pelo cadastramento e seleção dos beneficiários do programa” (CARVALHO F., 1999, p. 73). A justificativa para tal alteração estaria na incapacidade de o Incra com sua estrutura, dar conta dos projetos em andamento; um segundo aspecto estaria em “despolitizar” a questão agrária, buscando retirar os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) da mediação entre assentados e o Incra (LEITE; MEDEIROS, 2004).

Que relação tem esta medida com o processo migratório deste estudo? A partir do momento em que os mecanismos decisórios (cadastramento, seleção de beneficiários, divisão dos lotes e recursos) sejam operados pelas instâncias locais se ampliam as possibilidades para os migrantes do Sul nos assentamentos rurais desta região do Mato Grosso. Os espaços institucionais locais, Conselhos Municipais, associações de assentamentos e órgãos, como Sindicatos de Trabalhadores Rurais e administrações municipais (nos casos de Sorriso, distrito de Boa Esperança e Ipiranga do Norte), são ocupados por “sulistas” que operam sobre o tema observando mecanismos de distinção presentes no seu *habitus*; além disso, dispondo deste poder deliberativo nestas instituições abrem espaços para integrantes de sua rede social (conhecidos do local de origem, amigos, parentes) para o acesso à terra e aos recursos.

b) Os assentamentos na área de fronteira – A maioria dos assentamentos criados neste período baseados no critério da “área improdutiva” são estabelecidos em áreas de vegetação nativa (seja do bioma Cerrado ou bioma Amazônico)¹³. Na dinâmica do mercado de terras, mesmo que as áreas estavam sendo utilizadas para especulação fundiária, se comparadas às áreas “abertas” ou em processo produtivo, o valor pago para a aquisição pelo governo era menor. Sobre este aspecto o assentado I. C. de Ipiranga do Norte conta como isto ocorreu:

¹³Analizando os dados do Incra sobre assentamentos neste período, Andriolli (2003) indica que 67% dos assentamentos realizados pelo governo Fernando Henrique Cardoso foram realizados na região Amazônica. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/031/31andrioli.htm> acesso 15 de novembro 08.

As terras de escritura aqui valiam ao redor de três a quatro sacos de soja por hectare. Depois, quando o Incra entrou por aqui e começou a assentar gente aqui, as fazendas com medo da Reforma Agrária começaram a “abrir” as delas (I. C. assentado, 02/07/08).

Cristiano - Certo, pra não ser improdutivas?

É. E aí com o medo que o Incra trouxesse gente e que depois iam invadir as terras, eles começaram a mexer. Aí foi um rapidão (I. C., assentado, 02/07/08).

A narrativa do assentado sobre o caso do município de Ipiranga do Norte, paralelamente, indica que a demanda efetiva por terras dos assentados, que se materializa nas ações de desapropriação pelos agentes do Estado, fato que alavanca o preço das terras nesta microrregião. Neste sentido, o caso é expressão de uma questão estrutural levantada por Reydon;Plata (2006) ao tratarem da relação de mercado de terras e as políticas de Reforma Agrária no Brasil:

Os mercados de terras brasileiros são caracterizados por profundas desigualdades estruturais, com uma grande área de terras, oferta fixa, concentrada em poucos proprietários que exigem preços altos para se desfazer de suas propriedades. Por outro lado, a demanda efetiva de terras está formada apenas pelos agentes econômicos que podem bancá-la economicamente, tais como agricultores que produzem para o mercado, especuladores e o Estado que compra para os projetos de reforma agrária (REYDON; PLATA, 2006, p. 34).

O assentamento Santa Rosa I, que será descrito adiante neste capítulo, compõe esta realidade do mercado de terras, onde o proprietário percebe a valorização crescente das terras a partir da criação do assentamento Santa Rosa II, associado ao início da ocupação da área por posseiros e agricultores antes da desapropriação legal e a abertura do Cerrado nas fazendas vizinhas.

c) **Assentamentos como alívio de possíveis tensões sociais** – Não é novo nas discussões sobre a questão agrária, tratar sobre os assentamentos baseados nos projetos de Reforma Agrária distributiva como mecanismo para aliviar tensões sociais, decorrentes de processos que vêm sendo manifestados em outras regiões (LEITE; MEDEIROS, 2004). A política agrária de Fernando Henrique Cardoso foi no sentido de distribuir a paz social, ao mesmo tempo, atenuando e reduzindo os conflitos e confrontos sociais que têm a disputa pela terra como causa (CARVALHO F, 1999). A própria base inicial de agricultores que fundaram os assentamentos que originaram Lucas do Rio Verde (TAVARES dos SANTOS, 1993) e depois Ipiranga do Norte (como veremos a diante) dentre outros aspectos foram “recrutamentos” realizados e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Rio Grande do Sul em momentos históricos que intenso conflito naquele estado¹⁴.

A partir do trabalho de campo foi possível verificar empiricamente quem seriam os “pequenos” proprietários dos assentamentos identificamos três grupos principais: O primeiro é um grupo já migrante para o Mato Grosso nas décadas anteriores e por uma série de questões vendem seus lotes e “vão adiante”. A heterogeneidade destes casos perpassa desde questões que envolvem problemas na aquisição de terra, os agricultores que “quebraram”, os que venderam e buscam no assentamento recomeçar e ampliar seu patrimônio; um segundo grupo oriundos de pequenos agricultores que venderam suas terras no Sul do país e migram ingressando no assentamento, ou ainda perpassaram em

¹⁴ Para mais informações sobre este tema ver também Ianni (1979 p. 19-25).

suas trajetórias pelo trabalho “de peão” visando acumular algum capital para posteriormente tornar-se proprietários de um lote de terra; e um terceiro grupo formado pelos posseiros que eram em geral se origina da expulsão das áreas por eles ocupada no estado do Mato Grosso, ex-garimpeiros e trabalhadores que se empregavam na abertura de áreas para lavoura. Em suma, contingentes populacionais diversos de varias regiões estarão presentes na fronteira e visualizam os assentamentos como possibilidade de melhoria de vida e acumulação de patrimônio com vistas a reproduzir o grupo familiar.

2.2.2.1 O distrito de Boa Esperança e os assentamentos Santa Rosa I e II

A *vila*¹⁵ Boa Esperança é distrito do município de Sorriso. Esta *vila* formou-se e foi projetada há 15 anos pela colonizadora Sorriso, cujo proprietário era o senhor Alberto Frâncio. A vila inicialmente foi projetada nas proximidades da localidade de Palmitos, que fica a 30 km do local atual (ver mapa em Anexo 01). O objetivo da colonizadora com o projeto urbano era comercializar os lotes daquela Gleba antes das demais áreas a serem vendidas, pois eram mais distantes, observando a referência do Posto Gil na BR-163. Desta forma, a ideia de construção de uma sede (vila) produz um imaginário coletivo de que a região “irá desenvolver” e num curto espaço de tempo quem migrar para este local terá acesso aos equipamentos e serviços (educação, saúde, estradas). Vendidas estas áreas, a proposta de sede foi alterada. Em 1986 o projeto da sede do distrito passará para o local onde é a sede do distrito de Boa Esperança atualmente (BEUTER, 2000) (ver Anexo 02).

O que faria alguém fixar residência no meio de um chapadão, no meio do Cerrado? O clima e solo favoráveis eram dois elementos fortes acionados na propaganda para atrair os migrantes, mas, além disso, era importante construir um imaginário usando de outros artifícios práticos. Desta forma, a existência de um projeto de sede urbana, de uma cidade, com uma área loteada, com ruas abertas e distribuição de terrenos aos supostos novos moradores e início de alguns empreendimentos como pequenos supermercados, posto de combustível e armazéns são importantes. Mais que um interesse objetivo em desenvolver cidades, a ideia de uma vila e cidade próximas, ou seja, os desenvolvimentos associados à ideia da urbanização criam as condições para que os migrantes venham investir e trabalhar nesta nova área. Se o projeto da cidade “der certo” ocorreria para a colonizadora um segundo momento, ou seja, a venda de terrenos da área urbana e novos loteamentos. Caso não desenvolvesse depois de um determinado tempo, o processo inicial de comercialização das áreas de terra estaria concluído. No caso dos entrevistados de Boa Esperança, as percepções sobre o desenvolvimento se situam nos indicativos do asfalto e das construções (mesmo que sejam de residências) na vila ou sede e das áreas “abertas” de Cerrado. No distrito, mais um fator reforçou esta idéia que foi o processo de emancipação. Porém, como a emancipação não foi homologada, isto afetou as expectativas de que este local “iria se desenvolver”.

Em suma, há três momentos marcantes na história de Boa Esperança após sua fundação: a) a formação da Coambe (Cooperativa Boa Esperança), que vai garantir a primeira unidade de armazenamento de grãos, o acesso ao crédito nos bancos e garantir a compra de insumos para a correção do solo dos agricultores pioneiros; b) a demarcação e povoamento de áreas pelos projetos de assentamentos Santa Rosa e Piratininga (hoje pertencente ao município de Nova Uiratã, mesmo ficando à 18 km da sede do distrito) comportando juntos quase 400 famílias em uma área de

¹⁵ Designação utilizada pela população local para a sede do distrito de Boa Esperança.

aproximadamente 40 mil hectares. Isso movimentou a *vila* atraindo e criando possibilidades para muitas famílias e assim, conseqüentemente, “fazendo desenvolver” a sede do distrito com a construção de casas, novas famílias que investiram nos lotes; c) o desencadeamento do processo de emancipação de Boa Esperança no ano de 2004¹⁶, que gerou expectativas de uma cidade que “iria crescer” e assim, conforme apontaram os entrevistados, as pessoas migraram para o distrito e começaram a investir. Como o processo de emancipação acabou sendo negado posteriormente, isto abalou esta expectativa de desenvolvimento.

A área do assentamento Santa Rosa se localiza ao lado da sede do distrito e, por isso, a maior parte das famílias assentadas possui residência *na vila*. A área do projeto de assentamento era uma única fazenda que entrou em processo de desapropriação em duas etapas (Santa Rosa I e II) A primeira foi desapropriada e vendida pelo proprietário ao Incra que, posteriormente, realizou o loteamento (Santa Rosa II). Para esta área já em 1996 com os boatos circulando sobre a possibilidade de criação de um assentamento, de forma espontânea várias famílias migraram para a área criando uma ocupação prévia. No processo de reocupação das fronteiras agrícolas, antes do projetos de colonização dirigida, predominam a luta pelo direito à terra, através da posse. Esta reclamação por este direito está baseada no trabalho aplicado nesta terra, produzindo frutos. Esta concepção de direito pressupõe a ocupação da terra pelos pretendentes que iniciam o processo de trabalho nesta terra (derrubada e cultivo, por exemplo), antes mesmo do seu reconhecimento pelas instâncias oficiais (MARTINS, 1996, p 42-43). Neste sentido, esta prática de reconhecimento do direito de posse foi operada na fronteira na década de 70 pelos órgãos oficiais como o Incra (IANNI, 1979).

Observando este caso dos assentamentos, a ocupação ocorreu entre dois a três anos antes por agricultores do Sul, e posseiros reivindicam o direito de posse nos projetos de assentamento, ou nas áreas em desapropriação pelo Incra. O “estar ali” no sentido de tomar a posse para estas famílias era percebido como um indicativo para quem era demandante, tinha maior necessidade de terra e assim por sua vez o Incra faria posteriormente a regularização desta posse. As negociações do Incra com o proprietário, a avaliação da área, a demarcação dos lotes e a avaliação com a “entrevista” dos inscritos e ocupantes da área ocorre de 1997 até 2000; o assentado J. J., que foi presidente de associação do assentamento Santa Rosa II, comenta a luta pelo reconhecimento da posse nos lotes por parte daqueles que já tinham ocupado a área: “O superintendente falou: Pelo certo todos deveriam sair de cima da terra, aí ele botaria a equipe medir o assentamento e aí fazer o sorteio de novo.(...) Disse pra ele, mas de que jeito, agora que abrimos os lotes e tão aí, e vocês vão querer tirar o pessoal pra depois fazer o sorteio!” (J. J., assentado, 19/06/08). De fato, esta luta rendeu resultados no assentamento. Santa Rosa II, fato ainda em aberto no caso do assentamento Santa Rosa I.

O nome Santa Rosa era o nome dado à fazenda quando ainda pertencia a família Conselvan. A divisão hoje utilizada entre I e II decorre do fato de o laudo de desapropriação ter sido feito em duas etapas: a primeira foi aprovada (II), como

¹⁶As informações sobre os motivos que levaram à não aprovação da emancipação são divergentes. Ocorre que o processo havia passado por plebiscito com aprovação e sido encaminhado aos órgãos responsáveis. Pesquisando alguns dados oficiais sobre este hoje distrito, por vezes ainda se encontram dados dele como município. Mas entre os principais pontos citados que caracterizam a não emancipação, estão a divergência de área com Nova Ubiratã, que acionou a inconstitucionalidade do processo de emancipação por ser aquele ano um ano eleitoral; e a mudança da lei federal, que passara a exigir maior quantidade de eleitores para emancipação.

mencionei anteriormente. Já o projeto (I) teve indeferimento dos técnicos do Incra, alegando que a área era imprópria para Reforma Agrária. O técnico da Empaer de Boa Esperança afirma que a área vistoriada o parecer não correspondia à realidade do conjunto da área, ou seja, a área na qual foi baseado o parecer negativo se tratava de área cujo relevo possui algum declive, o solo é arenoso por estar situada próximo ao rio Teles Pires consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP) segundo a legislação ambiental. Porém, a área considerada “imprópria” não chega a 30% do total da área de mais de 40 mil hectares. Depois de revisto este laudo, fato que se alongou até 2002-03, a negociação entre Incra e proprietário emperrou, pois o preço da terra, havia se elevado. O valor ofertado pelo Incra era inferior às propostas de fazendeiros da região interessados na compra desta fazenda.

Outra questão é que neste período a área do projeto Santa Rosa I foi sendo ocupada por famílias, que foram morar, abrir, cultivar e construir sob esta área. Este processo valorizou ainda mais a fazenda e, desta forma, o proprietário exige valor maior para a desapropriação. Alguns assentados afirmam que a ocupação da área foi incentivada pela Incra e pelo proprietário visando esta valorização. Agricultores de outras regiões, especialmente do Sul do Brasil, vieram e adquiriram posses dos ocupantes anteriores e começam a investir, construir e plantar na área mesmo sabendo que estava ainda em processo de desapropriação. Este problema se arrasta e ainda não teve uma solução definitiva encaminhada.

O assentamento Santa Rosa II possui 16.937,35 hectares divididos em 177 lotes que variam de 70 a 100 hectares cada um. O ano da desapropriação desta parte da fazenda ocorreu em 1999, sendo que desde 1997 havia posseiros e ocupantes nesta área, após surgir o boato que a fazenda poderia ser desapropriada. Em tese seriam e constam nos cadastros 177 famílias, porém, como é verificado nas entrevistas e observações estes dados não correspondem à realidade, pois por trás deles escondem-se as vendas de direito de posse e outras vendidas, posteriormente, sendo que o sujeito que adquire fica com um contrato de compra e venda em mãos; escondem os arrendamentos e a articulação conjunta da família nos lotes, onde uma família pode ter, por exemplo, três lotes, sendo registrados no nome de diferentes membros da família (pai, outro do filho, e outro de um terceiro), mas na prática operam como se fosse somente uma só unidade de produção (FONTE EMPAER – Escritório de Boa Esperança).

2.2.2.2. O caso de Ipiranga do Norte

O surgimento do atual município de Ipiranga do Norte está diretamente relacionado aos assentamentos implantados nesta região no período de 1992 a 1999. Neste período, conforme apontamos na Tabelas 02, no município de Tapurah foram assentadas 2.485 famílias em 12 projetos. Dois destes projetos, Itanhangá e Ipiranga do Norte, se tornam distritos cujas sedes destes é exatamente as agrovilas de Assentamentos. Na Tabela 05 estão relacionados os dados referentes aos assentamentos que constituíram o município de Ipiranga do Norte.

TABELA 05 – Relação de assentamentos, área total e famílias assentadas em Ipiranga do Norte/MT

Assentamento	Área (ha)	Nº de Famílias	Criação
Eldorado I	34.048	351	Res. 075. 12/12/93
Santa Irene	2.846	50	Port. 097. 13/11/97
Mogiana I	2.333	37	Port.118/ 31/12/97
Furnas III	3.434	43	Port.005/23/01/98
Bogorni	3.750	50	Port. 109/28/12/98
Mogiana II	1.633	22	Port. 110/28/12/98
Cristalmel	3.493	50	Port.111/28/12/98
Santa Luzia	3.045	71	Port.015/24/02/99
Total	57.582	674¹⁷	-----

Fonte: Relação Nominal de Assentamentos criados pelo Incra MT, 2001 (TANNURY, 2003, p.99).

A agrovila do assentamento Eldorado I foi formada inicialmente por famílias que estavam acampadas em diversas regiões do Mato Grosso na luta pela terra. São partes iniciais deste projeto, conforme Tannury (2003), famílias excedentes do assentamento Coqueiral no município de Nobres, que, após permanecerem acampadas durante três anos em condições precárias são deslocadas pelo Incra para este novo projeto. Este grupo é formado por 70 famílias originárias do Rio Grande do Sul (no capítulo 3 retornaremos ao caso deste grupo). Dos municípios de Sorriso são mais 42 famílias, de Lucas do Rio Verde, 42 famílias e 70 famílias de Tapurah. Agregam-se ainda mais 19 famílias do acampamento Pedra Preta, que estava localizado nas proximidades de Rondonópolis.

2.3. “NO LUGAR CERTO, NO MOMENTO CERTO” – BUSCANDO OPORTUNIDADES DE TERRA E TRABALHO

Uma das questões que permeiam as discussões sobre o processo migratório está relacionada ao tipo de inserção dos migrantes no novo espaço. O que estaria sendo levado em conta por parte dos atores migrantes na definição não era somente a atividade produtiva e de geração de renda, mas o próprio local de residência. No caso da migração rural-rural foco deste estudo, como é avaliado pelos que migram o local onde será estabelecida a nova unidade familiar? Nas narrativas dos assentados foi recorrente a análise do momento de migrar, e do local para onde se pretendia migrar, que foi traduzido na narrativa de L. M: “aqui no Mato Grosso temos que estar no lugar certo no momento certo”, Esta afirmação vem associada à observação de oportunidades de produzir a mobilidade social, ou acumulação de patrimônio a fim de reproduzir o grupo familiar. No caso do conjunto das famílias, isto está associado ou ao acesso à terra e sua valorização, ou ao trabalho de peão, ou trabalho agrícola em fazendas e cidades em crescimento e em alguns casos à função de caminhoneiro. Neste sentido, a seção pretende analisar estas questões.

Por outro lado, observar as definições deste momento e lugar certo indicam uma dinâmica do desenvolvimento associada à expansão da fronteira, no sentido da

¹⁷Os dados oficiais operacionalizados pelo INCRA consideram o número de famílias igual ao número de lotes em cada Projeto de Assentamento.

avaliação que se expressa nas narrativas do “cheguei atrasado, deveria ter vindo cinco anos antes” ou “agora está bom lá pra frente”. Estes conjuntos de informações, de oportunidades de trabalho, projetos em andamento, situação dos assentamentos, circulam nas redes sociais às quais estas famílias estão relacionadas, o que mantém, potencializa ou restringe determinado fluxo migratório. As formas de circulação destas informações, as trocas de recursos, o ato de acionar a rede na migração e a construção destas redes estão presentes no capítulo 4 deste trabalho.

2.3.1. Acesso e valorização das terras

“E eles iam pra lá e diziam: piá, vai pra lá, lá é bom e é barata as terras. Três lotes por 20 mil reais” (L. M., assentado em Ipiranga do Norte, referindo-se a 1995).

Perpassam as trajetórias deste grupo estudado a busca pela terra, ou ainda a busca por mais terra. Nos estudos sobre agricultura familiar, a terra é tomada como um dos pontos centrais. A terra é o meio de produção pelo qual, através do trabalho familiar, se pode obter a produção de subsistência e possibilitar as condições mínimas de acumulação de patrimônio visando à geração seguinte (filhos). Neste sentido, a terra compõe um dos elementos centrais na reprodução social destas famílias. Esta relação das famílias com a terra se constrói carregada de um conjunto de significados e representações dos camponeses. Para os colonos do Sul, a insuficiência de terras, os problemas relacionados à herança e à modernização conservadora colocam a migração como estratégia a fim de criar as condições de reproduzir novas unidades familiares a partir do acesso à terra: “A migração interna dos colonos, assim como a emigração de seus antepassados alemães, obedece a uma mesma lógica, decorrente da mesma condição e de uma ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social” (WOORTMANN, 1995, p.115). No Brasil este caminho deve ser situado dentro de um processo histórico, onde esta reprodução sempre esteve associada à migração para novas fronteiras e processos de expropriação de populações para novas áreas (MARTINS, 1981). Este fato pode ser identificado nos percursos das famílias de agricultores que por vezes saem de regiões do Rio Grande do Sul, perpassando diversas etapas até chegar ao Mato Grosso. Migrar é a possibilidade do acesso à terra, a disponibilidade de terra está na fronteira, o Mato Grosso é o lugar de oportunidade, que se traduz numa busca pela autonomia, “no trabalhar no que é meu”:

Os camponeses da Europa que migraram no século XIX para a América; os brasiguaios que saem de terra estrangeira e montam acampamento em busca da terra para se fixarem no Brasil; os pequenos proprietários no Sul do Brasil que buscam terra na região Norte do país, são exemplos de resistência através da migração (FABRINI, 2003, p. 07).

A libertação da coerção do trabalhar para os outros ou do trabalho penoso¹⁸ está no acesso à terra e não necessariamente na migração. A migração é a possibilidade. Nas novas fronteiras, um elemento central no “chamamento” era a abundância de terras e nesta abundância não somente objetivando um lote inicial, mas com o espaço a visualização de aumentar o patrimônio familiar através da compra de novas áreas

¹⁸ No capítulo 3 abordamos esta a questão do trabalho, referido aqui de forma breve.

(SANTOS, 1993; GUIMARÃES, 1988). A propaganda também vinha associada a uma dimensão simbólica “do espaço”, característica do Cerrado. As terras do chapadão, “fáceis de trabalhar com o uso de máquinas” e estabelecer grandes áreas de lavouras. No entanto, esta terra é reconhecida como terra pobre, que necessita de “bastante adubo”, diferente “das terras de mata”, de onde geralmente as famílias viviam antes de migrar para o Mato Grosso.¹⁹ O simbólico da modernização agrícola na fronteira associa à própria paisagem a possibilidade “de crescer”, com imaginário social para os camponeses de que as futuras gerações terão acesso à terra e condições de progredir. É a representação do espaço supostamente vazio, que passará a ser incorporado, é onde vai ser estruturado o espaço social em conformidade com uma visão de mundo destes atores (ZART, 1998). No comparativo com a situação do Sul antes de migrar, entram em cena relatos associados à insuficiência de terras e às condições das áreas “de morro, pedregosas, onde nem tudo dava para plantar”²⁰:

Eu até tinha bastante terra, lá tinha 18 alqueires, mas era bastante dobrada. Era seis da minha herança e 12 da herança da mulher (E. T., assentado, 15/06/08).

Aí eu vim visitar eles e achei a terra bonita, vi que tinha o espaço, lavoura e tudo e pensei assim, fiquei três dias aqui e daí voltei fui buscar a mulher pra conhecer aqui. Aí já vim e comprei um lote aqui e dali 30 a 60 dias comprei o outro pro rapaz. E o importante que hoje já temos quatro lotes. Eu vim com o meu objetivo assim; pra dar um cantinho de terra para cada filho, porque lá não tinha condições (A. H., assentado, 18/06/08).

O pai veio antes olhar. Aí ele se agradou das terras, mas também era tudo plano! E lá onde nós morava era tudo ladeira. (C. J., Assentado, 19/06/08).

Não tinha como crescer, se eu quisesse colocar mais vacas de leite não tinha espaço. (...) Pra ganhar mais dinheiro não tinha mais espaço pra mim (C. B., assentado, 03/07/08).

Eu vim pra cá com este fim. Porque eu sabia que no Mato Grosso tinha espaço. (R. T, assentado, 12/06/08).

A insuficiência de terras é apontada por 15 entrevistados, como ponto gerador de uma condição de crise que tensionou os mesmos para migrar. Outros 10 casos fazem menção ao local de origem, ou local anterior onde residiam como local onde havia “falta de espaço”. A partir da unidade produtiva, estas famílias percebem que a quantidade de área de terra que possuíam como fator limitante para o aumento da produção de acordo com o tipo de atividade agrícola desenvolvida. Assim, a estratégia identificada para gerar aumento da renda familiar está associada à busca por “mais terra”. Os casos de L. M. e de C. B., expõem bem este fato. O primeiro relacionado à pouca quantidade de terra para lavoura com cultivo de soja e milho e o segundo, observando a atividade da pecuária leiteira. A relação destas atividades produtivas

¹⁹Sobre o processo de “estranhamento” quanto do novo ambiente, no caso dos parceiros de Lucas do Rio Verde, ver Zart (1998, p 155-157).

²⁰Estudos sobre regiões de agricultura familiar do Sul do Brasil demonstram que uma das estratégias dos agricultores visa à mecanização das terras de roça. Retirar as pedras, fazer terraceamento, drenagens de banhados são técnicas utilizadas visando ao máximo aumentar a área cultivada nos anos recentes. Para mais sobre este tema ver Tedesco (1999).

parece estar associada ao aumento de escala e para tal o aumento de área agricultável como uma condição. Como o preço das terras praticado nas regiões de origem no Sul do Brasil se mantêm em níveis estáveis e elevados, ou ainda não existe disponibilidade de áreas à venda, conseguir mais terra nestas regiões se coloca como estratégia difícil de ser realizada.

No entanto, a reflexão sobre a insuficiência de terra deve estar situada no espaço social e, ainda, no contexto histórico ao qual se está fazendo referência. O assentado I. C. afirma que no Sul a área de terra “da família” era de 20 hectares e todos os membros (cinco irmãos) trabalhavam e viviam sobre esta área. No ano de 1986, ele casou-se e permaneceu morando na área observando o acordo com seu pai, que lhe dava direito de usufruir de quatro hectares para o novo casal. Outros dois irmãos mais novos e solteiros também trabalhavam com o pai. Logo, um deles casa-se e permanecerá sobre esta área “do pai” com o mesmo tipo de acordo que lhe dava direito de uso de outros quatro hectares. Neste sentido, I. C., em sua narrativa, desenvolve uma reflexão temporal sobre esta necessidade “de mais terra”:

Mas na época até com cinco hectares ía. Porque meu pai com 20 hectares, criou nove filhos e casou todos, deu alguma coisa pra cada um, não terra, mas casa, casamento e tal ele conseguiu. E hoje quem está lá com uma área de 20 hectares é pequeno e quase não sobrevive mais (I. C., assentado, 01/07/08).

Reflexão semelhante faz o assentado L. M., que ingressou na luta pela terra em 1979 no acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta/RS, devido à falta de terra, pois o pai tinha cinco filhos e dispunha de 20 hectares, naquela década: “Meu pai na época, com os mesmos 20 hectares de terra, criou um monte de filhos. Hoje lá com 20 hectares como eu tinha mal e mal dá pro casal se manter” (L. M., assentado, 03/07/08).

No comparativo, observa a realidade vivida por ele no Sul em 1997 e as informações que tem dos parentes que estão no Sul, considerando a dificuldade de famílias compostas pelo casal e um ou dois filhos se manter na agricultura, dispondo da mesma quantidade de área que seu pai tinha na década de 70. Esta narrativa indica que a necessidade de mais terra, além da questão da herança, pode estar vinculada com sistemas produtivos adotados na região que já envolve neste período processos de modernização agrícola que se intensificam, especialmente “nas terras vermelhas ou roxas” que são as mais planas e, assim, de maior facilidade para a mecanização dos cultivos.

As pesquisas que observam os deslocamentos dos agricultores para a fronteira citam a relação entre a venda da terra no Sul, geralmente pequena em termos das “colônias”, e poder adquirir lotes maiores, mesmo nos assentamentos (até 100 hectares) (GREGORY, 2008; SANTOS, 1993; GUIMARÃES, 1988). Este ato carrega o elemento simbólico associado ao aumento da área mecanizada. Esta racionalidade, que objetiva ampliar o patrimônio na dinâmica das terras baratas, indica a possibilidade do agricultor ao dispor de mais terra poder aumentar sua produção, o que visa reproduzir seu grupo doméstico com melhores condições de vida para a família. No entanto, o trabalho de campo revelou outro elemento associado à busca por terras baratas: a perspectiva de valorização das terras. Chama a atenção, no caso dos assentamentos, o grau de valorização monetária, o preço praticado nos negócios. Veja alguns indicativos a partir do assentamento Santa Rosa II e Eldorado I:

Eu cheguei aqui em 99, por três direitos [210 hectares] um paguei 1150 reais (...) Quando foi o que vou te dizer, em 2002 a 2003 já era 35 a 40 mil cada lote (R. T., assentado, 12/06/08) **Referente a 1999 a 2000, assentamento Santa Rosa II.**

Daí de 300 reais que eu paguei seis meses depois foi vendido por cinco mil. Aí logo depois foi vendido aquele daquele do cara lá em cima por 15 mil; aí veio outro colega meus e aí foi pra 17 mil. O Ângelo chegou logo depois já apagou 25 e aí foi indo. Aí foi indo 25, 30, 40. (R. T., assentado, 12/06/08) **Referente a 2000-2001, assentamento Santa Rosa II.**

Cristiano - Quanto você pagou aqui na época?

Três sacas por hectare, deu seis mil reais. O do Titi o mais caro que pagou foi duas sacas. (E. R., assentado, 17/06/08) **Referente a 2002, assentamento Santa Rosa II.**

E aqui as terras não valiam nada, mas agora vale muito. Se fosse no comecinho comprava. As terras de escritura aqui ao redor valia três à quatro sacos de soja por hectare. Hoje chegam a 180 sacas de soja (I. C., assentado, 01/06/08) **Referente a 1992, assentamento Eldorado I – Ipiranga do Norte.**

Paralelamente a esta valorização expressiva que chega a 1000 % (especialmente nos primeiros cinco anos) tensionam a venda do lote para novos compradores quando os assentados enfrentam dificuldades financeiras, como ocorreu no caso dos assentados do Santa Rosa II que acessaram o primeiro Crédito (Pronaf “A”) somente em 2005-06, assim como o crédito de habitação e o acesso à rede de Eletrificação Rural. Diante das dificuldades apresentadas, a pressão de compradores “de fora” aumenta:

Nesse novo contexto, a terra passou a fazer parte das carteiras de ativos dos agentes econômicos e a ser negociada em função das expectativas de lucros monetários de seu proprietário. Nesse sentido, não é estranho que muitos beneficiários da reforma agrária, ante a expectativa de não ter os recursos necessários (crédito institucional, tecnologia, preços adequados para seus produtos, etc.) para explorar sua lavoura ou perante uma boa proposta de compra, decidam vender, formal ou informalmente, sua parcela de terra, fomentando dessa forma um processo de reconcentração da terra (REYDON; PLATA, 2006, p. 32)

No período do trabalho de campo, os assentados apontam que a média do preço atual dos lotes na área do chapadão giram em torno de 10 à 12 mil sacas de soja, ou convertendo nos valores praticados neste mesmo período de maio de 2008, aproximadamente 350 a 400 mil reais por lote (80 a 100 hectares) no caso de área de “terra velha”, ou seja, que já estão há mais de três anos em cultivo. Neste sentido, o preço da terra nestes assentamentos pula de 100 reais por hectare para valores entre 3.200 e 3.500 reais por hectare, no período de nove anos. Destaco que esta expressiva valorização monetária da terra não é fato somente no assentamento, mas acontece em todas as áreas de terra desta microrregião neste período.

No caso do Cerrado mato-grossense, os agricultores que migram para estas terras nos anos recentes sabem que, além da terra e do trabalho, terão que ter “o recurso”, ou seja, o capital (dinheiro, crédito, insumos, máquinas) a fim de “fazer agricultura e mexer com lavoura”. Neste caso pressupõem o uso de um aparato tecnológico a fim de tornar a terra produtiva. Os custos para “abrir” a área, neste

período, conforme apontou o técnico da Empaer de Boa Esperança são os seguintes: para “abrir” o custo médio é de 300 reais por hectare e para a operação de enleirar 350 reais. Depois destas duas operações agrega-se a recuperação de solo com insumos cujo destaque é o calcário. O somatório para “deixar a terra pronta” chega a 1.500 reais a 1.800 reais por hectare, superando os valores do próprio lote nos primeiros anos. No caso destes assentamentos é comum o trabalho “pra fora” de peão diarista nas fazendas visando dispor de recurso para estes investimentos. No entanto, transformar a terra bruta em terra de lavoura aumenta as expectativas de renda desta terra, seu valor de mercado e a sua possibilidade de venda:

A liquidez da terra é um atributo muito apreciado pelos agricultores, embora eles utilizem a terra para produção. Mas isso não impede que olhem para sua propriedade como um ativo que proporciona certo nível de segurança para sua família ante qualquer imprevisto futuro (REYDON; PLATA, 2006, p. 35).

Não somente diante de qualquer imprevisto futuro, como é o caso de problemas de saúde de membros da família, mas como a possibilidade de liquidez da terra, ou seja, a sua facilidade de venda (dispor de compradores), o que permitirá ao proprietário buscar novas opções no investimento, como foi o caso de T. B., que com o dinheiro da venda de um lote no assentamento Mercedes que recebeu como pagamento de dívida, investiu no estudo das filhas nas faculdades em Cuiabá. A possibilidade concreta de tornar a terra um ativo, mesmo que isto não se realize efetivamente vem expressa nas narrativas que compõem os comparativos no momento da migração e ainda hoje. O cálculo que vai ser referência para pensar estratégias de reprodução familiar inclui a terra atribuindo a ela os elementos simbólicos, “do estar na terra”, “mexer com lavoura”, mas, paralelamente, esta terra é contabilizada a partir de seu valor de troca no conjunto do patrimônio alcançado pela família: “Mas eu, faz seis anos que consegui um capital de um milhão de reais” (A. T., chacareiro, 06/06/08), Neste caso, está contabilizado o valor de 800 mil reais referentes à área de dez hectares da chácara em valores atuais.

Em conversa com o assentado C. P., do assentamento Santa Rosa II, ao fazer referência a seus irmãos que migraram para Lucas do Rio Verde a partir de 1983, quando com a venda das terras dos sítios no Paraná conseguiram adquirir área de assentados cada qual com três lotes e, depois, foram ampliando adquirindo outros. Um destes seus irmãos foi “comprador” no assentamento que funda o atual município de Lucas do Rio Verde onde vendeu os três lotes, que dispunha em 1997 e comprou em Ipiranga do Norte. Quando foi mencionada para C. P. a intenção de fazer uma visita àquele município no decorrer do trabalho de campo, ele prontamente tratou de indicar para que procurássemos seu irmão S. P. naquele município. Trata-se de um entre tantos outros assentados que estavam em lotes no município de Lucas do Rio Verde e venderam estas áreas. Não porque “quebraram”, mas porque tinham áreas de 200 a 300 hectares de terra que sofreram uma valorização abrupta neste período de meados da década de 90 em diante. Os compradores nestes casos foram fazendeiros vizinhos e ou agricultores oriundos do Sul do Brasil com maior disponibilidade de capital. S. P. adquire lotes de terra em outro assentamento e trabalha atualmente com 600 hectares de lavoura incluindo as terras arrendadas em Ipiranga do Norte.

Estes fatos indicam que a dimensão da terra, os lotes em assentamentos e as chácaras são concebidos também como ativos financeiros de alta liquidez. Notoriamente esta concepção não deve ser compreendida na análise isoladamente, mas como resultado de uma confluência de fatores entre os quais se destacam: a) falta de capital de trabalho

e acesso limitado ao crédito institucional e à assistência técnica; b) temor de perda do lote por aspectos conflitivos no assentamento (posseiros, atitude dos funcionários estatais), forte apelo e interesse de potenciais compradores, sejam fazendeiros ou mesmo outros agricultores do Sul mais capitalizados (REYDON; PLATA, 2006). O relato do assentado R. T. do assentamento Santa Rosa II sobre o período inicial do projeto descreve bem este fato:

Porque nós ficamos abandonados aqui este tempo, só em 2004 o Inkra veio fazer a entrevista. De 99 até 2004 ficamos abandonados, né bicho (R. T., assentado, 12/06/08).

Cristiano - Estava aqui, mas não sabiam se saíam ou ficavam?

Nós sabia que a terra ia sair, mas o Inkra nunca vinha e nunca vinha. Aí as terras começaram a subir, e os caras queriam invadir, um queria vender o outro queria comprar e tal (R. T., assentado, 12/06/08).

Estas situações tensionam estes “pequenos” proprietários rurais para a venda da terra e faz estes agentes voltarem seu olhar “para frente”, onde com os recursos obtidos neste negócio, poderão empreender nova migração com vistas a “recomeçar”. A relação entre a possibilidade de venda da terra e migração pode ser identificada também nos casos de agricultores que migraram nos anos recentes para o Mato Grosso. A dificuldade de venda da terra no Sul, ou seja, a possibilidade de torná-la um ativo financeiro que seria investido na compra de terra no Mato Grosso foi fator que retardou a migração em cinco das famílias estudadas. C. B., que migrou no ano de 2002 para Ipiranga, havia negociado a compra de um lote na região de Querência do Norte no ano de 1999, porém, sem a venda da terra no Sul, não dispunha de “recurso” suficiente para o pagamento do lote e “abertura” deste mesmo lote. L. M. aponta, da mesma forma, a dificuldade de venda da terra que só se efetivou em 1997, isso associado a questões familiares, adiou a migração de sua família para o Mato Grosso planejada desde o ano de 1992.

2.3.2. O trabalho “de peão”

Eu conheço muita gente que veio de lá com pouco ou sem nada, trabalhou dois anos na fazenda e aí saiu o assentamento, tinha 25 hectares de terra e hoje tem 300 hectares (L. M., assentado, 03/07/08).

Outro componente presente nas trajetórias destes assentados e chacareiros é a passagem pelo trabalho “de peão”. A categoria peão designa o trabalho de empregado submetido a um patrão; designa acima de tudo o empregado agrícola, cuja local de trabalho, em geral, se vincula às fazendas; representa o trabalho não autônomo, ou dito em termos populares “trabalhar no que é dos outros”. Das 25 trajetórias enfocadas neste trabalho, 11 delas tiveram a passagem pelo trabalho agrícola (ver Quadros nº 1 a 5).

Nos estudos sobre o campesinato brasileiro, vários trabalhos apontaram o trabalho “pra fora” (com designações específicas como “alugado”), como estratégia para acumular patrimônio para posteriormente se tornarem proprietários de terra (sitiantes, assentados ou chacareiros). Na medida em que a família nunca teve acesso à sua unidade de produção, ou na medida em que a família (tronco) não conseguiu acumular patrimônio para reproduzir a geração dos filhos em novas unidades domésticas, o trabalho de peão aparece como meio para esta finalidade.

Vários estudos sobre o campesinato do Nordeste brasileiro têm enfatizado que os trabalhadores rurais compõem trajetórias que mesclam as suas formas de trabalho. Garcia Jr. (1989) observa como os camponeses do agreste paraibano, em distintos momentos históricos e de seu ciclo de vida, alternam o trabalho no sítio, o trabalho *alugado*, ou ainda o meio urbano (Sul) como possibilidade de acumular algum *recurso* para, posteriormente, tornarem-se *sitiantes (libertos)*. Situação semelhante também foi identificada no campesinato do Sul do Brasil, onde o trabalho temporário nas cidades (emprego urbano) foi o meio para, após alguns anos, “juntar algum dinheiro” e retornar às regiões de origem no meio rural e adquirir uma área de terra própria (DESCONSI, 2007).

Inicialmente, para refletir sobre as distinções se apresentam associadas à designação do trabalho de “peão”, que estamos tratando a partir dos casos analisados. Assim, de modo geral, caracterizamos quatro formas de trabalho associadas à designação “de peão”:

1) O primeiro trata-se do emprego agrícola permanente, ou seja, o “peão fixo”. É aquele que recebe remuneração mensal e, por vezes, alguma forma de bonificação no fim da safra anual. Podem ou não residir nas fazendas com a família ou em local próximo e se deslocar até a fazenda que é o local de trabalho. Consideramos permanente aqui, ele possui o vínculo de empregado, independente do ciclo agrícola.

2) Outra forma de trabalho de peão é o chamado de safrista, o contratado para um determinado período do ciclo agrícola (plantio, colheita, por exemplo) com remuneração em geral por salário mensal naquele período, ou no caso de colheita, por porcentagem do produto colhido. Da mesma forma, observando o ciclo agrícola, uma parte dos trabalhadores são contratados por período de seis a oito meses, que coincide com o período da estação das chuvas que vai de outubro a abril. Neste período é que são cultivadas as lavouras de soja, milho e algodão (principais culturas agrícolas desta microrregião). Terminado este ciclo agrícola, os trabalhadores são dispensados. Esta forma de trabalho engloba os trabalhos de operador de máquinas, motoristas de caminhões e carregadores especialmente.

3) A terceira forma de trabalho de peão é a empreita ou diarista. Neste caso entram em cena trabalhos sazonais, associado às práticas agrícolas: os trabalhos que envolvem a abertura do Cerrado, a atividade de “catação de raízes²¹”, carregamento e descarregamento de caminhões, trabalho nos silos e armazéns. O pagamento é feito em valor monetário no final da atividade desenvolvida.

4) Uma quarta forma de trabalho que também compõe a designação de peão, mas por vezes também designação “de empregado”, são as atividades ligadas à formação das cidades e vilas. Os trabalhos de pedreiro (construção civil), em cooperativas de prestação de serviços e ainda de motorista são exemplos desta forma que possui remuneração por empreita ou pagamento diário. As duas especificações dos itens três e quatro são denominadas como “serviço”.

Esta tipificação, construída a partir das experiências vividas pelas famílias, visa compreender do que estamos tratando quando utilizamos o termo “peão”. Da mesma forma, é instrumento para compreender como e quando estas formas de trabalho foram

²¹ A atividade de catação de raízes consiste no trabalho realizado após a derrubada da vegetação natural do Cerrado. Os primeiros revolvimentos do solo com grade aradora expõem na superfície da área as raízes da vegetação que existia ali. Nesta situação são contratados trabalhadores para fazer a catação manual destas raízes na área, que são amontoadas e geralmente queimadas na sequência do trabalho.

acionadas pelos atores em suas trajetórias, bem como trazer indicações de mudanças que ocorreram no padrão de emprego agrícola nesta região.

Nas décadas de 80 e 90, consideradas de intensa migração visando as áreas rurais na microrregião, duas formas de inserção produtiva e busca por acesso a terra. A primeira são os casos de migrantes que tornaram-se proprietários de terra, pois carregava em suas bagagens algum “recurso” acumulado, e ou foram beneficiados por políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento e acesso a terra; e outro grupo por que sua entrada no Mato Grosso buscando o trabalho agrícola. Nas trajetórias dos grupos estudados percebemos que o trabalho agrícola, “de peão”, se configurou como estratégia para acumular algum “recurso” visando o investimento, seja na compra de área (em assentamentos ou chácaras) ou ainda para investimentos iniciais sobre este lote, na “arrancada” das atividades produtivas. Recorrente é observar que a busca por esta forma de acumulação no trabalho “pra fora” seria uma das poucas possibilidades para os migrantes que são oriundos de unidades familiares do Sul que não acumularam o suficiente para garantir a reprodução de uma nova unidade doméstica destes filhos. No entanto, é possível relativizar esta afirmativa observando que cinco casos deixam a condição de “pequenos” proprietários de terra no Sul e rumam para o emprego agrícola no Mato Grosso:

Cristiano – E vocês, em 1987, como foi, tudo bem, tinha esta situação da terra e tal, mas como apareceu a ideia de vir pro Mato Grosso, ouviram falar?

Todo mundo voltava e falava de Sorriso, e era a última esperança que nem pros menos favorecidos. Porque emprego tinha bastante. Na época, trabalhar em fazenda, hoje já não é mais assim. Ia trabalhar em fazenda ganhava dois salários por mês e 500 a 600 sacos de soja. Isso era a coisa mais comum que tinha. Aí você ganha moradia livre, os dois salários, dependia do combinado com o patrão. Foi ali que os meus irmãos começaram. O cara sobrava mais livre do que se produzia lá. A gente trabalhava no que era da gente, mas eles ganhavam muito mais trabalhando no que é dos outros. E isso foi uma coisa que até chamou nós pra vim pra cá (S. S., chacareira de Sorriso, 21/05/08).

A forma de trabalho agrícola “atrativa” no momento da migração (ano de 1998) estava associada ao emprego permanente nas fazendas, onde as condições permitiram juntar capital para, posteriormente, buscar o acesso à terra própria. Morar na fazenda evita investimentos iniciais de aluguel ou mesmo a construção de algum tipo de residência para morar; os salários mensais garantem a manutenção da família. Desta forma, o valor de bonificação, neste caso medido em sacas de soja, recebido no final do ano ou do ciclo agrícola podia ser acumulado. O casal avalia entre o trabalhar “no que é da gente e no que é dos outros.” Buscar o trabalho de peão na sua forma de emprego permanente se configura oportuno, pois garante uma segurança em relação à renda mensal e à moradia. Mesmo assim, este trabalho de peão é encarado como uma fase, isto traduzido também na relação que se faz entre o trabalho de peão como “coisa pra gente solteira ou casal novo que ainda não tem filho.” Outros quatro casos tiveram a entrada no Mato Grosso pelo trabalho de “peão fixo”:

Eu vim pra trabalhar de peão. Eu e ela era caseiro, trabalhei dois anos em Primavera do Leste, depois mudei pra cá (N. M., chacareiro de Sorriso, 08/05/08).

Comecei como peão de fazenda fixo, que tinha muito serviço em Novo Barreiro (I. P., chacareiro de Sorriso, 04/06/08). **Referente à 1991-1995.**

Entramos no Mato Grosso na fazenda do meu irmão, que precisavam de gente [peão fixo], e aí eles via nós naquela situação difícil no PR (C. P., assentado, 19/06/08). **Referente à 2002-2004.**

Era Fixo. Faziam de tudo, mas aí já eram peão fixo. Aí já não tinham que se submeter só àquele tipo de serviço [braçal]. (R. C. filha de chacareiro, 27/06/08) **Referente a 1997-2003.**

Tinha três salários na carteira e mais 300 sacas de soja por ano que depois subiu pra 450. Era fixo (E. T., assentado, 20/06/08). **Referente a 1998-2001.**

Em todos estes casos residiam nas fazendas onde trabalhavam, recebiam remuneração mensal entre dois a três salários e mais uma bonificação no fim da safra de soja, correspondente a 300 sacas. Neste sentido, os valores acumulados permitiram a N. M. e A T., por exemplo, adquirir a área de terra das chácaras no entorno da cidade de Sorriso. No caso de E. T. e C. P., o recurso acumulado foi usado para a compra da terra própria; sendo que a primeira esta compra foi feita no município de origem no estado do Paraná e o segundo na compra de casa e investimentos iniciais no lote no assentamento Santa Rosa II. No caso de I. M., o “recurso” foi investido na compra de casa na cidade de Sorriso.

Outro elemento relevante, nestes casos que passaram pelo trabalho de “peão fixo”, é referente ao período em que isto acontece. A década de 90 é o momento onde esta forma de trabalho agrícola se configura como possibilidade para estas famílias, o que coincide com o conjunto de elementos já referidos neste capítulo no pós anos 90:

Em 1992, se os caras enxergassem um branco, que aí identificariam de longe que vinha do Sul iam atrás pra ver se não queria trabalhar pra eles [os fazendeiros]. Os caras iam esperar na rodoviária nas linhas que vinham do Sul pra trabalhar. (L. P., chacareiro de Sorriso, 26/06/08).

A afirmativa remete ao período em que a família de L. P. migrou de Santa Catarina para Sorriso. A manifestação de preferência pelos migrantes do Sul (“brancos”) refere-se ao tipo de função dentro das atividades agrícolas nas fazendas. As famílias que passaram por este trabalho de peão fixo tinham como principal função ser tratorista ou operador de máquinas. A permanência o ano todo na fazenda, também atribui outras funções a estes empregados permanentes, como a tarefa de manutenção e reparo de máquinas no período de entressafra, a atividade de desmatamento de novas áreas ou ainda a função de zelador ou caseiro nas fazendas.

Há nas fazendas hierarquias relacionadas com o tipo de serviço. A grande divisão se situa entre os trabalhos braçais e os de trabalhos com as máquinas. Neste caso, o serviço mais depreciado que é a catação de raiz é o mais referido; já no segundo, a atividade mais referida é de operador de máquina. No caso do grupo estudado há vários casos onde um membro da família (geralmente o homem) ou mesmo todo o grupo familiar trabalhou nas tarefas braçais, porém, logo foram “subindo” na hierarquia das atividades dentro da fazenda, chegando em alguns casos a condição de gerente e administrador da própria fazenda, ou de setores produtivos específicos dentro dela. A família C. que migrou de Santa Catarina para Sorriso em 1996 viveu esta situação. Na

chácara de L. C, estão as residências dos cinco filhos, sendo que todos possuem renda principal de outras atividades, ou seja, não oriundas da chácara. Um deles trabalha com transportes possuindo caminhões próprios; os outros quatro, são peões fixos, cuja função é de gerência e administração²² de setores em fazendas. Este conjunto de famílias “começou de peão” na catação de raízes e logo depois de dois anos foram chamados para outras funções na fazenda, como operadores de máquinas, e mais tarde chegaram ao cargo de administradores:

Porque na verdade eles já sabiam mexer com trator, não tanto como hoje aqui, mas sabiam. E aí o patrão encaixou ele na fazenda e começaram a trabalhar. E os outros dois o irmão mais velho e o segundo, encaixaram numa fazenda vizinha. E daí começaram a trabalhar (R. C., filha de chacareiros, 27/06/08).

As outras formas de trabalho “de peão” também são recorrentes nas trajetórias do conjunto das famílias analisadas. A família C. menciona que trabalharam por empreitada e diarista na abertura de áreas de Cerrado, especialmente no serviço de catação de raízes durante dois anos, visando comprar mais quatro hectares da chácara onde residem atualmente e, também, fazer os investimentos sobre esta chácara, como limpeza do terreno e construção das primeiras casas. Este trabalho foi realizado pelo conjunto dos cinco irmãos. Nos assentamentos o trabalho de peão, diarista, o peão safrista, foi acionado antes e depois das famílias disporem do lote. Trabalhar “pra fora” foi a forma encontrada para a manutenção da família nos primeiros anos e também nos casos que não dispunham de “recurso” acumulado, juntar e dispor de condições para investir no lote. Neste tipo de trabalho agrícola, o conjunto de serviços ligados à transformação produtiva do Cerrado em área de lavoura gera, durante um curto período de tempo trabalho temporário, sejam na sua forma braçal ou associado a operação com máquinas.

No entanto, estes relatos estão fazendo referência especialmente à década de 90. Observando-se os anos recentes, as narrativas apontam uma mudança estrutural no emprego agrícola. Apresentam-se cada vez menos postos de trabalho para conduzir as mesmas atividades agrícolas nas fazendas, o esgotamento da possibilidade de expansão de áreas nestes municípios, e ainda, uma nova configuração apresenta-se nas formas de contratação dos peões, cuja forma de contratação permanente fica restrita a alguns caseiros e gerentes:

Cristiano - Você que trabalha bastante de peão fazendo várias coisas, como está vendo este ramo?

Tá ficando difícil (C. P., assentado, 20/06/08).

Cristiano - Por exemplo, as fazendas pelo que o pessoal anda falando não contratam mais o pessoal de forma fixa?

Não, é só tipo pra estourar 60 dias. Pra plantar, depois te despede. Depois volta, dependendo a profissão que você tem. Você volta pra colher e depois casca fora. Ninguém mais contrata fixo. Bom claro talvez fica lá, onde tem 10 fica dois onde tem 15 fica três e no mais tem que caçar onde vai dar (C. P., assentado, 20/06/08).

O relato indica que os trabalhadores contratados como peão tendem cada vez mais a ser na condição de temporários, safristas e diaristas. Os contratados “por safra”

²²É importante destacar que, mesmo na função de gerente ou administrador, o sujeito é considerado como peão, neste caso, peão fixo.

ou ano agrícola (seis a oito meses) vão ter carteira assinada e receber no período pós-encerramento deste contrato de trabalho, por três meses, um seguro-desemprego com salários de 1000 a 1500 reais; outro grupo de peões é contratado no período de plantio ou colheita isoladamente. Na época do ano denominada de período da seca (abril a setembro), estão sendo fechadas as contratações de trabalhadores já para o próximas safra, assim as pessoas se articulam para buscar o espaço de trabalho nas fazendas. Como é recorrente esta forma de contratação por seis a oito meses que inicia nos setembro a abril nos anos recentes com a intensificação do cultivo de milho “safrinha” ciclo de fevereiro a junho, se criou a situação onde os contratos dos safristas vão ter que ser renovados por mais três meses, ou, como tem acontecido na maioria das fazendas, nos meses de junho e julho são contratados operadores de colheitadeira e caminhão específicos que vão receber uma porcentagem do produto colhido em média 0,5%.

No distrito de Boa Esperança, além das famílias dos assentados no trabalho de campo pude contatar com diversos peões, em geral operadores de máquinas, no sentido de levantar mais questões sobre as mudanças que vêm se processando no emprego agrícola. C. G., “peão” no Mato Grosso desde 2001, aponta que a mudança nas contratações se alterou de fato após o ano de 2004, quando ocorreu a crise dos preços das *commodities* agrícolas no Brasil envolvendo a soja. No sentido de reduzir custos, as fazendas começam a operar cada vez mais com funcionários temporários, confirmando o que já havia descrito o assentado C. P., ficam apenas alguns empregados permanentes como caseiros e gerentes nas fazendas. “Os fazendeiros não contratam mais fixo. Agora é praticamente só por período, aí fica difícil se manter. Nos seis meses de chuva, vai beleza, agora no outro período você não ganha, mas a despesa continua” (E. F., peão, Boa Esperança, 21/06/08).

A inovação tecnológica que vai sendo introduzida nas atividades agropecuárias nesta região, seja pela incorporação de novas máquinas, seja pela adoção de novas práticas agrícolas são apontadas como fatores que reduzem vêm reduzindo oportunidades de trabalho nas atividades agrícolas desenvolvidas na região. Um símbolo da redução do trabalho nas lavouras de grãos nas fazendas destacadas é o uso do Sistema de Plantio Direto (SPD), que se intensifica depois de 1995. Este sistema se baseia no não revolvimento do solo, dispensando as tarefas de aração e gradagem utilizadas até então. Uma máquina aplica o herbicida antes do plantio e imediatamente outra pode realizar o plantio. Assim para conduzir estas operações L. C. aponta casos de fazendeiros que trabalham em quatro mil hectares com oito funcionários safristas e um fixo; para a realização de colheitas, por exemplo, “Ele tem só uma máquina colhendo 1000 hectares de milho. Colhe 15 a 17 carretas por dia. Pra que vai investir em funcionário?” (L. C., chacareiro, 27//06/08).

Outra tarefa que demandava maior número de trabalhadores, mesmo que temporários, no plantio, colheita ou silos e armazéns, era o trabalho *com a* “sacaria”,²³ ou seja, o trabalho de carregar as plantadoras com insumos (adubo e semente) e descarregar caminhões. Esta função vem sendo extinta por um sistema que se chama “Bag”. O “Bag” é um volume de uma tonelada de adubo. Este volume dispensa o adubo em volumes de 50 quilos e pode ser manejado, nas operações de carregamento e descarregamento, com um guincho acoplado ao trator:

²³Trabalhos relacionados ao carregamento e descarregamento de equipamentos de plantio, descarregamento de caminhões nos armazéns. Em geral, para cada operador de máquina na lavoura, na época do plantio eram contratados mais três diaristas como auxiliares nesta atividade.

Essas máquinas poderosas tira serviço de muita gente. O serviço braçal vai ficar duro. Se a pessoa não tiver um grau de escolaridade, fica veiaço (C. P., assentado, 20/06/08). **Referente a 96-2002.**

A redução nestes casos dos empregos agrícolas na microrregião atinge as três primeiras formas de trabalho mencionadas anteriormente, associadas à designação peão. Se ela reduz o trabalho com as máquinas, pois, conforme apontaram os entrevistados, pela exigência de qualificação, pelo uso de máquinas com cada vez mais capacidade de realização das operações, ou pela mudança de técnicas de cultivo e manejo (caso do Sistema de Plantio Direto), paralelamente diminuem as possibilidades para o que se designa como trabalho braçal:

Então vai acabando. Serviço braçal, por exemplo, sacaria, descarregar calcário que envolvia um monte de gente. Você não vê aqueles Big Bag, você não vê mais essas coisas, tudo com máquina – um faz serviço pra vinte e pronto. O calcário já vem nos caminhão vasculante então muitas coisas vai tirando trabalho do cidadão braçal. (C. P., assentado, 20/06/08) **Referente a 1999-2006.**

Finalizando a seção, reforçamos a importância de datar historicamente os fatos e nuances relacionados ao processo migratório. O trabalho de peão, que vem se reduzindo e exigindo cada vez maior qualificação dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, o predomínio cada vez maior de contratos de curto período, fato que gera um sintoma de insegurança para estas famílias que dependem do emprego agrícola. A diminuição do emprego fixo produz incertezas em relação a dispor ou não de trabalho no dia de amanhã. Paralelamente este fato potencializa a visão que associa o acesso à terra, seja nas chácaras e assentamentos como um “porto seguro”, apesar dos problemas e dificuldades já apontados neste capítulo a partir dos próprios atores. Cada vez mais é recorrente, nestas famílias, a busca por intercalar diversas estratégias produtivas e de acesso ao trabalho, envolvendo todos os membros. São assentados que arrendam lotes e trabalham eventualmente de peões, são peões que têm lotes, ou chácaras; membros da família trabalham nas cidades da microrregião, especialmente as mulheres, enquanto outros empreendem o trabalho de diarista. As múltiplas configurações de acesso ao trabalho e as respectivas estratégias das famílias envolvidas são tema que deve ser objeto de reflexão mais aprofundada em outros estudos.

2.3.3. Conhecendo o Mato Grosso – a fase de caminhoneiro

No conjunto das estratégias associadas à migração, esteve presente em cinco casos, uma etapa onde os atores trabalharam como caminhoneiros “por conta”, ou seja, com caminhão próprio. No decurso das etapas migratórias e respectivas atividades desenvolvidas, o trabalho com o caminhão foi acionado pelos migrantes. Por esta razão, estaremos analisando esta fase a partir dos casos dos atuais “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso.

Já apontamos que compõem as perspectivas dos migrantes o acesso à terra como sinônimo de autonomia das atividades desenvolvidas e a não submissão a um patrão, negando o trabalho de peão. Este é o primeiro indicativo apontado pelos que foram caminhoneiros em algum momento de suas trajetórias: a autonomia, o seu caminhão igual a ter negócio próprio, igual “a ser dono do seu tempo”. Esta busca por autonomia, via estratégia de ser caminhoneiro, apareceu em quatro dos cinco casos logo após a fase

de trabalho como peão, seja no Mato Grosso, ou ainda no Sul do Brasil. “E quando saí de empregado eu comprei o caminhão” (I. F., assentado, 10/06/08). Ou da mesma forma, esta associação feita por outro entrevistado: “Depois saí de peão e comprei um caminhão. Achei de tocar a vida por conta porque era melhor, a idade da gente não permitia mais fazer tanto serviço” (C. P., assentado, 17/06/08).

O segundo aspecto relevante nestes casos era a possibilidade “de conhecer”, que a atividade permitia a estes atores. Este fato foi mencionado como ponto principal, por R. T., para a compra do caminhão. Na época de safra, por dois anos, ele viajou do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, para trabalhar no fretamento de soja das lavouras para os armazéns. Em meio a este trabalho, afirma que ia conhecendo as regiões e, sobretudo, as possibilidades de acesso à terra, que se configurava como o objetivo maior: “E eu já conhecia o Mato Grosso porque já tinha vindo antes puxar soja em Lucas do Rio Verde. Vim dois anos antes puxar com o caminhão que era meu de lá pra conhecer. Depois vim pra depois pegar um pedaço de terra. Deu certo (R. T., assentado, 12/06/08). A fase de caminhoneiro aparece em mais dois casos de assentados do assentamento Santa Rosa II. Estes “subiam” na época de safra para o Mato Grosso a fim de fretar a produção de soja das lavouras para os armazéns. Esta capacidade de circulação foi o que lhes permitiu “descobrir o assentamento”. Interessante que esta informação foi narrada por “um conhecido” deles que posteriormente vai se tornar assentado neste mesmo assentamento, tendo em comum a região de origem no sudoeste do Paraná: “O Jair e o irmão dele conheceram a região porque eles tinham caminhão e aí descobriram o assentamento” (A. H., assentado, 19/06/08). Os dois conhecidos citados também deixaram de ser caminhoneiros e hoje são assentados.

Essas andanças pelo Mato Grosso a trabalho foi que levaram tanto R.T., C. P., e I. F. até o distrito de Boa Esperança. A primeira viagem dos dois últimos pra este distrito fizeram justamente o fretamento de “mudanças” para terceiros. I. F. realiza o transporte “da mudança” de três “conhecidos”²⁴ do Alto Taquari para o assentamento Santa Rosa II, fato que o instigou para posteriormente migrar visando o acesso à terra, deixando a atividade de caminhoneiro cuja venda do caminhão foi usado para investir no lote. “Nós estava ali no Taquari e vim trazer a mudança do Pedro. Eu trouxe e conheci. Depois trouxe a do João, o Zé e mais o enteado dele (I. F., assentado, 12/06/08).

Esta fase de caminhoneiros em viagens pelo Mato Grosso, levando e trazendo não somente o produto soja, mas insumos e por vezes “mudanças” de famílias, os torna informantes privilegiados no que tange às condições específicas de cada microrregião. Eles vão alimentar a rede social com informações e serão pessoas privilegiadas no sentido de saber “como está” esta ou aquela região segundo as possibilidades de acesso à terra, trabalho e residência. Viajar pelas estradas “levando mudanças de um lado para o outro” é fato que fez parte da trajetória de R. T. ainda no Rio Grande do Sul, onde ele aponta que “puxava mudanças de sem-terra do movimento”.

A dinâmica do desenvolvimento desta região associada à atividade da soja tende a uma especialização das atividades envolvidas e à sua respectiva concentração e monopolização. Não diferente do que já apontamos em relação ao trabalho de peão, emprego agrícola e ao próprio processo de concentração fundiária, a atividade de fretamento e transportes passa por aspectos semelhantes. Nas regiões mais longínquas e nas regiões de assentamentos (como foi identificado em Ipiranga do Norte no período de safra de milho) é maior a presença do transporte de produtos conduzidos por

²⁴ A categoria conhecido é objeto de reflexão e análise no capítulo 4 desta dissertação.

caminhoneiros autônomos, especialmente nos trajetos das lavouras para os armazéns. Já nas grandes fazendas e no transporte dos armazéns para o restante da cadeia produtiva dos grãos (soja e milho) predominam grandes empresas do ramo, conforme indicam os entrevistados:

Aí em 1994, vim pra Lucas do Rio Verde. Ali fiquei cinco a seis anos lá, peguei este caminhão vendi e fiquei dois a três anos com carreta e depois vim pra cá [assentamento Santa Rosa II]. Vi que a coisa de carreta não dava muito certo, que dava muita despesa e sempre na estrada. E tem o seguinte: você tem um caminhão e o cara tem dez. Claro que é isso tudo que conta. Porque hoje os caras se matam ai, tudo isso eu sei quanto que dá um caminhão desses aí (R.T., assentado, 12/06/08).

Na época dava com caminhão pequeno. Puxava soja direto do armazém. (...) Levava pra Bunge, levava pra Sadia (I. F., assentado, 12/06/08). **Referente a 1998-2002.**

Em suma, a fase de caminhoneiro mesmo não sendo tão recorrente no conjunto das famílias aqui analisadas, traz três elementos que consideramos relevantes na temática deste estudo: i) o sonho do acesso à terra como sinônimo de autonomia da família, que terá melhores possibilidades de gerir seu tempo e sua produção se configura no decorrer destas trajetórias em atividades que possuem alguma similitude em relação a estes significados atribuídos à terra. Assim é percebida a fase de caminhoneiro; ii) a dinâmica da atividade de caminhoneiro autônomo na fronteira, viajando pelas estradas do Mato Grosso se apresenta como fonte de conhecimento, sobre as possibilidades existentes, sobre os momentos de cada microrregião, o que vai ser fonte de análise, não somente para o próprio núcleo familiar, mas para um universo de pessoas envolvidas nas relações sociais onde esta família se insere; iii) a atividade de transportes de produtos e serviços, acompanha a tendência da especialização e da monopolização que é parte em outros ramos produtivos nesta microrregião. Esta tendência vai limitando “o espaço” de atuação dos caminhoneiros autônomos.

2.4 “AQUI DAVA PRAS MINHAS CONDIÇÕES” – O CAPITAL ACUMULADO NA DEFINIÇÃO DO PONTO DE ENTRADA NO MATO GROSSO

Na análise dos migrantes, ou seja, os que construíram trajetórias que implicaram em várias etapas de migração associadas às estratégias do “ser peão” e caminhoneiro, vale a tentativa de identificar quais os parâmetros que influenciaram o local onde as famílias foram se instalar. O que começou a ficar identificado é que, dentro do fluxo migratório do Sul para o Mato Grosso, as condições, os recursos dos quais a família dispõe, se apresentam como fatores que definem não somente a “entrada”, mas a nova etapa migratória dentro das trajetórias deste grupo. Na avaliação das questões que levaram à opção pelo acesso à terra nos assentamentos e não em outros projetos de colonização empreendidos no Mato Grosso, as respostas giram em torno de recursos disponíveis naquele momento da migração: “Eu não vim com dinheiro, eu vim só com o comecinho. Se eu tivesse dinheiro teria comprado um lote de escritura (A. H., assentado, 19/06/08).

Os assentamentos são considerados como a possibilidade de acesso à terra, principalmente para aqueles que “têm pouco recurso”. No caso do agricultor A. H., fica

evidente que um dos elementos pertinentes da sua “entrada” pelo assentamento no Mato Grosso é a quantidade de recursos acumulados, o que chamou de “o comecinho”. Sob este aspecto, outras duas características devem ser observadas nos assentamentos: i) a terra está parcelada em lotes menores (em geral de 50 a 90 hectares), diferente de projetos agropecuários empreendidos por empresas colonizadoras, corretores de imóveis, ou imobiliárias que operam com áreas à venda maiores (em geral acima de 400 hectares). Para comprar grandes áreas de terra e proceder à conversão da vegetação natural em área de lavoura, os recursos exigidos ficam muito além da disponibilidade destas famílias²⁵; ii) os assentados não possuem o título de proprietário do lote (escritura), mas sim a concessão de posse. Este elemento influi no preço das terras nos assentamentos estudados, ou seja, o valor das terras nas áreas circunvizinhas que possuem a documentação de escritura é maior.



FIGURA 5 - Modelo de trator CBT, convencionalmente utilizado pelos assentados no trabalho de “abertura” do Cerrado.

Fonte: Disponível em www.usadoagricola.com.br, acesso 25 de jan 2009.

As trajetórias dos migrantes do Sul “com pouco recurso”, buscando os assentamentos como local de destino, ou de nova etapa migratória, se confirmam quando observamos as tratativas antes da migração e as viagens para conhecer. O grande número de assentamentos no Mato Grosso, na microrregião do Alto Teles Pires e Arinos criou a expectativa do acesso à terra para estes migrantes. Muitos deles se envolveram na dimensão coletiva da luta pela terra em acampamentos organizados pelo MST, logo nos primeiros anos após a migração. Dois entrevistados presentes no assentamento Santa Rosa II participaram do acampamento na fazenda Ribeirão Grande,

²⁵ A liquidez de um ativo compreende o grau de facilidade ou dificuldade que determinado bem apresenta para ser vendido. Na argumentação de Plata (2002; 2006); há uma relação entendida como inversa entre o tamanho do imóvel (dimensão) e o preço. Segundo este autor, os imóveis de menor dimensão são mais fáceis de ser vendidos por apresentarem maior demanda de compradores.

que fica no município de Nova Mutum,²⁶ proximidades da divisa do município de Lucas do Rio Verde na década de 90:

Daí fiquei debaixo de lona, quase um ano debaixo de lona em um tal de Ribeirão. O meu sonho era ter um pedaço de terra no Mato Grosso, também. E eu queria um lote de terra de todas as formas. Ribeirão Grande era uma fazenda que era tipo hoje como esta bagunçada que tem ali [falando da Santa Rosa II]. Estava em andamento a desapropriação, mas muito problemático. Mas eu fiquei um ano lá e tava vendo que não dava futuro pra mim e daí peguei e saí fora (C. P., assentado, 19/06/08).

Neste mesmo ano vim pra cá pra conhecer. Por causa de muitos assentamentos e tal e coisa, já conhecia Ipiranga. Lá em Ipiranga até fui convidado pra ir, como cheguei em 94 em Lucas, aí era 100 km achei muito chão, não fui, aí saiu uma invasão lá em Ribeirão fiquei 90 dias lá em Ribeirão. Lá nós invadimos, lá nós que mandava. Lá daí fiquei quatro a cinco meses (R. T., assentado, 12/06/08).

Semelhanças na busca por um pedaço de terra identificamos no caso da família de I. F., que era peão na região do Alto Taquari/GO, próximo à divisa com o Mato Grosso que traz o elemento da busca pela terra como uma espécie de sonho, desde a vinda para o Mato Grosso em 1986:

Cristiano – E a expectativa de ter um pedaço de terra já era uma coisa que tinha há mais tempo?

Sempre. Lá no [Alto] Taquari na época que nós tava lá não tinha essas coisas de assentamento. Agora já tem uma área que era pra ter cortado faz tempo e ainda não cortaram. Viemos embora pra cá porque lá não tinha (I. F., assentado, 10/06/08).

A família observa a possibilidade do acesso à terra via o assentamento. Na medida que não se apresenta esta possibilidade na região onde residiam e trabalhavam, empreendem a migração para outro local, ingressando no assentamento Santa Rosa II. Este mesmo caso aponta que já estavam “mapeadas” outras regiões onde estavam ocorrendo desapropriações de terra entre os anos de 1996-2000 no Mato Grosso: “Até uma época eu e o Edson saímos e fomos pra baixo da Vila Rica olhar umas terras. (...) Mas tinha outros lugar bons como Porto Alegre do Norte, Confeza. Porto Alegre do Norte é um chapadão igual aqui, tem grandes plantios de soja” (I. F., assentado, 10/06/08). Esta viagem, descrita pelo assentado “para olhar as terras”, acontece no ano de 2001 e compreende roteiro exatamente em municípios do Mato Grosso²⁷ (Vila Rica, Porto Alegre do Norte e Confeza) onde estavam sendo implantados vários Projetos de Assentamentos com destaque no período de 1996-2001.

As viagens para conhecer²⁸ o Mato Grosso, com vistas a fechar negócios de compra de terra (lotes) também são componentes das trajetórias dos casos E. R. e C. B., que estabeleceram percursos pelas regiões, especialmente onde estão situados Projetos de Assentamentos. E. R., antes de migrar para o assentamento Santa Rosa II realizou duas viagens pelo Estado do Mato Grosso. A primeira viagem passou por Paranatinga e

²⁶ O município de Nova Mutum teve no período de 1996-2001 um total de 622 famílias assentadas (fonte: Superintendência do Incra/MT, tabulações Nepo-Unicamp, adaptado pelo autor).

²⁷ Nos municípios de Colniza, Confeza e Porto Alegre do Norte, no período de 1996-2001 foram assentadas, respectivamente 2172, 1130 e 370 famílias. (Fonte: Superintendência do Incra/MT, Tabulações Nepo-Unicamp, adaptados pelo autor).

²⁸ A categoria “conhecer”, será objeto de reflexão no capítulo 4 desta dissertação.

Nova Ubitatã, sendo que neste primeiro foi conhecer especificamente alguns assentamentos. Neste mesmo roteiro, a família auxiliada por um amigo, foi até o assentamento Gleba Mercedes em Tabaporã. “Nós fomos ver terra em Terra Nova, lá em Paranatinga demos uma girada. Fomos lá em Sinop. [Mercedes] Fomos lá, sem luz um areão, longe no meio do mato”. Na segunda viagem ele chega também auxiliado pelo amigo a Boa Esperança indo tentar negócios de terra no assentamento Piratininga e, depois no assentamento Santa Rosa II onde reside hoje.

C. B., assentado em Ipiranga do Norte também relata sobre estas viagens. Pretendendo migrar para o Mato Grosso, empreende roteiro “para conhecer”. Primeiro foi até o Sul do Pará no ano 2000:

Aí, quando resolvi vender fui conhecer o Pará, ali no Castelo dos Sonhos e era só madeira, madeira. Aí parei ali, fui para Novo Progresso e eu não gostei. (...) Mas daí eu fui lá eu vi que isto lá era pessoal pra gente grande. Eu tinha pouquinho dinheiro, não tinha como ir pra lá mexer com isso, competir com eles. (C. B., assentado, 03/07/08).

A expressão “pra gente grande” indica a necessidade de uma quantidade de capital (*recurso*) o qual o C. B. não dispunha. Nesta avaliação sobre estes municípios do Sul do Pará, está posta uma rede de conterrâneos que o apoiariam nos primeiros anos após a migração e no desenvolvimento das suas atividades agrícolas ou madeireiras. Mesmo assim, pesa o fator referente à sua quantidade de capital acumulado, insuficiente diante daquela realidade, ou dito, literalmente, na linguagem dos atores pesquisados, “ali não dava para as minhas condições”. O mesmo caso segue o percurso passando por Sorriso, onde vai identificar que “as terras estão muito caras”, e somente depois, acionando a sua rede social na região, descobre Ipiranga do Norte, que será o seu local de destino.

Situação semelhante pode ser verificada entre os chacareiros sobre fatores que pesam na compra de chácaras com vistas a torná-las um espaço de residência e de produção, baseado especialmente na venda de produtos agrícolas ou processado artesanalmente na cidade de Sorriso. Veja as respostas quando da pergunta: Por que a chacara e não lavoura? “Só que não tinha alcance, porque era pouco nosso recurso. Que daquela época pra frente começou a subir tudo” (S. S., chacareira, 21/05/08). Outro chacareiro, que migrou no ano de 1996 aponta a relação com a experiência vivida no Sul: “Mas não adianta porque o pobre se enfiar em coisa grande ele quebra o rabo fácil. E nós tínhamos por experiência lá do Sul” (L. C., chacareiro, 27/06/08). Neste caso, “coisa grande” para ele é trabalhar com a atividade agrícola do cultivo da soja.

Em suma, evidenciamos que o recurso disponível (patrimônio acumulado) é elemento pertinente na definição de para onde e quando a família vai empreender sua migração. Talvez se tomássemos um grupo de “grandes” proprietários desta mesma microrregião observando a temporalidade de sua migração e os locais de inserção, verificaríamos configurações diferenciadas no próprio espaço geográfico; os migrantes do Sul de “pouco recurso” observam o acesso à terra nos projetos de assentamento rurais, mapeando os locais de novos projetos bem como a sua situação; mapeiam da mesma forma, como um horizonte possível, novas regiões que estão em processo de expansão buscando o trabalho “de peão”. Esta diferenciação está presente dentro do fluxo dos “sulistas” e permeia, como vimos, as mesmas redes de conterrâneos e conhecidos.

2.5. O OLHAR VOLTADO PARA “FRENTE” - UMA NOVA CHANCE?

Estamos construindo a argumentação de que as trajetórias empreendidas por estas famílias se diferenciam dos grupos sociais que dispõem de “muito recurso”. Por isso é importante estar atento para os locais mapeados por estas famílias no momento atual, como possibilidade de estabelecer nova etapa migratória da própria família em si, ou de ser o local de indicação para novos migrantes que buscam “espaço” no Mato Grosso. Na busca “do local certo e o momento certo”, parece consensual, tanto para Boa Esperança e Ipiranga do Norte e de forma mais destacada em Sorriso, este “tempo” passou. N. M., chacareiro de Sorriso e feirante ao observar o momento que vive este município avalia:

Naquela época que vim era bom aqui, ainda está, mas começa a ficar mais difícil [referente a 1998]. O certo era ir mais pra frente ali pro lado do Pará onde tem bastante trabalho e terra e dá pra crescer mais fácil, mas aqui a gente vai levando, vamos ver (N. M., chacareiro, 08/05/08).

A avaliação do chacareiro sobre o momento está baseada nas possibilidades de terra e trabalho. Este momento bom e oportuno “de crescer” que ele aponta está situado na década de 90, situação que já descrevemos de quando a microrregião vivia uma dinâmica do desenvolvimento que atraiu muitos migrantes. Nestes termos, apontar “que começa a ficar difícil” é observar a mudança do padrão do emprego agrícola (peão) e das dificuldades de acesso à terra ou de “mais terra”, especialmente pelo preço que as terras atingiram nesta região nos anos recentes. Mesmo que N. M. considere que em sua trajetória, desde a saída do Paraná, conseguiu acumular algum patrimônio, cuja maior expressão é a pequena chácara de três hectares, ele avalia limites na possibilidade de mobilidade social neste município ou, dito de outra forma, o momento passou. Pelo menos para os que buscam o espaço, associado a atividade agrícola.

Estas informações sobre o momento e o local certos circulam nas redes sociais de que estas famílias participam, e serão levadas em consideração nas avaliações dos demais componentes da rede, sejam parentes, amigos e conhecidos, de forma frequente, contrabalançando com a situação vivida nos seus locais de residência e trabalho atuais. Tratando sobre Ipiranga do Norte, neste sentido, C. B., em contato com seus cunhados, aconselha:

Bom que nem agora que fui pra lá falando com os meus cunhados eles lá [Estado de Santa Catarina]. Mas só na situação que eles estão hoje lá, pra vender lá não vende fácil. E com o dinheiro que faz lá na venda, aqui não tem mais lugar pra eles. Valorizou demais, mais que lá. Então não é o momento de vir pra cá (C. B., assentado, 19/06/08).

No que tange ao acesso à terra e à busca por emprego agrícola o momento, segundo estes relatos, passou. Paralelamente é citado o momento oportuno para investimentos nas pequenas cidades e vilas, ou nos municípios pólo, como Sorriso, por empregos “de pessoal de mais estudo”, mesmo que estes estejam associados a atividades agropecuárias. Neste caso, apresentam-se várias demandas no setor de serviços principalmente, o que é visto com bons olhos, especialmente pelos jovens e mulheres das famílias. L. C considera que a região vive outro momento, que é diferente de 1996 quando a família migrou. Perguntei a ele como seria se fosse migrar hoje para Sorriso: “Se fosse hoje a gente ter vindo, a gente estaria embaixo da ponte ali. Hoje tem que ter informação facultativa está fora aqui” (L. C., chacareiro, 27/06/08).

Em suma, as dificuldades que são analisadas no momento atual estão relacionadas ao acesso ao trabalho e à terra (incluindo terrenos): ao primeiro, pela diminuição do emprego agrícola e grau de exigência de maior qualificação, fato presente também nas atividades relacionadas ao desenvolvimento urbano; à segunda, pela escassez de terras à venda na região e, principalmente, pela valorização fundiária atual. Assim, “o espaço de crescer” e acumular algum patrimônio familiar observado a partir do saber-fazer destas famílias apresenta séria limitação.

Na medida em que estes atores sociais identificam limitação no espaço para crescer, o olhar não se volta eventualmente para um possível retorno, se volta “para frente”. Mas onde exatamente? Vejamos agora alguns relatos que vão apontar esta direção:

O ruim é saber exatamente se esta é a hora certa e tal. Agora, por exemplo, o lugar é Itanhangá. Itanhangá é de, 1995, 1996, um pouco antes daqui. Lá as famílias que estão lá são muito de Lucas e de lá de baixo [do Rio Grande do Sul] (L. M., assentado, 03/07/08).

Importante considerar que as avaliações e reflexões entre o ficar ou empreender nova etapa migratória ocorre de forma coletiva envolvendo a todos que compõem a trama de relações onde estas famílias estudadas se situam. Ela, acima de tudo, é realizada de forma constante, e situa-se naquilo que é citado por Sayad (1998) como a condição do migrante que gira entre o provisório e o permanente.

O assentado de Ipiranga do Norte aponta que o lugar e o momento atual é Itanhangá, um distrito emancipado em 2005, oriundo do desmembramento do município-mãe Tapurah. Nas bases que formam o movimento de reocupação deste novo município, está o Projeto de Assentamento Itanhangá (ver Tabela 04). Na visão dos entrevistados, o que está acontecendo neste município atualmente é uma fase por que tanto Ipiranga do Norte quanto Sorriso já passaram; ou seja, processo de abertura do Cerrado nos assentamentos e fazendas circunvizinhas, terras com preços abaixo da média da microrregião e, assim, oportunidades de trabalho de peão, criando sobre estas bases o imaginário do poder crescer e acumular. Da mesma forma, o outro local muito mencionado e localizado “pra frente” observando a direção sul a norte é a região que envolve o assentamento Mercedes:

Só que eu falei pra eles lá. Um pouquinho mais longe aqui tem Itanhangá, tem a Gleba Mercedes e aí tem lugar pra esse povo pra sair dessa escravidão e ganhar mais dinheiro aqui [Mato Grosso] do que lá [Santa Catarina] (C. B., assentado, 19/06/08).

O tempo do trabalho de campo, somado a um conjunto de questões de ordem prática, não nos permitiu empreender uma inserção nestes locais citados. Mas, mesmo assim, a partir de informações dos contatos estabelecidos e outras informações secundárias, nos permitiu delinear algumas características básicas. O assentamento Mercedes trata-se de um grande projeto de desapropriação composto pelas etapas I, II, III, IV e V. As duas primeiras etapas (ver Tabela 04) iniciam em 1997, e localiza-se no atual município de Tabaporã: este projeto está nas suas fases IV e V. A área, de que não tenho informações precisas sobre sua real dimensão, abrange Tabaporã, parte do município de Sinop, parte do município de Ipiranga do Norte e parte de Itanhangá.

No decorrer deste capítulo, foi possível, como um pano de fundo observar que, inerente ao processo migratório, se apresenta uma relação direta com mecanismos de seletividade social e espacial. “A seletividade é um dos componentes intrínsecos das trajetórias migratórias que, como caminhos estruturados socialmente, refletem os

inúmeros obstáculos impostos à mobilidade social ascendente pela dinâmica econômica e social no Brasil” (BRITO, 2000 p. 19). Não alcançada a mobilidade social desejada, isto tende a culminar por parte dos “pequenos” em uma avaliação permanente entre migrar ou permanecer, confirmando a condição de provisoriedade como sinônimo de condição dos migrantes (SAYAD, 1998). A análise dos dados demográficos em perspectiva histórica no Mato Grosso indica sinais deste fenômeno, apesar de não ter sido possível aprofundar o assunto.

CAPÍTULO 3: A SELETIVIDADE NAS TRAJETÓRIAS DO SUL PARA O OESTE

“Estamos seguindo o que meus pais e meus avós começaram quando saíram do Rio Grande do Sul para o Paraná nos anos 40” (L. S., assentado).

No capítulo anterior o foco de análise empreendido a partir das trajetórias dos “pequenos” proprietários rurais na microrregião do Alto Teles Pires esteve situado especialmente nas décadas de 70 e 80, as quais foram justificadas pela sua relevância e implicações na compreensão do processo migratório. No entanto, avançar na compreensão neste universo de pesquisa remete a observar que no conjunto de trajetórias analisadas, a maioria dos casos, apresenta várias etapas migratórias, além de apresentar um “ponto de partida” que está relacionado a etapas do ciclo de vida destas famílias. Diante deste fato, este capítulo pretende: i) analisar confluências e divergências entre as trajetórias do núcleo familiar, relacionadas ao ciclo de vida ii) refletir sobre quem são estes migrantes compreendidos como sujeitos construídos historicamente, considerando que as ações práticas e situações vividas em suas trajetórias produzem distinções que se manifestam no espaço social onde se encontram atualmente. Esta busca visa trazer elementos que são e foram centrais na construção das distinções sociais que caracterizam o *habitus*²⁹ dos migrantes do Sul, bem como perceber a partir dos casos, como estes elementos aparecem durante as trajetórias, diante de novos contextos sócio-históricos e como vão sendo ressignificados; iii) da mesma forma, observando estas trajetórias a partir dos fluxogramas ilustrados no capítulo 1, logo identificamos a necessidade de estabelecer um diálogo com os processos históricos que estão ocorrendo nas principais regiões e períodos por onde estas trajetórias dos grupos familiares passaram. As trajetórias das famílias integram um conjunto de políticas e formas de ocupação das áreas de fronteiras desencadeadas por agentes diversos, visando o desenvolvimento “do país de vocação agrícola.”

3.1 MIGRAÇÃO E CICLO DE VIDA

No capítulo inicial, indicamos que o caminho teórico-metodológico toma como eixo as trajetórias sociais dos núcleos familiares. Observando os fluxogramas expostos neste mesmo capítulo constatamos que o “ponto de partida” nas trajetórias que estão associadas a um momento da primeira migração. Nesta seção, o exercício visa inicialmente verificar no universo empírico, a relação entre trajetória e ciclo de vida, que é mencionada como uma dos caminhos teórico-metodológicos, segundo aponta Peixoto (2004). No mesmo aspecto, os estudos do campesinato no Brasil têm recorrido a esta perspectiva de interpretação. Na racionalidade camponesa estabelecida a partir da relação entre número de trabalhadores e número de consumidores na unidade doméstica,

²⁹ Bourdieu (1979).

há um momento em que o grupo familiar dispõe de um máximo de trabalhadores o que implicaria no potencial máximo de produção e acumulação de patrimônio. Porém, neste momento há um tensionamento no sentido da formação de novas unidades familiares. Garcia Jr (1989) observa este momento do ciclo de vida no campesinato do Agreste paraibano. Considera que esta existência de muitos trabalhadores, especialmente os homens, permite o crescimento da produção e, assim, da acumulação de recursos, porém, observa que isto não é de fato uma garantia de que todos os herdeiros terão acesso a estes recursos ou em quantidade ao menos suficiente para reproduzir uma nova unidade doméstica.

Desta forma, os estudos do campesinato apontam o ciclo de vida como determinante para a reprodução de novas unidades domésticas; começa no casamento e vai se prolonga até o casamento dos filhos (as) que constituiriam novas unidades familiares (WORTMANN, 1990, 1995). O casamento de um filho exige uma acumulação previa a fim de criar as possibilidades de que esta nova unidade familiar possa assumir posição igual ou melhor que a antiga unidade. Se estas condições das unidades não são favoráveis, seja pela escassez de terras, seja de por não oportunizar um mínimo de acumulação de recursos para dar conta de todos os filhos, novos caminhos acabarão sendo trilhados por estes filhos, ou seja, novas estratégias serão buscadas. No capítulo 2 verificamos que a busca de acumulação de patrimônio é uma constante para estas famílias, o que implicou na maioria dos casos, em novas etapas migratórias no sentido de acumular bens e patrimônio.

No entanto, para construir esta análise entre migração e ciclo de vida é importante diferenciar as noções de trajetória social e trajetória migratória. Trajetória social (ver também seção 1.1), segundo a concepção de Bourdieu (2006), trata-se “de um série de posições sociais sucessivamente ocupadas por um mesmo pelo agente”. Neste trabalho, o ator é o núcleo familiar (casal, ou casal mais filhos) que demarca um percurso na busca de acumulação de patrimônio familiar, e às vezes de mobilidade social, podendo estar diretamente associado à migração ou não. De outra parte, a noção de trajetória migratória toma como ponto de partida principal os deslocamentos espaciais, sendo que o seu “ponto de partida” está diretamente relacionado à primeira migração. Mais que um simples deslocamento é um caminho que se apresenta a este núcleo familiar:

Neste sentido, uma trajetória migratória é mais que uma estrada para o migrante. É um caminho social para o qual o migrante é mobilizado, uma alternativa aberta pela sociedade e sujeita, portanto, aos mesmos crivos das desigualdades sociais, sujeita à mesma seletividade (BRITO, 2000, p. 19).

Feita esta diferenciação entre estas duas noções, pretendemos agora observar a partir do conjunto de casos, qual a relação que se apresenta entre o início da trajetória social, a trajetória migratória e a etapa do ciclo de vida associada ao matrimônio. Observamos os dados na tabela abaixo:

TABELA 06 - Relação entre período do casamento, 1ª migração e migração para o Mato Grosso

Trajetória	Casamento			1ª Migração			Migração para o MT			Condição no período entre casamento/1ª migração
	Ano	Idade H	Idade M	Ano	Idade H	Idade M	Ano	Idade H	Idade M	
I. C.	1986	31	29	1989	34	31	1989	34	31	Terra da família ³⁰ - herança
L. M.	1978	22	20	1981	25	23	1987	41	39	Terra da família - herança
C. J.	2000	29	28	2001	30	29	2001	30	-	Xxxxx
E. R.	1994	22	18	1998	26	22	2004	32	28	Terra da família + negócio autônomo
E. M.	1990	30	-	2005	45		2005	45		Sítio próprio
C. P.	1973	20	17	1971	19	15	2002	49	46	Terra arrendada
R. T.	1984	22	17	1994	42	37	1994	42	37	Terra própria + negócio autônomo
E. T.	1992	30	26	1984	22		1998	36	32	Sítio próprio
E. K.	1974	26	24	1990	42	40	1990	42	40	Terra herança + arrendamento
C. V.	1996	30	26	1997	31	27	1999	33	29	Xxxxx
A. T.	1983	25	22	1986	28	25	1986	28	25	Terra da família e peão
L. P.	1983	27	22	1992	36	31	1992	36	31	Terra sogro e sítio próprio
I. P.	1989	26	24	1990	27	25	1990	27	25	Peão
N. M.	1996	25	21	1997	26	22	1997	26	22	Xxxxx
R. P.	1997	24	21	1999	26	23	1999	26	23	Terra da família e irmãos
A. S.	1987	26	24	1997	37	34	1997	37	34	Sítio próprio
L. C.	1971	*	*	1996	52	50	1996	52	50	Sítio Próprio
I. F.	1990	19	20	1986	15	--	1986	15	*	Peão
I. P.	Não	casa		1983	23	--	2000	40	*	Terra da família
A. H.	1984	26	21	2003	45	41	2003	45	41	Sítio próprio
C. B.	1992	26	*	2002	36	*	2002	36	*	Sítio próprio-herança
E. F.	1995	29	30	1992	26	--	1997	31	32	Terra da família
L. S.	1994	31	*	1996	33	*	2005	42	*	Terra da família
A. E.	1992	27	*	1994	29	*	2000	35	*	Terra da família e empregado
O. B.	1984	21	--	1980	25	23	1998	43	42	Peão

Período entre casamento e 1ª migração menor que 5 anos.

Período entre casamento e 1ª migração maior que 5 anos.

Migração antes do casamento.

* Sem informação sobre a idade.

Há uma relação latente entre a etapa do ciclo de vida pré e pós casamento com a ocorrência da primeira migração. Nesta relação (apresentada em cor azul), tomamos como referência o período de cinco anos antes do ano do casamento e cinco anos

³⁰A categoria utilizada na tabela de “terra de família” refere-se à terra de posse ou propriedade do grupo familiar de onde provém o homem do casal citado. Esta área de terra em todos estes casos é comandada pela autoridade patriarcal (pai) e participa do trabalho e das “disputas” de herança o conjunto dos irmãos que também integram esta unidade doméstica.

depois. Tomando a diferenciação conceitual apresentada anteriormente entre trajetória social e trajetória migratória, consideramos que esta etapa do ciclo de vida em todos os casos, demarca o início da trajetória migratória não do indivíduo, mas do novo núcleo familiar.

No caso da migração pré matrimonial (identificada na cor cinza), o número de casos é pequeno e heterogêneo. Destacamos três pontos para refletir sobre eles; i) primeiramente, há casos “de solteiros” que migraram antes do casamento e vão casar-se nos anos seguintes nos locais onde migraram (casos de I. F., E. F. e O. B.). Migraram visando construir alguma acumulação prévia de patrimônio não possibilitada pelas condições das unidades familiares de onde partiram; ii) em segundo lugar há, casos de migração pré-matrimonial temporárias, visando acumulação de patrimônio no trabalho de peão no Mato Grosso e retorno para adquirir um sítio nos estados do Paraná ou Rio Grande do Sul (casos de E. T e I. P.). Este caminho assemelha-se muito à análise de Woortmann (1990), ressaltando, porém as migrações temporárias como estratégia de reproduzir a condição camponesa. Desconsi (2007) em estudo sobre camponeses do noroeste do Rio Grande do Sul, também identifica este aspecto nas migrações para o meio urbano; iii) e o terceiro aspecto é que, mesmo sendo um grupo pequeno e heterogêneo, identificamos uma relação entre a etapa do ciclo de vida pré matrimonial (cinco anos antes do casamento) e o início da trajetória migratória.

Se os casos de migrações pré matrimoniais são menos recorrentes, isso reforça a perspectiva de que o início da trajetória social ocorre após o casamento, conforme já consideramos anteriormente. Nas narrativas, o verbo no plural que melhor descreve o início da acumulação de patrimônio é “começamos”. Dois indivíduos se somam e vão começar recorrendo a diversos mecanismos para tal, cujo destaque está na migração:

Bom, pra começo, eu casei e morei na lavoura lá no Sul mexendo com vaca de leite morando com a minha mãe e o irmão também (E. R., assentado, 17/06/08).

Casei em 1979 (...) já naquele ano fui conhecer Canarana, vim a primeira vez pro Mato Grosso dois anos depois (L. M., assentado, 03/07/08).

O Ari nunca tinha saído de casa e aí recém-casado, lá tinha ganhado meia colônia de terra e assim resolvemos começar lá [Santa Catarina] (S. S., chacareira, 21/05/08).

Se a maioria dos casos apresenta uma relação entre a etapa do ciclo de vida e o início da trajetória migratória, isto pode estar em grande parte relacionado à condição de acesso à terra e ao trabalho destas famílias. Ao se analisar os casos (em cor azul) verifica-se que a condição do casal logo após o casamento foi de residência em terras de herança ou terra da família. Nestes casos, a estratégia dos pais foi ceder algum espaço (casa, parte da área de terra, ou alguma proposta de parceria) para acomodar temporariamente o novo casal até que este viesse a tomar algum rumo.

Já nos casos onde não há uma relação direta entre o casamento e a primeira migração, verificam-se a condição de acesso à terra própria do novo casal, ou negócio próprio. Isto decorrente de duas situações: i) da compra da uma área de terra pela família ou da conquista do direito de herança neste período; ii) ou de diferentes formas o casal, trabalhando em sistemas de parceria, ou ainda na terra da família conseguiu algum recurso que permitiu a compra de um lote ou sítio nestas mesmas regiões de origem.

Fazendo este exercício com alguns casos, isto se torna interessante. A trajetória de C. F. e a sua futura esposa, que se encontravam nesta fase do ciclo de vida (casamento), dentre as possibilidades de “começar” a trajetória social optou pela migração para o Paraguai como possibilidade. O meio social neste espaço onde viviam estava perpassado pela ideologia de uma nova fronteira agrícola no país vizinho. O caso de C. B., que se casou em 1992 e naquele mesmo ano viajou para Canarana visando adquirir terras naquela região que se encontrava com um assentamento em fase inicial. Não ocorreu a migração, pois não houve na época negociação da área de terra (de herança) que dispunha no Sul. Na busca por terras na fase do ciclo de vida pós-matrimônio, o novo casal está avaliando entre o ficar ou migrar. O local analisado como possibilidade (naquela ocasião, a região de Canarana) está relacionado a uma política de Estado que neste período, desenvolve vários assentamentos nas regiões de fronteira, como já fizemos referência no capítulo anterior.

No entanto, o que chama a atenção nesta análise da relação entre ciclo de vida e migração para o Mato Grosso, é que teremos 18 casos que migram no período entre 1996-2006. Nestes casos estão abrangidos os casos daquelas famílias que dispunham de área própria no Sul, ou seja, o conjunto de casos onde não havia uma associação direta entre a etapa do ciclo de vida do matrimônio e a 1ª migração. Isto permite inicialmente relativizar a relação direta construída nos estudos, entre migração e pobreza, ou migração e os “excluídos da herança”. Da mesma forma, observando a Tabela 06, há casos onde a trajetória migratória é composta por várias etapas; ou seja, se há, na maioria dos casos, uma relação presente entre a 1ª migração e o matrimônio, vale destacar que as trajetórias migratórias se constituem de diversas etapas (referentes a 16 casos) não somente uma migração com uma origem e um destino. Nestes casos, há um indicativo de que outros fatores estão confluindo na produção da migração. Este fato aponta para a necessidade de ir além de uma associação direta entre migração e ciclo de vida, incluindo no debate as possíveis relações entre estas trajetórias e os contextos sócio-históricos, seja para compreender o meio social onde se construíram as possibilidades da 1ª migração, seja para compreender outras etapas migratórias empreendidas por estas famílias. A busca desta correlação é tema das seções seguintes.

3.2. SOBRE OS CONTEXTOS DE ORIGEM DOS MIGRANTES

A reocupação das regiões de fronteira agrícola se constituiu, em grande medida, pelos migrantes sulistas que vão ser agentes de transformação destas novas regiões. É importante estar atento para quem são estes migrantes do Sul, a fim de não operar com generalizações destes grupos. Nas próprias trajetórias analisadas, mesmo observando critérios confluentes (localização e serem “pequenos” proprietários rurais oriundos do Sul), identificamos uma heterogeneidade destes migrantes, que variam muito segundo o tipo de atividades em que estão inseridos e as condições vividas nas regiões do Sul do país. Enfim, variam segundo a construção de estratégias diferenciadas até chegar ao contexto de pesquisa. Que elementos estas famílias de “pequenos” proprietários têm em comum? Um primeiro ponto observado é que todas as famílias são oriundas das regiões de “agricultura familiar” do Sul do Brasil, ou nos termos de Seyferth (1984), das áreas das colônias. E o segundo ponto marcante é que dentro da tríade de valores morais e racionalidades, terra-trabalho-família (TEDESCO, 1999; WOORTMANN, 1984), o elemento trabalho se apresentou, em destaque, como mecanismo de distinção entre os migrantes do Sul e os “outros”.

A tentativa de debater a relação entre os elementos presentes nos estados do Sul do Brasil e na região do Alto Teles Pires visa apurar a reflexão a fim de compreender um estrato sociocultural e econômico dos migrantes encontrados nos assentamentos rurais e chácaras, que se manifestam em ações adaptativas, estratégicas e situacionais em razão de um vínculo com o contexto socioeconômico. Os migrantes, ao construírem suas trajetórias, redefiniram e dinamizaram seu modo de ser, mas não se pensam objetivamente separados da sociedade (TEDESCO, 1999). De outra parte, construir esta relação permitirá apurar formas de seleção social presentes no decurso das trajetórias do grupo social estudado.

É importante salientar que temos consciência da heterogeneidade da construção histórica dos locais de origem no Sul do Brasil. Não é objetivo, das subseções a seguir, apurar todas essas peculiaridades, mas sim, diante desta complexa constituição histórica, pinçar um conjunto de questões e exemplos que possam dar luz à maior compreensão destes migrantes encontrados neste universo de pesquisa.

3.2.1. “Colonos” e “Caboclos” nos Projetos de Colonização do Sul do Brasil

A migração do Sul para o Mato Grosso tem como principais locais de origem o norte e noroeste do Rio Grande do Sul, assim como o oeste de Santa Catarina e o sudeste e sudoeste do Paraná. Estes espaços geográficos são onde se localizam “as colônias”, constituídas a partir de projetos de colonização empreendidos no século XX sobre uma área cuja vegetação natural era constituída de florestas³¹. Essas áreas onde se estruturam as formas de ocupação da terra baseadas na pequena propriedade parcelar eram também as áreas onde estavam dispersas populações de “lavradores nacionais” e “caboclos”³². Desta forma, abordar a construção social do campesinato do Sul é analisar a distinção cultural e econômica presente entre os colonos (descendentes da Europa, italianos, alemães e poloneses, especialmente) e os caboclos ou lavradores nacionais (associados aos indígenas e negros) (GEHLEN, 1998). Ao fazer menção a este critério cultural é importante considerar que a questão racial é acionada como critério distintivo de forma eufemizada. Mesmo assim não pretendo considerá-lo como o único aspecto, mas perceber como ele se associa às dimensões políticas e econômicas que vão construir um “tipo idealizado” e o “tipo indesejado”, compreendendo os modos de vida e as estratégias de produção agrícola desenvolvidos por estes grupos como critérios de diferenciação no processo histórico.

Nestas regiões, o Estado desencadeou um processo de ocupação através de empresas colonizadoras privadas³³ (cito o Vale do Rio Uruguai no Rio Grande do Sul, e o oeste de Santa Catarina). Estas sociedades privadas cumpriram as funções do Estado e

³¹ Zarth (1997) utiliza-se de definições analíticas do território do Sul do Brasil dividido em áreas de florestas e áreas de campo. As primeiras são onde vai se constituir o campesinato envolvendo as áreas desde o norte e noroeste do Rio Grande do Sul até o sudoeste do Paraná; já as áreas de campo nativo são onde estavam há mais de dois séculos as estâncias, ou seja, as fazendas de gado.

³² Utilizo neste texto os termos caboclo ou lavrador nacional e colono de forma genérica, sem pretender atribuindo-lhes uma identidade precisa, até porque são observados no debate somente alguns elementos constituintes destes grupos.

³³ Segundo Seyferth (1993, p.03), “não importa muito se as colônias eram particulares ou oficiais, pois o modelo de ocupação era um só para todas: visava a implementação de um sistema fundiário que privilegiava a pequena propriedade familiar, recebida por compra, a prazo, em terras públicas, sob controle da legislação e do Ministério da Agricultura. O objetivo principal era o povoamento do território com pequenos produtores rurais, preferencialmente imigrantes europeus”.

priorizaram, em seus projetos, um “tipo” de agricultor para ocupar os lotes parcelares. Renk (2000), em seu estudo sobre o oeste de Santa Catarina constata este fato:

A eficácia do projeto colonizador requereu o agente humano, cujo modelo foi o do descendente de europeu, vindo das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Este é um aspecto que traz similitudes com a ideologia da colonização européia no país tendo como protagonistas os colonos trabalhadores, os “construtores do progresso e da civilização”. A exclusão dessa camada populacional encontrou justificativa e legitimação na ideologia da colonização, no modelo do colono que conviria a um “país de vocação agrícola” (RENK, 2000, p. 90).

Os ideólogos do progresso do país, desde o início do século XX, haviam definido os agentes sociais prioritários para desenvolver o país, sob as bases da modernização. Este ideário foi adotado pelas empresas colonizadoras privadas nas regiões noroeste e norte do Rio Grande do Sul e, ainda, oeste de Santa Catarina que, em geral, não permitiram a entrada dos lavradores nacionais no acesso jurídico à terra, mesmo àqueles que dispunham de recursos financeiros para tal³⁴.

Este ideário, aos poucos se torna “estrutura incorporada” (BOURDIEU, 1979) no *habitus* dos colonos e ex-colonos, que, de modo geral, passaram a advogar-se construtores do “progresso, narrando e registrando as sagas e seus feitos e revendo movimentos em suas auto-homenagens” (RENK, 2000, p. 15). Em todos os municípios que visitamos no Rio Grande do Sul³⁵, de onde partiram vários dos migrantes hoje residentes no Mato Grosso, verifica-se em relatos orais ou escritos, esta saga enaltecendo o progresso construído por famílias de imigrantes, também chamadas de pioneiras, alicerçados no trabalho aplicado à natureza, que, transformada, passará a produzir riquezas. A precariedade das condições vividas nos primeiros anos nos lotes coloniais, como falta de infra-estrutura (estradas, escolas, créditos e canais de comercialização) “dimensionam uma realidade que, mais tarde, seria acionada como símbolo étnico, do pioneirismo, dos primeiros ocupantes da região e a eficácia do seu trabalho” (SEYFERTH, 1992, p. 03).

Esta priorização vai contribuir para fortalecer a distinção entre os colonos (*de origem* europeia) e os “outros”, cuja denominação mais usual nestas regiões era de “caboclos”, “brasileiros”, ou ainda, “bugres”. Vai ainda contribuir para construir um espaço social já projetado desde a colonização, que se manifesta no espaço geográfico com áreas destinadas segundo o “tipo” *de origem* (alemã, italiana) e segundo a religião praticada (católicos e protestantes) (RENK, 2000). O discurso que legitimava esta prática esteve embasado na ideia de evitar conflitos e supostos contatos diretos com o “diferente”, assim como fortalecer a diferenciação e a distinção evitando a “mistura” e o acabocamento³⁶ dos colonos.

³⁴ Gehlen (1998, p. 130) indica que [...] alguns caboclos queriam comprar, mas não concebiam a terra facilmente. “A preferência era sempre dos colonos que chegavam”. (E. Z) A instalação dos colonos nestas áreas vai, isto sim, considerar os caboclos como intrusos, seja pelos próprios colonos, seja pelos agentes do Poder Público e responsáveis pelos projetos.

³⁵ Esta saga foi verificada nas histórias dos municípios e festividades comemorativas em comunidades rurais no noroeste e norte do Rio Grande do Sul durante duas visitas (em janeiro e em outubro) aos municípios de Santa Rosa, Horizontina, Tenente Portela, Ronda Alta, Frederico Westphalen, Três Passos, Panambi e Ijuí.

³⁶ A noção de acabocamento tinha por base a ideia de que, se dispostos os colonos junto com os caboclos, estes poderiam ir assimilando os costumes e “vícios” destes, com destaque à preguiça e ao nomadismo.

Seyferth (1992), no estudo sobre as comunidades teuto-brasileiras em Santa Catarina, indica a formação de um campesinato baseado na pequena propriedade fundiária e na produção familiar policultora, que formaram comunidades em meio aos inúmeros problemas vivenciados e por isso, tiveram que enfrentar com sua própria organização esta situação. Assim, constroem sua “identidade social de colono a partir de um *habitus* camponês, independentemente da procedência nacional³⁷. Woortmann (1984) considera o colono uma categoria que constitui o campesinato brasileiro, assim como considera os sitiantes do Nordeste, os caipiras do Sudeste e outros “tipos” de camponeses no Brasil. A sua distinção está na forma de acesso à terra, ou seja, baseado no pequeno lote, na colônia, no trabalho familiar empregado para o sustento do grupo doméstico e na construção e acumulação de patrimônio (ou capital), objetivando a reprodução da geração seguinte. Este processo se daria sob a autoridade patriarcal que controla a terra e o trabalho. Além disso, a indivisibilidade do lote, devendo pertencer somente a um filho, constituía parte das estratégias de reprodução do colono. O restante da prole deveria, tradicionalmente, buscar novas áreas de terra para gerar novo ciclo de reprodução em novas unidades familiares (WOORTMANN, 1984, 1995; SEYFERTH, 1984, 1992).

Ocorre advertir que os atores encontrados no Mato Grosso são oriundos de comunidades de origem caracterizadas por serem formadas a partir de projetos de colonização, que desde o início construíram um ordenamento do espaço geográfico, analisando distinções socioculturais (religião, etnicidade) e condição econômica inicial³⁸. Estas comunidades, com estes elementos identitários em comum, em meio à precariedade das condições dispostas nestes projetos de ocupação, fortalecem uma sociabilidade, assim como estratégias de reprodução familiar baseadas nelas mesmas, e no conflito diante de outros grupos socioculturais distintos (RENK, 2000; TEDESCO, 1999; GREGORY, 2008).

Alguns casos de entrevistados que migraram diretamente do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso expressam este fato como conflito, a partir da sua experiência vivida sempre assentada sobre estas comunidades “puras”. O conflito se acentua nos casos de famílias que migram em períodos de grande crescimento das cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde, ou mesmo no caso dos assentamentos rurais (Santa Rosa II e Eldorado I), logo após a desapropriação da área para tal fim. Neste período (1996-2003), os fluxos migratórios para estas regiões se intensificam, caracterizando uma heterogeneidade de grupos sociais naqueles municípios oriundos de diversas regiões do Brasil.

Observando as narrativas das famílias sobre o local de origem nas entrevistas de R. T. e R. P., os municípios de Constantina/RS e Ronda Alta/RS, indicam uma sociabilidade construída em comunidades onde “só tinha gringo” (colono italiano). Além dos elementos étnico-culturais, ali vão se configurando as redes de parentesco que aparecem inclusive nos nomes das localidades (linhas) com o sobrenome de algumas

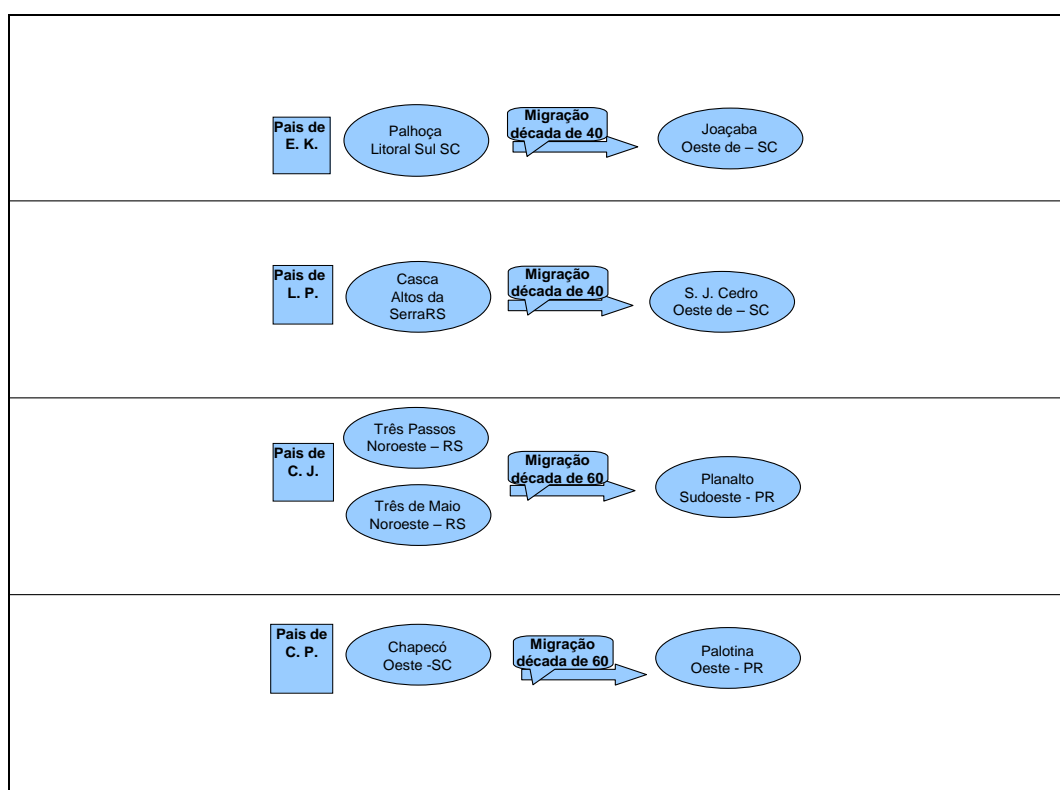
³⁷ Segundo Bourdieu (1983), o racismo é um essencialismo no qual uma camada sente-se justificada em possuir uma “essência suprema”, portanto, haverá tantos racismos quantos grupos que necessitem justificar sua essência como tal.

³⁸ Houve um período histórico em que, permeados pela ideologia da construção da identidade nacional, os agentes estatais da época criaram mecanismos de inclusão nos projetos coloniais dos camponeses brasileiros. Dois exemplos disso ocorreram na colonização de Santa Rosa, e Ijuí no Rio Grande do Sul. Destaca-se que esta inclusão continuou a segregar espacialmente em meio a linhas e córregos, os grupos sociais com base nos seus *habitus* e formas de fazer agricultura. De alguma maneira, isto acarretou reforço nos mecanismos de distinção já vigentes, ao se tentar transformar estes camponeses brasileiros em colonos modernos aos moldes do tipo idealizado.

famílias. “Onde nós morava era na Linha Onze, que todo mundo chamava também de Linha P.” (R. P., chacareiro, 23/05/08).

Conforme os períodos históricos, as novas fronteiras foram sendo colonizadas, e assim de alguma maneira redirecionam os fluxos migratórios. Assim, esgotadas as terras devolutas³⁹ no norte e noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, a “marcha” nos anos 40 a 70 está na fronteira do oeste e sudoeste do Paraná. As famílias estudadas que têm o seu ponto de origem demarcado como oeste de Santa Catarina, oeste e sudoeste do Paraná, verifica-se que são produto da construção de um espaço social iniciado na geração anterior, com a migração dos seus pais, que saíram das colônias mais ao Sul. No Quadro 6 destacamos a origem da geração anterior (pais), evidenciando um fluxo decorrente do Sul marchando rumo ao oeste:

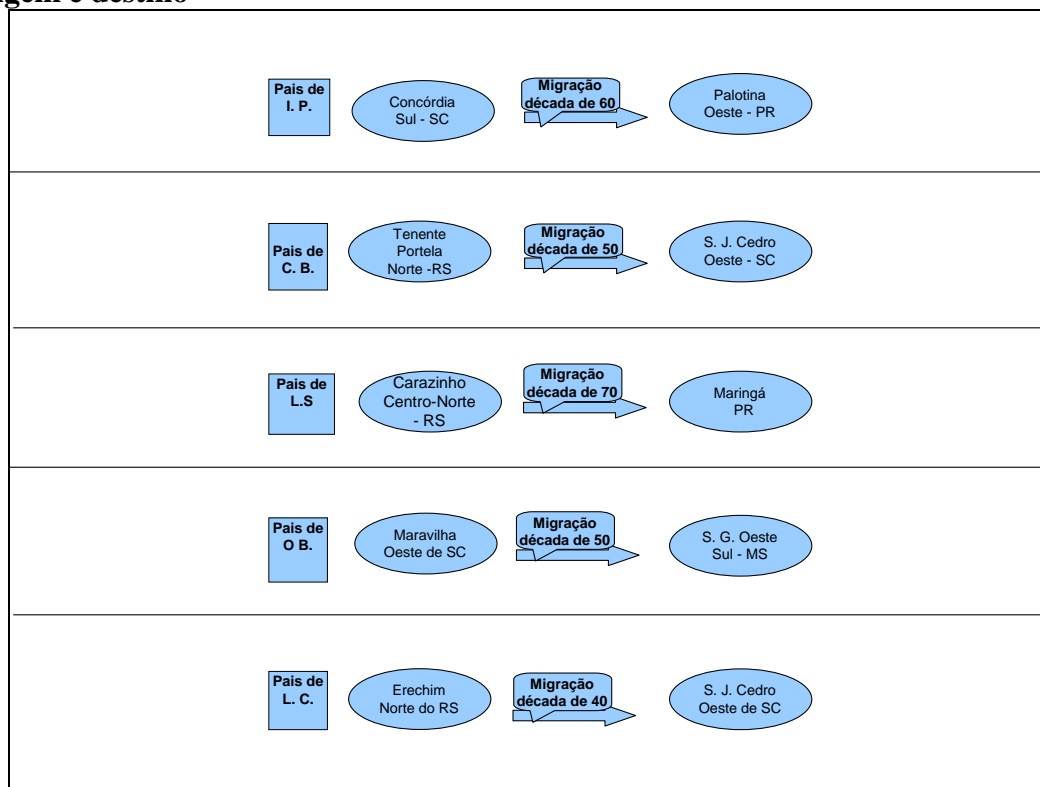
QUADRO 6 - Migração da geração anterior (pais), segundo período, locais de origem e destino



Fonte: Elaborado pelo autor.

³⁹ Gregory (2008) chama a atenção sobre esta questão de esgotamento de fronteira e de que “não havia mais disponibilidade de terras”, observando que a estrutura fundiária do latifúndio sub-usado não foi alterada, e que correspondia na época a 72% do território gaúcho. Por isso, fazemos uso dos termos “escassez de terras devolutas”.

QUADRO 7 – Migração da geração anterior (pais), segundo período, locais de origem e destino



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme Roche (1969), 80.000 pessoas migraram do Rio Grande do Sul para outros estados em 1934. Em 1940, as indicações deste autor apontavam no Estado de Santa Catarina 76.394 rio-grandenses e mais 14.800 no Paraná. Em 1950, o total de rio-grandenses em outros estados chegava a 205.576, dos quais 98% eram agricultores. Estes dados podem ser associados às trajetórias migratórias da geração anterior (pais) que exemplificamos anteriormente, principalmente quando observamos a década em que ocorreu a migração. No caso do Paraná, o destaque ao grande fluxo de migrantes está centrado nas décadas de 50 e 60, com leve diminuição a partir da década de 70. Esta diminuição, como veremos na Tabela 07, não significa que este fluxo de agricultores cuja origem são os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não se mantenha relevante. O principal fator que leva a esta diminuição em relação às duas décadas anteriores é que, após a década de 70, a migração para a fronteira do Cerrado Brasileiro e Amazônia é incentivada e promovida por um conjunto de políticas de Estado.

3.2.2 – Os Colonos na ocupação do oeste do Paraná e leste do Paraguai

Compreender minimamente o processo de ocupação do sudoeste e oeste do Paraná é fundamental para enriquecer a análise da migração no Mato Grosso. Temos clareza de que o processo de ocupação por migrantes do Sul na fronteira do Paraná apresenta especificidades locais, mesmo dentro desta microrregião definida aqui como Oeste (Meso 6) conforme mapa abaixo; da mesma forma, não estaremos aprofundando o processo de ocupação do Sudoeste (Meso 7) deste estado. Propomos aqui uma breve análise histórica da estruturação do espaço social com ênfase na preocupação com a

seleção dos colonos, promovida e planejada pelos agentes administradores e planejadores das empresas colonizadoras.



FIGURA 6 - Mapa das Mesorregiões do Estado do Paraná.

Fonte: IBGE, IN: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense – Curitiba: IPARDES; BRDE, 2004.

O estado do Paraná é um dos primeiros que terá ações desencadeadas no Projeto “Marcha para o Oeste”, instituído pelo governo Vargas em 1943⁴⁰. Os sentidos deste projeto, que não detalharemos aqui neste trabalho, visavam a atividade principalmente questões de segurança nacional e, para tal, havia a necessidade de ocupação e controle do território, seguidos de um sentido econômico que visou a produção de alimentos e matérias-primas, destacando que no pós-guerra o país ascende no processo de industrialização e urbanização e, conseqüentemente, potencializa o mercado consumidor. No caso da fronteira oeste, o destaque está na década de 50 quando o governador do estado do Paraná, Bento Munhoz Lupion que não pretendia ter o território dividido (território do Iguçu) se comprometeu com o governo de Getúlio Vargas em desencadear o processo de colonização daquela região. Dentre as ações empreendidas pelos órgãos estatais responsáveis, a principal ação foi a concessão de terras públicas a grupos da iniciativa privada (empresas colonizadoras) que, sob regência do plano, se tornam agentes primordiais da colonização.

A experiência atribuída aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se refere especialmente à venda de terras, ao desenvolvimento e ocupação do espaço geográfico com base na pequena propriedade particular policultora, e à seleção dos imigrantes para a colonização incentivando colonos descendentes da imigração europeia do século XIX, encontrados naqueles estados. Entram em cena novamente, conforme já apontamos, a produção das distinções acionando o elemento do trabalho enquanto valor-moral e a distinção étnica – os colonos = com origem e os “outros” = sem origem. O agente humano é considerado ponto-chave para desencadear o projeto de desenvolvimento pretendido com base numa policultura que produziria excedentes para

⁴⁰ Para mais detalhes sobre o Projeto Marcha para Oeste, ver Souza (2001, p.22-35) e Tavares dos Santos (1993, p 23-45).

a indústria. Selecionar no Sul os descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, ou seja, os grupos familiares, que de alguma maneira já haviam em parte sido produto (nas gerações anteriores) de processo de seleção nas antigas colônias. Mais do que isso, deveriam ser buscadas inicialmente aquelas famílias que alcançaram maior êxito, segundo esta visão de desenvolvimento, fator que poderia ser avaliado nas condições vividas por estes em suas propriedades e ou comunidades de origem.

As informações das empresas colonizadoras eram instrumentos para demonstrar para os que “iam conhecer”, pois, para estes possíveis migrantes, encontrar no novo espaço a ser construído elementos e pessoas de origem era um dos pontos apregoados na decisão de migrar. Havia, por parte destas empresas, uma preocupação em demonstrar que o investimento seria seguro, por isso o planejamento incluía infraestrutura de algumas casas de comércio e estradas, em meio aos lotes de 25 hectares cortados segundo as bacias hidrográficas de rios e córregos, além de projetos de vilas e núcleos urbanos constituídos de “quadras” com desenho de 100 x 100 metros, com dez lotes cada um e ao redor uma projeção de pequenas chácaras de 2,5 hectares onde deveria ser estimulada a produção de hortigranjeiros (GREGORY, 2008). O autor afirma que este planejamento prévio de todo o espaço, desde a divisão de lotes, vilas, estradas e serviços e locais de inserção das famílias migrantes, em muito influenciou a construção do espaço social destas regiões. Interessante verificar quão grande são as semelhanças entre os projetos desenvolvidos na região do Alto Teles Pires neste aspecto. Isto reforça a afirmativa dos trabalhos de Souza (2001), Tavares dos Santos (1993) e Ianni (1979) sobre os projetos de colonização dirigida no Mato Grosso, considerando que os agentes (colonizadores e colonizadoras) em grande parte são oriundos do estado do Paraná e tiveram neste estado seu principal espelho para planejamento e execução. Isso tem implicações de seletividade, de descarte, de rejeição em relação aos “não adequados para a colônia” (GREGORY, 2008, p. 121). Da mesma forma que acontece nas décadas recentes, no caso do Mato Grosso conforme indicamos no capítulo 2, as avaliações das comunidades de origem sobre migrar ou não em cada período histórico, também foram presentes neste caso do Oeste do Paraná. Havia, a partir do Plano de Colonização do Paraná, a construção social de um “tipo” idealizado de migrante, observando uma ideia de superioridade aos descendentes de imigrantes europeus, calcados sob a égide da ideologia do trabalho:

O recrutamento deste grupo de pessoas permitiu que os responsáveis pela colonização e pela organização da vida na fronteira tivessem trânsito fácil nas antigas regiões coloniais, nos gabinetes dos políticos e na própria colônia nova, uma vez que o universo de valores e de conhecimentos era semelhante. Isto proporcionava, por um lado, facilidades para a construção da liderança e para a administração da dinâmica colonial que ia sendo incrementada. Possibilitava, por outro lado, justificar a negação do outro, do sem origem, que implicava em evitar a sua vinda e, se estivesse presente, caracterizá-lo como intruso, inconveniente e não-adequado, que mereceria um tratamento especial (GREGORY, 2008, p. 154).

Importante destacar quem seriam os supostos “outros”, no caso da fronteira do Paraná, a partir de um rápido olhar histórico. A economia do oeste do Paraná, bem como do território oriental do Paraguai, girava em torno das atividades de extração de madeira, produção de erva-mate, hortelã e, mais tarde, da penetração da economia cafeeira. Os produtos desta economia dominada por empresários e latifundiários da região eram escoados via fluvial pelo rio Paraná alcançando os mercados da Argentina e

outros países europeus. Na margem desta grande produção voltada para o mercado, estavam grupos de camponeses e indígenas que viviam em sistema semelhante ao descrito neste trabalho sobre os caboclos no Sul do Brasil. Estes grupos sociais formavam o contingente de mão de obra que sustentava estas formas de exploração citadas. Circulavam para além das divisas nacionais hoje presentes entre países, por isso era comum, nas companhias de exploração situadas no oeste do Paraná, a presença destes camponeses e indígenas “do outro lado”, trabalhando como obreiros e assim passam a ser designados como “paraguaios”. Mais que uma designação que remete a um local de origem e moradia, “paraguaios” refere-se a um grupo social, cujo *habitus* se constrói sob outras representações do trabalho, da família ou ainda das formas de acesso à terra. Do ponto de vista dos agentes sociais em posições superiores estes trabalhadores eram “necessários” no cumprimento de uma função, ou seja, no trabalho braçal sem o qual as atividades desenvolvidas neste período do início do século XX, não poderiam avançar (GREGORY, 2008; SOUCHAUD, 2007).

Nos projetos de colonização levados a cabo naquela região, após a década de 40, eles serão designados oficialmente como os “intrusos” e grupos sociais não desejáveis na perspectiva de serem os agentes principais no processo de ocupação - “bugres” e “paraguaios”.

Na priorização dos migrantes oriundos das regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as estratégias de recrutamento variavam segundo os responsáveis diretos pela colonização, em geral empresas privadas. A empresa colonizadora Maripá, por exemplo, utilizava uma estratégia um tanto engenhosa, visando à seleção social das famílias das antigas áreas coloniais e, assim, evitar aventureiros e especuladores de outras ordens. Ao invés de divulgação massiva via meios impressos e rádios, ou redes de corretores, esta empresa buscava, através de redes pessoalizadas atuantes no ramo comercial nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sócios da empresa que se caracterizavam por circular as diversas regiões destes estados devido ao seu trabalho. Estes agentes conheciam as famílias e faziam o chamamento de forma pontual observando sua reputação no local e disponibilidade de recursos.

A estratégia prévia de que, a partir deste conjunto de “bons migrantes” seriam atraídos outros, com a ideia que qualidade, atraiu qualidade. Trata-se de um *habitus* comum que continuará a ser expresso nas décadas posteriores, pelos próprios migrantes, que introjetaram este espírito de superioridade que produz e estabelece a segregação.

Nos locais de destino, ou nas novas etapas na trajetória há uma busca por construir o espaço social. Um novo “outro” passa a fazer parte, de alguma maneira, do cotidiano. Analisando alguns elementos do caso da família P., que tem em sua trajetória etapas migratórias no oeste do Paraná, assim como uma etapa constituída pela migração para o Paraguai (1971-1985), o relato aponta os estranhamentos presentes até hoje, quando fazem referências aos “nativos” destas regiões:

Porco Dio!⁴¹Na ocasião, o brasileiro lá era muito discriminado. O paraguaio era muito racista. Muito racista. Mas como o brasileiro é insistente e tem vontade de vencer, nós encarava tudo o que vinha pela frente. Então ali nós roçava mato ali. Tudo povo do Paraná, Marechal Cândido Rondon, e por ali. Só brasileiro. Que o paraguaio mesmo não trabalha (C. P., assentado, 19/06/08).

⁴¹ Palavrão – comumente evocado pelos colonos italianos.

Os “paraguaios”, a que se refere o entrevistado, trata-se de grupos de camponeses que em muito se aproximam dos caboclos presentes dos estados do Sul do Brasil. Sua similitude também se relaciona ao modo de vida e de reprodução social cujo prisma se baseava no acesso livre à terra. Nesta narrativa, o informante aciona especialmente o elemento de distinção associado ao trabalho. A concepção de trabalho, como força aplicada à natureza sobre a mata bruta, vai desta forma se transformar em riqueza. A mata desta região e o solo são abundantes em fertilidade natural, assim, ao ter acesso à terra, quanto maior for o sacrifício empreendido através do trabalho familiar, maior será a possibilidade de “progredir”.⁴²

Este processo de ocupação, em grande parte conduzido pelos agentes responsáveis pela colonização, forma o meio social que de alguma maneira mantém suas relação com os locais de origem, fato que pode ser verificado analisando o fluxo migratório para esta região nas décadas posteriores. O fluxo, construído a partir dos projetos de colonização teve, nas décadas de 50 e 60, seu auge nos deslocamentos vindos do Sul, como vimos anteriormente. Na Tabela 07, a seguir, apresentamos os dados de Imigração para estas regiões após 1975:

TABELA 07 - Principais estados de origem dos fluxos migratórios do oeste do Paraná.

Estados	1975-1980	%	1980-1991	%	1991-2000	%
Rondônia	300	0,80	4.480	1,84	1.794	5,84
Minas Gerais	3.388	2,37	1.195	3,16	940	3,06
São Paulo	8.658	23,95	6.788	17,94	8.062	26,23
Santa Catarina	8.047	22,26	5.810	15,35	6.592	21,45
R. Grande do Sul	11.807	32,65	7.021	18,55	6.196	20,16
M. Grosso do Sul	2.685	7,43	2.989	7,9	3.195	10,39
M. Grosso	507	1,39	9.087	23,9	3.940	12,86
Outros Estados	768	2,12	517	1,37	18	0,06
Total	36.157	100,00 %	37.847	100,00%	30.737	100,00 %

Fonte – FIBGE, Censos 1975, 1980, 1991, 2000 (RIPPEL, 2005).

Os dados de imigração do oeste do Paraná apontam para a predominância dos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (destacados em azul), que respectivamente, correspondem no período de 1975-1980, a 32,65% e 22,26%, totalizando o percentual de 54,91%. O terceiro estado com volumes de imigração é São Paulo, decorrente da frente colonizadora do Norte, especialmente os colonos cuja principal atividade era a cafeicultura. Vale salientar que após 1980, conforme Rippel (2005), os focos da imigração tendem cada vez mais a se dirigir para os núcleos urbanos que se tornam pólos regionais do setor industrial e de serviços. Citamos principalmente as cidades de Toledo, Cascavel, Foz do Iguaçu. Os dados são indicativos de que ainda assim, o fluxo construído nas décadas de 50 e 60 com os projetos de colonização vão seguir contínuos mesmo diminuindo a intensidade. Aqui caberia uma análise mais

⁴² Zart (1998) aponta que o mito do trabalho alemão renasce no Paraguai. Observa que no momento em que as colonizadoras conduzem as levas de camponeses para o Paraguai, tomaram dois cuidados especiais: “dar prioridade aos descendentes germânicos, e depois através de longas conversas convencê-los de que iriam ensinar aqueles preguiçosos paraguaios e a negra brasileira, que estava lá pra trabalhar” (apud WAGNER, 1990).

aprofundada considerando a hipótese de que as redes sociais em que estavam envolvidos os migrantes era fator fundamental para manter acesso este fluxo.

Conforme Souchaud (2007), compreender a ocupação da parte oriental do Paraguai por colonos oriundos do Brasil remete a observar os interesses políticos e econômicos que confluíram nas décadas de 50 e 70, tanto de parte dos governos do Brasil como do Paraguai. De parte do Brasil, esta região da tríplice fronteira era considerada de segurança nacional, tanto que a cidade de Foz do Iguaçu era uma colônia militar. Este interesse na fronteira oeste passa pelo plano de reocupação já apontado anteriormente. Mais que isto, o sentido do controle do território passa cada vez mais por instrumentos econômicos, sociais e políticos. O olhar sobre esta região nestas décadas pelo Estado brasileiro observa principalmente o potencial energético do rio Paraná, que depois se transforma na Usina Hidrelétrica de Itaipu (1978)⁴³, e as vastas áreas de florestas situadas no lado do Paraguai, vasta área considerada improdutiva, e portanto, como possibilidades de integração política, econômica e social a partir da implantação de uma agricultura com base na modernização como já havia se ensejado no lado brasileiro.

Nesta época favorecidos pelos órgãos estatais, inicia a “entrada” de especuladores e compradores de terras nesta região. Entram nesta época as colonizadoras rurais e os primeiros colonizadores que serão os encarregados de lotear as glebas. Estes empreendimentos vão constituir uma rede de instrumentos e meios modernos de divulgação e publicidade no Brasil, a partir de margens das principais ruas, enaltecendo a riqueza natural, associando a promessa de fortuna aos migrantes que tivessem boa vontade (SOUCHAUD, 2007, p. 99). A trajetória de C. P. e outros agricultores brasileiros está inserida neste contexto de “entrada” no Paraguai nesta época:

Bom, pra começar nós compramos um pedaço de terra lá, que na época a terra lá valia ouro. Compremos 15 alqueire de terra cada. E nós era em 22 famílias. Gente bem mais estudada fazia a propaganda e nós entramos neste jogo. Pagamos toda a terra pro dito fazendeiro. Era tipo uma gleba tinha 200 alqueires. Daí 15 dias o cara vinha pra trazer os documentos. Fomos na vila o cara deu um recibo de pagamento que foi o que nos conformou. Um pagou tudo outro faltava um pouco, mas em geral praticamente tinha pagado tudo. E se acarquemos a derrubar mato (C. P., assentado, 19/06/08).

A propaganda “de gente mais estudada” está situada exatamente no conjunto de especuladores e corretores de imóveis que agiam nos dois lados da fronteira, e por estes os grupos de familiares vão procurar adquirir a gleba de 200 alqueires. Neste caso uma imobiliária do município de Assis Chateaubriand, oeste do Paraná. A gleba foi comprada em conjunto de 22 famílias e parcelada objetivando formar uma pequena comunidade. Eram famílias “trabalhadoras” de municípios do Paraná, eram todos “filhos” de famílias oriundas das colônias, inclusive C. P., que migrou junto com seus pais (ver Fluxograma 02) de Nonoai para Palotina. A alegria de ter comprado um pedaço de terra não foi duradoura para as 22 famílias, pois compraram uma área cujos documentos eram falsos:

Cristiano - Os 22 era do Paraná mesmo?

⁴³ RIBEIRO Maria de Fátima. *Memórias do Concreto - vozes na construção de Itaipú*, Eduoeste., Cascavel, 2002.

Do Paraná mesmo. Tudo povo de Marechal Cândido Rondon, Palotina e por ali. Povo do Paraná. Só brasileiro (...) Tá. Lá pelas tantas quando tinha derrubado uns 15 alqueires, tinha cavado o poço, que lá o poço é cavado de 18 a 20 metros de profundidade. Outro dia chega uma camionete. O cara desce e pede aí trabalhando? Nós achava que era o cara que vinha trazer os documentos pra nós. O cara olhava pra cá, olhava pra lá, tudo com jeito de espantado, disse, mas vocês compraram isso aqui? Sim dissemos, compreemos. Têm documento? Olha tem, o cara está trazendo por estes dias, até achamos que era você. Ele disse, olhem infelizmente vocês compraram a área errada. Pare homem! Não, porque eu tenho o documento (C. P., assentado, 19/06/08).

Cristiano - Compraram de quem?

Compramos de um dono de uma imobiliária de Chateaubriand, que apresentou a gleba tal. Mas não ele disse. Aí o pessoal foi reunindo dali e daqui vão tudo prejudicado. (...) Não porque eu comprei esta área toda e está documentada, tem escritura, é registrada, puxou os documentos e mostrou legalzinho, tudo bonitinho. Resolvemos levar o cidadão na delegacia. Levamos lá e aí lá se chamava o comissário a autoridade. Igual o inspetor daqui do Brasil. Verificou e: *No esto es el docomiento legal. “Este cidadón compro todo el gaño. E ustedes ah, no sei o que a vamo facer com ustedes”* (C. P., assentado, 19/06/08).

Aqui não há certeza sobre a veracidade dos documentos. Conforme Souclaud (2007, p. 95-97), os agentes paraguaios (também os comissários) favoreciam alguns proprietários em detrimento de outros. A grande corrida de corretores de imóveis, empresários e especuladores em busca de terras foi intensa neste período. As fraudes acompanham este processo, por vezes mediadas por órgãos ou pessoas no plano dos Departamentos:

Rapaz, aí começou o conflito de novo, e vira daqui e vira dali, e disse ele, “infelizmente vocês vão ter que me desocupar a área que eu vou plantar café, já tenho o meu povo lá do Paraná e vocês vão ter que desocupar” (C. P., assentado, 19/06/08).

O proprietário, que requereu reintegração de posse da gleba apresentando documentação diante do grupo de famílias, também era um brasileiro. Um brasileiro empresário que pretendia investir na cafeicultura e assim recrutaria “seu povo lá do Paraná”. Souchaud (2007, p. 98-99) trata sobre este processo. O café como atividade econômica fazia parte das culturas de interesse do governo paraguaio. Diante disto, este fez concessões de área de terra a grupos brasileiros para esta exploração. Há uma diferença interessante neste caso que, ao pensar em café, foram concedidas terras às empresas das regiões do café no Brasil, ou seja, situadas no norte do Paraná. O passo seguinte foi o parcelamento das áreas para vendê-las aos agricultores brasileiros, porém, o recrutamento nestes projetos priorizava agricultores do norte do Paraná que já desenvolviam atividade de cafeicultura.

Expulsas da terra, as 22 famílias não retornaram ao Brasil. Imediatamente, a estratégia adotada por todos foi de ir residir numa pequena vila naquela região, e “começar de novo”, ou seja, trabalhar de peão em fazendas e empresas de exploração das atividades mencionadas acima, ou para outros agricultores capitalizados instalados naquela época, visando juntar algum recurso para, posteriormente, adquirir uma área de terra após alguns anos naquele país.

De fato, o casal após cinco anos de trabalho de peão consegue se tornar naquele país proprietário de um lote de terras, sendo que uma parte foi adquirida e a outra foi direito de herança de I. P., por condição do casamento. Este caso reforça os indicativos apontados na seção 2.4.2, sobre a estratégia do trabalho “de peão” como meio de acumular algum recurso para posteriormente adquirir área de terra. De outra parte, o caso descrito acima aponta duas estratégias de recrutamento e seleção de agricultores brasileiros; i) o do grupo das 22 famílias pelo corretor da imobiliária; ii) o caso do proprietário legítimo das terras no Paraguai, que recrutaria pequenos agricultores do café no norte do Paraná.

3.3. A SELEÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES PARA O CERRADO MATO-GROSSENSE

Conforme abordamos, até a década de 70, os deslocamentos dos colonos incentivados inicialmente pelos projetos de colonização alcançavam o sudoeste e o oeste do Paraná. Os governos militares vão se encarregar de levar adiante o projeto de ocupação dos estados brasileiros do Centro-Oeste e Amazônia, já iniciados desde a “Marcha para o Oeste”, na era Vargas. Assim, o Estado enquanto agente que leva a cabo esta modernização, constrói um conjunto de políticas de incentivo a este processo. Dentre as políticas de incentivo à ocupação destas novas fronteiras, o foco se volta para a atração de migrantes destas “colônias” (SOUZA, 2001; TAVARES DOS SANTOS, 1993). Na tabela 08 analisamos como exemplo o Oeste do Paraná verificando os principais estados de destino da emigração:

TABELA 08 - Principais estados de destino dos fluxos migratórios do oeste do Paraná.

Estados	1975-1980	%	1980-1991	%	1991-2000	%
Rondônia	27.985	18,24	6.526	9,6	2.331	5
Minas Gerais	4.945	3,22	1.813	2,67	1.714	3,68
São Paulo	51.142	33,34	17.996	26,48	12.026	25,81
Santa Catarina	10.452	6,81	11.936	17,56	13.645	29,28
R. Grande do Sul	4.672	3,05	4.820	7,09	5.015	10,46
M. Grosso do Sul	20.763	13,53	5.672	8,35	3.891	8,35
M. Grosso	30.631	19,97	15.349	22,59	7.921	17
Outros Estados	2.825	1,84	3.845	5,66	60	0,13
Total	153.415	100,00 %	67.957	100,00 %	46.603	100,00 %

Fonte – FIBGE, Censos 1975, 1980, 1991, 2000 (RIPPEL, 2005).

Os dados da Tabela 08 apontam os fluxos migratórios de destino do oeste do Paraná. O Total da Emigração desta região oeste vêm se reduzindo drasticamente. Este dado, porém, deveria ser relacionado com os dados de fecundidade, também em seqüência histórica, visto que, por ser uma região ocupada nas décadas de 50 e 60, conforme discutimos nas seções anteriores, passa pelo auge de imigração, com destaque a pessoas jovens e famílias recém-constituídas que, em geral, tiveram grande número de filhos. Esta nova geração estará na etapa do ciclo de vida (pré e pós matrimônio conforme seção 3.1) na década de 70.

Os dados do período 1975-80 apontam o destino dos paranaenses para três estados onde estão nesta época sendo desenvolvidas políticas de incentivo oficiais para reocupação do território brasileiro, as novas fronteiras. Neste período os estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso correspondem, respectivamente, a 18,24, 13,53 e 19,97 do total dos emigrantes totalizando o percentual de 51,74%. No período de 1980 a 2000 decaí a migração rumo aos estados do Mato Grosso do Sul e Rondônia, mas chama a atenção a manutenção do fluxo para o estado do Mato Grosso, com pequenas alterações. Os projetos de ocupação das regiões do Centro-Oeste e Amazônia vão acionar e reforçar novamente o ideário da construção do progresso do país, desenvolvendo suas potencialidades agrícolas sob as bases da modernização. Os agentes prioritários para promover este trabalho serão, novamente, os agricultores do Sul. Os dados referentes à migração para São Paulo e Santa Catarina nos décadas recentes deveriam ser melhor analisados, mas parecem indicar o fato de migrações rumo às regiões metropolitanas destes estados.

Se os projetos de colonização e políticas de incentivo são determinantes para a construção dos fluxos, é necessário compreender que estes projetos vão produzir o prolongamento das redes sociais existentes nos espaços de origem, as quais serão acionadas para, posteriormente, produzir o que Ianni (1979) define como migração espontânea.⁴⁴ Isto, associado às propagandas dos projetos, às informações que circulavam via os migrantes que viajavam, e mais uma articulação empreendida pelas empresas de colonização privadas e suas redes de corretores de imóveis presentes em quase todas as principais cidades das regiões coloniais do Sul do Brasil, ampliavam a difusão da ideia da migração. No bojo de toda esta rede institucional articulada entre o Sul e o Mato Grosso estava a busca, prioritariamente, de um “tipo” de migrante para os projetos de colonização. No entanto, demonstramos nas seções seguintes que, além desta rede social dos migrantes e seus afins, as políticas e projetos que priorizam e por vezes recrutam famílias do Sul continuam sendo promovidas até os anos recentes. Nas subseções a seguir são analisados um conjunto de casos (ou aspectos destes) de seleção social ou priorização de migrantes do Sul, situados em períodos históricos diferentes. Os casos aqui elencados todos têm alguma relação com as trajetórias dos “pequenos” proprietários rurais focos desta investigação, do mesmo modo que fizemos ao tratar nas seções anteriores, sobre aspectos históricos de regiões do Sul do Brasil.

3.3.1. Aspectos da seleção social na colonização de Sorriso e Boa Esperança

O processo de ocupação do norte mato-grossense vai considerar em sua base, a experiência desenvolvida no Paraná. Isto se confirma quando observamos que muitas das empresas que ganharam concessões de terras para os projetos eram oriundas daquele estado. A empresa Colonizadora Sinop operou na região norte do Mato Grosso, onde hoje se localiza o município de Sinop – esta empresa já havia atuado no processo de ocupação no norte do Paraná⁴⁵; a Colonizadora Feliz, de Sorriso, responsável pela condução das áreas que hoje compõem os municípios de Sorriso incluindo o distrito de

⁴⁴O autor utiliza o termo migração espontânea para caracterizar os movimentos daqueles que não participaram diretamente dos primeiros “recrutamentos” nos projetos, mas vão migrar para os mesmos locais de destino ou proximidades, conectados pelas redes sociais.

⁴⁵ Para maiores informações sobre o processo de ocupação e desenvolvimento das áreas de Sinop e Alta Floresta em Mato Grosso, ver SOUZA. Sinop, *História, Imagens e Relatos: Um estudo sobre a Colonização de Sinop* – Dissertação de Mestrado em História UFMT, 2001.

Boa Esperança e o município de Feliz Natal,⁴⁶ teve seus proprietários oriundos do sudoeste do Paraná.

O ponto de partida para compreender a grande presença de “paranaenses” na participação da população do município de Sorriso remete à observação da origem destas empresas colonizadoras. As famílias proprietárias da colonizadora Feliz (e depois da empresa colonizadora Sorriso) desenvolveram estratégias de recrutamento em determinadas regiões do Sul. O sudoeste do Paraná, neste caso, é a principal microrregião, justamente por ser também a origem das famílias da colonizadora. Nestes termos, também se espalham mecanismos de propaganda e promoção de viagens com os interessados para conhecer e adquirir terras. O escritório da empresa localizado na cidade de Francisco Beltrão/PR, e uma rede de corretores de imóveis espalhados por inúmeras cidades dos três estados do Sul do Brasil entram em cena e desencadeiam o “chamamento”. As primeiras famílias que migraram e compõem o grupo dos pioneiros do município de Sorriso (BORTONCELLOS; DIAS, 2003) têm esta origem no estado do Paraná. A tabela abaixo traz os dados da naturalidade por estado de Origem das pessoas ocupadas na agropecuária no município de Sorriso em comparação com o norte do Mato Grosso e o estado como um todo.⁴⁷

TABELA 09 – Estado de naturalidade das pessoas cuja atividade principal é a agricultura, pecuária, silvicultura e extração vegetal.

Naturalidade por UF	Mato Grosso		Norte mato-grossense		Sorriso	
	Quant. Pessoas	%	Quant. Pessoas	%	Quant. Pessoas	%
Paraná	36751	15,9	29202	30	965	32,4
Santa Catarina	5859	2,6	4436	4,5	396	13,3
Rio Grande do Sul	13101	6,7	7910	5,1	976	32,5
Outras UFs	175501	74,8	45656	39,6	571	21,9
Total	231212	100	87304	100	2878	100

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, ano 2000.

Ao estabelecer o comparativo entre a naturalidade das pessoas ligadas à agropecuária deste município, o norte mato-grossense e o estado do Mato Grosso, têm respectivamente, 78.2%, 39.6% e 25.2%. Ou seja, os dados apontam para uma predominância acima da média estadual e do norte do estado de pessoas cuja naturalidade está situada nos estados do Sul, dentre os quais ganha destaque o estado do Paraná. Uma das primeiras hipóteses está ligada à influência do projeto de colonização privada operado no município de Sorriso. A ocupação das terras e o posterior desenvolvimento de atividades agrícolas foram as atividades que mobilizaram a migração do Sul do Brasil. No que tange ao recrutamento desenvolvido pela Empresa colonizadora, indicamos a predominância de pessoas oriundas do Paraná, com 32.4% seguidas do Rio Grande do Sul com 32.5%. No entanto, um número que não dispomos aqui para análise é o número destes naturalizados em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que tiveram uma etapa migratória no Paraná, mesmo podendo apontar a partir do trabalho de campo a existência deste fato.

⁴⁶ BORTONCELLOS Odila; DIAS Elisia Aparecida. *Resgate histórico do município de Sorriso: Portal do cerrado mato-grossense*, Cuiabá, Edu, 2003.

⁴⁷ Considerando-se PEA – População Economicamente Ativa.

Beuter (2002, p. 169-171), em seu trabalho sobre colonização da área que pertencia ao projeto de Boa Esperança que mapeia 50 famílias consideradas por ele como pioneiras. Destas aparecem 29 famílias possuem naturalidade em municípios do norte gaúcho, seguidos de 10 famílias do oeste de Santa Catarina e sete do oeste do Paraná. Já quando observados os dados do autor referentes ao que chama de procedência (local onde residiam antes da migração para Boa Esperança), identificamos 19 casos dentre o total de 50 casos por ele mapeados, que constituem outras etapas migratórias onde ganham destaque o oeste catarinense e oeste paranaense além de algumas microrregiões do próprio Mato Grosso.

No distrito de Boa Esperança, em entrevista com algumas das famílias pioneiras, foi possível evidenciar estratégias de chamamento da empresa colonizadora que auxiliam na explicação desta predominância na naturalidade no norte do Rio Grande do Sul. G. H. relata que fora convidado e contatado por um corretor do município de Carazinho que o trouxe para ver as terras. Comenta ainda que haviam corretores em Passo Fundo, Ijuí e Santa Rosa que também faziam este trabalho. Desta forma, entender os processos empreendidos pelas colonizadoras privadas no Mato Grosso remete a pensar a relação construída com empresas corretoras de imóveis e os seus corretores localizados nas regiões do Sul do Brasil. Estes articulavam tanto a propaganda em meios de divulgação locais (jornais, rádios), mas acima de tudo empreendiam um chamamento de forma direta a determinadas famílias. O caso de um dos primeiros participantes do projeto da gleba que dá origem ao distrito da Boa Esperança indica uma distribuição espacial de corretores ligados às colonizadoras (Sorriso e Feliz) localizadas nas principais cidades do norte do Rio Grande do Sul:

Cristiano - Como o senhor veio e ficou sabendo?

Vim através da corretora que tinha lá, tinha em Ijuí, tinha em Carazinho, tinha em Santa Rosa. Ela tinha os corretores que procuraram a gente. Então ela mesmo contratava as empresas de ônibus pra vim pra cá (G. H., pioneiro, 16/06/08).

Cristiano - Então o senhor entrou em contato com o corretor. Mas ele era ligado aqui à colonizadora?

É, primeiro era colonizadora Sorriso, só que depois eles se separaram, aquela Feliz ficou com Sorriso, e o Alberto ficou com a colonizadora velha nesta parte de cá. Mas a colonizadora ainda tem terra aqui (G. H., pioneiro, 16/06/08).

Assim, há indicativos que o chamamento pontuava famílias de origem, cuja reputação nestas localidades pudessem influenciar outras famílias que migrariam posteriormente. Esta estratégia é semelhante àquela utilizada pela empresa Maripá no oeste do Paraná partindo da tese que “qualidade atrai qualidade”. G. H. era considerado em sua localidade de origem Carazinho antes da migração, um “colono forte”, ou seja, possuía uma área de terras própria, desenvolvendo a agricultura mecanizada. Neste sentido observamos que, da mesma forma, outras famílias pioneiras mencionadas pelo entrevistado compuseram o grupo da primeira leva no projeto da Gleba Boa Esperança:

Cristiano - Teve outros que vieram nessa época?

Da localidade que eu morava não, mas têm de Sarandi, os Zanatta, teve de Marau os Zanella (G. H., pioneiro, 16/06/08).

Estes casos apontam para a relevância da rede dos corretores de imóveis no processo de recrutamento na região de Sorriso, da mesma forma que os estudos sobre os casos no oeste do Paraná e Paraguai também já haviam indicado. Trata-se de agentes estruturantes para compreender a articulação de projetos, venda de terras,

recrutamentos, ou seja, são agentes conectados o Sul com estas regiões do Mato Grosso. Além de observar a importância destes agentes a partir da perspectiva dos migrantes, seria necessário realizar estudo empírico em regiões do Sul e do Mato Grosso, localizando parte destes corretores e as respectivas empresas que possam vir a estar em plena atuação neste processo.

3.3.2 – Ipiranga do Norte e a sua formação a partir de um caso de recrutamento em 1989

O atual município de Ipiranga do Norte, conforme apontamos de forma breve no Capítulo 2 tem origem nos projetos de assentamentos desencadeados na década de 90. Tannury (2003) aponta os grupos de famílias sem-terra acampadas que constituíram o primeiro assentamento (Eldorado I) no ano de 1993. Deste eles, um grupo de famílias “gaúchas” que se encontravam acampadas em Nobres. A partir do trabalho de campo, buscamos nesta seção reconstituir a trajetória deste grupo que se caracteriza como um caso de recrutamento oficial de migrantes-agricultores, não nas décadas comumente observadas nas bibliografias sobre recuperação da fronteira, mas ocorrido em anos mais recentes.

No ano de 1989, em meio a um processo intenso de mobilização social na luta pela terra no Rio Grande do Sul, surge um acampamento no município de Ronda Alta organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O marco deste acampamento são famílias de agricultores desalojados da Reserva Indígena da Serrinha que abarcava os territórios nos municípios de Constantina, Ronda Alta, Três Palmeiras, Engelho Velho e Serrinha, com área de 11.950 hectares, demarcada em 1911, porém expropriada pelo Estado para assentar famílias de colonos nas décadas de 50 e 60. A luta empreendida para a retomada da área pelos indígenas, principalmente pelos Caingangues, especialmente nas décadas de 60 e 70 vai ser reconhecida na Constituição de 1988. Por força de lei a partir de 1989 e início da década de 90 a terra foi devolvida aos indígenas causando o desalojamento de centenas de famílias de agricultores⁴⁸ (CARINI, 2008). Uma grande parte destas famílias passa a integrar a base inicial deste acampamento em Ronda Alta naquele ano. Somaram-se a este acampamento famílias e “gente solteira” das próprias regiões do Alto Uruguai, filhos de agricultores das colônias que sonhavam com um pedaço de terra. Neste mesmo ano marcado por um conjunto de acampamentos no Rio Grande do Sul e intensos conflitos, o estado através do Incra aponta novamente a estratégia de recrutamento de famílias para a fronteira.

Segundo a narrativa de I. C., uma das famílias que integrou este recrutamento, a possibilidade de migrar para o Mato Grosso foi criada quando um funcionário do Incra, V. I.⁴⁹ no ano em 1989 foi a Ronda Alta fazer uma reunião. No dia 09-05-1989, data em que ocorreu a reunião entre o agente do Incra e os acampados apontou a intenção do Estado de conceder áreas de terra em outras regiões do Brasil, citando especialmente

⁴⁸ Na trajetória de R. T., natural de Constantina este conflito histórico é em parte a razão que levou o agricultor a vender a terra (1984) e investir no ramo do “comércio”(1984-1987). A terra fazia parte da área em disputa. Da mesma forma, dois irmãos de R. T., compunham o grupo de agricultores desalojados na Reserva da Serrinha e foram assentados em assentamentos no município de Dom Pedrito, região sul do Rio Grande do Sul.

⁴⁹ V. I. é natural de Tenente Portela, norte do Rio Grande do Sul. Participou da mobilização de agricultores daquele município para os projetos de colonização de Canarana e Terra Nova do Norte, quando de 1977 a 1981 foi presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Na década de 80, torna-se funcionário do Incra.

regiões dos estados do Mato Grosso, Goiás, e Bahia⁵⁰. Como encaminhamento prático a partir da seleção de famílias interessadas, que totalizaram o número de 110, foi tirada uma comissão de 20 agricultores que visitariam as áreas possíveis nestes estados citados. As despesas totais desta visita com passagens de ônibus, hospedagens e mais o fretamento do avião, foram pagos pelo Incra. A primeira área visitada por esta comissão foi em Nobres, local “que o pessoal gostou” e assim não chegaram a visitar outras áreas possíveis em outras regiões do Brasil.

Não obstante este caso, aponta dentre outras coisas, como os assentamentos na fronteira compõem um mecanismo de alívio de tensões sociais no campo, de forma muito semelhante a exemplos desencadeados nos projetos de colonização levados a cabo nas décadas anteriores. Neste caso, é importante fazer menção a indicações de que o processo de recrutamento já havia começado antes desta reunião. Há relatos da construção de propaganda por parte de algumas lideranças locais que compunham o acampamento, talvez influenciadas pelo Incra meses antes da reunião; ou seja, antes mesmo de ocorrer o recrutamento oficial já estava posta entre os acampados a questão das terras em outros estados, o que em parte, suscita um caso já ocorrido no projeto da Gleba Verde em 1981. O MST, por ocasião, manifestou-se contra esta proposta emergente, que ocasionou desvinculação do movimento daquelas famílias que posteriormente migraram para Nobres⁵¹.

Se a reunião aconteceu em maio, dois meses depois no mês de julho de 1989, as 110 famílias, chegaram com “as mudanças” em Nobres. Porém, na área de 50 mil hectares localizada à 60 km da sede do município houve uma surpresa. Segundo I. C., havia um acampamento de 600 famílias provenientes do próprio Mato Grosso. Assim, seguiram tensões entre os que foram “recrutados” e os que se julgavam no direito de posse por “estar ali”. Enquanto este grupo de famílias do Sul aguardava o Incra cortar⁵², as demais famílias foram “grilando” e tomando posse da área, ato que depois acabou sendo legitimado com a posse legalizada dos lotes pelo Incra três anos depois (1991), para aquelas famílias que assim procederam.

O procedimento de demarcação dos lotes se alongou por estes três anos. Durante este tempo em que aguardavam a demarcação, as dificuldades foram aparecendo. Os poucos recursos, seja em dinheiro, seja de provimentos alimentares, foram escasseando e naquela região, as alternativas de trabalho em fazendas como peão diarista eram pequenas. Diante destas dificuldades, 56 famílias desistiram do acampamento em sua maioria, retornaram para o Rio Grande do Sul e algumas migraram para outras regiões do Mato Grosso. Muitas destas famílias não retornaram em função da própria falta de dinheiro para as passagens dos membros da família. No dia 16-07-1992 as 54 famílias restantes foram conduzidas para uma nova área do assentamento Eldorado I.

⁵⁰ Estes estados colocados como possibilidades à comissão dos agricultores recrutados no Sul para conhecer é um indicativo de que outras ações semelhantes a esta podem ter sido desencadeadas pelos agentes do Estado neste período.

⁵¹ Informações extraídas de entrevistas com dois agricultores hoje residentes, um no município de Dr. Maurício Cardoso, e outro em Piratini, ambos do Rio Grande do Sul, que participaram deste acampamento entre 1989-1991.

⁵² O termo cortar é utilizado para a operação realizada pelo Incra de demarcação dos lotes, onde em cada divisa entre lotes é aberta uma pequena picada, que se assemelha a um corte na vegetação nativa.

Em conversa informal com o agente do Incra mencionado pelo assentado de Ipiranga do Norte,⁵³ ele afirma que foi responsável por levar mais de mil agricultores do Sul para as regiões Norte e Centro-Oeste, em projetos de colonização, os assentamentos rurais, como foi este caso dos acampados de Ronda Alta. “Se o cara é destas regiões, do Sul, da minha região, em qualquer projeto eu assino embaixo”. Nestas palavras uma ideologia já apontada no passado vai sendo reelaborada nas diversas formas de ocupação por onde marcham os migrantes do Sul, marcando estes como agentes prioritários para um projeto de desenvolvimento do país de vocação agrícola; “Mexer com lavoura, plantar soja, faz parte de uma cultura nossa.”⁵⁴

Uma análise possível, deste caso de recrutamento considera os migrantes a partir de uma concepção “utilitarista”. “Migrantes são vistos do ponto de vista econômico como necessários ou dispensáveis” (SAYAD, 2000, p.50). Considerar a visão utilitarista sobre determinados grupos de migrantes é analisar o fato a partir da perspectiva dos agentes em posições sociais superiores envolvidos no processo migratório, qual a função (que pode produzir a perspectiva da necessidade ou dispensabilidade) atribuída para estes grupos sociais. As “funções” disseminadas pelos órgãos oficiais responsáveis na promoção da migração, “no chamamento” dos migrantes no Sul, ou por mecanismos de seleção social, atribuem a função maior de promotores do desenvolvimento com base na modernização. Isto fica evidenciado neste conjunto de casos dos projetos de colonização. Mesmo assim, casos de recrutamentos como os mencionados nesta subseção permitem relativizar esta visão genérica na medida em que este grupo, recrutado não fora assumido inicialmente neste local de destino no Mato Grosso. Paralelamente, este mesmo grupo do ponto de vista dos agentes do Rio Grande do Sul em posições sociais superiores (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, fazendeiros da região e outros), considerou estas famílias dispensáveis, indicando desta forma a possibilidade de uma leitura do ocorrido pela relação entre migração e exclusão social (migrantes como vítimas sociais) (MARTINS, 2003).

Esta é uma questão que se coloca no trabalho que aponta a importância de pensar a visão utilitarista presente nos processos migratórios, fato que é recorrente nos estudos que relacionam a migração e o mercado de trabalho (ver seção 1.1). Desta forma, no decorrer da investigação dois aspectos devem ser objeto de reflexão: i) refletir sobre o sentido utilitarista ou de dispensabilidade – vantagens e custos pra quem, a quem interessa (ou não) a presença de novos migrantes que vêm chegando a estas regiões, principalmente destacando a imigração intensa verificada na última década na microrregião do Alto Teles Pires; ii) observar o momento histórico e o espaço social em que estes grupos de migrantes se situam. Os mesmos grupos sociais podem, como vimos, ser considerados, por vezes necessários e vezes dispensáveis dependendo das condições históricas e trajetórias migratórias empreendidas. Mesmo não considerando que os fluxos podem ser contidos ou somente desencadeados, como algo totalmente controlável como de fato não o são, vale observar a construção destes mecanismos de seletividade que vão facilitar ou dificultar a possibilidade de determinados grupos de migrar ou permanecer nestes locais:

⁵³ Cito entrevista breve realizada por ocasião do evento chamado 4º Encontro dos Amigos do Portelaço. Em maio de 2008, no município de Sorriso, evento que em parte é representativo dos processos migratórios descritos anteriormente ao reunir um conjunto de migrantes espalhados pelo Mato Grosso, todos com uma origem comum – o município de Tenente Portela.

⁵⁴ Neste aspecto além da ideologia é possível identificar a noção de pertencimento a um grupo social analisada na seção 4.2 desta dissertação.

Afinal, um migrante só tem razão de ser, no modo provisório e é esta a condição que se espera dele; ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de sê-lo pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele (SAYAD, 2000, p. 55).

No âmbito da fronteira, estas noções abordadas por Sayad (1998) são relevantes a partir do momento em que identificamos uma latente priorização de migrantes sulistas, que passarão a ocupar funções e espaços específicos nas novas regiões observando a construção da distinção social. O discurso do prefeito⁵⁵ por ocasião do 4º Portelaço, um evento festivo que reúne caravanas de migrantes sulistas localizados em diversas regiões do Mato Grosso, traz aspectos sobre os sentidos da migração:

O Mato Grosso é muito grande, e muito distante e é terra de oportunidades. O Mato Grosso recebe a todos com muito carinho. Este Mato Grosso tem um respeito muito grande pelo Rio Grande. Por aquilo que o Rio Grande fez, formou agrônomos, formou engenheiros, formou médicos, formou dentistas e mandou para o país inteiro. É o berço de tudo. O Mato Grosso deve muito ao Rio Grande pelo que o Rio Grande fez, pela soja plantada, pelas aberturas do Cerrado, e os gaúchos e as gaúchas que aqui vieram são responsáveis por todo aquilo que está acontecendo, por este desenvolvimento fantástico por onde o Mato Grosso tem tido, e se tornará não só o maior produtor de grãos, mas o maior industrializador deste país (P. S. 14/05/08).

Os significados da migração presentes nos discursos atribuem aos “sulistas” a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento, destacando que a promoção da migração destes agentes foi e continua sendo uma ação priorizada que compunha um projeto maior de desenvolvimento do Brasil em que o Estado teve um papel fundamental. Os migrantes do Sul mesmo considerando sua heterogeneidade nos discursos e práticas oficiais são consideradas os agentes necessários “para desenvolver”. Esta assertiva se reproduz desde os processos de ocupação desenvolvidos no início do século XX. Assim, verificam-se ações políticas que podem estimular ou conter as migrações. Os casos das migrações internas para a Amazônia, promovidas pelo Estado através de políticas de colonização de novas terras, não foi adotada apenas no passado recente (pós-64). Mas, conforme trouxemos algumas indicações, estas ações governamentais estão presentes ainda hoje, promovendo os assentamentos de trabalhadores rurais do centro Sul do Brasil na região Amazônica (VAINER apud FABRINI, 2003, p.06).

3.4. MANIFESTAÇÕES ATUAIS DE SELEÇÃO SOCIAL DE MIGRANTES

Na abordagem sobre os processos de ocupação das regiões do Sul de onde partiram ou por onde passaram as trajetórias das famílias identificamos a construção social de um “tipo” de migrante que, na medida em que segue seu percurso vai construindo um *habitus* em meio a distinções e ações objetivas que em alguma medida não esteve dissociado das políticas de incentivo a migração nas fronteiras agrícolas. Neste sentido, vale observar como estão operando alguns mecanismos de seleção social atualmente. Nesta seção a intenção é observar alguns casos onde a priorização das

⁵⁵ Discurso pronunciado no encerramento do 4º Encontro dos Amigos do Portelaço, município de Sorriso, maio de 2008.

famílias destas regiões do Sul continua presente, talvez operando suas devidas peculiaridades.

Um dos assentados que compõe as trajetórias aqui analisadas, da gleba Mercedes V, traz a narrativa de um caso atual de recrutamento e seleção social de migrantes. Ocorre que, no município de Tabaporã/MT, segundo a narrativa de L. S., o prefeito manifestava a intenção “em desenvolver” o local em grande parte ainda de vegetação de mata amazônica. Este prefeito, conversando com um dos cunhados de L. S., manifestou esta intenção, porém ele apregooou que havia terra, mas observava que a região não iria desenvolver com esse “nosso povo do Pará, estes maranhenses, pois eles têm um sistema deles, de pequenos plantios, migram muito e não são tanto de querer crescer e desenvolver a região”. O cunhado levantou a proposta de começar a potencializar a produção de grãos na região, a exemplo do que vinha acontecendo em outras regiões do Mato Grosso, porém era necessário investimento e concessão de terras. No caso de isto se confirmar foi cogitada a ideia de atrair mais famílias a partir do município de Mundo Novo/MS, local de origem do cunhado de L. C.

Desta ideia inicial surge uma articulação política envolvendo dois prefeitos, o do município de Tabaporã e o de Mundo Novo. O primeiro se encarregou de articular o acesso à terra, especialmente contatando o agente do Incra regional que, segundo a narrativa, era uma pessoa conhecida e, portanto, solidária com propostas de priorização “de gente do Sul” para o estado. Não há, obviamente, os detalhes desta tratativa. O prefeito de Mundo Novo, por sua vez, ficou responsável por organizar as famílias no Sul. Formaram uma cooperativa ainda no Mato Grosso do Sul compondo 74 famílias, incluindo a família de L. S. Não pude aprofundar os critérios de seleção das famílias, mas entraram quesitos de afinidade política e relações pessoalizadas de indicações priorizando o parentesco e “ser de origem”. “A gente está seguindo o que meu pai já fez no passado quando saiu do Rio Grande do Sul e veio pra aquela região do Paraná” (L. S., assentado, 31/05/08).

O projeto de assentamento, conduzido pelo Incra está em fase de demarcação dos lotes. As famílias migraram e se estabeleceram em cidades próximas como Sinop e aguardam o desfecho para assumir os lotes. A entrevista com L. P. traz indicativos de que as articulações visando à atração de agricultores do Sul como agentes de um modelo de desenvolvimento na região Amazônica continuam em pleno andamento. As configurações deste caso acionam agentes sociais em posições sociais superiores, nas administrações municipais e órgãos oficiais, que partilham de uma mesma ideologia de progresso conforme descrito.

Nas décadas recentes, além dos agentes oficiais que conduziam os processos de reocupação das áreas de fronteira no Mato Grosso, com destaque aos agentes do estado (envolvendo Incra, Bancos oficiais e órgãos de extensão rural), uma parte dos próprios agentes sociais que migraram do Sul vão ocupar posições sociais superiores nestas regiões, ou seja, espaços de poder institucionalizado. Prefeitos, vereadores, presidentes de Sindicatos Patronais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações locais e outras instituições “das sociedades” compõem espaços de poder onde predominam os “sulistas” que carregam consigo um *habitus* construído historicamente conforme já apontamos.

Nos processos de implementação de Projetos de Assentamentos a partir de 1996, durante o governo FHC, foi adotada uma medida chamada de descentralização da Reforma Agrária (ver seção 2.3.2). Resumidamente, esta medida vai potencializar os mecanismos decisórios em instâncias locais, no que se refere à implementação e gestão

dos assentamentos. Neste sentido, abordamos a seguir como estas instâncias, através dos agentes que as constituem, vão reproduzir, mesmo considerando as suas especificidades, um processo de seleção social dos integrantes dos assentamentos rurais.

Os assentamentos apresentam dois momentos específicos no que tange a sua fase de implantação, cuja divisão se baseia no momento da homologação das famílias pelo Incra. Na fase anterior há toda uma movimentação dos grupos interessados no acesso à terra, fato recorrente no Mato Grosso e que implica, inclusive uma disputa pela área entre os interessados, pequenos conflitos locais e até demarcação de áreas antes mesmo deste processo ser realizado pelos agentes do Incra. Uma instância local que ganha notoriedade no processo de implantação dos projetos são as associações locais, ou seja, associações constituídas por lideranças locais e pelo grupo de possíveis beneficiários. Suas atribuições oficiais estão em acompanhar o processo de desapropriação, disponibilizar informações sobre a situação das áreas e dos possíveis beneficiários e monitorar a implantação do projeto, trata-se, em resumo, de uma instância mediadora entre os órgãos de governo e possíveis beneficiários. Sua constituição é de responsabilidade dos próprios interessados no acesso à terra. Neste sentido, no assentamento Santa Rosa, um assentado, que foi presidente de associação, relata como aconteceu este processo:

Fui seis vezes a Cuiabá pra negociar como o Incra, pra Sorriso nem sei quantas vezes, ainda que o pessoal ajudava. Fui presidente dois anos até 2004 e aí organizei. Antes o pessoal nem sabia quem era vizinho de lote, não sabia nada. Aí fiz uma lista de um ao 105, que era a minha parte da associação. Daí da outra parte pra baixo tinha outra associação que tomava conta. Tinha a nossa que era a Cruzar e a outra que era a Estrelinha. Essa era outra associação. Ninguém sabia de quem e onde eram os lotes. O pessoal tinha medo era disso, do pessoal chegar e invadir o lote. Mas daí logo que eu ganhei o lote me botaram de presidente e disseram assim: “não vai que nós te apoiamos”, e aí que deu encrenca com a associação debaixo (J. J., assentado, 19/06/08).

A separação considerada entre a parte de “lá de baixo” e a parte “do chapadão”, além de uma dimensão meramente geográfica traz uma dimensão da construção do espaço social onde uma de suas manifestações se estrutura na organização em associações. Na associação que ficou responsável pela área “do chapadão” predominavam, em sua coordenação os migrantes sulistas; de outra parte, na associação de baixo predominavam grupos sociais dos “outros”. Os elementos de distinção social apregoados anteriormente vão construir os elos de confiança que movimentam a defesa dos lotes de forma coletiva pelos interessados no acesso à terra entre os integrantes de uma associação e os da outra.

Da mesma forma, mesmo depois da demarcação dos lotes pelo Incra e homologação dos beneficiários, a seleção social “natural”, que se manifesta com a “entrada” no assentamento de novos assentados (compradores) tem o aval “informal” destas associações. A identificação de um possível novo assentado comprador é avaliada segundo critérios de “pertencimento” a um grupo social, considerando elementos de origem, valor moral do trabalho, objetivos de “querer crescer” e indicações das redes familiares, parentesco e amizade:

Aí, quando começou a trocar, fazer esta seleção, até os caras do Incra falaram que era natural isso acontecer em todos os assentamentos. Ai começou a vir pessoal de lá debaixo [do Sul] e vinha e vinha (J. J., assentado, 19/06/08).

Cristiano - E no começo não tinha quase ninguém do Sul nessa primeira leva?

Não, não tinha acho que 10%. (...) Quer dizer, tem dois ou quatro, bom conheço nome por nome, deve ter cinco ou seis no máximo que não são lá do Sul (J. J., assentado, 19/06/08).

A defesa da área e dos interesses da associação perante “os outros” fica marcada na gestão da área em desapropriação pelos agentes locais, como expressa por um assentado no período de chegada no assentamento relatando a importância da organização na defesa dos lotes e acolhimento que teve neste local:

Eu tinha um colega um conhecido meu aqui, colega meu, me apresentou para o presidente e eu adquiri os lotes. Que um passei pra um colega lá da vila através de uma associação que existia na época. Porque na época era projeto pro Incra assumir. Não era assim, já terra do Incra, era projeto em 99. Aí tinha o presidente que comandava. (...) Ninguém te tomava a terra aqui, porque a associação defendia (...) (R. T., assentado, 12/06/08).

Conforme indicamos, nos pressupostos de um tipo idealizado de agente social nos projetos de colonização que constituíram a ocupação das áreas de origem no Sul, esteve presente um sistema classificatório que tomava o trabalho enquanto valor moral. Da mesma forma, o material empírico coletado no trabalho de campo também apontou este elemento como pertinente na construção da distinção social nas trajetórias das famílias. Assim, na medida em que se trata de um elemento central no *habitus* do colono do Sul, e se estes são os agentes que produzem a migração para o Mato Grosso, na medida em que se trata de um elemento acionado com veemência pelos agentes no processo migratório, incluindo as concepções de trabalho presentes na propaganda e na difusão, na seleção e na construção da ideia de “superioridade” dos migrantes “sulistas”, dedicamos agora nesta seção um espaço para refletir sobre esta questão, considerando desde as percepções sobre o trabalho presentes no Sul e, posteriormente, as reelaborações que esta categoria foi sofrendo diante de novos contextos espaciais e socioeconômicos. Lembro, apesar disso, que observar as concepções, a partir dos atores sociais, é associá-la a um agir cotidiano dos migrantes envolvidos, perante outros, ou mesmo avaliar como isto legitima ações de segregação social e a produção de estigmas.

3.5. ENTRE “OS QUE TRABALHAM” E “OS QUE NÃO TRABALHAM”

Diante do universo de pesquisa, é importante perceber que as designações atribuídas ao “nós” e “eles” pelos atores se alteram no decurso das trajetórias. Os mesmos atores que antes se atribuíam quando da residência no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como “italianos”, distinguindo-se dos “brasileiros” ou “caboclos” na migração empreendida inicialmente para o país vizinho, passam a designar-se como “brasileiros” diante dos “paraguaios”, e depois, ainda compondo a mesma trajetória deste caso no município de Lucas do Rio Verde e para Boa Esperança no assentamento rural em Mato Grosso, os “outros” são designados de “cuiabanos ou maranhenses”. No entanto, nestas distinções que se expressam não somente em discursos, mas no agir cotidiano destes grupos, permanecem alguns “sistemas de classificação” (BOURDIEU, 1979), que são reelaborados segundo o contexto histórico e socioeconômico que perpassam as trajetórias. Na seção a seguir, abordamos um destes elementos constituintes da distinção – o trabalho.

Os discursos operados nas famílias entrevistadas concebem o trabalho associado à luta, ao sofrimento, à disciplina nos horários diários e semanais da execução das atividades, incluindo o lazer. “Eles não têm horário pra nada, almoçam às quatro da tarde” (D. C., assentado, 06/03/08). O “não trabalho” aciona os elementos da vagabundagem, dos roubos, uso de drogas e acesso aos locais públicos. Estar no local público em determinados horários tem a conotação pejorativa, é “não ter o que fazer”, e conduziria à prática de pequenos delitos.

Gehlen (1998) indica que o conceito de trabalho operado na modernidade justifica a exploração e é compreendido como dignificador do ser humano, regenerador de males e libertador. O trabalho assume centralidade ética, cuja valorização se mede pela produtividade (relação otimizada entre o tempo e a tecnologia). Passa a ser importante gerir o tempo.

Os colonos do Sul concebiam o trabalho familiar aplicado à natureza como meio para gerar a subsistência do grupo doméstico e ainda acumular patrimônio e, posteriormente, reproduzir novas unidades familiares. Os colonos do Sul se reproduziram e construíram sua forma de produzir em meio a áreas de florestas. Logo esta floresta era rica em madeira, em fauna e o mais importante do ponto de vista das práticas agrícolas que vão ser desenvolvidas – na abundância de fertilidade natural do solo. Derrubada a mata, e feita a roça, com o trabalho familiar geralmente desenvolvido de forma manual, quase que imediatamente era possível obter aumento de produtividade. Logo, nestas condições, quanto maior fosse o dispêndio de trabalho, melhor as condições objetivas de acumular patrimônio. Não era necessário dispor de capital para fazer agricultura. Esta condição gera a valoração do trabalho penoso, do sacrifício e da disciplina. Quanto mais produção, mais roças feitas no ano, mais as famílias eram consideradas famílias trabalhadoras. Da mesma forma, mais trabalho manual e penoso gerava aumento direto de produtividade, e assim o patrimônio familiar crescia.

Esta concepção naturalizava que os pobres, como era o caso de muitos caboclos que viviam na região Sul, eram sinônimos de não trabalho e da preguiça. Seriam pessoas sem dignidade. Afinal, se a natureza era abundante, se havia áreas de florestas nas cidades e vilas que estavam em amplo crescimento econômico, a mobilidade social só poderia depender de cada grupo familiar.

Mais tarde, especialmente após 70, com a modernização da agricultura, as concepções de trabalho vão se alterando. Com o esgotamento dos solos e o não acesso pleno à tecnologia da modernização agrícola⁵⁶, somente o trabalho manual, penoso, passará a não mais produzir os mesmos resultados em produção e tanto menos desta forma a mobilidade social. Nos relatos dos assentados rurais no Mato Grosso, que migraram do Sul, há observações feitas sobre o sistema de trabalho ainda praticado por alguns dos seus parentes que permaneceram, ou mesmo na época em que residiam naquela região de origem:

Trabalhava na roça com arado de boi o ano todo. Colhia 50 sacos de soja por ano. (...) Olha eu acho que lá pra baixo eu creio que deu o que tinha que dar lá. (A. T., chacareiro, 04/06/08).

Se é pra mim voltar a trabalhar hoje de novo a braço, eu vou vender picolé la nas ruas em Sorriso. Monto uma barraca na beira da BR, faço salgado que ali faço mais. Porque fazer o que você fazia lá hoje, você não come. Porque você vai colher 100 sacos de soja, vai vender a 40 e vai ter 4000 mil reais. Vai

⁵⁶ Para saber mais sobre modernização ver Graziano da Silva (org.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo Ed. Hucitec.. 1978.

trabalhar o ano inteiro. Pra limpar e colher no braço. Aquilo lá hoje não tem mais. Hoje já mesmo lá é inviável e isso aqui fica pequeno (R. T., assentado, 12/06/08).

Nas regiões de fronteiras agrícolas, esta concepção de trabalho produtivo e especializado realizado com o uso de tecnologias se reforça. Isso altera as designações utilizadas para si mesmas. Das 25 famílias contatadas, nenhuma delas se designou como colonos. Ou ainda, durante todo o trabalho de campo, verifiquei que somente por três vezes⁵⁷ foi utilizada a designação “colono” em meio a aproximadamente 100 contatos estabelecidos durante toda a pesquisa.

Quais as explicações possíveis diante disso considerando que, naqueles estados, estes atores haviam construído os elementos de distinção e diferenciação enquanto colonos diante dos “outros”? Nas regiões de origem do Sul do Brasil, a categoria colono foi associada ao não uso de técnicas modernas, ao trabalho manual ou com uso de tração animal, baixa inserção no mercado, e a resultados de baixa produtividade nas atividades agrícolas, especialmente nas décadas de 70 quando a modernização agrícola se intensifica. O ideário da modernização pregava a necessidade de uma agricultura moderna, tecnificada, especializada e assim capaz de superar o “atraso” dos modos de vida e de produção vigentes até ali. Nestes modos de vida incluíam-se os colonos. “colono” passa a ser agora pejorativo (RENK, 2000, p. 163), passa a ser sinônimo de “atraso” em relação à sociabilidade urbana, pessoas que trabalham “pra burro”, que “não usam muito a cabeça”. Assim, a partir do momento em que o assentado entrevistado nega tanto o trabalho manual e associado a ele as formas “de fazer” agricultura, ele também está querendo negar que é um colono no sentido do termo do atraso, do pejorativo e do não moderno.

De outra parte, é possível identificar que vários dos elementos associados a ideia de colono também foram usados pra caracterizar os lavradores nacionais no Sul do Brasil e serão sistemas de classificação utilizados perante outros grupos no Mato Grosso. Negar o trabalho manual e penoso, demonstrar que “trabalha com a cabeça” e usa máquinas são atribuições que legitimam as hierarquias sociais, inferiorizando os grupos sociais que de forma genérica, são designados como “maranhenses”, como “só sabem trabalhar com o braço” ou que “não sabem trabalhar com a cabeça” (com as técnicas modernas).

O trabalho manual e penoso, como a catação de raízes, o abastecimento de máquinas com insumos, carregamento e descarregamento de caminhões, são funções apregoadas aos “maranhenses”. No entanto, para o migrante que se torna assentado, o trabalho penoso, incluindo o manual, é valorizado socialmente pelos seus afins, observando que se trata de uma etapa inicial. “Eu trabalhei pra burro, catamos raízes e tudo, mas agora não tem muito que fazer, pois se faz tudo com máquina e veneno” (E. K., assentado, 10/06/08). O trabalho é o meio para alcançar um resultado produtivo, que implica disciplina e “ter opinião, ter objetivo”, categorias utilizadas pelos assentados que estão associadas ao planejamento em médio prazo (num mínimo de cinco à dez anos) e à ideia de superação do “atraso”:

⁵⁷ Uma vez a designação foi usada pelo nono Barcellos, que se considerava colono por residir na propriedade, e trabalhar com a família em várias atividades agrícolas; a segunda por um fazendeiro, seu Gazolla, fazendo referência ao passado há cerca de 20 anos com o sistema de trabalho familiar e o desenvolvimento de policultura; e a terceira vez pelo nono Pelissari, que fez referência ao período em que residia no Rio Grande do Sul com os filhos nas colônias há mais de 20 anos.

Só que o seguinte né, cara. Isto aqui é pra sem-terra, é pro cara que tem opinião, se não tiver opinião não aguenta, e você tem que estar decidido a uma proposta. Vim pra cá fazer isso, uma coisa nem que demore dez anos. Daqui a dez anos eu vou chegar lá. Eu já faz oito anos e não cheguei que é ver tudo isso aqui aberto. Você já pensou? (R. T., assentado, 12/06/08).

O trabalho, o sacrifício como meio para alcançar um objetivo a médio e longo prazo, vinculado à busca pela acumulação de patrimônio, se traduz nestes casos em uma força simbólica que move a família. Esta perspectiva é dicotômica à designação de aventurar. L. M., em sua narrativa traz a tona sua percepção do aventurar:

Aventurar é quando você vai fazer uma viagem, sai pra conhecer, passa lá e dá uma volta num lugar. Agora pegar tudo o pouco que você tem, pegar a mulher e os filhos dentro de um ônibus e a tua mudança jogar num caminhão, pra vim morar aqui é aventureiro? (...) Se você sai de um lugar se sujeitando a estas dificuldades você tem um objetivo, e ai você tem que lutar pra alcançar este objetivo. Vou lá vou fazer isso, vai ser bom pra mim, pra família e isso não é aventura (L. M., assentado, 03/07/08).

A designação de aventura se opõe à migração empreendida com o grupo familiar, se opõe a uma perspectiva de permanecer e trabalhar como proprietário rural em atividades agrícolas de forma autônoma. Desta forma, a designação vai ser associada aos migrantes individuais, que por vezes são solteiros ou deixam a família nos lugares de origem, e partem atrás de possibilidades de trabalho. Nestes termos, este sujeito que migra para vender força de trabalho está mais propenso ao ato de migrar. Caberão no termo os jovens que migram para as cidades oriundas do Sul, mas acima de tudo, a designação da aventura estará sendo posta aos trabalhadores migrantes oriundos do eixo Norte e Nordeste do Brasil.

Na precariedade das condições iniciais no lote do assentamento, o que denota uma dimensão de crise,⁵⁸ houve uma tensão no sentido de permanecer ou migrar novamente para o Sul. Neste sentido, N. C. aciona o elemento trabalho penoso, associado ao manual, ao sacrifício, como fase para acumular patrimônio:

Eu sempre digo pra ele, nossos pais também, que a gente é da mesma comunidade, eles são do assentamento daquela época. Então eu lembro assim, a minha mãe tinha bem mais filhos que eu, e começaram do nada, o pai sempre meio adoentado, tudo manual. Sei lá se a gente já teve este peso, já teve e não foi criado em berço de ouro. Então a gente sabe que tem que sofrer pra um dia ter, isso a gente aprendeu que nada é de graça, não só ganhar, ganhar, ganhar (I. C., assentado, 01/07/08).

A concepção de trabalho, do sacrifício, expresso nesta narrativa, chama a atenção também, pois ela se situa num contexto histórico a partir das gerações anteriores (pais e avós). O trabalho não somente como meio para o provimento do autoconsumo, mas como meio de acumular patrimônio (incluindo a terra), a fim de que se, não for possível eles usufruírem do produto deste trabalho, que os filhos o possam o fazer.

Em alguns casos ainda, fazendo referência ao Sul do Brasil, especialmente “os que mexiam com vaca de leite”, se consideram “escravos” do trabalho. Renk (2000) já identifica isto em Santa Catarina, onde as estratégias de produção e reprodução tenderam à diversificação em várias atividades agrícolas e ao atrelamento com agroindústrias (aves, suínos e fumo). “Escravo das vacas” é o trabalho penoso em parte ainda não mecanizado e que implica ainda uma rotina determinada durante todo o ano:

⁵⁸ Noção de crise, de acordo com Renk (2000).

Eu desanimei sabe porque, trabalhar com vaca de leite, isso me desanimou. Até que tinha cinco a seis vacas de leite e os porcos, os porcos não dava muito serviço, mas as vacas de leite davam serviço demais. E quando comecei a ter muitas vacas eu cheguei num ponto que a gente era escravo das vacas. Na ordenha tinha sempre 40 vacas de leite. Tirava em torno de 1000 litros de leite. E era só eu e minha esposa (C. B., assentado, 03/07/08).

Agora tudo este pessoal é escravo das vacas lá. Trabalham, o povo lá trabalham. Não tem sábado, domingo, segunda-feira, nada. Um cunhado lá, ele tira na faixa de 2500 litros de leite por dia. Mas quatro horas da manhã ele vai pra estrebaria, sai às oito horas, e quatro horas da tarde. Faz a conta: passar oito horas no estábulo. Se existir escravidão, é aquilo lá (C. B., assentado, 03/07/08).

Aqui [Mato Grosso] o serviço é mais leve. Lá no Sul você ia numa festa, mas quando chegava quatro horas da tarde (L. M., assentado, 03/07/08).

O trabalho rotineiro, que se estabelece em condição do sacrifício, é reconhecido socialmente pelo grupo, na medida em que constitui uma fase, como já fora dito. A partir do momento em que este trabalho empreendido pela família nas atividades diversificadas (gado de leite, aves, suínos e outros), impondo uma perenidade do trabalho manual com baixa mecanização e associado a uma condição de rotina pré-determinada durante todo o ano, está colocada em xeque a perspectiva que considera o trabalho como fonte de liberdade, que também era um símbolo dos colonos no Brasil (WOORTMANN, 1984). Nestes casos, o trabalho com lavoura, ou grãos, é encarado como uma das atividades que permitem um tempo livre e o trabalho leve.

O caminho investigativo permitiu levantar um conjunto de reflexões sobre a distinção presente nas regiões de origem, trazia o elemento étnico (colonos de descendência europeia) associado a uma concepção de trabalho como vocação, simbologia que também foi operada pelos agentes condutores dos projetos de colonização no Sul do Brasil. Estes “colônias” foram estruturadas em meio à regiões já habitadas por um camponês (caboclo), cujas concepções de trabalho, modo de vida e formas de acesso à terra se distinguiam dos primeiros. Logo, as comunidades rurais dos municípios se constituem sobre esta distinção, que é em parte fortalecida pela precariedade das condições das “colônias”. Isto reforça um conjunto de valores e práticas diante do outro no sentido de superar esta condição. Destas famílias, comunidades rurais ou mesmo municípios é que vai sair a maior parte dos migrantes, rumo ao Cerrado mato-grossense, seja inicialmente nos projetos de colonização, seja na migração que prossegue com outras famílias e indivíduos, incluindo as 25 famílias, das quais analisamos parte de suas trajetórias.

Diante do outro, em um novo momento histórico onde o meio rural assenta-se sob as bases da modernização agrícola, os atores reelaboram sua concepção de trabalho e, por que não dizer, as designações atribuídas a si e aos outros grupos sociais. As concepções de trabalho associadas à designação de colono como sinônimo do atrasado e do não moderno se contrapõem a concepção de trabalho presente entre os atores pesquisados. A percepção do trabalho está em geral associada às definições de Gehlen (1998: é o trabalho produtivo, empreendedor, associado à gestão e ao uso de tecnologia, Os resultados (patrimônio) alcançados por meio deste trabalho parecem de outra parte tender cada vez mais a associar-se à busca de mobilidade social destes atores. Paralelamente, as distinções que vão ser produzidas nesta região do Mato Grosso operam com esta concepção de trabalho, que não se limita somente ao elemento étnico, ou de origem, mas pode produzir o estigma entre os próprios migrantes do Sul.

3.6. DE POSSÍVEIS VENCEDORES A ESTIGMATIZADOS

Discutimos anteriormente como, em cada projeto de colonização, aparece como elemento simbólico a “ideologia da ascensão social” (BRITO, 2002), ou também definida em outros trabalhos sobre migração de colonos ou gaúchos para regiões da fronteira como “ideia do progresso” (ROCHA, 2006; GUIMARAES, 1998; SANTOS, 1993). Desta forma, como vimos, a propaganda nos projetos de colonização acionou narrativas neste aspecto. Inerente ao processo migratório está a representação coletiva, que associa o ato de migrar à possibilidade de mobilidade social à melhoria das condições de vida que, conforme o grupo social está associada ao acesso ao trabalho (emprego e renda) e à terra como meio de vida e trabalho. No caso do Mato Grosso esta busca é um aspecto não menos importante, na medida em que as narrativas das trajetórias dos 25 casos apresentam um eixo central, que pode ser traduzido na busca coletiva (familiar) de mobilidade social. A associação é operada metodologicamente nas pesquisas sobre migração, através das análises das como as possibilidades concretas de sua ocorrência aparecem no período, nas décadas de 60 a 80, em especial.

No entanto, nesta relação entre migração e mobilidade social consideremos o que a investigação, no universo de pesquisa tem possibilitado concluir até agora. Se as trajetórias sociais percorridas pelos grupos familiares permitiram estes potencializar sua acumulação de patrimônio, em comparação com o antes de migrar (ou perante a condição vivida na etapa migratória anterior), isto não deve significar que os mesmos alcançaram mobilidade social no sentido de uma associação deste termo com a noção de trajetória de Bourdieu (2006). Mobilidade social está associada a mudança de posição social onde o agente se insere em outro campo. Nos casos das famílias aqui analisadas, a acumulação de patrimônio alcançada não as colocou exatamente em nova posição no espaço social, não se tornaram fazendeiros ou empresários, por exemplo, mesmo considerando o conjunto de distinções e formas de segregação social que identificamos a partir dos “pequenos” proprietários rurais.

A noção de ilusão coletiva permite pensar que esta mobilidade social seria uma “ilusão”. Analisar o processo migratório do Sul para o Mato Grosso permite compreender alguns aspectos de por que ela constitui uma representação coletiva de amplo espectro, que mobiliza migrantes desde os primeiros projetos de colonização até os dias atuais. No trabalho de campo desta pesquisa, foi recorrente ouvir nas narrativas a associação direta entre o migrar e a busca da mobilidade social. Questionando sobre as motivações da mudança para o Mato Grosso, as respostas eram: “vim pra ganhar dinheiro”, “queria ficar rico”, “aqui tinha mais espaço pra juntar patrimônio”. Pensar os fatores que mantêm acesa esta ideologia da ascensão social, nos termos de Brito (2002), remete à perspectiva teórica que coloca este tipo de representação associada a um universo objetivo vivido pelos agentes. Assim, é importante identificar aspectos sobre as representações e atributos sobre os migrantes que, apesar de carregarem um *habitus* comum, uma mesma origem, que os “grandes”, não ascenderam socialmente. Este é ponto de reflexão a seguir:

(...) para realizar esta colonização é necessário fazer uma seleção (n 31): assim, os gaúchos poderão servir de exemplo aos nordestinos que chegaram em grande número a Altamira, na Rodovia Transamazônica (n. 3,6 e 18) Mesmo que alguns desistam e voltem, a culpa é deles, pois “os erros devem ser procurados nas condições psicológicas, morais e intelectuais dos pioneiros” (n. 20): em última análise, são “vagabundos” e “vadios” esses

colonos que voltaram das novas terras para o Sul (TAVARES dos SANTOS, 1993, p. 84).

O estigma, que esteve e está presente no Sul do Brasil associado aos caboclos ou brasileiros, acaba sendo transposto para os próprios “sulistas” que, por inúmeras razões, não atingiram um nível de acumulação de patrimônio considerado adequado segundo o espaço social onde estão inseridos e por esta razão permanecem numa suposta condição de pobreza. Da mesma forma, as atribuições associadas ao insucesso estão relacionadas “aos que não permanecem” no local de migração no Mato Grosso (que retornaram para o Sul do Brasil, ou que migraram para “a frente”). Este estigma, que por tempos era reservado aos outros (não sulistas), de repente passa a ser atribuído a determinados grupos de migrantes do Sul que “não venceram”. Se a oportunidade foi dada a todos, via projetos de colonização e pelo potencial natural da região, o suposto sucesso poderia ter sido alcançado – assim se atribui mérito aos que acumularam mais patrimônio e culpabilidade pela suposto “fracasso” aos demais.

Os projetos de ocupação conduzidos especialmente nas décadas de 70 e 80, apresentaram alto índice de famílias que retornaram para o Sul do Brasil. No próprio processo migratório, os agentes institucionais já haviam construído a ideia de fracasso àqueles que não permaneceriam nos locais de destino, ou seja, nos projetos de colonização. O caso dos parceiros de Lucas do Rio Verde, estudados por Tavares dos Santos (1993) e Zart (1998), foi um dos mais marcantes. Os retornantes foram estigmatizados. Essa estigmatização associada aos atores que viveram este processo, no início da década de 80, encobre razões estruturais que em muito influenciaram este retorno de famílias. Zart (1998) elabora questões neste sentido, como a relação com os agentes locais do Incra, que dificultavam o acesso aos recursos e uma relativa perseguição às famílias de parceiros, visto que estes agentes incentivavam os “paranaenses”, posteriormente, a comprar os lotes dos desistentes. O hoje assentado do município de Ipiranga do Norte, L. M. foi parceiro neste projeto em 1981 e, como a maioria deles, em 1983 retorna para o Rio Grande do Sul. Em 1997 empreende nova migração para o local onde reside atualmente. Na entrevista L. M. apontou o conflito estabelecido com o representante do Incra quanto foi implantado o assentamento Mogiana em Ipiranga do Norte, um dos quais ele acessou seu primeiro lote. O representante do Incra “não queria me dar a terra, alegando que eu tinha ido embora do outro”. E assim fora a resposta a ele:

Quero que tu fala pra mim que sou vagabundo, todo mundo fala, e vocês falam que veio pessoal do Sul aquela vez que era vagabundo, que voltaram embora, e vocês sabem disso e não é eu que vendi e fui embora que vou te contar esta história. (L. M., assentado, 03/07/08).

(...) Quando o pessoal tava indo embora já tinham área quebrada, ali era Cerrado leve quebravam com tratorzinho de pneu e uma espia. Depois colocavam fogo e enleravam no braço, tiravam um toco ali outro lá, queimavam, arrancavam, preparavam 30 hectares num ano. Eu cheguei fazer isso também e daí um cara chegar e dizer que a gente era vagabundo (L. M., assentado, 03/07/08).

Ao mencionar este fato ocorrido, ele apresenta a indignação de uma espécie de estigma que ele (retornante) carrega e tenta se livrar. Segundo ele, corria, seja no Sul ou no Mato Grosso, a conversa de que os parceiros eram vagabundos e que só quiseram a terra para em seguida vendê-la. Vivendo esta época ele afirma que o pessoal apesar da falta de recursos foi fazendo a abertura de área com pequenos tratores, com o uso do fogo e, posteriormente enleiravam “a braço”. Neste grau de dificuldade, chegaram muitos a abrir 30 hectares em média por ano: “se o cara é vagabundo não se sujeitaria a

este tipo de trabalho, nem de morar na lona preta à beira da estrada” (L. M., assentado, 03/07/08).

Como poderiam ser vagabundos os “filhos de agricultores” oriundos das comunidades das “colônias”, de famílias *de origem*, que têm o trabalho como valor moral fundamental? A atribuição de vagabundos é encarada como uma ofensa dura, visto que a designação os iguala aos “outros” (maranhenses ou caboclos).

Os assentamentos rurais no Mato Grosso se apresentam como espaço para que muitas famílias possam “recomeçar”. “Então eu vim ali e comecei do zero. Eu ficava no assentamento praticamente sem dinheiro” (C. P., assentado, 16/06/08). Aliás, as trajetórias das famílias em estudo são constituídas de um constante começar de novo ou recomeçar. Se o “começar” está relacionado, como vimos na seção 3.1 deste capítulo, em geral a uma etapa do ciclo de vida, o prosseguimento deste caminho, demarcado por etapas migratórias, o recomeçar está associado ao novo espaço social, a um novo local de destino. Revendo o conjunto de trajetórias a partir deste olhar, é possível afirmar que existem alguns fatos determinantes para produzir uma nova etapa migratória associado ao recomeçar. Este momento ou fato denota uma condição de crise; há uma ruptura que ocorre no cotidiano vivido e que leva o grupo familiar a colocar a migração como perspectiva.

Nestes termos, podemos citar a perda de patrimônio acumulado, parcial ou total, no decorrer da trajetória. Múltiplos fatores levam a esta ocorrência, desde casos de endividamento em agentes financeiros, até crises econômicas que atingiram o Brasil em diferentes períodos históricos:

Nós era agricultor. Nós tinha 60 a 70 hectares de terra ali, mas depois, na época do Sarney, ficamos endividados e foi diminuindo. Sobrou só um cantinho. Antes ou logo depois de 90 por aí. É, cada mês era 90% em cima do capital. Aí vendemos as coisas e pagamos o banco e sobrou um trator e um carretão e um pouco de dinheiro (L. C., chacareiro, 16/06/08).

Desta forma, sem a intenção de aprofundar a questão sobre crises da macroeconomia no país, o trabalho de campo indicou três momentos destas crises, entre 1987-1989, 1995 e 2004-2005. O que importa é ponderar que o momento após o auge da crise, que provoca perda do patrimônio, para muitos ocorre em diversos recantos deste país um rearranjo na propriedade das unidades produtivas fato que implicou deslocamentos de famílias de um ponto para outro. Outros mecanismos que levaram a perda de patrimônio familiar são eventos climáticos. Há um destaque neste sentido, muito intenso, aos fatores climáticos, especialmente as secas, nas narrativas dos migrantes que chegam ao Mato Grosso nesta década atual, em particular nas regiões do Sul, onde de fato estas intempéries têm sido frequentes e ocasionaram perdas de muitas colheitas e patrimônio.

Os fatores climáticos são apontados como exemplo da dimensão de crise, assim como também foi apontada no estado do Mato Grosso a ocorrência de chuvas intensas, pequenas estiagens, mesmo que não frequentes, em um sistema de agricultura (ver capítulo anterior) que exige altos investimentos em capital, desestrutura as condições financeiras e o patrimônio acumulado das famílias de agricultores. Esses fatos vão gerar um novo recomeçar, citado no decorrer deste capítulo, em razão de fraudes na aquisição de terras, negócios que não produziram retorno do investimento, ou mesmo problemas familiares (especialmente quando envolvem a saúde). Neste sentido, uma trajetória pode

ser iniciada por um migrante de pouco recurso e, no seu percurso aparecem obstáculos que redirecionam os rumos de sua trajetória, podendo gerar um “recomeçar”.

Ser uma família “de pouco recurso” pode ser uma condição não prévia, como foi para a maior parte dos casos no início da trajetória migratória (no pré e pós matrimônio), mas pode ser uma situação produzida por múltiplos fatores, não podendo ser considerado um processo linear.

Nas famílias entrevistadas nos assentamentos rurais e chácaras, pudemos verificar vários casos de expressão do estigma “de não ter vencido”, ou não ter alcançado um nível idealizado por elas de acumulação de capital, representação esta que é inspirada nos fazendeiros (“os grandes”). Neste caso, mesmo estes entrevistados reconhecendo sua condição de vida melhor do que a condição anterior à migração, aparecem manifestações de um sentimento de frustração própria, ou ainda, de outra parte, uma reflexão que vai tentar identificar “os erros cometidos”. C. P., assentado, faz uma autoanálise sobre sua trajetória após realizar seis deslocamentos (incluindo o Paraguai) sempre empreendendo trabalho árduo, por três vezes compondo o grupo pioneiro nas zonas de expansão, em seus 55 anos de idade, quando ressalta:

Sempre, sempre dei murro em ponta de faca. Sempre trabalhei que nem um condenado. Não sei se me falta, se é honestidade demais, ou se me falta alguma coisa de administração, que uns sobe na honestidade, uns sobe por malandragem, outros não sobem por falta de sorte, então tudo cheio de mistério. Então eu não entendo o meu lado por que, mas que eu sempre trabalhei eu me orgulho em dizer isso aí (C. P., Assentado, 19/06/08).

Pelos lugares onde passou, viu muitos que haviam migrado nas mesmas condições que ele ascender socialmente, como ocorreu com os próprios irmãos que migraram para Lucas do Rio Verde, incluindo um irmão que o contratou como peão quando C. P. migrou para o Mato Grosso.

No entanto, se os próprios agentes (“pequenos” proprietários rurais) não alcançaram esta mobilidade social, quando analisamos o leque das relações sociais destes encontramos pessoas e grupos sociais que viviam em condições semelhantes nas regiões de origem, ou por vezes ainda migrando no mesmo período que, porém, encontram-se em posições sociais superiores. São, por vezes, irmãos, parentes e amigos que estão nesta situação. Podemos perceber que estamos tratando aqui dos pequenos, mas que no seu entorno muito próximo todos os casos têm relações com pessoas que alcançaram a mobilidade social no Cerrado matogrossense. Estes exemplos servem de elemento concreto que alimenta essa representação social da mobilidade. Tanto esta relação construída, assim como as estratégias e os caminhos percorridos pelos migrantes que ascenderam socialmente, são questões que merecem ser abordadas com maior profundidade em outros trabalhos acadêmicos.

O conteúdo deste capítulo atenuou a importância conferida às redes sociais nos estudos de migração, visto que ele também será relevante para, a partir dos processos sociais concretos, lançar luz sobre a seletividade da dinâmica migratória, criando condições de responder a duas questões-chaves: por que alguém se torna migrante? E por que algumas pessoas de um segmento populacional, sob efeito das mesmas transformações estruturais, sociais, econômicas ou políticas, migram e outras não? (TRUZZI, 2008, p. 09). Tais processos sociais concretos incluiriam redes institucionais, políticas, econômicas e de

peças que, operando entre as esferas micro e macro, organizariam, de fato, a migração. Este tema das redes sociais e migração a partir do conjunto de relações dos atores foco deste trabalho será abordado no capítulo que segue.

CAPÍTULO 4: MIGRAÇÃO E REDES SOCIAIS

“Porque, não sei se você sabe, mas a vida é como uma linha e esta linha nunca se desgruda do carretel, sempre fica amarrada a ele, pode ir se desenrolando cada vez mais, mas sempre está presa ao carretel” (N. H., comerciante de Sorriso).

No capítulo anterior abordamos aspectos históricos que indicaram um conjunto de vetores que interferiram e em parte produziram os fluxos migratórios do Sul para o eixo Oeste. A tentativa foi pensar de forma relacional as trajetórias familiares em meio a um contexto sócio-histórico onde ela se inseria. Esse capítulo dentre outras questões, apontou uma relação construída, mas ao mesmo tempo deixou em aberto a abordagem sobre o conjunto de relações e laços que os “pequenos” proprietários rurais construíram no decorrer de suas trajetórias. Como pensar este universo das relações, que se estabelecem entre os atores envolvidos antes, durante e depois da migração? Nos capítulos anteriores, em vários momentos foi citada a relevância das redes como mecanismo de conexão entre atores, espaços geográficos distintos e ponto de troca de informações e recursos. Mas do que realmente estamos tratando ao falar de redes sociais? Não estaremos fazendo confusão entre relações familiares, de conhecidos e instituições? Onde está inserido o debate das redes sociais dentro deste arcabouço teórico-metodológico que tomamos como referência neste trabalho?

Como ponto de partida, vale retomar a noção de trajetória que é referência neste trabalho, ressaltando nela a perspectiva do ator coletivo. Este ator coletivo não se restringe à noção de família nuclear, tendo em vista que esta é tomada neste trabalho como categoria analítica. O sentido coletivo dos atores é que vai ser o eixo que norteará nosso debate para refletir como esta trama de relações, como uma estrutura não estática, mas flexível, apontará a direção da análise do que por ora chamamos de redes sociais. Sayad (2000) fala da comunidade de espectadores, que possibilita uma abordagem capaz de identificar uma rede que não se restringe aos migrantes em si, ou somente aos seus contatos estabelecidos neste ato. Esta comunidade de espectadores de alguma maneira interage com os migrantes que partilham um conjunto de elementos do *habitus*. Para Bourdieu (1990), a ação não é um ato puro e simples onde os agentes executam uma regra. Os agentes sociais estão imersos em um sistema de disposições coletivas produzidas pela experiência que por sua vez, variam de acordo com o tempo e o espaço. As práticas e comportamentos, desta forma, estão orientados para um objetivo comum, mesmo que não sejam racionalmente expressos – é o senso prático.

Esta forma de abordagem tem sido explorada pelas tradições disciplinares que trazem o conceito de redes para o centro da decisão de migrar. O ponto relevante é recuperar o papel do agente e de suas relações no processo migratório em contraposição aos modelos meramente estruturalistas (que levam em consideração apenas as condições estruturais de origem e destino). Desse modo, o migrante, no interior de suas redes pessoais, seja em um núcleo familiar ou individualmente, é visto como agente racional que tem objetivos, que se articula, desenvolve estratégias, mobiliza recursos não somente para migrar, mas também para se inserir no novo espaço social, tanto no mercado de trabalho, quanto no acesso à terra. “Assim, as variáveis relacionais, frequentemente acomodadas em uma história narrativa, deslocam, disputam ou pelo

menos completam a explicação dos fenômenos migratórios oferecida pela abordagem estruturalista” (TRUZZI, 2008, p. 207).

Neste sentido, as relações e redes, neste trabalho não serão consideradas elemento determinante nem na geração nem manutenção do fluxo; assim como não serão consideradas como determinantes nos caminhos trilhados pelas famílias de “pequenos” proprietários rurais. Serão consideradas como mecanismo de análise que permitirá ampliar a abordagem, no sentido de dar conta da complexidade do processo migratório em questão. É a busca por considerar variáveis econômicas, sociais, morais e políticas no estudo. Se determinadas abordagens sobre os processos migratórios sugerem que os mesmos se iniciam com desequilíbrios macroestruturais entre locais de origem e destino, produzindo fluxos que serão sustentados por trocas contínuas (sobretudo interpessoais), alimentadas pelas redes sociais, da mesma maneira, uma abordagem mais “pura” das redes sociais nos processos migratórios em geral acaba por se ater essencialmente à análise das relações entre indivíduos ou grupos. Assim, o mais sensato diante do desafio de explicar um processo migratório concreto, é o investigador se valer de paradigmas distintos para dar conta das situações empíricas. (TRUZZI, 2008).

Se nos capítulos anteriores aprofundamos contextos históricos, a busca por terra e trabalho, aspectos da seletividade inerentes ao processo e distinções entre os atores, o momento agora é de delinear aspectos sobre as relações, a rede sendo acionada no ato de migrar, no antes e no depois, os agentes que compõem a rede, a circulação de informações, a adaptabilidade nos primeiros anos, as relações familiares e as funções das redes na complementaridade das explicações sobre onde os atores irão se instalar.

4.1 A ARTICULAÇÃO PARA FAZER A MUDANÇA

Logo que foi definida a região de estudo do projeto “Sociedades e Economia do Agronegócio” no Estado do Mato Grosso, e sabendo que iria integrar a equipe, bem como ter este local como o universo de pesquisa, uma de nossas primeiras ações foi pensar em estabelecer alguns contatos. A pergunta que veio à mente foi: que pessoas “conhecemos” residem nesta região estaria realizando esta pesquisa? Do mesmo modo, em visita a nossa terra natal no noroeste do Rio Grande do Sul, ao comentar com amigos e familiares a perspectiva de realizar um trabalho de campo longo na região do Mato Grosso, várias pessoas trataram de indicar pessoas “conhecidas” que eram do Sul e que residiam naquela região, inclusive dando referências de endereço e telefone. Realizar uma pesquisa de campo em um universo um tanto desconhecido, onde o pesquisador não havia pisado, constitui um desafio inicial de “familiarizar-se” com este universo e conseguir, em um curto período de tempo (em função do tempo cronológico da pesquisa), estabelecer um mínimo de relações com pessoas e grupos sociais para que as informações e percepções possam ser mais relevantes. Assim, o pesquisador recorre a um universo um tanto desconhecido em busca por construir relações que possam aproximá-lo dos atores. Neste caso, a busca de conhecidos antes e durante o trabalho de campo, fez parte da estratégia utilizada. Trata-se de pessoas que possuem um elemento em comum – que pode ser pensado como um pertencimento a determinado grupo social no local de origem. Antes de fazer a primeira viagem eu já dispunha de um mapeamento de pessoas conhecidas, sabendo inclusive sua posição social naquele local. Durante o trabalho de campo outros ainda foram aparecendo. Neste caso, os conhecidos foram

fundamentais para a realização da inserção no distrito da Boa Esperança e município de Ipiranga do Norte. Estas pessoas não necessariamente são do círculo de nosso parentesco ou família, mas pessoas que estiveram presentes no universo social onde nossa trajetória pessoal esteve inserida. Sabia por vezes que, estes atores, faziam parte do universo social no Sul do Brasil, sabendo sobre eles algumas informações como, por exemplo, como e em que trabalhavam, mas o fato é que não compunham parte do nossa sociabilidade.

Estes “conhecidos” foram importantes na pesquisa em dois aspectos principais. Primeiro, por servirem de mediadores entre o pesquisador e os atores objetos da investigação. Chegar a um assentado via um contato conhecido, uma pessoa com que estabelecemos alguma relação em outros momentos de nossa trajetória pessoal e que por ocasião da pesquisa vem a ser o agente mediador entre o pesquisador e o ator pesquisado acaba por apurar o processo de familiarização. Do mesmo modo, dispor de conhecidos na região, município, ou assentamento, se tornava uma referência de pertencimento a um grupo social, à pergunta muitas vezes dirigida a nós, “mas você tem algum conhecido ou parente aqui?” Se respondida de forma afirmativa e em seguida indicar a pessoa ou família, isto estreitava as relações entre as partes. De alguma maneira, o pesquisador se tornaria um elo da rede e um novo conhecido, sendo identificado como o primo da família F., o conhecido de Pedro, que estuda no Rio de Janeiro.

Este fato do trabalho de campo não foge a uma estratégia dos atores no ato de migrar. Para realizar esta ação, é preciso dispor de um mínimo de confiança e apoio de outras pessoas para facilitar a “entrada” no novo espaço social. Desta forma, o ponto básico nesta seção é observar e refletir a partir dos casos quais foram os principais elos da rede contatados para migrar.

4.2 ARTICULANDO OS “CONHECIDOS” PARA A MIGRAÇÃO

Sayad (2000) traz a noção de pertencimento ao local de origem, no estudo sobre os migrantes argelinos na França. Trata-se de um pertencimento a uma história coletiva de um grupo, pertencimento a um tempo, a um determinado espaço físico, expresso em narrativas como uma referência a uma origem comum que em geral aciona o espaço geográfico de uma região, de um município, de uma localidade. É a referência ao Sul, a “ele é da minha gente,” “é do meu povo de Palotina”. O pertencimento demarca um universo social, demarca relações, demarca a busca da reconstrução de relações com os outros no novo local de destino.

Uma categoria manifestada em todas as narrativas que merece destaque nesta análise é a de “conhecido”⁵⁹. O conhecido, por vezes, teve participação central no ato de migrar, tanto no apoio quanto no acesso a informações. O conhecido faz parte do espaço social. Mas, observando os 25 casos estudados, quem seriam os conhecidos? Que relevância e participação teriam estes sujeitos a que muitas vezes nem se faz referência ao nome? Que diferenças teriam os conhecidos de amigos, por exemplo? Vejamos os

⁵⁹ Vários estudiosos da migração consideram a categoria de conterrâneos, associada à ideia de pertencimento e à referência aos grupos sociais de mesma origem (SAYAD, 2000; MASSEY, 1987; TILLY, 1990).

relatos onde aparecem os atores acionados na migração do assentado E. T., nas três “mudanças” que empreendeu no Mato Grosso:

Tinha conhecido lá e ele [primo] foi. Aí ele voltou quando faleceu o tio e depois foi o tempo que viemos de novo. Eram dois. Um era casado e o outro era solteiro. Em 84, um tinha a mulher o outro era solteiro. Aí fomos em Sinop. Direto pra Sinop, mas como tinha uns amigos em Sorriso, vim pra cá e trabalhei nas lavouras em Sorriso, eles ficaram trabalhando nas madeiras em Sinop (E. T., assentado, 15/06/08).

Em Sorriso tinha os Guarneri, o Carlinhos Corasolli, o Inocência Moreira. Este até foi um dos pioneiros, a primeira madeira em Ubiratã foi dele e era conhecido de lá. E o Carlinhos Corasoli eu conhecia lá de solteiro, nós jogava bola junto, daí quando cheguei aqui em Sorriso procurei ele (E. T., assentado, 15/06/08).

Sim quando morava lá, um ano antes, eu já era pra ter vindo pra cá, tinha os lotes aí. É que eu conhecia. Que nem a primeira vez que vim ver eu liguei pro Telmo. Que ele eu conhecia desde lá do Sul que ele era patroleiro. Daí ele era conhecido. Depois que eu vim já tinha o Vanzetta e outros conhecidos ali (E. T., assentado, 15/06/08).

Os relatos utilizando a categoria “conhecido” denotam a relevância destes atores no ato de migrar. Em dez casos o conhecido é mencionado como um ator-chave acionado na migração. Observamos que há o elemento familiar (que discutiremos na seção seguinte). O “conhecido” é alguém que esteve presente, mesmo como um elo fraco, no espaço social por onde as trajetórias sociais dos atores perpassaram. Desta forma, são agentes que eram ou são do Sul. O adjetivo “conhecido” está no tempo pretérito, indicando que houve um contato estabelecido com este agente em alguma condição histórica. Nas narrativas antes mencionadas, todos os “conhecidos” estabeleceram esta relação nos espaços de origem, comunidades, municípios e regiões do Sul do Brasil.

No caso das famílias de E. T. e L. S., os principais contatos acionados na migração foram os primos que migraram três anos antes, por sua vez, estes haviam contatado os conhecidos que já se encontravam residindo na cidade de Sinop. Conhecidos, neste caso eram pessoas que viviam na mesma comunidade de origem no município de Renascença. No mesmo caso, E. T., um ano após “fazer a mudança” para Sorriso, logo identifica um conjunto de conhecidos, todos com um ponto em comum – eram naturais da mesma região da família que migrou. E, por último, para chegar até o assentamento, no ano de 2004, novamente, o entrevistado vai acionar uma pessoa na qual tinha alguma relação no município de origem e soube que esta pessoa residia em Boa Esperança. Este procedimento se assemelha à ação desenvolvida pelo pesquisador no trabalho de campo, conforme descrito anteriormente. Neste caso, não podemos esquecer o que já fora abordado nos capítulos anteriores, ou seja, que estamos tratando do fluxo do sudoeste e oeste do Paraná para o norte do Mato Grosso, que se trata de um fluxo intenso mobilizado por um incentivo econômico e político em meados da década de 70 e que segue na década de 80.

Diante de uma situação de crise vivida no Sul no final da década de 80, decorrente de fatores da macroeconomia do Brasil, a família de L. C. observa as possibilidades, e assim um dos rapazes (filho) planeja migrar para o Mato Grosso; logo, busca inicialmente acionar pessoas conhecidas daquela região. Este rapaz tinha um amigo que foi convidado por outra família de São José do Cedro para trabalhar como

peão em fazenda. Estes amigos, bem como a família que o convidou são pessoas consideradas conhecidas pelos entrevistados:

Foi assim. Tinha um rapaz que os pais dele já moravam no Sul. E eles eram meio conhecidos. Ele já era casado e trouxeram ele pra trabalhar de caseiro de uma fazenda. Ele veio e sofreu o cão. A fazenda era longe e vinha só pra cidade a cada 90 dias (R. C., filha do chacareiro, 27/06/08).

Neste ponto, devemos considerar a confluência dos processos geradores do fluxo oriundos de políticas de incentivo para o Mato Grosso com a rede que vai ser acionada no ato de migrar. Os casos onde esta política parece ter sido maior influência foram os dos que migraram sem possuir nenhum contato prévio de familiar, parente, amigo ou conhecido. Nem sempre houve possibilidade de acionar sequer um conhecido mais distante por ocasião da migração, seja do ponto de vista da informação ou, ainda, como possível apoio no local de destino. Neste caso, as cinco famílias, mesmo visando o acesso à terra como objetivo, não entraram diretamente no espaço rural (nas chácaras ou assentamentos). As cidades serviram como porto seguro, onde as famílias permaneceram uma temporada logo que migraram do Sul, tempo em que vão reconstruir relações sociais, obter “o conhecimento” sobre a região, e assim poder definir a melhor estratégia neste novo espaço. R. T., assentado, não tendo conhecidos, parentes, familiares ou amigos na região do Alto Teles Pires, foi construindo relações durante o trabalho como caminhoneiro autônomo nos períodos da safra da soja durante três anos antes de migrar, além de ter migrado e residido dois anos na cidade de Lucas do Rio Verde antes de ir para o lote no assentamento: “Eu não vim direto aqui. Um cara que vem direto aqui, direto lá do Sul, se não tem parente e conhecido aqui ele não entra aqui dentro. Ele vai a Sorriso, ele vai a Lucas, ele vai a Mutum ou Sinop, dentro da cidade grande pra depois sair. Ele tem medo” (R. T., assentado, 12/06/08). O processo de adaptação da família, especialmente no espaço rural, seja nas técnicas de produção, seja na construção da sociabilidade, gera um sintoma de insegurança nos atores envolvidos na migração expresso pelo assentado nos termos “ele tem medo”.

Outro caso, de E. K, agricultor no Sul do Brasil, foi para o Mato Grosso, por “ouvir falar que estava bom”. Neste caso ele, da mesma forma, não dispunha de uma rede estabelecida com este estado. Porém, vale apontar que ele compunha antes do ato de migrar a comunidade dos espectadores do local de origem, que estão ouvindo e acompanhando os deslocamentos para novas áreas, como o que aconteceu com o próprio irmão para o Paraguai nos anos 80. De outra parte, se E. K. não tinha elos de sua rede social no Mato Grosso, ele próprio, ao migrar para Sorriso se tornou um novo elo de uma rede social, que envolveria sua família, parentes e conhecidos. De modo que outros “vieram atrás”, ou seja, migrariam nos anos seguintes conforme ele mesmo relatou.

Feita esta reflexão sobre os “conhecidos” acionados na migração, vale agora analisar os conhecidos como recrutadores de famílias no Sul, que é o caso de fazendeiros (patrões), em geral agricultores mais capitalizados que migraram para o Mato Grosso e ampliaram seu patrimônio e vão recrutar peões do seu local de origem para trabalhar em suas fazendas. Foram encontradas seis famílias, sendo que em quatro delas o ato de migrar, tanto da família como do patrão (que recrutou), aconteceu no mesmo momento. Nos casos de A. T. e I. F. a migração ocorreu junto com um “conhecido” do Sul visando ao trabalho como “peão”, na ocasião que os patrões (conhecidos) haviam adquirido fazendas no Mato Grosso. Nestes dois casos os novos patrões são agricultores capitalizados residentes na mesma comunidade e, paralelamente, as famílias (aqui fazendo menção aos pais) dos novos peões são famílias

pouco capitalizadas, que plantavam roças em sistema de parceria no Sul. Nos demais casos, o recrutamento dos jovens ou famílias de peões buscados no Sul contempla novamente o elemento do pertencimento à mesma comunidade rural ou município. Nos casos de E. T., C. P. e E. F. está presente o parentesco, além de novamente aparecem os peões recrutados de famílias cujo patrimônio era menor naqueles locais: “Os Daroit eu conhecia de lá, eles eram de Renascença. De Sorriso os mais grandes eu conhecia todos, eram todos dali daquela região”(E. T., assentado, 15/06/08).

Tanto no caso de recrutamento como naqueles onde os conhecidos foram acionados na migração, há uma busca por pessoas de confiança, segurança, apoio mútuo e também famílias que vão compor a sociabilidade no novo espaço. Para tal, fica cada vez mais relevante observar a noção de Sayad (2000) para tratar de pertencimento onde o conhecido, em primeiro lugar, se trata de alguém que pertence ou pertencia a um espaço físico, grupo social e foi parte das relações desenvolvidas pelos atores estudados no decorrer de suas trajetórias.

4.2.1. Família e parentesco na migração

Inicialmente, vale destacar que não teria como desenvolver uma reflexão neste capítulo sobre redes sociais e migração sem falar na família e no parentesco. Neste trabalho, conforme já apontamos, o termo família é utilizado como categoria analítica, a partir da concepção de uma família nuclear (onde se apresentam o casal e os filhos). Esta unidade analítica é foco nas trajetórias. Porém, nesta seção, ao tratar de família, observamos a concepção levada a cabo pelos atores foco desta pesquisa. A concepção de família normalmente utilizada nas narrativas remete a pensar a partir da consanguinidade do esposo da casa, onde estão agregados os pais dele, os irmãos, as irmãs, quando a pergunta se refere diretamente sobre a família. Tios, primos e os pais da esposa por vezes são também pertinentes nas narrativas, especialmente quando estes foram elos fundamentais na migração e no processo de adaptação. A menção em relação às irmãs da família consideram em geral o cunhado como parte da família.

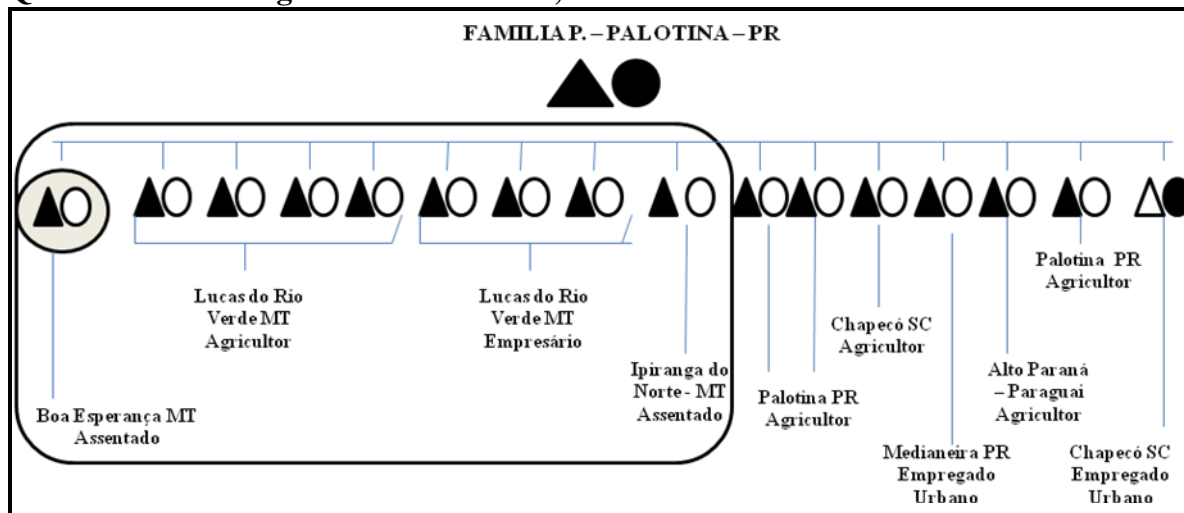
Para Comerford (2003), famílias não são unidades inequivocamente estabelecidas de uma vez por todas. São unidades compostas, componíveis e decomponíveis, círculos vivos multilocalizados, em expansão, segmentação, contração, agregação e desagregação. Isto permite lançar a categoria de família a partir dos membros individuais que se interligam mais que somente por consanguinidade, mas por relações de reciprocidade, afeto, ajuda, compondo um conjunto de valores morais que formam as teias desta rede. Isto permite entender a família para além da consanguinidade, de membros estabelecidos em um único espaço físico, o que se torna um instrumento importante para mapear as relações e as próprias redes sociais onde estão dispostos os movimentos migratórios deste estudo, o que permite o diálogo com os casos em questão, como a do assentado C. P.:

Mas a nossa família era assim, bem aliada, ali nós trabalhava sempre só em cima de parentesco, primo, sobrinho, irmão, o pai também se podia, ajudava, era assim praticamente o parentesco. Depois sim, aí começou umas desavenças, um começou a casar aqui outro ali e começa a entrar a família diferente, então cada um garrou um rumo (C. P., assentado, 20/06/08).

Neste caso, por mais que sejam 16 os irmãos e ainda um conjunto de primos e primas, o assentado em sua narrativa indica um processo de desfamiliarização que foi

ocorrendo e levando as relações familiares não necessariamente a seguir uma sequência lógica a partir do conjunto destes irmãos (ãs) e os seus agregados (especialmente via casamentos), mas indica que as relações operadas são diferenciadas neste leque de parentesco (consanguíneo). Os irmãos residentes no Mato Grosso (mesmo observando que existia uma distância geográfica significativa entre as partes) foram os que criaram as condições da família de C. P. migrar de Dois Vizinhos/PR para Lucas do Rio Verde:⁶⁰

QUADRO 8 – Fluxograma da família P., Palotina/PR



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Foram verificados, em dez casos, atores designados como familiares (em geral irmãos e cunhados) e ou parentes (com destaque a primos e tios) como elos fundamentais articulados para a migração. Vejamos este destaque a partir das respostas dos entrevistados quando questionados sobre como ocorreu o contato com o Mato Grosso:

O Jair e o irmão conheceram a região porque eles tinham caminhão e aí descobriram o assentamento (A. H., assentado, 19/06/08).

Cristiano - O Jair era o que do senhor?

Primo. E eu vim visitar eles. O Jair e a mãe não estão mais aqui, agora eles estão em Mutum. Moraram acho que uns seis anos aqui (A. H., assentado, 19/06/08).

Tem uns primos meus que estão em Sinop. Viemos com eles. Um deles, que é bem mais novo que eu, que inclusive foi eu que ensinei a dirigir e trabalhar nas máquinas, hoje é prefeito de Porto dos Gaúchos (E. T., Assentado, 15/06/08).

⁶⁰ Para melhor compreender a disposição destes casos, apresentamos alguns deles de forma explicativa, associados com os respectivos fluxogramas nos quais os membros familiares são representados em figuras, focadas nos grupos de irmãos, juntamente com os dados do local onde residem atualmente e atividade principal desenvolvida. Nas figuras abaixo os triângulos se referem aos homens e os círculos às mulheres, considerando que a cor preta indica a consanguinidade a partir do casal representado na parte superior da figura. A cor branca (seja do círculo ou do triângulo) indica aquelas pessoas que se agregaram ao tronco familiar através do casamento (portanto, genros e noras, ou cunhados e cunhadas). O casal representado à esquerda da figura, destacado com contorno em cinza situa a família estudada da qual analisamos a trajetória. Por fim, deve-se considerar que o quadro em preto indica a parte da família deste tronco que reside e trabalha no Mato Grosso.

As entrevistas destes assentados apontam para o caráter coletivo da família e do parentesco que, inclusive, se manifesta na migração de vários de seus membros que, no processo migratório operam em “sistema cooperativista”, tanto na migração como nos primeiros anos na nova terra. O trabalho coletivo, os apoios financeiros, as trocas são expressões daquilo que se atribui como uma família. Superar as dificuldades no processo migratório para estes “pequenos” proprietários se torna tarefa facilitada quando se pode contar com este coletivo. “Ah, nós conseguimos vencer as coisas porque nós trabalhávamos tudo junto. Se você trabalha uma pessoa só não vai pensar que consegue logo se colocar e coisa” (R. C., filha de chacareiro, 27/06/08). O coletivo, nestes termos, é acionado especialmente até que o grupo dos irmãos e cunhados “sejam colocados”, ou seja, possam dispor de meios concretos (renda, terra, trabalho, residência) a fim de poder produzir a acumulação de patrimônio.

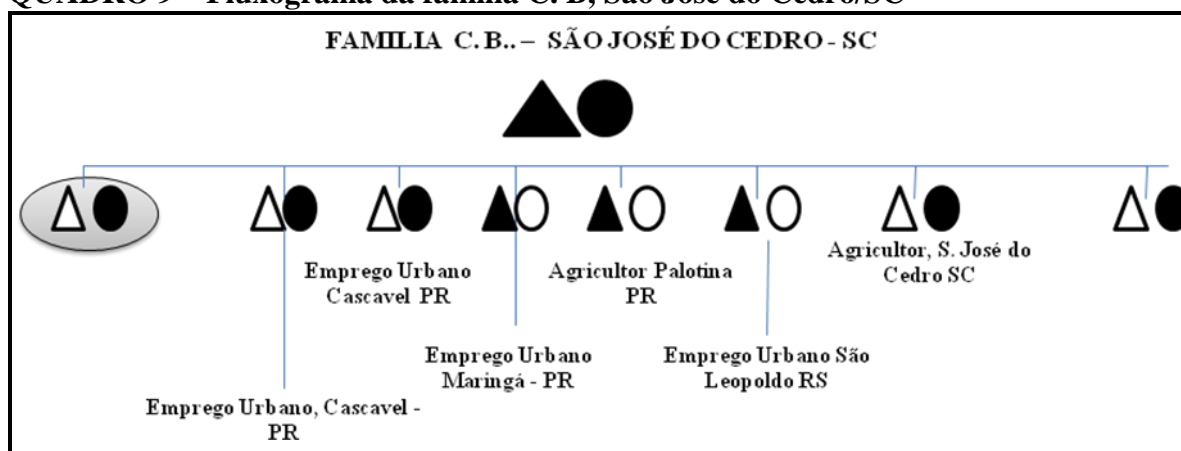
A migração dos irmãos e cunhados esteve presente nas trajetórias de I. P., E. R. e E. F. empreenderam o trabalho coletivo familiar desde a compra do lote de terra até os respectivos investimentos em capital e força de trabalho nesta terra; da mesma os casos de L. C., E. K. e A. H., são deslocamentos que ocorreram compondo o casal já com os seus filhos jovens ou recém-casados e da mesma forma que os casos anteriores trabalharam coletivamente visando o acúmulo de patrimônio familiar. No entanto, devemos considerar que se alteram com o passar dos anos a forma de manifestação deste caráter coletivo, que tende a sair do trabalho “junto”, pois a pretensão é de que as novas famílias (nucleares) tenham uma relativa autonomia, mesmo que ela possa contar com diversas formas de apoio da coletividade família.

A articulação com vistas à ampliação do patrimônio a partir da família atuando enquanto coletividade na família⁶¹ também foi identificada no caso de I. P. Dos sete irmãos, são três atualmente no Mato Grosso e os demais residem em Constantina. Em 1983, o pai de I. P., juntamente com dois filhos mais velhos, adquiriram área de terra em Santa Rita do Trivelatto, período no qual o entrevistado destaca “o grande comentário” em relação ao Mato Grosso, especialmente pelo grande contingente de famílias da região que migravam naquele período para Lucas do Rio Verde. A aquisição da área de 600 hectares, a “abertura do Cerrado”, a nova compra realizada 15 anos depois requereram o esforço de todo o grupo familiar, incluindo o trabalho dos irmãos no Sul, bem como os recursos acumulados nas safras que foram investidos na fazenda em formação. Importante perceber que os irmãos mesmo recém casados alternaram períodos entre o cuidado da área no Mato Grosso e do Sul. No entanto, a fazenda formada atualmente não é usufruída pelo conjunto dos irmãos, visto que somente um deles é proprietário da mesma. I. P., como era solteiro, esteve presente na nova área nos três primeiros anos e depois retornou para o Sul a fim de trabalhar nas atividades agrícolas. Ele menciona que o pai “olhava a aptidão dos irmãos” para definir as funções de cada um ou mesmo decidir sobre quem ficaria no antigo lote. O caso chama a atenção para a coletividade família que contemplou um dos irmãos e operou não somente no momento da aquisição da área, mas esteve envolvendo o grupo familiar, segundo I. P., até o falecimento dos pais em meados da década de 90. Do ponto de vista dos estudos migratórios, estas estratégias de reprodução do grupo familiar indicam outro fator que pode ser objeto de estudo em relação aos fluxos migratórios do Sul do Brasil para o Oeste. O deslocamento vai além das pessoas em si - junto com elas foi deslocado patrimônio acumulado que, ao ser remetido sob diversas formas de investimentos no Mato Grosso, raramente retorna ao local onde fora produzido.

⁶¹ A percepção de família reitera o que já refletimos nesta seção, recorrendo ao grupo dos irmãos, cunhados e pais.

Em geral, os estudos de migração consideram a família e o parentesco como laços estabelecidos antes da migração, alguns casos, porém permitem relativizar este questão. Em quatro casos um parente foi o elo principal na migração, porém, mesmo sendo considerados parentes, não faziam parte do universo social vivido, não faziam parte da sociabilidade, da troca de informações da família que iria migrar. C. B. planejou a primeira articulação para o município de Querência do Norte/MT (parte do projeto de colonização de Canarana) onde havia um contato “um parente”. O negócio não se efetivou por outras razões. Na segunda tentativa a viagem “para conhecer” foi realizada ao Pará nos municípios que margeiam a BR-163 (cito Novo Progresso) onde tinha alguns amigos que trabalhavam “com madeira” (madeireiros). Neste caso, mesmo os amigos se colocando a disposição no apoio para C. B. caso ele migrasse, a avaliação produzida por ele e sua família foi de não migrar para aquele local por considerar que “ali tem que ser forte e grande para mexer com madeira”. E o terceiro contato, que vai ser estabelecido desta vez no município de Sorriso é o de um primo que C. B. “não conhecia”. Um parente do Sul indicou o contato deste primo que residia em Sorriso. Este fato colocou aquele município na rota de uma possível migração. O primo desconhecido foi procurado por C. B. na viagem e foi central na indicação de Ipiranga do Norte como uma das possibilidades para adquirir lotes de terra. Desta forma, podemos considerar que o primo foi acionado para viabilizar a migração. Esta articulação também pode ser considerada como um ato de familiarização, que pode se manter após este período dos primeiros anos após a migração, como por vezes ficar restrito a este momento ou período não se constituindo um elo constante entre as relações estabelecidas:

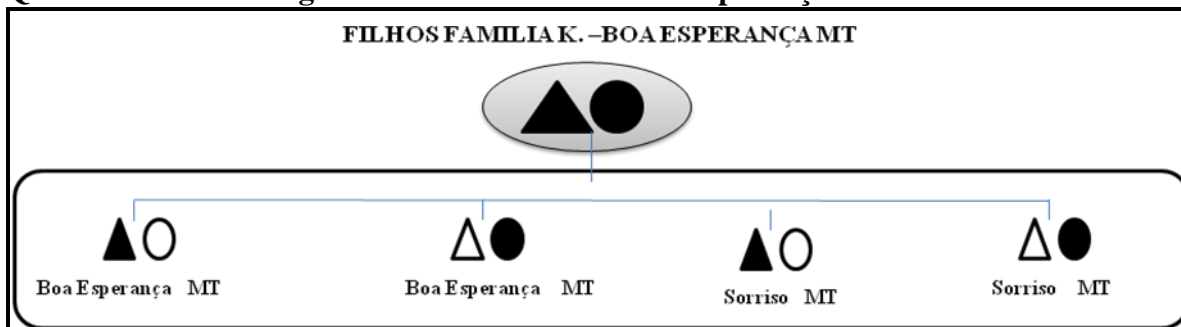
QUADRO 9 – Fluxograma da família C. B., São José do Cedro/SC



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Situação onde o entrevistado foi o primeiro a migrar para o Mato Grosso, sem ter nenhum parente, familiar ou conhecido, foi verificada no caso de E. K. Com o passar dos anos, ele próprio se tornou o elo central para a migração do irmão três anos depois. Permanecem ainda dois dos irmãos no Sul:

QUADRO 10 – Fluxograma filhos família K. Boa Esperança/MT



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

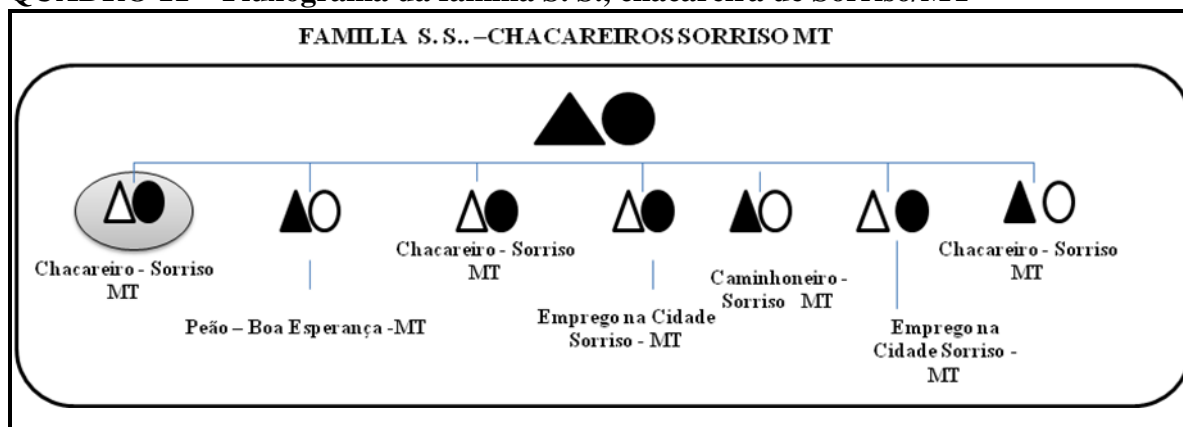
Nas relações entre o Sul e o Mato Grosso, a chacareira S. S. apresenta uma concepção de família associada ao tronco materno. Neste caso, os pais de S. S. migraram no ano de 1987 para o Mato Grosso, constituindo-se naquela ocasião como chacareiros. Do conjunto dos sete irmãos (ãs) somente S. S. não acompanhou seu tronco familiar, pois estava de namoro com A. S. naquele ano. Após o casamento, o novo casal vai residir em sítio nas proximidades da família (tronco) de A. S. Somente depois de 10 anos de relação ocorre a migração que, do ponto de vista das relações familiares, apresenta uma tensão que opera como plano de fundo que é a busca por estar próximo a um ou outro tronco. A chacareira aponta que a sogra desejava que eles continuassem residindo no Sul, mantendo uma expectativa de retorno até o presente ano:

Cristiano - Você falou antes que sua família veio em 87. Então era você mais irmãs?

Sim, em 87 veio. Tem um irmão meu mais velho que mora aqui na frente, o mais velho, ele mora ali, mas trabalha com carreta, tem a outra irmã que trabalha aí junto com a mãe, ela trabalha com leite agora e frango daqueles de corte pra mercado e aquele outro lá embaixo também. Aí tenho outro irmão, que é o mais novo dos rapazes ele trabalha em fazenda lá perto da Boa Esperança.(...) Nós somos em sete irmãos (ãs). Tem a outra irmã que mora no Bairro Bom Jesus, que tem casa (...). Tem a mais nova que tem casinha da Cohab que era ela mãe solteira (S.S., chacareira, 21/05/08).

Neste caso, a migração intensifica a relação familiar “pro lado dela”, ou seja, em relação ao tronco da esposa, o que não significa obviamente o rompimento com a rede familiar do “lado dele”. Este fato é verificado na forma como eles mantêm aceso o contato com o Sul, via telefonemas e ainda, pelas viagens anuais que a família realiza. Neste mesmo caso há uma relação com a atividade agrícola; cinco dos irmãos (ãs), estão diretamente vinculados às atividades do emprego agrícola e a de chacareiro:

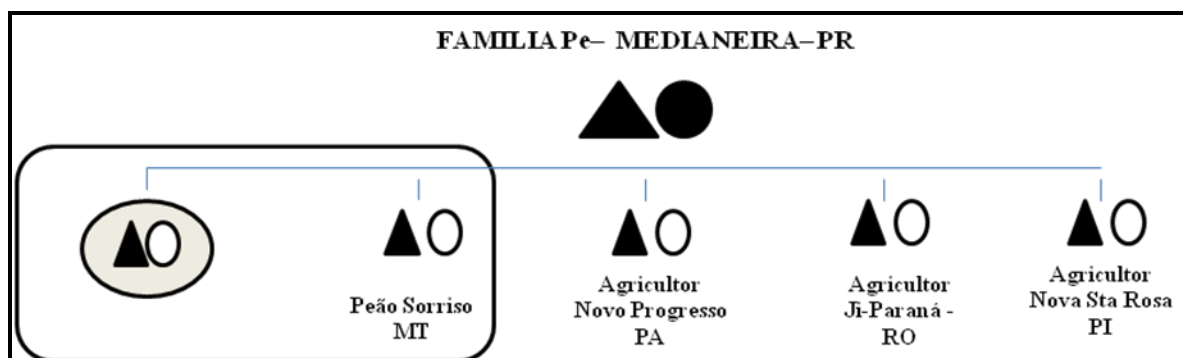
QUADRO 11 – Fluxograma da família S. S., chacareira de Sorriso/MT



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

As figuras expostas nesta seção permitem visualizar os locais onde estão residindo atualmente membros destas famílias. No conjunto dos casos apresentados, os irmãos (ãs) que residem nos três estados do Sul do Brasil têm uma relação com etapas migratórias da família formada a partir do casal (representado no topo da figura). Ou seja, parte dos filhos que formaram novos núcleos familiares permaneceu em cada etapa migratória naqueles estados. Doravante, a dispersão geográfica dos membros familiares se situa num momento histórico e possui uma relação com a expansão da fronteira. O caso da família de Pe. ganha destaque na medida em que cada irmão (de um grupo de cinco) se localiza em uma região e estado diferentes. Neste caso, a primeira migração do grupo de irmãos, ocorreu para Rondônia em 1979, seguido do irmão residentes em Sorriso em 1988, depois a família do chacareiro residentes também em Sorriso em 1992; e os outros dois irmãos, um que reside no Pará e outro no Piauí com migração respectivamente em 1997 e 2000. Os casos permitem relacionar a espacialidade com avanço o da fronteira agrícola:

QUADRO 12 – Fluxograma família Pe. Medianeira/PR



Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Outra questão pertinente identificada em cinco famílias (P. Pe., C. B., K., e S. S.) é que o primeiro membro do grupo dos irmãos migra para o Mato Grosso na década de 80, ou seja, período de mais de 20 anos. O estabelecimento deste membro expandiu a rede familiar para o Mato Grosso, fato que contribuiu para nos anos seguintes, outros membros do grupo familiar realizar a migração.

Nossa intenção não é medir se seriam mais relevantes os parentes, familiares ou conhecidos no processo migratório. O trabalho empírico mostra, de forma evidente, que

as articulações envolvem uma gama ampliada de atores. Envolve inclusive se observarmos o debate apontado no capítulo anterior as instituições públicas e privadas, entendido como espaços de poder ocupado por pessoas que compõem estas redes. Estas indicações permitem, no final desta seção, estabelecer algum diálogo sobre o que se compreende por redes a partir de alguns autores.

Os casos tomados no trabalho de campo confirmam que as relações são flexíveis e, assim, quando um núcleo familiar ou indivíduo migra para um novo espaço, este ato estabelece rupturas de elos anteriormente intensos, ao mesmo tempo em que pode manter a grande parte das relações estabelecidas, especialmente com familiares, parentes e conhecidos. Este movimento é o que leva Tilly (1990) a concluir que “as redes migram”. O principal pressuposto desta conclusão é que, junto com os migrantes também se deslocam as suas relações, ou ao menos parte destas. A partir dos primeiros sujeitos que se deslocam impulsionados por razões diversas, em busca por trabalho, por problemas de herança, em busca de novos espaços e condições para reproduzir o grupo familiar, o deslocamento espacial se incorpora nas redes sociais já existentes (FAZITO, 2002). Estas redes sociais tendem a se afirmar e alimentar os fluxos migratórios por circular por ela, pessoas, recursos materiais e informações.

Mas, apesar de ser recorrente falar em redes sociais nos estudos de migrações, atualmente é importante esclarecer de que estamos tratando. Fazito (2002) e Soares (2002) consideram que a maioria dos trabalhos trata as redes como “mecanismo heurístico” ou como um “problema empírico”, segundo eles não fornecendo a legitimidade necessária à matéria. Decorre que, nos estudos sobre migrações, predominam os trabalhos da demografia e da economia, fazendo uso principalmente de modelos analíticos e dados quantitativos que apesar de importantes, carecem de diálogo com as dimensões sócio-antropológicas, no sentido de discutir e refletir sobre os atores, sobre suas relações e sobre os contextos específicos onde se apresentam estes processos da migração. Apesar de ser possível construir modelos para análises de redes sociais, isto pode implicar em “fechar” estas redes e limitar sua compreensão. Nesta direção, o trabalho de campo aponta para uma rede que constrói e se reconstrói, agrega e desagrega novos elos e atores, especialmente quando observamos os movimentos migratórios constantes nos quais as redes estão envolvidas.

Soares (2002) sintetiza os principais debates e abordagens sobre redes e postula as seguintes diferenciações que, ao nosso ver, podem contribuir muito nesta pesquisa:

- i. Rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Uma rede social, em virtude do processo em torno do qual ela se organiza, pode abrigar várias redes sociais; ii. Rede pessoal representa, então, um tipo de rede social retida que se funda em relações sociais de amizade, parentesco etc.; iii. Rede migratória não se confunde com redes pessoais; estas redes precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar (SOARES, 2002, p.12).

A partir destes pontos, primeiramente temos que considerar que, quando estamos tratando de redes familiares, sociais ou de parentesco elas estão configuradas antes mesmo da ocorrência da migração dos indivíduos ou dos grupos familiares. A migração, neste caso, passa a integrar enquanto processo a rede existente, necessariamente tendendo a construir novos elos, que poderão criar novas formas e estratégias de deslocamento.

Tomar a noção de rede migratória parece pertinente nos contextos onde aparecem fluxos migratórios consolidados, para além de relações de parentesco, amizade, envolvendo não migrantes ou ainda instituições. Contudo, o objetivo-fim de tais redes é viabilizar o ato de migrar. Nos estudos de migrações internacionais esta noção é muito utilizada, conforme apontam os trabalhos de Soares (2002) e Fazito (2007), em função de existirem barreiras legais, institucionais, físicas e morais normalmente impedindo o ato de migrarem entre os Estados Nacionais. Assim, as redes migratórias constituídas associam elementos das relações familiares, de amizade ou de origem comum, com agentes especializados, instituições jurídicas, etc.

Nos termos ressaltados pelos autores em diálogo com o trabalho de campo, a noção de rede social abriga em si as redes familiares, de parentesco, de amizade e pertencimento. A partir das tipologias e definições dos autores sobre redes, tomar neste trabalho a perspectiva da rede familiar nos termos em que esta categoria é percebida pelos atores sociais foco desta pesquisa não permitiria observar no universo de relações, outros atores que também integram (ou integraram) a rede. De outra parte, se tomada a noção de família nos termos de Comerford (2003), conforme discutimos anteriormente, isto poderia ser um caminho a ser percorrido que em muito se aproxima do debate sobre redes sociais aqui pautadas. Rede familiar, neste trabalho (a partir das percepções dos atores), abrange um universo de relações, delimita um campo social a partir da consanguinidade em geral tomando por referência a ascendência e descendência do “tronco” do qual o esposo provém. O parentesco, por sua vez, amplia este universo social para os que têm “um sobrenome” comum, com destaque ao grupo de irmãos e irmãs (junto com os cunhados), além de primos e tios.

A noção de rede pessoal utilizada pelos autores poderia ser um caminho estabelecido, pois tem de início um ponto de partida para análise, que em geral, é o próprio migrante. A partir dele, buscam-se as relações e os elos da rede que podem transcender o familiar, envolvendo os conhecidos e amigos. O uso desta noção, porém, esbarra, neste trabalho, na compreensão do que definimos por ator coletivo, tanto no sentido da noção de trajetória aqui utilizada, quanto nos termos da categoria analítica em voga (família nuclear).

As trajetórias partem, como já mencionamos no início deste capítulo, de uma família nuclear que se move, se articula, para permanecer, ou não, e será inserida e moldada por relações sociais. “A migração pode ser entendida como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos humanos” (MASSEY apud SOARES, 2002, p. 10). Vale apontar um aspecto relevante neste debate, que se refere às dificuldades de operar com os conceitos de redes nos estudos migratórios, especialmente quando estudados em perspectiva histórica. Isto exige a utilização de um conjunto de fontes de pesquisa não restritas somente a relatos orais, capazes de reconstruir com maior fidelidade as formas e modos com que se manifestavam os laços sociais, a circularidade das informações e seu acesso e, ainda, as mentes que o avaliavam (TRUZZI, 2008, p.213-214).

4.3. ADQUIRINDO E AMPLIANDO O CONHECIMENTO

A relevância das redes sociais no processo migratório sinaliza para a construção de uma base sólida que busca garantir segurança, confiança, apoio mútuo, e um fator, não menos importante, que é a informação. Os estudos sobre as redes sociais e migração

mencionam a informação que circula entre os migrantes e não migrantes envolvidos no processo migratório como um ponto-chave. (TILLY, 1990; SAYAD, 1998; SOARES, 2002; FAZITO, 2005). Nas seções anteriores, discorremos sobre a reflexão quanto aos atores envolvidos na migração, bem como sua articulação para migrar. Esta rede social, de conhecidos, parentes e familiares, é a principal fonte que supre de informação os novos egressos, assim como a comunidade de espectadores que permanece nos locais por onde a trajetória perpassara:

O conceito de redes enfatiza que essas duas esferas entram em contato e se concretizam no interior de uma trama de relações pessoais, através das quais fluem as informações sobre trabalho disponível. São as relações pessoais que determinam quem partirá e tomará tal trabalho. A informação não é concebida como um bem livre: os indivíduos compartilham e dispõem de informações limitadas, sempre dependentes de sua rede de relações (TRUZZI, 2008, p. 210).

Discutimos nas seções anteriores, a categoria “conhecido”, que apareceu no trabalho de campo com grande relevância. Porém, vale considerar agora que, associada a ela, a categoria “conhecimento” foi expressa de forma veemente. Logo ao ouvir esta categoria ser mencionada inúmeras vezes pelas famílias estudadas, houve indicação que ela estava associada ao acesso e à disponibilidade de informações que circulavam através das relações sociais destes atores. A pertinência de discutir a questão circulação das informações pautada pelos estudiosos da migração, e quanto à referência expressiva da categoria empírica mencionada por parte dos atores foco deste trabalho justificam a necessidade de ampliar a análise.

4.3.1. As viagens para conhecer

Obter conhecimento é fundamental para a inserção no Mato Grosso. Dentre as estratégias utilizadas pelas famílias, as viagens “para conhecer” foram centrais no sentido de obter as informações. Estas viagens, mesmo que às vezes travestidas como trajetos para visitar “conhecidos” e parentes, se configuram como ato planejado cuja intenção é analisar as condições reais que se colocam para uma possível migração. Nestas viagens “para conhecer”, em muitos casos elas foram momentos em que negócios de compra de áreas de terra foram efetivados e oportunidades de trabalho foram analisadas. Os contatos prévios, os elos da rede que serão visitados neste roteiro são relevantes, pois se constituem em fontes de informação cuja base está na própria experiência vivida no Mato Grosso.

O sentido planejado, associado à intenção de migrar para os que viajam para conhecer pôde ser verificado por nós no próprio trabalho de campo. Diante da relação construída com alguns conhecidos, uma identificação de pertencimento a um local de origem e da circularidade dos pesquisadores no trabalho de campo por mais de 60 dias, foi comum o questionamento sobre o que estávamos achando da região e se não teríamos interesse em “vir pra cá”. Este tipo de questionamento emerge de uma história marcada pela grande circularidade de pessoas “chegando” e visitantes que passam ou passaram por este local buscando conhecer, fato que produziu, para a maioria dos que “viajaram para conhecer”, o ato de migrar. “Neste mesmo ano [1996] vim pra cá pra conhecer. Por causa de muitos assentamentos e tal e coisa, já conhecia Ipiranga, já conhecia” (R. T., assentado, 17/06/08).

Planejando adquirir terras no Mato Grosso, E. R. e o irmão J. R. mais as esposas, saíram em viagem “para conhecer” e saber de áreas e lugares em fevereiro do ano de

2002. O primeiro ponto da viagem foi Paranatinga que tinha umas “terras boas” e, depois, iriam de lá passar por Boa Esperança e Nova Ubiratã, Sorriso e Lucas do Rio Verde. Como tinha um primo, o R. R., que morava em Lucas e possuía fazenda em Santa Rita do Trivelatto, ele informou e conduziu os viajantes nesta região. Não fecharam negócios por ocasião desta viagem. No entanto, esta viagem foi central para ampliar a rede social desta família, abrangendo o primo e a família D., que o informariam no caso de existirem possíveis oportunidades para aquisição de lotes de terra. Nova viagem acontece quatro meses depois, porém, com um itinerário que incluiu regiões “novas” de assentamentos no norte do Mato Grosso. O primo, além de conduzi-los em busca de locais onde poderiam se concretizar negócio de compra de terra observando as condições materiais dos interessados (o que já se configura como uma forma de conhecimento) dá conselhos a partir de sua experiência vivida para o possível migrante. Um dos conselhos é dispor de um mínimo de conhecidos ou parentes na região com os quais pudessem contar. Assim, o assentado ressalta a importância de tais elos: “Que nem aqui, tinha conhecido e parente. Tinha o Coradini aqui 60 Km em Trivelatto, tinha o Titi, conhecido do Sul.”

Este caso aponta outro elemento que se refere à quem compõe a viagem para conhecer, e, paralelamente, articula a migração. Esta ação em geral é atribuição masculina. Podemos observar que, em várias das famílias estudadas, havia pessoas especialmente as mulheres, que não concordaram com a migração, ou ainda casos em que na reflexão cotidiana a que estão imersos os migrantes, sobre retornar, permanecer ou “ir adiante”, as mulheres apresentavam desejo de retornar ao Sul. Assim, se o julgamento dos maridos aponta para a migração, ao mesmo tempo esta ação não pode desagregar o núcleo familiar (não no sentido meramente espacial, mas no sentido moral). Na experiência coletiva acumulada nos deslocamentos, a migração implicou a desfamiliarização de membros, pois nem todos concordavam com ela. Uma das estratégias que foi operada pelos assentados e chacareiros foi a realização das viagens antes da migração com a esposa ou com todo o grupo familiar. “Eu vim conhecer o assentamento, e depois voltei uns meses depois com a mulher, a trouxe pra conhecer pra ver se ela ia gostar” (A. H., assentado, 19/06/08). O caso de E. R., que construiu toda uma articulação para a migração e inserção no Mato Grosso, juntamente com a família do irmão, a discordância por parte da esposa do irmão, foi fator que desencadeou o retorno para o Rio Grande do Sul deste grupo familiar seis meses após a “mudança” para o Mato Grosso. Importante salientar que o grupo familiar tinha viajado “para conhecer” a região antes da migração, no entanto, a definição, tanto de migrar, como da forma e ainda do local de destino, foi do marido (irmão de E. R.). Todos estes casos permitem afirmar que a decisão de ficar ou de partir é um ato em geral negociado entre os membros do grupo familiar. Nestes termos a relação de gênero e o processo migratório, mesmo não estando abordada aqui nesta dissertação, é um eixo que merece ser objeto de reflexão principalmente pelos inúmeros fatos observados e narrados no decorrer do trabalho de campo.

4.3.2. (Re) construindo a rede no novo espaço

Não ter conhecidos, parentes e familiares nos locais de destino passa a ser uma circunstância compreendida como um sinal de crise, ou seja, há uma maior percepção de que ocorreu uma ruptura entre o local de origem ou etapa migratória anterior, agravante que pode ser atenuado nos casos onde o migrante e sua família não puderam contar com o apoio de relações previamente constituídas. Nas entrevistas, uma pergunta dirigida aos atores pesquisados era sobre o principal momento de dificuldade ou crise

vivida no decorrer das trajetórias. As respostas de todos os 25 casos elencavam os primeiros dois a três anos após a migração para o Mato Grosso. Observando estas respostas, estavam presentes as dificuldades referentes à busca pela (re) construção das relações de sociabilidade, de apoio, adaptação ao clima e a práticas agrícolas diferentes das formas conhecidas no Sul: “Que estranha o clima, estranha o povo, tudo são coisas que de lá são sistemas diferentes. E daí a gente sofreu muito os primeiros dois anos. Não é fácil se habituar, as amizades e tudo” (E. H., assentada, 15/06/08). Dispor de conhecidos, familiares e parentes é o primeiro caminho para dispor de conhecimento:

Lá no Taquari a gente sempre trabalhou de empregado e a gente era bem conhecido. Agora, quando chegamos aqui pra começar, aqui foi brabo. Pra começar a gente era estranho, o pessoal não acreditava muito na gente então era difícil conseguir as coisas (I. F., assentado, 10/06/08).

O caso de I. F. confirma que, em meio às dificuldades financeiras, falta de estrutura na propriedade rural, máquinas e não acesso ao trabalho temporário, estar inserido nas relações sociais é fundamental. “Conseguir as coisas” também está relacionado a empréstimos em dinheiro e crédito nos estabelecimentos comerciais nas vilas e cidades próximas. Este momento de adaptação, associado à ideia de crise e “período ruim”, aparece em oito casos. A. H., também, em sua narrativa traz à tona a dificuldade dos primeiros anos associada a este fato:

A primeira dificuldade dos primeiros dois anos foi você chegar num comércio assim. Por você estar num assentamento, você chega num comércio e você vai querer ter um crédito. Aí a primeira coisa vai pedir onde você mora, se vai comprar alguma coisa. (...) Mas daí através deste tempo foi adquirindo o conhecimento e adquirindo um crédito na vila e foi comprando e aí foi melhorando as coisas. Hoje já me sinto como lá no lugar que eu tava (A. H., assentado, 19/06/08).

O conhecimento, nestes termos, além da informação em si sobre a dinâmica de vida, das formas de plantar, colher e vender, de estratégias de fazer negócios, está associado à construção das relações de confiança e troca, especialmente diante de pessoas em posições sociais superiores (como fazendeiros, empresários, comerciantes e políticos), enfim, diante das instituições que operam no local. Esta relação de confiança que vai ter que ser construída pode ser pensada em termos da política de reputação das famílias foco deste estudo (COMERFORD, 2003). A relevância de dispor deste conhecimento traduzido como reputação conquistada nos locais de destino é ponto de avaliação das famílias de I. C. e N. C.:

Porque lá em Nobres já tinha conhecimento, e acaso se não conseguisse dinheiro, comprava a prazo nos mercados, e aqui quando a gente chegou era a distância era Lucas do Rio Verde e ainda quando falavam que era do Ipiranga e tal, se bem que Lucas começou com um assentamento e o mesmo pessoal lá de nossa cidade, mas já estavam estruturados e tudo e daí era o pessoal acampado lá de Ipiranga, não sei o quê. Tanto que não era fácil conseguir fora do dinheirinho que o Incra dava e assim mesmo o Banco demorava pra liberar, não sei por que segurava lá. Outros recursos no Banco não pegavam. Uma porque a terra era só direito, não tem título e outra porque avaliar ninguém avaliava, pois não conhecia (I. C., assentado, 01/07/08).

A permanência no novo espaço vai requerer, neste caso, a construção de elos sociais, no sentido de permitir o acesso a recursos escassos através do crédito nos estabelecimentos comerciais ou mesmo no sistema bancário pelo sistema de aval. Em Nobres, a família indica ter conseguido alcançar “este conhecimento”. Entra em cena a

questão da distância da cidade mais próxima, no caso de Lucas do Rio Verde, que ficava a mais de 100 km do assentamento. Assim, as viagens para a cidade eram raras, fato que dificultava ainda mais a construção destas relações. Não dispor de conhecimento está associado aos momentos de dificuldade e de crise. Conforme apregoa na narrativa, esta dificuldade se apresenta, mesmo considerando que havia dentro do assentamento muitas pessoas conhecidas e de mesma *origem*, porém, eram todos assentados e, assim, as condições de falta de recursos eram semelhantes:

La em Nobres, eu gostava de lá. O lugar é a gente que faz. Se você gosta de quem está em volta de ti, tem conhecidos e amigos (N. C., assentada, 01/07/08).

Cristiano - E este grupo que estava lá os três anos em Nobres era pessoal todos conhecidos de vocês?

Era. Todos do município, muitos era da nossa comunidade mesmo. Por exemplo, dali da família veio eu e mais dois irmãos (N. C., assentada, 01/07/08).

O conhecimento, portanto, é designação que indica o nível e disponibilidade de informações as quais os atores dispõem ou conseguem ir acessando e experienciando paulatinamente. Adquirir conhecimento também está associado à (re) construção de laços sociais, permeado pela reputação do grupo a que se pertence. É o tornar-se parte do grupo social na nova terra, o que vai produzir as condições para realizar a sociabilidade, para poder contar com o apoio e ajuda mútua dos demais e assim sentir-se como parte ativa do espaço social. A informação não pode ser desvinculada, obviamente, desta dimensão constituinte da categoria conhecimento.

A família S. S. busca a reconstrução das relações sociais, no novo espaço tomando como base inicial a rede alicerçada em pessoas da família que haviam migrado dez anos antes, irmãos, irmãs e pais. Mesmo assim, desde a chegada em Sorriso, houve a busca por ampliar o leque de relações. Neste momento, os elos de pertencimento ao Sul, ou dito de outra forma, ao espaço social representado por um município ou microrregião de origem vão ser considerados pontos-chave para a reconstrução destas relações:

Tem bastante, porque nós temos bastante conhecidos, que na verdade de lá a gente não conhecia porque morava numa linha um pouco mais longe, mas aqui quando a gente conhecia alguém aqui que sabia que era de lá, aquela amizade a gente sempre pegava pra desabafo da saudade do Sul e tal. Até que hoje a gente tem um negócio que a gente faz galinhada de aniversário, até tinha uma sábado de noite. Que nós fizemos que quando um tá de aniversário deste pessoal conhecido nosso de lá, a gente faz surpresa (S. S., chacareira, 21/05/08).

O ponto que chama a atenção nestes casos é que o conjunto de pessoas que passarão a fazer parte do universo social desta família, por mais que tenha em comum o pertencimento (“que sabia que era de lá”), conforme abordamos acima, este grupo não fazia parte da rede social da família nos locais de origem. Pelo contrário, passará a fazer parte somente no novo espaço social em construção.

A reconstrução das relações no Mato Grosso pressupõe vários modos de relações que trazem à tona uma tentativa de retorno. O retorno, além da relação dos migrantes com sua terra natal, com a dimensão temporal do vivido no decorrer das trajetórias, tem a ver com a terra nova, onde, segundo os casos há uma tentativa de reconstruir um espaço social utilizando um conjunto de elementos trazidos em suas bagagens: formas de convívio, valores morais, formas de produção. A chacareira menciona a reconstrução

de um espaço social cuja base está no pertencimento a um determinado espaço físico e a um grupo. Desta forma, pode-se concluir ser atores que deixaram fisicamente a sua terra, mas que continuam a carregar de uma maneira ou de outra este espaço social, com a diferença que no novo local ele necessitará impor, aprender, conhecer e, por vezes, tendo que dominar outros grupos neste processo⁶² (SAYAD, 2000).

A partir de um conjunto de conhecidos e contatos prévios acionados na migração e que serviram como ponto de apoio inicial, a rede social neste local de destino vai sendo reconstruída, com novos elos. Logo serão descobertas outras pessoas do Sul que também migraram. O universo das relações tende a se ampliar.

O “ter conhecidos” é levado em consideração na escolha do local específico de residência. Os conhecidos entram em cena na troca de informações sobre negócios, sobre técnicas ou formas de vida. Dispor de poucos conhecidos significa dispor de menos conhecimento sobre este espaço social e físico, que pode significar o fracasso da migração, conforme reiteraram os próprios assentados:

A gente veio num lugar que tinha gente conhecida da gente. Não é que tu vai num lugar não sei aonde que não tem ninguém. Tu sendo bom tu faz amizade em qualquer lugar. Mas sofre mais (E. R., assentado, 17/06/08).

E queira ou não queira a gente se quebrou aí na lavoura por falta de informação (N. P., agricultor, 17/06/08).

Informação de amigo e conhecido. Tu faz amizade com o pessoal agora, no começo ninguém quer te ajudar, ninguém quer te emprestar nada, entendeu. Quando eu cheguei aqui todos os vizinhos me ajudaram (E. R., assentado, 17/06/08).

Igualmente, começamos a perceber que não dá para generalizar a questão do acesso à informação, compreendida a partir dos mesmos pesos e medidas. Por mais que os “pequenos” proprietários rurais possuam um leque ampliado de relações, a informação acessada e o conselho, se diferenciam segundo a origem do ator que a disponibiliza.

4.3.3. O conhecimento dos mais experientes

Nos aspectos que tangem ao conhecimento, é interessante verificar que, na rede, existem alguns membros que são considerados informantes e contatos privilegiados seja no caso da articulação para migrar, seja na realização de negócios, ou ainda sobre estratégias em geral a serem desenvolvidas no Mato Grosso.

Dos casos já mencionados, percebemos que a posição social de onde parte a informação é básica nesta diferenciação. O primo foi o principal contato de E. R., relação que, mesmo depois de quatro anos de residência no Mato Grosso, permanece como uma relação que potencializa o conhecimento de ambos. No entanto, este primo não é qualquer primo, mas um parente que reside em Lucas do Rio Verde, há mais de 20 anos, que tem uma trajetória marcada pela ascensão social e é considerado um fazendeiro (“grande”) na região. Esta posição e condição social pode ser observada no conjunto dos cinco principais conhecidos e parentes mencionados por E. P. como fundamentais para “adquirir o conhecimento” no Mato Grosso. Se os conhecidos,

⁶² Os trabalhos de Rocha (2006) e Zart (1998) sobre o caso de Lucas do Rio Verde apontam esta dimensão da reconstrução do espaço social naquele local. Esta reconstrução do espaço social também é apontada por outros autores como processo de re-territorialização (ver HAESBAERT R - *Des-Territorialização e Identidade: A rede Gaúcha no Nordeste*, Niterói, UFF, 1997).

parentes e familiares são fontes de informação, é necessário observar que por vezes, o círculo mais próximo de relacionamento pode significar apenas informações circunstanciais, diferente daqueles que estão situados em outra posição na estrutura relacional:

Nessa operação, vinculam-se atributos e oportunidades a posições que o ator social ocupa em uma dada estrutura relacional. Além da posição de um ator em uma dada rede social determinar em boa medida o grau de autonomia ou dependência deste relativamente aos demais, ela configura a estrutura de oportunidades desse ator no que diz respeito à facilidade de acesso a recursos de outros atores situados na rede ou fora dela (TRUZZI, 2008, p. 211).

Há no círculo das relações dos “pequenos” proprietários rurais pessoas cuja informação prestada possui maior legitimidade. Sujeitos de reputação reconhecida no âmbito das relações e ocupando atividades e funções associadas ao ramo do comércio; os caminhoneiros e fazendeiros são exemplos deste fato. Um incentivo por parte destes sujeitos diante de possíveis migrantes nas regiões de origem pode ser decisivo para desencadear a migração de novas famílias. Estas posições sociais, na medida em que aparecem permeadas por laços familiares, de parentesco ou pertencimento, tornam a informação, um incentivo, um conselho, um apoio moral ou aval financeiro, uma força cujo efeito social se diferencia do conhecimento produzido por parte dos atores que somente compõem pura e simplesmente os laços sociais na rede e que, por sua vez, estão dispostos em posições sociais hierarquicamente consideradas inferiores.

O grupo reconhecido nestes municípios ou cidades como “pioneiros” cumpre este papel diante dos migrantes que ingressam no Mato Grosso posteriormente. Uma das questões que vai legitimar o “conhecimento” gerado por este grupo é uma relação com o tempo; ou seja, estes atores possuem um período maior em suas trajetórias composto por experiências no Estado do Mato Grosso. Diante disso, são pessoas em geral procuradas como forma de adquirir o conhecimento. No distrito de Boa Esperança, o assentado A. H., na medida em que alcançou o apoio de algumas famílias de fazendeiros considerados “pioneiros”, através da expressão em seu cotidiano, do resultado do trabalho familiar, “abriu” as relações baseadas na confiança para o acesso ao crédito, ao aval nos bancos e, ainda, à participação intensa na sociabilidade local. Em suma, o título desta seção que aponta para o conhecimento dos mais experientes atribui a importância de se observar a origem e a personalidade dos atores com quem se está produzindo “o conhecimento”.

Esta relação e a legitimação do conhecimento a partir da experiência associada à trajetória puderam ser verificadas diante das comunidades de espectadores que permanecem no Sul do Brasil. A experiência da migração para as famílias estudadas traz uma dimensão real da ampliação do universo social vivido, seja das relações construídas, seja do conhecimento sobre a heterogeneidade presente no próprio país. Observamos que a maioria dos casos, mesmo com alguma relação com o Mato Grosso, estabeleciam, até antes da migração, uma visão de mundo formada a partir do cotidiano vivido em uma comunidade, município ou microrregião. Alguns casos tinham alguma relação e conheciam cidades médias e as regiões metropolitanas do Sul do Brasil. De alguma maneira, mesmo que com intensidades diferentes, as pessoas que migraram passaram a circular entre Sul e Centro-Oeste, mantendo contatos e vivenciando realidades que até então não faziam parte de sua experiência. Os relatos de vários entrevistados apontam esta ampliação do universo social, da visão de mundo: “A gente até acostumou a falar mais. Porque lá a gente do interior vivia a semana inteira na roça e saía fim de semana” (S. S., chacareira, 21/05/08). A expressão do “falar mais” indica que a migração e a (re) construção da vida no Mato Grosso (tanto das relações sociais,

práticas de produção, relação com os setores do comércio, etc) possibilitaram a construção de uma experiência diferenciada em relação aos que permaneceram no Sul do Brasil. Esta experiência construída na trajetória migratória, na medida em que é partilhada com o conjunto integrantes da rede social (envolvendo os elos que residem no Sul), estabelece as bases deste processo de construção do “conhecimento”.

4.3.4. Migrantes recentes e os de mais tempo

Nas relações estabelecidas entre os atores do Mato Grosso e o Sul do Brasil, lançamos, no projeto de pesquisa, uma indagação referente à existência ou não de possíveis diferenças entre migrantes recentes e os que residem neste estado há mais tempo. É possível estabelecer diferenciações na relação com o Sul do Brasil entre um migrante que reside no Mato Grosso há 20 anos e um que migrou há menos de cinco?

Ao discorrer sobre a busca pela (re) construção das redes sociais com parentes, familiares e conhecidos, e associado a isto criar as condições para adquirir o conhecimento e a experiência na nova terra, tivemos indicativos de que tanto a migração, quanto o processo de saída do local de origem e a adaptação no Mato Grosso devem ser entendidos como atos planejados e calculados visando uma busca incessante para não incorrer em erros ou insucessos já presenciados por pessoas e grupos familiares no leque das relações em que participam. No capítulo 2, a constante avaliação entre o permanecer ou migrar, as estratégias de acesso à terra e trabalho reforçam este objetivo. As condições do que se atribui como cálculos racionais não são dadas objetivamente na prática. Mesmo que os agentes realizem com frequência ações que parecem um agir ao acaso, o fazem sob as instruções de um senso prático, que é produto da exposição continuada a condições de natureza semelhante às suas; os mesmos comportam-se de determinadas maneiras em certas circunstâncias, porque integram um sistema de disposições que orientam suas práticas, que é fundamento objetivo de suas condutas (BOURDIEU, 1990).

Esta constatação é um dos aspectos que merece ser objeto de reflexão buscando estabelecer, a partir dela, algum comparativo entre as “primeiras levadas” de migrantes e as “levadas mais recentes” foco deste estudo. Os agentes migrantes de hoje possuem circunstâncias diferenciadas especialmente pelas possibilidades de acesso à informação e redes sociais formadas neste espaço. Há maior circularidade de informações, recursos e pessoas, possível em grande parte pelo avanço nos sistemas de transporte (linhas de ônibus, veículos e estradas pavimentadas) e sistema de telecomunicações (telefone, internet, etc.), que encurtam distâncias. Neste sentido, as condições históricas são diferentes das vividas pelos considerados pioneiros ou migrantes das “primeiras levadas”. Paralelamente, os migrantes recentes, que até há alguns anos integravam as comunidades de espectadores, puderam presenciar as experiências de migração para o Mato Grosso por partes de indivíduos e famílias participantes do bojo das relações sociais. Estas experiências, operadas desde a década de 70, produziram um conhecimento acumulado sobre os deslocamentos tomados pelo caráter coletivo na medida em que todos dele partilham. No conjunto de experiências das “primeiras levadas”, já analisadas em estudos com Tavares dos Santos (1993), Zart (1998) e Souza (2001) são apontadas questões referentes à precariedade das condições vividas nas primeiras levadas de migrantes, como é o caso de famílias que perderam todos os seus recursos nesse processo e, ainda, o grande contingente de retornantes da migração que, segundo a ideologia operada de Sul a Norte do Brasil, seria sinônimo de fracasso. O conjunto de experiências acumuladas nas trajetórias migratórias e que são partilhadas

identificam um enorme contingentes de “fracassados”. O olhar voltado para estes casos busca sempre identificar quais foram os “erros”, no sentido de evitá-los nas experiências dos novos migrantes.

No distrito de Boa Esperança, tivemos a oportunidade de analisar a trajetória de E. M. (que não faz parte dos 25 casos) em relação a isto. E. M. migrou do município de Esperança do Sul no ano de 2003, apoiado pela família do Sul (pais e irmãos). No objetivo de aumentar o patrimônio familiar, adquirindo uma nova área de terra, chegaram via um contato ao assentamento Santa Rosa I, onde compraram três lotes de outros (assentados-posseiros). Vale observar, conforme discorreremos no capítulo dois sobre assentamento, que se tratava de área que ainda não fora desapropriada pelo Incra. O migrante adquire esta posse de outros assentados e inicia o processo de abertura do Cerrado, plantio, construção da residência e barracão para as máquinas. Logo, no segundo ano, porém, o proprietário da fazenda apresenta-se diante dele e promove a sua saída. A família perdeu todo o investimento ali realizado. Nos anos seguintes, este agricultor consegue negociar área em sistema de arrendamento para continuar a atividade agrícola. O apoio da família (especialmente o irmão) do Sul, com recursos financeiros e máquinas agrícolas foi fundamental para superar este transtorno no assentamento. No entanto, dialogando com outros assentados e moradores da vila sobre o caso, foi unânime a consideração de que ele foi enganado, pois não se preocupou em buscar o conhecimento sobre o local e fazer uns conhecidos ali na vila. “Eu vi isso tudo acontecendo, mas não falei nada pra ele, pois não o conhecia muito bem. Se ele tivesse vindo procurar a gente, nós logo falaríamos pra ele como a coisa aqui estava e funciona” (J. J., assentado, 19/06/08). Experiências como estas foram recorrentes no processo de colonização do Mato Grosso, e estes “erros” são observados pelo conjunto dos migrantes e também pelos não migrantes que permanecem no Sul do Brasil.

Observando este aspecto, percebemos que praticamente nenhum dos casos estudados (mesmo aqueles que tomaram outras tantas etapas migratórias) se lançou na perspectiva da migração para o Mato Grosso sem uma busca prévia de conhecimento. Buscaram como já abordamos viajar para conhecer, construir relações, permear formas de inserção social e produtiva dentro das possibilidades existentes e, também auxiliar, como vimos no capítulo 2, “o momento e o local certo”, segundo as condições do grupo familiar.

4.4. AS REDES EM MOVIMENTO

A partir das considerações de Tilly (1990), segundo as quais as redes migram, nestas seções finais do capítulo pretendemos analisar como as redes migraram, tomando como ponto de partida o conjunto dos 25 casos centrais deste estudo. De ordem prática, significa observar quem “veio depois” deles, especialmente famílias ou indivíduos que congregavam parte da rede social existente antes da migração. Do mesmo modo, faremos uma rápida análise sobre a geração dos filhos dos “pequenos” proprietários rurais.

4.4.1. Os que vieram depois

No universo empírico, se verificou que a migração com o decorrer dos anos, sempre seleciona os indivíduos ou grupos que permanecem (ou permanecem mais tempo) no local de destino. Vimos no capítulo anterior, que os considerados bem-sucedidos podem agir como elemento de atração apoiando outros para migrar, além de

facilitar a fixação de novos atores participantes da mesma rede social vivida no local de origem, alimentando desta forma um fluxo migratório para os que não foram pioneiros, para os que vieram depois (TRUZZI, 2008).

O potencial de atração desencadeado por fatores como terra e trabalho associados a uma rede que se movimentou através de migrantes foi agregando novos espaços sociais e, assim, mobilizou para a migração outras famílias, conhecidos e parentes do mesmo local de origem, todos ele parte integrante das relações sociais e residentes no Sul. No assentamento Santa Rosa II identificamos um grupo de assentados de mais de 10 famílias residentes próximas umas das outras e mantêm relações de sociabilidade. Todos com ligações de pertencimento e, por vezes, ao parentesco. O pertencimento neste caso associado ao local de origem, circundando municípios do Sudoeste do Paraná, com destaque para Renascença, Planalto, Realeza e Francisco Beltrão:

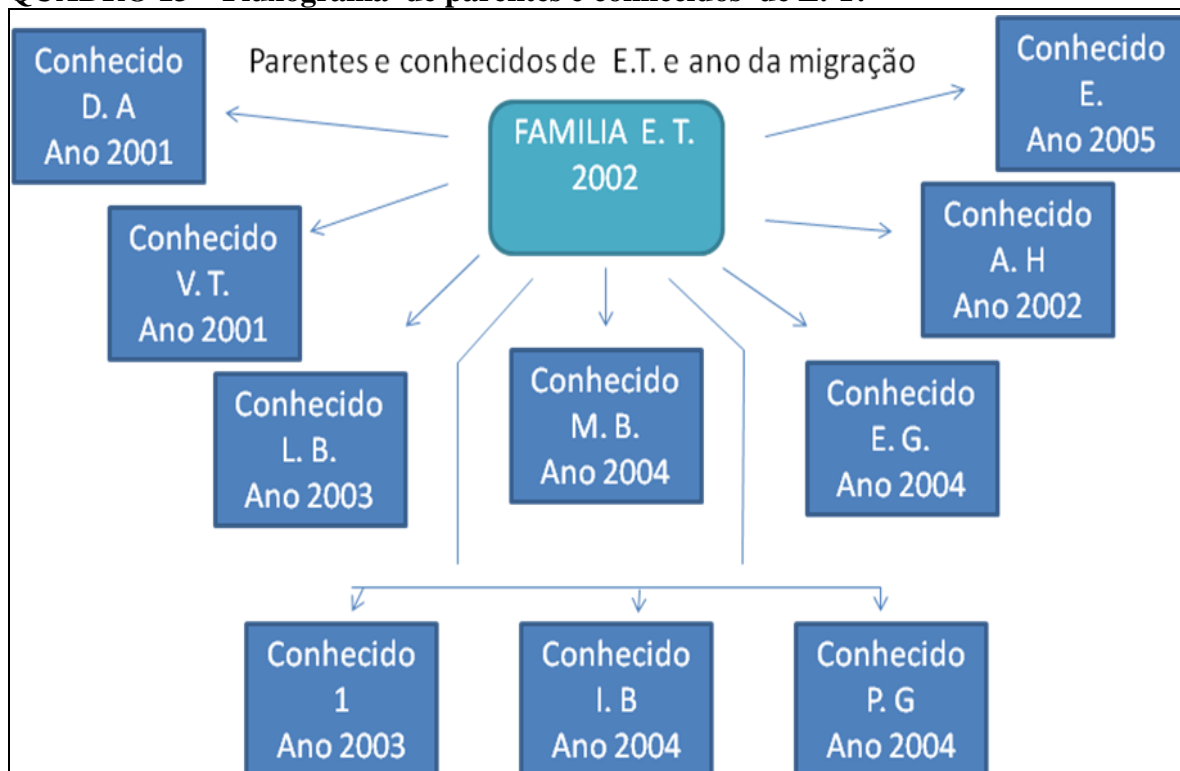
Cristiano - Quer dizer que aqui tem vários que são da mesma terra natal, como se diz aqui no assentamento?

O Euclides, o Marcelino, tudo estes nós andava junto em Renascença (E. T., assentado, 15/06/08).

Cristiano - Mas eles chegaram a vir direto pra cá depois que vocês estavam aqui?

No caso o primeiro que veio deles foi o Marcelino, não o Marcelino não, o Vanzetta e o Daia vieram antes que eu. Eles vieram direto de Renascença aqui. Aí tem os Lotto que vieram depois, tem os Guarnieri. Os Lourenço faziam divisa com o sogro (E. T., assentado, 15/06/08).

Esse grupo de assentados se formou da migração no período de 2001 a 2005. As primeiras famílias que compunham a mesma rede social antes da migração nos municípios citados do Paraná, articulados com os gestores locais do assentamento, criaram as condições de atração, onde entram a propaganda o chamamento feito diretamente a esta família nos encontros periódicos e o apoio mútuo aos novos ingressantes no assentamento. “Um foi puxando o outro”, como afirma um entrevistado, expressa este encadeamento que vai formatar um grupo social cujo elemento chave está baseado no parentesco e no pertencimento. Este grupo partilha de mesma sociabilidade no distrito de Boa Esperança, de modo semelhante ao que ocorria no município onde residiam anteriormente. Observando o fluxograma 01 a 25 desta dissertação, os casos que apresentam somente uma etapa migratória, ou seja, saíram das regiões de origem diretamente para o assentamento citado o fizeram através das redes que se fazem “estender” para um novo espaço geográfico e podem ser considerados grupos familiares que migraram a partir de uma das famílias estudadas neste trabalho, como é o caso de E. T.:

QUADRO 13 – Fluxograma de parentes e conhecidos de E. T.

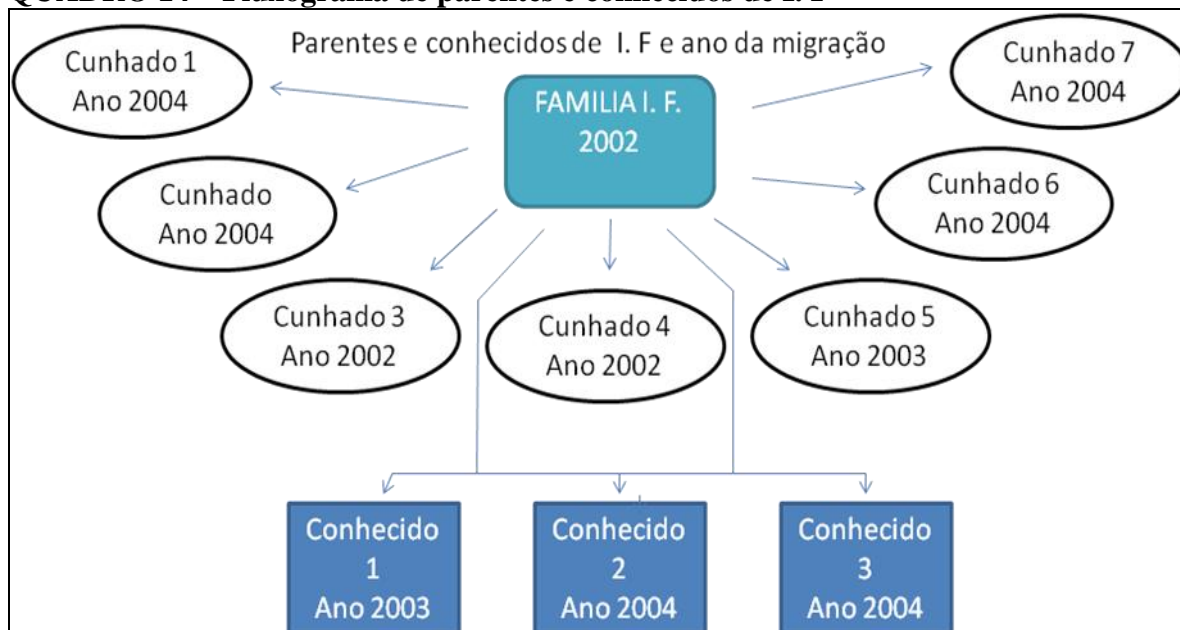
Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Outro grupo com um caráter permeado pelo parentesco que pudemos identificar também no assentamento Santa Rosa II migrou a partir das relações sociais de I. F. Este assentado, juntamente com o cunhado, migrou da região do Alto Taquari no ano de 2000. A partir da presença deles, ocorreu o encadeamento da rede social que materializou a migração de outros parentes que integravam as relações sociais desta família naquela região:

Cristiano - Tem parentes seus aqui no assentamento?

Parente dela. Na época veio só eu e o Zé Manco e o meu genro que trabalha comigo e o enteado do Zé Manco. Agora, depois que viemos pra cá aí veio outros, praticamente toda a família dela está aqui. O Zecão mora ali, o Zé Manco mora lá (...) tem a Fátima, o Bastião que tem a mulher também e o Valdecir que foi embora. Na vila tem o Edson e o Sávio. São oito só tem um pra lá [município anterior], o resto está tudo aqui (I. F., assentado, 10/06/08).

Este caso caracteriza um grupo de parentesco que migrou para o assentamento e a sede do distrito de Boa Esperança totalizando um conjunto de sete famílias nucleares (cunhados) e mais três famílias “conhecidas”. O processo de articulação, o apoio no ato de migrar e nos primeiros anos são facilitados por esta primeira família, que adentrou no assentamento a partir do conhecimento possibilitado pelas viagens no trabalho como caminhoneiro pelo Mato Grosso.

QUADRO 14 – Fluxograma de parentes e conhecidos de I. F

Fonte: Fluxograma elaborado pelo autor.

Estes dois grupos que identificamos na área do assentamento formaram-se a partir da migração de uma família que não só manteve suas relações sociais entre os espaços geográficos diferentes, mas, posteriormente, “puxou” o principal grupo afim que formava a sociabilidade no local onde residiam antes da migração. A rede migrou. Este movimento da rede só se torna ato devido à confluência dos fatores como possibilidade de acesso à terra e trabalho associado à rede de familiares, parentes e conhecidos.

4.5. AS RELAÇÕES COM O SUL

O conhecimento partilhado nos fluxos do Sul do Brasil rumo ao Oeste compõe a teia de relações sociais, com expectativas comuns, embasa o movimento de bens, informações e pessoas, incluindo comunidades de origem e de destino, bem como migrantes e não migrantes (MASSEY, 1993). Em termos gerais, o fluxo migratório para o Mato Grosso foi sendo consolidado com o tempo, especialmente por este conhecimento acumulado que pode ser compreendido como capital social⁶³, que faculta aos migrantes de mesma origem (familiares, parentes e conhecidos) os meios práticos para quem chega, seja hospedagens, oportunidades de negócios e trabalho entre outras possibilidades. Da mesma forma, este capital social é colocado a disposição da comunidade de espectadores e os não migrantes.

Nas subseções a seguir enunciamos três aspectos inerentes às relações com o Sul que trazem alguns dos significados atribuídos à migração. Inicialmente, apontamos que esta relação com as comunidades de origem primeiramente acionando o elemento da provação a qual se processa nas relações sociais e momentos de encontro com o Sul. Em seguida, relativizamos, a partir de alguns casos, a visão genérica que tende a considerar que há uma busca por parte de quem migra de relações sociais com os locais de origem

⁶³ Ver Bourdieu (1990).

ao considerarmos que migrar pode significar uma busca por reconstruir relações e formas de vida, rompendo ao máximo com a situação vivida anteriormente. Na terceira subseção, apresentamos uma análise temporal sobre o número de visitas empreendidas pelo conjunto dos casos.

4.5.1. A provação

O estatuto legal e moral atribuído aos migrantes associa-se à ideia de provação e, assim, tanto o sujeito que migra, como sua rede de relações, aceita e legitima o ato de migrar, mudar, abandonar o universo formal e atual com a condição de consciência de que isto não passa de provação que o levará a uma condição de vida melhor. Este processo inerente à migração precisa como discute Sayad (2000), ser frequentemente legitimado, o que ocorre nos momentos de encontro entre os migrantes do ponto de origem, alimentando a ideia de ilusão coletiva na migração. É preciso alimentar o imaginário coletivo de que o local para onde esta ocorrendo o fluxo migratório sempre é “melhor” que o local de origem.

A relação ao processo migratório em estudo quando se pensa tanto as representações coletivas dos que vivem o ato migratório em si, quanto as que se relacionam com o migrante. Sayad (2000) considera que no processo migratório participam também os não migrantes, que mantêm relações sociais diretas com o grupo dos migrantes. Nas viagens realizadas ao Sul e buscando aspectos históricos sobre as épocas intensas de migração, seja para o oeste do Paraná, seja para os projetos de colonização no Mato Grosso nas décadas de 70 e 80 ou, ainda, no movimento migratório que se intensificou pós anos 90, tivemos indicações de que estes que permaneceram avaliam constantemente as possibilidades de migrar ou não, sempre tomando como referência as trajetórias daqueles grupos familiares e afins que o fizeram.

Durante o trabalho de campo pudemos manter contato com as comunidades ou pessoas de origem, tanto por ocasião das viagens realizadas no ano de 2008, especialmente para o norte do Rio Grande do Sul, bem como por ocasião da participação da viagem da caravana dos “portelenses” quando participaram do 4º Portelaço (ver seção 1.2). Desta maneira, um dos aspectos foi observar quem e em que condições a migração de uma família ou indivíduo seria “socialmente aceita”. Logo, no decurso do trabalho de campo houve indicações de que a migração de pessoas ou grupos familiares em condições de dificuldades financeiras, falta de terra, endividamento, falta de oportunidades de trabalho, se colocaram como pressupostos observados pela comunidade para legitimar uma possível saída. A migração poderia levar à melhoria das condições de vida, visto que “estas famílias não teriam muito a perder”. Mesmo assim, ao tratar de migrações nos anos recentes, isso não deve ser considerado uma “aventura” nos termos discutidos sobre esta categoria no capítulo anterior, mas deve ser um ato planejado, assim como à quase totalidade dos casos em estudo neste trabalho. As redes sociais, a busca por informações anteriores ao ato de migrar, são condições necessárias para diminuir o risco do que é entendido como fracasso.

A acumulação de patrimônio serve como parâmetro associado a elementos morais e de sociabilidade para demonstrar o que Sayad (2000) define como os elementos da provação. É necessário provar para a comunidade de suas relações, neste caso pensando também os locais de origem, que houve sucesso na migração, que este ato fora decisão acertada sempre numa relação que aciona a memória da situação anterior observando, tanto a situação vivida pelo grupo familiar anteriormente quanto à relação com as pessoas e grupos que ainda permanecem lá. Ao questionar um dos

entrevistados sobre como as pessoas percebiam a trajetória da família de L. C., a resposta foi a seguinte:

Eles ficam enlouquecidos e encantados com o jeito que a gente veio e com o jeito que a gente está hoje. Tanto é que pessoas lá da comunidade onde a gente morava, que não tem mais de 100 pessoas, tipo assim, mais de 100 pessoas que já vieram na nossa casa aqui. Pessoas que quando a gente estava lá pisaram e maltrataram a gente. Nós tratamos melhor que nós deveria ter tratado (E. C., filha de chacareiro, 27/06/08).

A narrativa apregoa o comparativo com a condição vivida entre o antes de migrar e o depois; neste caso, apresentando uma família que, ao ampliar seu patrimônio e renda familiar, vai ter o seu status social reconhecido pela comunidade de origem, mesmo por pessoas que não participavam do rol de relações presentes no Sul do Brasil. A representatividade das visitas realizadas na chácara da família, segundo a percepção de R. C., indicam o reconhecimento, a reconstrução da reputação diante da comunidade de espectadores. Fica, nestes termos, manifestado um ato de provação desencadeado por parte de quem migrou.

De outra parte, as famílias que migraram nos anos recentes e se encontravam “estabilizadas”, com terra própria, boa reputação nas suas comunidades, uma renda superior à média do conjunto das famílias daquela região e ainda numa fase do ciclo de vida que “não são mais gente nova”, ou seja, após os 40 anos, são casos que produzem uma relativa polêmica na opinião das comunidades de origem:

Eu era agricultor modelo tudo bem organizado, carro novo sempre bom, dois tratores, um novo e um mais usado, com 12 hectares de terra. Os caras se admiravam o que eu conseguia fazer. Agora te falo que era trabalhado. Todo mundo me chamou de louco, este cara vai quebrar no Mato Grosso e todo mundo falava isso. Ele tá bem aí não precisa ir embora. Os meus vizinhos falavam assim. Mas eu dizia não, eu tenho coragem (C. B., assentado, 03/07/08).

O caso de C. B. e a narrativa descrita anteriormente apontam para uma necessidade maior de provação diante desta comunidade de origem: “vou mostrar que tenho coragem”. A provação, neste caso, entra como um elemento simbólico potencializado, pois muitos consideravam que “eles estavam bem aqui, não precisavam migrar”. Na medida em que a comunidade de espectadores observa com maior afinco este grupo familiar que vivia nesta condição, este elemento simbólico potencializa as ações destes migrantes no novo espaço a fim de melhorar as suas condições de vida. A acumulação de patrimônio é o principal elemento de provação. Esta busca incessante por esta acumulação se traduz também como um sinônimo de ganância.

No processo de circularidade de informações e, principalmente, de provação devemos destacar os momentos das visitas, realizadas tanto pelas pessoas do Sul aos conhecidos, parentes e familiares no Mato Grosso, ou vice-versa. Nossa presença no decorrer do trabalho de campo foi, como um poderoso indicativo de como operam os mecanismos de provação. Ao ser identificado pelos atores, como “alguém do Sul”, que conhecia grande parte dos municípios de origem do norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, fomos percebendo que estávamos participando de alguma maneira, da rede (de conhecidos) e, assim, diante de nós a provação se manifestou.

Inicialmente, nos chamou a atenção que praticamente todas as narrativas apresentaram um eixo articulador baseado na trajetória social relativa à busca e às formas de acumulação de patrimônio familiar. Refletimos na equipe de pesquisa sobre este indicativo e verificamos que, nas entrevistas e contatos realizados por

pesquisadores que não tinham esta identificação de origem (com o Sul), este eixo articulador aparecia de forma mais tênue. O elemento explicativo está associado à entrada na rede social destes atores, ou seja, na medida em que nos identificamos como sendo do Sul e conhecedores de muitas comunidades e municípios de origem, o mesmo passa a ser percebido como possível informante das comunidades de origem. Isto fica reforçado em ato não somente nas narrativas, visto que em vários casos no decorrer do trabalho de campo foram realizadas visitas (a residências, chácaras, assentamentos e fazendas), o que permitiu ao pesquisador dispor de dados sobre a condição vivida por estes atores oriundas da observação. Nestes termos mostrar as máquinas, a residência, ou ainda a amplitude da lavoura (com área cultivada) foi rito partícipe de todas as visitas. Uma demonstração curiosa da busca pela provação ocorreu com E. M. Este assentado, que reside no Mato Grosso desde 2005, ao ser contatado durante um dia de campo a partir de outros assentados que já havia entrevistado em dias anteriores, ao saber de nossos interesses de pesquisa e paralelamente a origem do Sul, nos convidou para mostrar as suas duas caminhonetes (uma nova e outra semi nova) que se encontravam estacionadas no pátio de onde estava sendo realizado o evento. O assentado comentou com entusiasmo que só tinha um carro velho no Paraná e, em três anos, conseguira adquirir aqueles utilitários.

Discutiremos a relevância dos encontros entre migrantes e não migrantes, especialmente das comunidades de origem em relação aos mecanismos de provação. No entanto, a não ocorrência de viagens periódicas ao Sul também pode ser uma das facetas inerentes à provação. Na medida em que o indivíduo ou grupo familiar que migrou avalia, segundo suas percepções, que não atingiu as condições de melhoria nas condições de vida ou, ainda, um aumento significativo no patrimônio familiar em comparação com o período antes da migração, as viagens para o Sul podem ser abortadas. Este fato ficou evidente em famílias onde mesmo dispo de condições mínimas para viajar para as regiões de origem (como recursos para passagens, tempo disponível em algum período no ano), as mesmas optaram por não realizar estas viagens nos primeiros anos após a migração, pois pretendiam: “chegar lá quando estivessem bem”⁶⁴.

4.5.1. Migrar para apagar o passado

Em geral, quando tratamos do tema da migração e das redes sociais inerentes a ela, os estudos apontaram para uma tentativa de reconstrução de laços sociais a partir do vivido antes da migração, ou seja, nos espaços sociais das regiões de origem. No entanto, o ato de migrar pode, inclusive a partir dos atores significar um desejo de rompimento com a situação vivida naquele local, seja no sentido das condições materiais (em termos de dificuldades financeiras, acesso à terra e trabalho), seja no sentido do rompimento com um universo de relações sociais que, segundo a percepção dos atores migrantes, não era desejável.

Identificamos, neste estudo, que a referência ao local de origem, cuja categoria utilizada é “o Sul”, se refere a um espaço social onde o indivíduo ou o grupo familiar viveu – é, acima de tudo uma narrativa, uma ação prática que se alicerça na experiência vivida naquele espaço, mesmo que os atores dispunham de um arcabouço de

⁶⁴ Do conjunto das 25 famílias estudadas, os primeiros dez anos após a migração caracterizam-se por uma maior frequência nas viagens para as regiões de origem, exceto aqueles casos que enfrentaram condições precárias nos assentamentos, o que os restringiu a uma possibilidade de tal realização.

informações atualizadas sobre as transformações que se produzem nos seus antigos locais de residência. Nesta experiência vivida, na medida em que as relações sociais, a reputação da família era socialmente aceita pelo grupo social seja da família ou da comunidade, a referência ao Sul, em geral, apontou afirmações positivas especialmente no que tange à sociabilidade, as relações de confiança, a um universo social de que se tinha conhecimento e se era reconhecido. No entanto, esta experiência vivida, em alguns casos apontou um real desejo de “apagar o passado”, e uma referência a estes locais por onde a trajetória social perpassou ou teve seu “ponto de partida” com narrativas apregoando uma negatividade latente.

O caso da família L. C., que migrou em 1997 para o Mato Grosso, compila um conjunto de afirmações de negatividade em relação ao espaço social vivido no oeste de Santa Catarina. Tive acesso para reforçar as informações sobre o local de origem com um chacareiro residente na mesma comunidade rural desta família, que reiterou a baixa reputação desta família naquele local. As narrativas de L. C e da filha revelam um período de “muito sofrimento” no Sul, não somente devido às condições financeiras vividas especialmente após a crise macroeconômica em 1989, mas sim, especialmente devido a uma reputação marcada, que atribuía a esta família sinônimos “de bandidos, de gente má, etc”. “Aquele lugar, o pessoal tinha muita inveja da gente”, são termos citados pela filha de L. C.:

Cristiano - Como chegar lá no Sul depois deste tempo?

Não, aquilo ali não dá nem pra botar na cabeça aquilo, só pensar no que a gente sofreu ali (L. C., chacareiro, 27/06/08).

Só pensar no que a gente passou nos últimos dois anos ali. Com tudo que aconteceu com os meninos. Claro que tem muita gente conhecido, que meu pai morou 30 anos neste lugar, mas assim causa revolta. A lembrança daquele lugar traz revolta associada a estas coisas ruins (R. C., filha do chacareiro, 27/06/08).

A luta por não retomar esta memória marcada por elementos negativos pôde ser verificada na pouca abordagem sobre este local de origem no Sul nas narrativas e pela busca por demarcar a trajetória a partir do ato de migrar. É a tentativa de estabelecer um marco que possa romper com o passado a partir da representação associada a reconstrução, tanto das condições materiais, como da reputação em meio a outras relações que a família alcançou com a migração. Neste caso, não houve a busca por pessoas conhecidas do mesmo lugar de origem logo após a migração, como destacamos em outros casos sobre os quais refletimos nas seções anteriores. A busca pelo rompimento com o passado, com o grupo social de origem também é manifestada nos contatos (seja por telefone, por circulação de pessoas, ou por visitas) com o Sul. O que é mencionado é que, mesmo assim, a família que melhorou suas condições de vida após a migração, já é reconhecida, ou, dito de outra forma, reconstruiu sua reputação, mesmo diante daquela comunidade de espectadores do Sul, dos quais muitos segundo R. C., já visitaram a sua família nestes últimos cinco anos no Mato Grosso.

Não é raro e ocasional encontrar nas narrativas um enfoque que apregoa atributos considerados negativos ao tratar dos locais anteriores por onde a trajetória migratória perpassou. Isto, como visto na seção anterior, compõe os mecanismos de provação inerentes ao processo migratório. Este tom de negatividade não significa obviamente um rompimento com este local, mas denota a espécie de relação que se constrói diante dele. Não poderíamos deixar de comentar os aspectos presentes na trajetória de R. P., que migrou para o Mato Grosso em 1999 e agora está programando “fazer a mudança de volta” para o Sul, para sua comunidade de origem no norte do Rio

Grande do Sul. R. P., ao mencionar esta intenção afirma: “quero migrar para apagar o passado”. Esta afirmação vai indicar os significados para a migração e reforçar a importância de analisar a partir de quem e de onde está sendo produzida esta narrativa. Os atores produzem a reflexão a partir de centrados na sua experiência em meio a um conjunto de relações sociais onde se movimentam e interagem. O discurso construído pelo entrevistado atribui um conjunto de fatores considerados por ele como negativos sobre o Mato Grosso, especialmente sobre as pessoas deste estado, o que inclui também os migrantes oriundos do Sul. O passado que ele quer “apagar” está associado a etapa de sua trajetória na qual residiu e trabalhou no Mato Grosso.

O fato crucial para tal atitude se refere a desavenças familiares, produzidas a partir do primeiro ano após a migração especialmente com o cunhado. Assim, considerando que a família enquanto valor moral possui uma centralidade e a percepção destes atores apostam nela profundamente como sinônimo de confiança, apoio mútuo, enfim, de sociabilidade, estas desavenças, que não puderam ainda ser contornadas e mediadas, marcam a memória desta família. O Mato Grosso enquanto espaço social foi sinônimo de “ganhar mais dinheiro”, mas também foi sinônimo de desavenças familiares produzidas segundo o entrevistado, a partir de dispor de melhores condições financeiras. Neste sentido, a forma de contornar esta situação é migrar para o local de origem e empreender a reconstrução das relações familiares, cuja referência e memória associam um espaço social marcado pela simplicidade, honestidade e livre de ganância. Se a família enquanto valor moral está presente em todos os casos dos “pequenos” proprietários rurais estudados, ela tem maior conotação especialmente nos casos como a da família de R. P., cuja sociabilidade presente em sua trajetória antes da migração para o Mato Grosso esteve praticamente restrita ao universo do parentesco. O comparativo, neste caso, entre o Sul e o Mato Grosso indica o rompimento de um universo estritamente deste parentesco para um universo onde “tem gente de todo lado”.

4.5.2 Circularidade nos espaços da rede – as visitas entre o Sul e Mato Grosso

Se a provação toma como parâmetro as comunidades de espectadores, é válido para finalizar este capítulo, tomar como eixo de análise as visitas realizadas às regiões de origem pelas famílias dos “pequenos” proprietários rurais e as formas de comunicação entre a rede social destes atores abrangendo origem e destino. No trabalho de campo, foi possível observar em vários municípios do norte do Rio Grande do Sul, especialmente nos meses de dezembro à fevereiro, os migrantes visitando suas regiões de origem. Nestes momentos em que se encontram migrantes e as comunidades de origem, o tema relacionado à migração e as condições e experiências vividas por indivíduos ou grupo familiar no Mato Grosso naquele período ou ano estão sendo constantemente avaliados. Esse momento, em meio à avaliação onde sempre aparecem elementos que de alguma maneira são comparativos, entre os dois espaços ou entre o antes e o depois da migração, também é da informação e também é do chamamento. Muitas migrações de pessoas ou famílias das comunidades de origem foram articuladas e mobilizadas por ocasião das visitas dos que migraram às suas regiões de origem:

TABELA 10 - Relação entre ano de migração, período no Mato Grosso e periodicidade das viagens de familiares.

Caso	Ano de migração para o MT	Período no Mato Grosso	Viagens para o Sul no Período	Viagens de familiares do Sul para o MT
I. C.	1989	19	2 vezes	1 vez
L. M.	1997	12	3 vezes	1 vez
C. J.	2001	07	2 vezes	1 vez
E. R.	2004	04	4 vezes	Não
E. M.	2005	03	S. Inf.	Não
C. P.	2002	06	2 vezes	Não
R. T.	1994	14	1 vez	1 vez
E. T.	1998	10	3 vezes	1 vez
E. K.	1990	18	3 vezes	Não*
C. V.	1999	09	5 vezes	1 vez
A. T.	1986	22	3 vezes	1 vez
L. P.	1992	16	3 vezes	2 vezes
I. P.	1990	18	S.Inf.	S. Inf.
N. M.	1997	11	4 vezes	S. Inf.
R. P.	1999	09	1 vez	Não
A. S.	1997	11	Anual	Não
L. C.	1996	12	1 vez	Não*
I. F.	1986	22	1 vez	Não
I. P.	1996	12	5 vezes	2 vezes
A. H.	2003	05	3 vezes	1 vez
C. B.	2002	06	Anual	Não
E. F.	1997	11	1 vez	Não*
L. S.	2005	03	Anual	Não
O. B.	1998	10	S. Inf.	S. Inf.*
E. F.	2000	08	S. Inf.	S. Inf.

*Casos que possuem a maior parte dos membros da família (considerando pais, irmãos e cunhados) no Mato Grosso.

S. Inf – Sem informações sobre este item.

Analisando a tabela acima, não é possível estabelecer um parâmetro geral que indique relação direta entre o tempo de migração e a frequência de viagens. No entanto, isto se constitui como um dado, na medida em que vamos adiante na análise e passamos refletir sobre os casos que apresentam maior frequência (independente do período no Mato Grosso).

Um aspecto relevante para a ocorrência das viagens é a presença de familiares nas regiões de origem. A residência dos pais em geral em idade avançada, irmãos (ãs) e cunhados, aparece em todos os casos onde há maior frequência. Analisando a trajetória dos casos onde aparece uma frequência menor de viagens entre os dois espaços, este fato se relaciona ao falecimento dos pais que residiam no Sul e ou à migração da maior parte do grupo familiar (tronco) para o Mato Grosso nos anos seguintes. Os filhos, residindo ou estudando nos estados do Sul do Brasil, também são motivadores de viagens.

A experiência vivida pela família, seja nas condições materiais, formas de sociabilidade e reputação antes da migração nas comunidades de origem é fator

fundamental para compreender o desejo de contato periódico com estes locais através da manutenção dos contatos, das notícias e principalmente no planejamento de visitas quando possível. Na bagagem de cada família que migrou está a memória construída a partir das relações sociais e com o espaço geográfico vivido. Quando esta memória carrega aspectos relacionados ao que os entrevistados designam como sofrimento, rejeição pela comunidade de origem, retornar para estes locais, mesmo que em visitas, passa a não ser um desejo destes migrantes.

As viagens dependem também das condições objetivas para serem realizadas; disponibilidade de tempo - seja no trabalho (no caso de empregados e peões) e também do período do ciclo agrícola; das condições financeiras para realizar as viagens, sempre considerando que muitas famílias possuem vários membros o que exige maior disponibilidade de recursos financeiros. A condição precária vivida por muitas famílias nos primeiros anos restringiram as viagens, especialmente no caso dos assentados.

Na medida em que vão passando os anos após a migração, com a reconstrução das relações sociais e formas de adaptação que produzem o espaço social, o processo de “estranhamento” vivenciado na chegada ao Mato Grosso começa a se intensificar diante das regiões de origem. A percepção de que o lugar não é mais o mesmo, pois mudanças foram se processando após a saída do grupo familiar daquele local. Os imaginários, as representações sobre as regiões de origem, se estruturam com base no espaço vivido (quando se fazia parte deste cotidiano), mesmo considerando que as redes familiares, de parentes e conhecidos vão suprindo de informações estes atores, ou mesmo lhes permitem, de certa forma, acompanhar o que de fato está ocorrendo no local de origem. A residência em outro local propicia uma visão diferenciada sobre a região de origem, geralmente tomando como referência o período antes da mudança para o Mato Grosso e o atual:

Você chega lá e já é outra realidade, parece que tudo mudou, muito feio. Quando a gente saiu do asfalto e começou aqueles morros e capoeira e quiçaca. E é que na época estas áreas dobradas eram quase tudo cultivado, agora tá tudo abandonado, só tão fazendo nas mais planas. E ninguém limpa em roda de casa (E. H., assentada, 19/06/08).

O valor da cultura não viabilizava mais. Esse povo agora tá ficando só os mais velhos na região. A juventude foi embora, foram pra São Leopoldo, foram pra São Paulo, Blumenau (A. H., assentado, 19/06/08).

Além do estranhamento do local de origem e suas mudanças percebidas em geral como negativas em quatro casos, aparecem relatos referentes ao sentimento de um distanciamento social que, com o passar dos anos após a migração, tende a se acentuar. “A gente gosta do pessoal e tudo, mas começa a não se sentir mais de lá, começando a se sentir que o seu lugar é agora aqui. As amizades vão enfraquecendo pela distância e os assuntos são diferentes” (E. H., assentada, 19/06/08).

Na família de A. T., sobre as impressões que têm quando a comunidade que residiam antes de migrar onde ainda residem os pais e irmãos, há uma percepção sobre as mudanças ali ocorridas, que parece não ser mais o mesmo. Um primeiro sentido é referente ao tamanho, às percepções sobre o espaço geográfico. Aquilo que para eles era concebido como áreas de lavoura com dimensões consideradas grandes, após alguns anos de residência no Mato Grosso, é considerado pro eles como “cantinho”. Do mesmo modo, M. T. afirma “que agora esta bem diferente”. Na época, todas as áreas de morro com maior declividade e com grande presença de pedras eram cultivadas com lavouras. Atualmente, observam que estas áreas estão “virando mato” e que as lavouras estariam situadas somente nas partes “de máquina”. Este estranhamento vai apontar que, apesar

das redes sociais não estarem delimitadas em espaços geográficos restritos, as relações diante desta distância sofrem reelaborações, e tendem a se reestruturar a partir do espaço geográfico de destino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o processo migratório do Sul rumo ao Oeste, em primeiro lugar, trouxe dados concretos para afirmar que os deslocamentos entre estes dois espaços não só permanecem no período pós-90, como se intensificam. Se muitos estudos acadêmicos demonstraram que a migração nas décadas de 70 e 80 foram motivadas pela busca de terra e trabalho, produto de projetos de ocupação do território promovidos pelo Estado brasileiro associados a empresas colonizadoras privadas, a presente dissertação apontou dados e reflexões de que este processo prossegue com uma nova fase onde a urbanização e o desenvolvimento dos setores agroindustriais e de serviços movimentam pessoas. Da mesma forma, se os motivos que levaram a certa acomodação dos estudos sobre as migrações para a “fronteira”, compreendendo que o processo de ocupação era algo definitivamente estudado, demonstramos que nas décadas recentes aparecem novos rearranjos nos deslocamentos de grupos oriundos do Sul do Brasil continuam a ocorrer inclusive vinculados ao acesso à terra e ao trabalho agrícola (de peão), o que justifica o investimento em pesquisa, teorias e métodos capazes de desvendar este fenômeno.

Propomos, nesta dissertação, construir uma abordagem sobre os fluxos migratórios compreendidos como um movimento heterogêneo. O foco analítico, a partir do grupo social que chamamos de “pequenos” proprietários rurais, permitiu uma abordagem diferenciada no olhar sobre os migrantes do Sul (também por vezes designados de “gaúchos”). Apesar de muito presente a possibilidade de ascensão social e a sua relevância enquanto elemento simbólico associado ao Mato Grosso, as 25 famílias foco desta pesquisa melhoraram suas condições de vida; porém, não mudaram sua posição social no conceito de Bourdieu (1990) e Sayad (1998). Este fato decorre de uma complexidade de fatores, que não cabe aqui analisar cada um deles, os quais permitem, no que tange ao processo migratório, identificar que as direções específicas das trajetórias daqueles migrantes “de pouco recurso” se configuraram em percursos peculiares, locais de trabalho e residências específicos destas famílias na chegada ao Mato Grosso.

Os assentamentos rurais, as chácaras, as fazendas e as cidades e vilas em formação são os espaços onde em geral as trajetórias perpassaram. Paralelamente, nestes locais as famílias alternam períodos de suas vidas desempenhando algum dos “tipos” de trabalho de peão, a função de caminhoneiro, além da condição de proprietários rurais em chácaras e assentamentos. Vale destacar que todas estas funções desempenhadas pelas famílias visam à acumulação de patrimônio a fim de reproduzir o grupo familiar. O acesso a terra é compreendido pelo grupo dos “pequenos” como o caminho para tal fim. Os caminhos presentes na trajetória (trabalho de peão em suas diversas formas, caminhoneiro, interações e apoio da rede social no qual cada família está inserida) são percebidos como etapas nesta busca também associada ao ciclo de vida como “coisa para gente nova”.

No que tange à luta por terra no Mato Grosso, agregamos um aspecto que serve como mecanismo de acumulação: a valorização destas terras. Este elemento apresenta uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que possibilita a uma família assentada um abrupto crescimento no valor de seu patrimônio, de outra parte é a terra com alto valor de mercado e ou sua facilidade de se transformar em ativo financeiro um dos aspectos que tensiona a concentração da terra e inviabiliza, em curto período de tempo, a possibilidade de permanência no lote ou sítio por parte das famílias que possuem pouco capital (“recurso”).

Nesta busca pela terra nos anos 90, os assentamentos, entendidos como políticas públicas promovidas pelo Estado, foram fundamentais. Eles foram desenvolvidos paralelamente à expansão dos grandes empreendimentos agropecuários, que foram concentrando a terra e isto produz a consolidação das cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde como polos microrregionais. O crescimento vertiginoso foi o que permitiu a viabilização de pequenas chácaras no entorno das cidades e, também geração de trabalho agrícola neste período de expansão das áreas cultivadas e derrubadas e construção das cidades. Os atores sociais aqui pesquisados percebem este movimento que poderia ser considerado cíclico e de curta duração. Neste sentido, avaliam constantemente o “momento certo e o lugar certo” na fronteira, ou seja, onde poderia ser mais oportuna migração diante das suas condições econômicas, sociais e culturais, “estar”, o que implica na decisão entre as possibilidades de permanecer e o migrar.

Podemos definir os “pequenos” proprietários rurais como famílias camponesas, e considerar a relevância de aprimorar, a partir deste trabalho e dos dados desta pesquisa, os estudos sobre as estratégias de reprodução do campesinato. Há dados e reflexões nesta dissertação que indicam que transformações vêm se processando nas suas estratégias de produção e reprodução que muitas vezes implicam repensar aquilo que aparecia como devidamente estudado, especialmente em relação a este grupo social do Sul do Brasil.

A marcha dos “pequenos” delineou o fato que, muito mais do que a clássica forma de perceber os deslocamentos como um movimento único, operado entre as regiões de origem e o destino, aponta que as trajetórias dos atores permitem apresentar a condição de provisoriedade deste grupo de famílias quando verificamos que as avaliações entre o permanecer e o migrar compõem seu cotidiano a partir do conjunto de suas relações sociais em geral operadas como um processo negociado. Do mesmo modo, esta provisoriedade é verificada quando identificamos que a maior parte dos casos (16 entre 25) possuem mais de uma etapa migratória em suas trajetória, muitas vezes isto não estando diretamente relacionado à etapa do ciclo de vida, como pode ser verificado na análise que fizemos entre migração e ciclo de vida na história da migração dessas famílias para o Mato Grosso. Assim, a condição da família que sai do Sul ou de outras etapas migratórias não pode ser relacionada somente ao ciclo de vida, e muito menos somente à precariedade de condições vividas no Sul. Nas décadas recentes, migram recém-casados, jovens solteiros, idosos, famílias de meia-idade, tanto em condições de pretensa pobreza e dificuldades no acesso à terra, quanto famílias capitalizadas que dispunham de acesso à terra e patrimônio nos locais de origem.

O cruzamento entre as etapas do ciclo de vida e a migração permitiu identificar uma relação direta entre o período do matrimônio e a 1ª migração. Do mesmo modo, uma relação direta com a que os atores definem como o começo da trajetória social do núcleo familiar. Porém, logo verificamos que, quando observadas as trajetórias onde aparecem várias etapas migratórias (especialmente na relação com a migração para o Mato Grosso) constata-se a necessidade de contextualizar estas trajetórias historicamente. Este exercício permitiu apurar que as trajetórias, mesmo com suas peculiaridades no que tange as estratégias e aos locais de migração, estavam inseridas no contexto dos projetos de colonização e o respectivo “chamamento” realizado por estes projetos.

Os processos de chamamento e recrutamento seguem ocorrendo nos estados no Centro-Oeste e Norte do país e têm como um dos seus instrumentos os projetos de assentamentos. Nesta relação entre os projetos recentes e de décadas atrás, apesar deste trabalho trazer indicativos concretos para a análise, consideramos que fica uma lacuna

em aberto para que outros estudos acadêmicos apurarem com maior profundidade esta questão. O que sabemos a partir dos dados do trabalho de campo é que as políticas de colonização e assentamentos continuam priorizando os agricultores oriundos do Sul do Brasil como agentes promotores de um modelo de desenvolvimento e progresso. O que vem aparecendo como aspecto novo é que, no processo migratório que ocorre à cerca de quatro décadas, muitos migrantes do Sul foram assumindo posições sociais superiores nos assentamentos, vilas, cidades e no Estado do Mato Grosso, tornando-se novos agentes que influenciam nos processos de ocupação tendendo à priorizar e auxiliar os sulistas que desejam migrar e acionando neste processo as relações sociais de pertencimento, parentesco e familiaridade. As trajetórias das famílias integram um conjunto de políticas e formas de ocupação das áreas de fronteiras desencadeadas por agentes diversos, visando a um projeto de desenvolvimento do país de vocação agrícola.

É importante frisar que os atores encontrados no Mato Grosso são oriundos de comunidades de origem, caracterizadas por serem formadas a partir de projetos de colonização que desde o início construíram um ordenamento do espaço geográfico, observando distinções socioculturais (religião, etnicidade) e condição econômica inicial. Neste ponto, os processos de seleção social vão chamar as famílias a partir destas comunidades de origem levando-se em conta a reputação e patrimônio. Com estas famílias que migram, vão parte de suas relações, o que chamamos neste trabalho de “as redes migram”. Consideramos que, no conjunto de valores observados nas percepções dos atores para designar quem obteve sucesso ou fracasso na migração, ressalta sobretudo o trabalho enquanto valor moral. As reelaborações nas percepções sobre o sujeito trabalhador passam pela concepção do trabalho enquanto algo penoso, manual, rudimentar, para uma visão do trabalho eficiente associado ao uso de máquinas e insumos visando maior produtividade financeira e acumulação de patrimônio. Na medida em que a família, mesmo do Sul, não alcança um mínimo aceitável socialmente de patrimônio no local para onde migrou, ou ainda, por diversas razões perdeu patrimônio e teve que “recomeçar”, também passa a ser estigmatizada pelo próprio grupo.

No que se refere às redes sociais que os migrantes mantêm com o Sul, confirmamos a hipótese referente a sua relevância para viabilizar o ato migratório e a permanência nos primeiros anos no novo espaço, bem sua importância na circulação de informações, recursos e modos de ajuda mútua. No entanto, a grande riqueza foi além de confirmar esta hipótese, visto que, ampliamos o debate sobre as formas como isto ocorre. O fluxo migratório do Sul para o Centro-Oeste tem mais de três décadas. Neste fluxo estão as redes que sustentam e tomam novos contornos com o passar dos anos. Há neste sentido, um conhecimento acumulado sobre migração, baseado nas experiências concretas vividas por aqueles que migraram. O grupo social dos “pequenos” proprietários rurais, segundo o que pudemos verificar, migraram a partir de um sentido planejado e com um objetivo maior que pode ser resumido na acumulação de patrimônio com vistas a reproduzir o grupo familiar e a busca por mobilidade social. Os supostos “erros” daqueles que “fracassaram”, são avaliados cotidianamente nos espaços das redes.

A noção de redes sociais conseguiu abrigar o conjunto de relações dos familiares e afins (“conhecidos”). Se as famílias migrantes do Sul na maioria dos casos carregam em suas bagagens relações que desencadeiam novas migrações de outros membros da rede existente antes da migração, ela também significa rompimento, ou afastamento de determinadas relações. Este rompimento pode ocorrer no próprio interior do núcleo familiar na medida em que as decisões entre o migrar ou não forem negociadas. Assim,

apesar de discutirmos a partir na noção de redes sociais, apresentamos no capítulo 4 uma diversidade de possibilidades de uso da noção de família. Destaco alguns dos usos do termo nesta dissertação. Primeiramente, a noção de família é utilizada como categoria analítica a partir do núcleo conjugal mais os filhos. Este prisma é que tornou possível a análise das 25 trajetórias enunciadas no início deste trabalho.

No entanto, apontamos a possibilidade de tomar a noção de família como rede de relações flexíveis, não baseadas somente na consanguinidade, mas no conjunto de valores morais e política de reputação, como referência para pensar estes mesmos deslocamentos. De outra parte, indicamos a diversidade do uso do termo família pelos “nativos”, mas que em geral, remeteu a pensar família a partir do grupo consanguíneo sob o viés das relações paternas. Acabamos tomando esta perspectiva para pensar as relações sociais dos atores no capítulo 4, o que pode ser compreendida como uma ambiguidade. O conjunto de possibilidades de uso do termo família, neste sentido, reforça a necessidade de situar cada situação, cada momento, o que e por quem está sendo referido. Talvez este seja uma das maiores contribuições que fizemos na abordagem sobre família nesta dissertação.

Por outro lado, se as redes migraram, mas os atores sociais mantêm uma ligação como o lugar de origem através da família, do parentesco e dos conhecidos (incluídos os contatos estabelecidos nas visitas e viagens), ao mesmo tempo identificamos que a migração pode carregar o significado do rompimento com o passado, e com o local de origem, fato que pode ser explicado observando qual era a experiência vivida pelas famílias em suas comunidades de origem e respectiva reputação das mesmas nestes locais.

Há de outra parte, famílias que migraram sem nenhum contato estabelecido antes da migração, se configurando como os primeiros elos de uma rede que vai se estabelecer no Mato Grosso. Assim foi necessário analisar a relação entre a migração e as redes. No entanto, em vários casos não havia, no leque das relações do Sul pessoas da família, do parentesco ou dos conhecidos no Mato Grosso. Mobilizados por um conjunto de fatores e situações que discutimos no texto, as famílias se lançam no desafio de através de viagens construir um mínimo de relações no Mato Grosso que toma o conjunto de valores morais, afinidades, e uma representação sobre o Sul estabelecendo uma busca por (re) construir as relações sociais no novo espaço.

Entende-se ainda que o sentido planejado a que nos referíamos, associado ao deslocamento, inclui a construção de uma gama de relações no novo espaço que pode ser desenvolvida a partir de famílias inteiras que migraram e “foram puxando” outras pessoas e famílias do Sul, bem como neste novo espaço (re) construir a partir de outros pessoas e famílias que partilham do mesmo conjunto de valores, reputações associadas sempre ao Sul. O “conhecimento” está, assim, associado a estas relações que são construídas, englobando tanto, as informações que circulam na rede sobre oportunidades, negócios e recursos, quanto os valores morais, a confiança e as reputações. Como base de todo este conhecimento estão as experiências e as trajetórias vivida pelos atores que compõem a rede social.

Em suma, a análise dos casos, observando a relação entre redes sociais e migração, apontou para a ocorrência de um conjunto de práticas variadas, mais ou menos consistentes de deslocamentos e os seus significados para os agentes envolvidos.

Por fim, trazemos uma evidência empírica do trabalho de campo que não pudemos aprofundar. Houve uma forte menção por parte das famílias que migraram após o ano de 1998 referente aos fenômenos climáticos que vêm ocorrendo de forma

intensa nos três estados do Sul do Brasil, como um dos pesos relevantes para desencadear o deslocamento. As frequentes secas, que ocasionam a escassez de água e a perda de produção são as mais citadas. Se isto gerou uma dimensão de crise, um possível deslocamento tende a ocorrer rumo as regiões onde há um “clima bom”, fertilidade natural de solo, uma rede social minimamente estabelecida. Este ponto ganha maior contorno, no momento em que concluo esta dissertação, trabalhando numa região de origem” dos atores que estudei (o noroeste do Rio Grande do Sul), que enfrenta uma das maiores Secas dos últimos anos. No sentimento coletivo da comunidade dos espectadores, a migração se torna uma das principais perspectivas e já verificamos empiricamente, diversos casos de famílias se deslocando, ou ao menos avaliando através das “viagens para conhecer”, o Centro-Oeste e Norte como locais de destino. Portanto, refletir sobre esta relação entre as mudanças no clima, migração e o campesinato se configura como um dos desdobramentos possíveis do estudo aqui exposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEUTER, Ivo. **Nova Ubiratã, Município:** Berço do Início da colonização do norte do Estado do Mato Grosso. Cuiabá: Futura, 2000.

BORTONCELLOS, Odila; DIAS, Elisia Aparecida. **Resgate histórico do município de Sorriso.** Portal do Cerrado Matogrossense, Cuiabá: 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Maristela de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **La distinción.** Lisboa: Vega, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas:** Sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papiрус, 1983.

BRITO, Fausto. **BRASIL, Final de século:** A transição para um novo padrão migratório?, XII Encontro da ABEP, Caxambu. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 11 nov. 2007.

CARINI, João Joel. Estratégias indígenas e camponesas de luta pela terra e pela reprodução social na terra no norte gaúcho – 1970-2007: O caso da reserva indígena da Serrinha. In: TEDESCO, João Carlos; CARINI, João Joel. **Conflitos Agrários no Norte Gaúcho 1980-2008.** Porto Alegre: Est, 2008. p. 154-179.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade:** Novas identidades em construção. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma Família: Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Núcleo de Antropologia Política/UFRJ.

CUNHA, J. M. P. da et al. **Diagnósticos Regionais do Estado do Mato Grosso.** Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População/NEPO, 2004. (Texto 49).

CUNHA, J. M. P. da et al. **Migrações e Transformações Produtivas na Fronteira:** o caso do Mato Grosso. Anais do XIII Encontro da ABEP – Caxambu/MG. Disponível: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST33_Cunha_texto.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2008. 2002

DESCONSI, Cristiano. **Os caminhos da volta para o meio rural** – Um estudo a partir do caso do município de Esperança do Sul/RS, Anais do V Encontro Nacional sobre Migrações – Caxambu/MG, 2007. Disponível:

www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/st3_cam_volta_meio_rur.pdf. Acesso em 23 de nov. 2008.

FABRINI, A. Migrações; Resistência ou subordinação? **Revista Plural**, Candido Rondon-PR, p.05-09, 19 dez. 2003. UNIOESTE, 2000.

FAZITO, Dimitri. **A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade**. In: XIII Encontro da ABEP, 2002, Ouro Preto/MG. Anais da ABEP. Ouro Preto-MG: UFOP, 2002.

FAZITO, Dimitri. **Reflexões Sobre Sistemas de Migração Internacional**: Proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. 2005. 1 v. Tese (Doutorado) - Departamento CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillion. **Do cerrado à Amazônia**: as estruturas sociais da soja no Mato Grosso. 2007. 1 v. Tese (Doutorado) - Departamento de PGDR, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **O Sul caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, Brasília UNB, 1989.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade Estigmatizada e Cidadania Excluída: a Trajetória Cabocla. In: ZARTH, Paulo Afonso. **Os Caminhos da Exclusão Social**. Ijuí: UNIJUI, 1998.

GREGORY, Valter. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: Migrações no Oeste do Paraná (1930-1970). 2. ed. Cascavel/PR: EDUOESTE, 2008.

GUIMARÃES, M. D. Alencar. **Os colonos de Rio Claro**: estudo de uma colonização no norte de Mato Grosso. 1988. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, UFRRJ, Rio de Janeiro, 1988.

IANNI, Otavio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

LEITE, S.; MEDEIROS, L. Marchas e contra-marchas na política agrícola. In: FALEIROS, Vicente de Paula; NUNES, Seleme; FLEURY, Sônia. **A era do governo FHC e o governo Lula: transição?**, Brasília: INESC, 2004.

MARTINE, G.; GARCIA. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**: Revista de Sociologia, São Paulo, n.8, p.25-70, 10 maio 1996. USP.

MASSEY, Douglas et al. **Return to Aztlan: the social process of international migration from Western. México:** University Of California Press, 1987.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de. **Dos movimentos populacionais a pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil,** Ed. Campinas: 2006. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006>. Acesso em: 21 nov. 2007.

PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, A **Invenção da migração.** Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977. (Relatório de Pesquisa). Mimeo.

PEIXOTO, João. **“As teorias explicativas das migrações: Teorias micro e macro-sociológicas.** 11. ed. Lisboa: Centro de Investigação em Sociologia Econômica e Das Organizações, Universidade Técnica de Lisboa., 2004. (SOCIUS Papers).

PLATA, L.E.A.; REYDON, B.P. Políticas de Intervenção no Mercado de Terras no governo FHC. In REYDON, B. P; CORNÉLIO, F. N. M (Org.). **Mercado de Terras no Brasil: Estrutura e Dinâmica.** Brasília: Núcleo de Estudos Agrários, 2006.

PORTELLI, Alexandre. O que faz a história oral diferente: In; **Projeto História.** 11. ed. São Paulo: PUC SP, 2006. 25-39 p.

RENK, Arlene. **Sociodisséia às avessas.** São Catarina: Grifos, 2000.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000.** Campinas: Camp, 2005. (Tese de Doutorado).

ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”: a multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso.** Rio de Janeiro: CPDA, 2006. (Dissertação de Mestrado).

ROCHE, Jean. **A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

SALIM, Celso. **Migração: o fato e a controvérsia teórica:** In: ST: Migrações internas; a necessidade de novos paradigmas. Caxambu: – Anais do Encontro da ABEP, 1992. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A07.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2007.

SAYAD, Abdelmalek. – **A imigração – e os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **Retorno, elemento constitutivo do migrante.** n° especial São Paulo: Revista Travessia - Revista do Migrante, 2000.

SEYFERTH, Giralda. **Camponeses ou operários: o significado da categoria colono numa situação em mudança.** São Paulo: Revista do Museu Paulista USP, 1984.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: A construção da identidade teuto-brasileira: In: Zarur G. – **Etnia e Nação na América Latina**, Vol. II., São Paulo, 1992.

SILVA, M.; MENEZES, M.. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Brasília: NEAD, 2006. Disponível em: <www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2008.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2. ed. Brasília: Brasiliense, 1979.

WEBER, Soares. **Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos de circunscrição topológica da migração internacional**. 2. ed. Ouro Preto: Anais do Encontro da ABEP, 2002. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Soares_texto.pdf ->. Acesso em: 24 dez. 2008.

SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de la migración brasileña em Paraguay**. Assunción: UNFPA, 2007. (Série Investigaciones – Población y Desarrollo).

SOUZA, Edson. **Sinop – História, Imagens e Relatos: Um Estudo Sobre a Colonização de Sinop** -. Assunción: UFMT, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).

TANNURY, Anibal. **As estratégias dos assentados de Eldorado I e os impactos econômicos no município de Tapurah/MT**. Rio de Janeiro: CPDA, 2003. (Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

SANTOS, José Vicente Tavares Dos. **Matuchos: Exclusão e Luta do Sul Para a Amazônia**.. Petrópolis: Vozes, 1993.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UPF, 1999.

TILLY, Charles. Transplanted networks: In: MACLAUGHLIN, Virginia Yans- (Org.) **Immigration reconsidered: history, sociology, and politics**. New York: Oxford University, 1990. 75-95 p.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios**. São Paulo: Usp, 2008. 199-218 p. (Tempo Social). Disponível em: <www.fflch.usp.br/sociologia/tempocial_2/pdf/vol20n1/v20n1a09.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2009.

VAINER, Carlos. **Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados, as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias**: In CASTRO, Mary Garcia (Coord.) **Migrações Internacionais: contribuições para políticas**.. Brasília: CNPq, 2001.177-184 p

WOORTMANN, Klass. **Migração, Família e Campesinato**. Brasília: Unb, 1990. (Série Estudos Antropológicos n 87).

WOORTMANN, Klass. **“Com Parente Não se Negoceia”**. Brasília: Unb, 1984. (Série Antropológica 69).

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na Nova Terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80..** Cárceres: UNEMAT, 1998.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: UNIJUI, 1997.

ANEXOS

ANEXO A – Folder de propaganda da Colonizadora Sorriso



Fonte: BEUTER, Ivo. *Nova Ubiratã, Município: Berço do Início da colonização do norte do Estado do Mato Grosso*. Cuiabá: Futura, 2000, p.190.

ANEXO B – Fotos Aéreas do Projeto da Agrovila de Boa Esperança, em 1986 e 1988



Boa Esperança do Norte – 1986 – ano da fundação



Boa Esperança do Norte – ano de 1988

Fonte: BEUTER, Ivo. **Nova Ubitatã, Município:** Berço do Início da colonização do norte do Estado do Mato Grosso. Cuiabá: Futura, 2000, p.181.